

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

ANTÔNIO CÉSAR MARTINS LOPES

**DA ALIENAÇÃO À CONSCIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A
INTERFACE RELIGIÃO, PRISÃO E TRABALHO**

GOIÂNIA

2020

ANTÔNIO CÉSAR MARTINS LOPES

**DA ALIENAÇÃO À CONSCIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A INTERFACE
RELIGIÃO, PRISÃO E TRABALHO**

Tese apresentada Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em Ciências da Religião da
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como
requisito para obtenção de título de Doutor.

Linha de Pesquisa: Cultura e Sistemas
Simbólicos.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Signates
Freitas.

GOIÂNIA

2020

L864d Lopes, Antônio César Martins

Da alienação à consciência : um estudo sobre a interface
religião, prisão e trabalho / Antônio César Martins
Lopes.-- 2020.

244 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês

Tese (doutorado) -- Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades,
Goiânia, 2020

Inclui referências: f. 237-244

1. Religião e trabalho. 2. Prisão. 3. Alienação (Filosofia).
4. Trabalho. 5. Consciência. 6. Dialética. I. Freitas,
Luiz Antonio Signates. II. Pontifícia Universidade
Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Ciências
da Religião - 2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 27-423.35(043)



**PUC
GOIÁS**



DA ALIENAÇÃO À CONSCIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A INTERFACE RELIGIÃO, PRISÃO E TRABALHO

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 30 de outubro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Antonio Signates Freitas / PUC Goiás

Prof. Dr. Cristiano Santos Araujo / FANAP

Profa. Dra. Deusilene Silva de Leão / FACUNICAMPS

Prof. Dr. José Reinaldo Felipe Martins Filho / PUC Goiás

Profa. Dra. Maria Conceição Sarmento Padial Machado / PUC Goiás

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / PUC Goiás

Profa. Dra. Ângela Teixeira de Moraes / UFG

E O PULSO, AINDA PULSA!

“21Para minha vergonha, devo admitir que fomos fracos. Todavia, naquilo em que todos os outros se atrevem a orgulhar-se, falando como louco, também eu me atrevo. 22Ora, são eles hebreus? Eu também sou. São israelitas? Eu também sou. São descendentes da Abraão? Eu também sou. 23São servos de Cristo? Eu ainda mais, me expressei como se estivesse enlouquecido, pois trabalhei muito mais, fui encarcerado mais vezes, fui açoitado mais severamente em perigo de morte várias vezes. 24Cinco vezes, recebi dos judeus trinta e nove açoites. 25Três vezes fui espancado com varas, uma vez fui apedrejado, três vezes sofri naufrágio, passei um dia e uma noite exposto à fúria do mar. 26Muitas vezes, passei por perigos em viagens, perigos em rios, perigos entre assaltantes, perigos entre meus próprios compatriotas, perigos entre os gentios, perigos na cidade, perigos no deserto, perigos no mar, perigos entre falsos irmãos. 27Trabalhei arduamente; por diversas vezes, fiquei sem dormir, passei fome e sede, e, muitas vezes atravessei longos períodos em jejum; suportei frio e nudez” (2 Cor 11, 21-27, *apud* BOFF, 1999, p. 113).



Registro Fotográfico: Humberto Silva, Casa de Prisão Provisória Ala Feminina (CPP-GO)

GRATIDÃO

“Há vida... durante a vida, há gentes da gente”

(Antônio Lopes)

Adriana A. M. Lopes.

Almério Freitas.

Antônio Pereira Neto.

Arthur da Paz.

Athos Magno C. Silva

Batista Custódio.

Clovis Ecco.

Luiz Signates.

Cristiane F. Lopes.

Darci Roldão.

Driely Rosa.

Elviomar Gomes.

Fernando J. M. Lopes.

Giovanny Humberto Silvano.

Goiás do Araguaia Leite.

João de Paula Rodrigues.

Joselena M. Lopes.

Juliana Duarte.

Lourdinha Santos.

Ludmilla Lopes Themoteo.

Luiz Humberto Carrião.

Márcia M. M. Lopes.

Marciclene de Freitas Ribeiro.

Maria Conceição Padiãl.

Maria Madalena Martins Lopes.

Mariana Leite Lopes.

Marina Leite Lopes.

Pe. Djalma B. Neves.

Pedro C. Leite Lopes.

Reinaldo Assis Pantaleão.

Selma Marques de Paiva.

Sueli de Paula.

Ulisses Aesse e Welliton Carlos.



“Àqueles que não acreditaram na minha força e luz, nunca acreditei em vocês”.

(Antônio Lopes, 2020)



“Das mudanças ou sai a glorificação do social, ou o cadáver das estruturas da nação”.

(Ruy Barbosa)

"A vida decepciona-o para você parar de viver com ilusões e ver a realidade. A vida destrói todo o supérfluo até que reste somente o importante. A vida não te deixa em paz, para que deixe de culpar-se e aceite tudo como 'É'. A vida vai retirar o que você tem, até você parar de reclamar e começar a agradecer. A vida envia pessoas conflitantes para te curar, para você deixar de olhar para fora e começar a refletir o que você é por dentro. A vida permite que você caia de novo e de novo, até que você decida aprender a lição. A vida lhe tira do caminho e lhe apresenta encruzilhadas, até que você pare de querer controlar tudo e flua como um rio. A vida coloca seus inimigos na estrada, até que você pare de 'reagir'. A vida te assusta e assustará quantas vezes for necessário, até que você perca o medo e recupere sua fé. A vida o faz distanciar das pessoas que você ama, até entender que não somos esse corpo, mas a alma que ele contém. A vida ri de você muitas e muitas vezes, até você parar de levar tudo tão a sério e rir de si mesmo. A vida quebra você em tantas partes quantas forem necessárias para a luz penetrar em ti. A vida confronta você com rebeldes, até que você pare de tentar controlar. A vida repete a mesma mensagem, se for preciso, com gritos e tapas, até você finalmente ouvir. A vida envia raios e tempestades, para acordá-lo. A vida o humilha e, por vezes, derrota de novo e de novo, até que você decida deixar seu ego morrer. A vida lhe nega bens e grandeza até que pare de querer bens e grandeza e comece a servir. A vida corta suas asas e poda suas raízes, até que não precise de asas nem raízes, mas apenas desapareça nas formas e seu ser voe. A vida lhe nega milagres, até que entenda que tudo é um milagre. A vida encurta seu tempo, para você se apressar em aprender a viver. A vida te ridiculariza até você se tornar nada, ninguém, para então tornar-se tudo. A vida não te dá o que você quer, mas o que você precisa para evoluir. A vida te machuca e atormenta até que você solte seus caprichos e birras, aprecie a respiração. A vida te esconde tesouros até que você aprenda a sair para a vida e buscá-los. A vida te nega Deus, até você vê-lo em todos e em tudo. A vida te lembra, te poda, te quebra, te desaponta. Mas creia: isso é para que seu melhor se manifeste, até que só o amor permaneça em ti".

(Bert Hellinger)

AGRADECIMENTOS

À fome

De gente da gente.

Do grão da companhia no prato raso, farto em solidão.

De alimento saudável na bandeja que derrama promessas, vazia em dignidades.

Dos direitos universais num mundo desigual e corruptível, de um dono só.

Da sabedoria a apreender, mesmo ao preço da tirania do Estado que vende direitos.

De humildade num universo infestado por hipocrisias, orgulhos e falácias.

De socialismo numa sociedade com dois pesos e muitas medidas.

De valores ao caminhar a trilha da coletividade fincada em signos.

E saudade do pai sustento da criança que viajou cedo na idade adulta.

Da mãe viúva, parceira e exemplo, sustento e rumo das mãos e do coração.

Dos filhos apartados num suspiro de efêmeras esperanças, fugazes, perdidas.

Do mestre quando apanhei e aprendi, contestei e convivi, engajei, estudei, escrevi.

Da praticidade e visibilidade quando a hierarquia ignora, submete, relega.

Das multiculturas, sexualidades, ideologias libertas dos discursos da (ir) razão.

De sangue nos olhos da militância mais avermelhada, anarquista, latente.

Da liberdade nas ruas capaz de provocar revoluções políticas, sorrisos e orgasmos.

De netos ganhados, da ânsia em ser criança, de apreciar no céu pipas, estrelas.

Do mar ao sol, semente que germine, de lua cercada pelo universo.

Da loucura a gritar não à vida curta, doída, sem valer a pena.

Da fome, que provoca a revolução das indignidades no estômago dos oprimidos.

De audácia e coragem a desnudar a covardia da sociedade (des) organizada.

Do espírito cínico e criador que aponte saídas sem intencionar leiloar as almas.

Do pensar convicto experiente e forte, apto a transformar corações e mentes.

E do pulso... que ainda pulsa!

(Antônio Lopes, 2016)

RESUMO

O objetivo desta escrita de Tese é analisar **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** enquanto objeto e conceitos de estudos umbilicalmente ligados à condição humano-existencial atada às questões concretas, abstratas do mundo dialético em caos. Demonstrar através de pesquisa bibliográfica nuances da coletividade tramada a relações paradigmáticas, amalgamadas às desigualdades e injustiças sociais, resultadas e resultantes do modo de produção capitalista, a desembocar na arena da crença, da penalização, da alienação do trabalhador ao labor diário. No primeiro momento, trazer à tona da discussão a **Religião** enquanto ilusão alicerçada no limiar da crença/desespero, sagrado/profano, identidade/ mercado. A partir da conceituação da devoção, sentido, possessão, secularização, intolerância revelar fatores interligados à interação humana cimentada nas promessas e certezas postas, advindas do plano da divindade que leva à vida eterna, por outro lado, inferir sobre a realidade determinada na certeza da morte. Num segundo tomo, aprofundar cientificamente o cotidiano da arena panóptica, caracterizada na instituição **Prisão**, sistema de coação e manipulação da dignidade humana, *locus* no qual o sujeito perde a individualidade e direitos enquanto cidadão. Inquirir sobre a possibilidade de ressocialização ou reificação do trabalhador em meio à loucura instalada naquele ambiente sombrio a dar vazão à irrazão moderna retratada no “aparelho judiciário a extrair forças e treinar corpos” (FOUCAULT, 2014) cuja gênese se dá na passagem do século XVIII para os anos 1800. Numa terceira arguição da leitura o plano da luta pela sobrevivência, caracterizado na categoria **Trabalho**, com meta em demonstrar a capacidade humana transformadora do próprio homem ao passo da exploração, expropriação e desenrolar do metabolismo social, realidade relacionada aos recursos naturais, ao ser humano (o outro). Esse que é um processo dinâmico, o modificar algo na natureza, desta vez, para-além da subsistência, quando a vida “imprudently abandonada” (BAUMAN, 1998) alcança o *status* concorrencial da Era e dia a dia digital, cujo fluxo caracteriza, de acordo com Hobsbawm, um tempo “pós-tudo”. Por fim, indagar se há salvação, em que campo e tempo da vida humana ela ocorre. Se por meio da ilusão que fomenta a abstração ou na realidade concreta que afasta o homem da religião, fenômeno trespassado pela luta diária da sobrevivência. **Tese** que infere no terreno da crença, da cadeia, do labor, da política, do direito, do consumo, da alienação humana aprofundada na condição social do trabalhador submetido à base da pirâmide social, quadro conjuntural que retrata a conjuntura capitalista, realidade sociopolítica resultada da convivência coletiva tramada a democracia plena, no assegurar dos direitos, pelas vias da liberdade, através da interação, respeito. Ou, enquanto processo dialético, a sua negação.

Palavras-chave: Interface; Religião; Prisão; Humanidade; Capitalismo.

ABSTRACT

The objective of this Thesis writing is, initially, to analyze **From alienation to consciousness: a study on the interface between religion, prison and work** as an object and concepts of studies umbilically linked to the human-existential condition tied to concrete, abstract questions of the dialectical world in chaos . Demonstrate, through bibliographic research, nuances of the collectivity woven into paradigmatic relationships, amalgamated with inequalities and social injustices, resulting and resulting from the capitalist mode of production, ending in the arena of belief, of penalization, of the alienation of the worker to daily work. In the first moment, bring up the discussion of **Religion** as an illusion based on the threshold of belief / despair, sacred / profane, identity / market. From the conceptualization of devotion, sense, possession, secularization, intolerance, to reveal factors interconnected to human interaction cemented in the promises and certainties set, arising from the plane of divinity that leads to eternal life, on the other hand, to infer about the reality determined in the certainty of death. In a second volume, deepen scientifically the discussion of the daily life of the panoptic arena, characterized in the institution **Prison**, system of coercion and manipulation of human dignity, locus in which the subject loses individuality and rights as a citizen. Inquire about the possibility of re-socialization or reification of the worker in the midst of the madness installed in that gloomy environment giving way to the modern irrationality portrayed in the “judicial apparatus to extract strength and train bodies” (FOUCAULT, 2014) whose genesis occurs in the passage of the 18th century for the 1800s. In a third argument of reading, the plan for the struggle for survival, characterized in the **Work** category, with the goal of demonstrating the transforming human capacity of man himself as he explores, expropriates and develops social metabolism, a reality related to natural resources, to the human being (the other). This is a dynamic process, the modification of something in nature, this time, beyond subsistence, when life “imprudently abandoned” (BAUMAN, 1998) reaches the competitive status of the digital era and day to day, whose flow characterizes, according to Hobsbawm, an “after-all” time. Finally, ask if there is salvation, in what field and time of human life does it occur. Whether through the illusion that fosters abstraction or in the concrete reality that distances man from religion, a phenomenon pierced by the daily struggle of survival. **Thesis** that infers in the field of belief, chain labor, politics, law, consumption, human alienation deepened in the social condition of the worker submitted to the base of the social pyramid, a conjunctural picture that portrays the capitalist conjuncture, resulting sociopolitical reality from the collective coexistence plotted to full democracy, in ensuring rights, through the paths of freedom, through interaction, respect. Or, as a dialectical process, its negation.

Keywords: Interface; Religion; Prison; Humanity; Capitalism.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Tatuagens em corpos de presidiários: imagem da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. 107
- Figura 2:** A imagem da santa, tatuada nas mãos, indica um homicida 107
- Figura 3:** A imagem, tatuada no braço ou na coxa também indica um homicida. 108
- Figura 4:** A imagem da Nossa Senhora Aparecida, centralizada no peito, é desejo de proteção 108
- Figura 5:** Emprego com e sem Carteira assinada no setor privado (Números em milhões) 112
- Figura 6:** Anistia Internacional..... 133
- Figura 7:** São Paulo, 21 de junho de 1972: Ditadura Civil e Militar 135
- Figura 8:** Ficha de Identificação de Frei Ivo, acusado de pertencer à Aliança Libertadora Nacional (ALN). 136
- Figura 9:** São Paulo, 15 de junho de 1972: greve de fome..... 136
- Figura 10:** Ficha de Identificação de Carlos Alberto Libanio Cristo. 137
- Figura 11:** São Paulo, 9 de junho de 1972. 139
- Figura 12:** Carta Pedido de Socorro das reeducandas - Cadeia Feminina. 140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (RELIGIÃO)	183
Gráfico 2.	O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (TRABALHO)	184
Gráfico 3.	O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (CONSCIÊNCIA)	184
Gráfico 4.	O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (CIÊNCIA)	185
Gráfico 5.	O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (ESPÍRITO)	185
Gráfico 6.	Adolescentes e o tráfico de drogas	208
Gráfico 7.	Jornada de Trabalho dos Adolescentes	208
Gráfico 8.	Histórico/Constructo de vida dos Adolescentes	210
Gráfico 9.	Cotidiano dos Adolescentes	210
Gráfico 10.	Chefia do lar	211
Gráfico 11.	População brasileira que vive com menos de US\$ 1,25/dia/per capita, segundo raça/cor	212
Gráfico 12.	Taxa da pobreza nacional por região	212

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I. A RELIGIÃO E A CONDIÇÃO HUMANA	19
1.1 A religião, a ilusão e o imaginário	21
1.1.1 Ilusão, devoção e santidade	27
1.1.2 O transe	29
1.1.3 Sentido, coesão e norma social.....	30
1.2 A religião e o profano	37
1.2.1 A sociedade industrial e o fundamentalismo.....	41
1.3 Religião e secularização.....	46
1.3.1 Catolicismo e modernidade.....	50
1.3.2 As relações de gênero	54
1.3.3 Exclusão e possessão	56
1.3.4 O sintoma contemporâneo	57
1.3.5 A modernidade.....	63
1.3.6 Neurose e pluralismo	65
1.4 A religião e o fundamentalismo	67
1.4.1 A intolerância	70
1.5 A função política.....	75
1.5.1 A Carta ao Povo de Deus	79
CAPÍTULO II. A REALIDADE DA PRISÃO.....	82
2.1 Na prisão os encarcerados excluídos da sociedade burguesa	84
2.2 Os “prisioneiros da esperança”	88
2.3 Os direitos e o desespero	91
2.4 O apóstolo Paulo.....	94
2.5 A marginalização da sociedade contemporânea.....	100
2.6 A condição humana de corpos apenados	105
2.7 Na prisão a manchete da injustiça social	109
2.8 O coletivo manipulado.....	118

2.9 As ideologias e os personagens	124
2.9.1 Arena aonde nada muda.....	131
2.9.2 A violação de direitos em relatos	137
2.10 A política e a militância	141
CAPÍTULO III. A CATEGORIA TRABALHO	146
3.1 O trabalho e a transformação humana.....	151
3.2 Os recursos naturais e o capital.....	161
3.3 As relações de consumo	167
3.4 O que salva o homem: a religião ou o trabalho?.....	176
3.5 A exclusão e a prisão.....	188
3.6 A interface alienação, pobreza, urbanização	198
3.7 A correlação direitos, adolescentes e polícia	205
3.8 O metabolismo social.....	213
3.9 O trabalho contado na Bíblia.....	218
DA ALIENAÇÃO À CONSCIÊNCIA	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	236

INTRODUÇÃO

“Eis que os homens que recolhestes no cárcere, estão no templo ensinando o povo. Nisto, indo o capitão e os guardas, os trouxeram sem violência, porque temiam ser apedrejados pelo povo”.
(Atos, 5: 25-26)

A luta pela sobrevivência permeia o construto de vida do autor, assim como todo e qualquer trabalhador alienado à condição socioeconômica imposta pela vida convívica/vivida entre infindáveis tarefas nos sete dias da semana. A condição de militante político vendedor de jornais, feirante, estudante, tipógrafo, escritor, revisor gráfico, filósofo, jornalista, professor, companheiro, amante, neto, filho, irmão, pai e avô fomenta essa pesquisa de Tese com norte empírico no tema **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**, assunto conjuntural midiático alardeado mundialmente, relação sociopolítica cultural que bebe das expressões da *questão social* estreitadas no paradigma da fé, força abstrata de alienação e/ou libertação, a saber, no decorrer da escrita.

O tema passa pela penalização de corpos que carregam cor e idade, subjugados, acuados no estigma enquanto determinação histórica. Trespasa o construto do sujeito investido da sua força de trabalho expropriada pelo poder do capital. A realidade conjuntural retrata o mundo pós, recai com maior incidência no poder da **alienação** e/ou **consciência** do exército de sujeitos humanos “desumanizados” aportados na crença, na prisão, no desemprego. Este que é o quadro social/retrato da periferia capitalista alojada na base da pirâmide social.

A importância desta investigação voltada ao doutoramento em Ciências da Religião, com trânsito pela linha de pesquisa Cultura e Sistemas Simbólicos, justifica-se pela tentativa de exposição dos bastidores do poder, como a força ou seu contrário, instalado na Prisão, realidade que caminha **da alienação à consciência**, neste caso, **um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**. Portanto, fato histórico determinado na busca de significado e/ou significância da força do poder abstrato/concreto o qual fomenta o processo da convivência/vivência humana determinada a fé e/ou descrença, liberdade e/ou penalização com maior ou menor intensidade na exploração do trabalhador.

A teoria desta Tese bebe das Ciências da Religião, Serviço Social, Filosofia e Sociologia enquanto categorias das Ciências das Humanidades. Nela, a penalização

do corpo é discutida segundo referenciais teóricos estruturados em pensadores tais como Berger (1985); Boff (1999); Durkheim (1996); Foucault (1972); Freire (1977); Marx (2002); Nietzsche (2011); Oro (1996); Varella (1999); Weber (2004).

As referências citadas atentam para o ser humano alienado, expõem suas necessidades básicas, físicas, intelectuais, espirituais. Retratam o trabalhador atado às questões econômicas, político-culturais somadas às mais diversas expressões da **Religião, Prisão e Trabalho**. Discutem a penalização de corpos e dignidades instalados na exclusão social, isso, a partir dos portões e celas da cadeia, esses que esperam no poder numinoso a salvação, mais que pelo alcance do trabalho. Nessa perspectiva, o eixo principal da **Tese reconhece o trabalho como categoria ontológica em interface com a necessidade econômica, social e religiosa, a ameaça da prisão com relação ao trabalhador.**

Na Casa de Prisão Provisória (CPP) em Aparecida de Goiânia-GO, também no Patronato, na Capital, instiga a realidade do transe religioso em meio a profissionais, leigos, voluntariados, crentes ou não. Tanto os apenados quanto os palestrantes, cada qual na sua diversidade e corrente ideológica, promovem o êxtase coletivo atizado na promessa da salvação. O assunto remete à questão dos direitos humanos, direciona à razão/irrazão moderna exposta na arena panóptico que vigia todos os momentos, a tudo e a todos, a alardear o desespero, aceitar pela crença, retratar a luta do apenado. Este é o mundo em transe, êxtase e possessão retratado enquanto Tese focada no tema **da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho.**

No intuito de demonstrar, a partir de referencial bibliográfico científico o poder da **Religião**, a exclusão pela **Prisão** e o paradigma do **Trabalho**, busca-se resultados e instâncias que apontem para-além da arena do cárcere e do determinar da salvação, do suicídio existencial, da alienação dos trabalhadores, detidos ou não. A hipótese da pesquisa almeja, ao final da Tese, respostas calcadas na cientificidade acadêmica da pesquisa bibliográfica no que concerne à salvação. Esta pode se dar pelo viés da **Religião**, na libertação da **Prisão**, no poder de consumo proporcionado pelo salário obtido com o **Trabalho**.

A motivação acadêmica resultada em escrita tem gênese na reflexão crítica sobre a conjuntura globalizada, tenta ressaltar as particularidades imbrincadas nessa correlação **da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**. A vida líquida (BAUMAN, 2007), regulada pelo mercado

em caos da “Era Pós”, efêmera e moderna, produz enquanto reproduz, cria novas necessidades humanas, a cada segundo dos dias, ao tempo em que renova as gerações.

Importante ponto da observação é a hipótese de que **o homem deve reencontrar seus primórdios, direcionar a mente à alma e corpo** (Santo Tomás de Aquino). Enquanto ser ontológico **voltar à vida diária na Terra, abandonar a virtualização dos sentimentos e relações humanas, voltar a ser capaz de transformar racionalmente parte da natureza, as formas de interação, a si**. Então, reencontrará a categoria que o levará à **salvação**, em quaisquer instâncias e lugares, exposta no **Trabalho**.

A categoria Trabalho transforma a natureza pelas mãos do homem, este, transforma a si durante o processo, mais, proporciona a sobrevivência em estreita correlação com a fé. Como a dialética retrata dois lados, Marx oferece a crítica: “A religião já não constitui, para nós, o fundamento, mas, simplesmente o fenômeno da limitação secular” (*apud* IANNI, 1979, p. 184).

A afirmação infere sobre as categorias **Religião** e **Trabalho**. Podem elas “salvar o homem”, libertá-lo da fome e exclusão, da **Prisão**, enfim, aliviá-lo do desespero e expropriação, precariedade socioeconômica, aviltamento de seu suor e dignidade, medo da morte? Seria a fé e crença no poder do sagrado uma forma de libertação da concretude que é a labuta da vida alienada ao Trabalho? Ou a trama capitalista subverte e submete o “salarizado” (CASTEL, 2015) à proposta da inexorável alienação alavancada na Revolução Industrial? A “crença” afasta/aproxima o trabalhador de vários mundos “reais” esboçados na luta de classes/apaziguamento, o aliena/afasta das relações sociais, infere no seu perfil político, alavanca/paralisa seu poder econômico, possibilita/bloqueia o acesso cultural que passa a ser (i) limitado?

Uma vez mais as reflexões apontadas questionam sobre a libertação do trabalhador “alienado” à exploração capitalista. Pondera se o fato se dá por meio da realidade/práxis, no viés da fé, ou, na sua penalização à arena da **Prisão**. A **salvação** humana se dá ou acontecerá a partir da crença e **Religião**, na ressocialização assegurada pelos preceitos da **Prisão**, por meio da realidade posta pelo **Trabalho**?

A hipótese da Tese renova-se neste ponto da Introdução. **O Trabalho intelectual/abstrato ou físico/concreto liberta o homem. Será esta afirmação**

uma verdade? O salário proporciona a compra, venda/troca de mercadorias e até da dignidade humana, resulta enquanto parcela mínima do processo de apropriação da mais-valia alcançada no modo de produção capitalista. A parte menor ou salário, caracteriza, segundo a história, o custo-benefício do suor da tarefa recebido pelo proletário, sem perda da mais-valia absoluta apropriada pelo capital, promove o processo de produção e reprodução das relações sociais cujo resultado é a mercadoria. Em estreita correlação com a emancipação/alienação do assalariado, esboçada no salário, **a crença no abstrato (Religião)**; na ressocialização e **recuperação do sujeito (Prisão)**; por fim, no **suor empregado no labor (Trabalho)**, conceitos que, concatenados, **erguem e mantêm o homem de pé, ou, seu contrário.**

A Metodologia utilizada nesta exposição acadêmica considera especificidades que retratam tanto o objeto como o objetivo da Tese apresentados por meio da adoção da pesquisa bibliográfica. A fim de explicitar sobre a razão/consciência/inconsciência do trabalhador, no que refere à pergunta estrutural da investigação: - **O que salva o homem, a Religião, a Prisão ou o Trabalho?** O trabalho investiga 19 pessoas, publica integralmente suas respostas, desta feita, por meio de entrevista a distância, via redes sociais, metodologia adotada em consequência do evento mundial COVID-19.

A exposição da análise demanda três capítulos. O primeiro expõe pontos relevantes de aspectos sócio-históricos da Religião através de informações bibliográficas coletadas. Ainda, o que apresentam os teóricos da religião com relação à crença e costumes na história dos povos. Significa trazer à discussão tempos bíblicos engendrados pela organização primitiva, migração dos povos, contemporaneidade desse estigma social a cimentar a questão da Teoria dos Conflitos. Um tempo de “[...] conflitos sociais e não um processo de integração e harmonia, consenso e equilíbrio” (FERREIRA, 2009, p. 43).

O segundo capítulo discorre sobre a instituição **Prisão**, sua correlação com as expressões sociais expostas na economia e política mundializadas as quais desembocam na América Latina, conseqüentemente, no Brasil. Adota como ponto de partida a teoria de Foucault (1972); Durkheim (1996); Varela (1999) em tempos conflituos modernos corrompidos. Uma Era Pós Revolução Industrial na qual a teoria de Karl Marx expressa uma primeira expressão sociológica madura, centrada

nas contradições do capitalismo enquanto sistema envolto em suas próprias acepções, concepções, contradições e interesses. Com relação aos interesses, Maquiavel aconselha: “Aqueles que desejam merecer a gratidão de um príncipe costumam ir ao seu encontro com o que têm de mais precioso, ou com o que cause mais deleite a ele [...]” (2015, p. 7).

Na terceira parte da Tese a discussão remonta à categoria **Trabalho** com foco na contemporaneidade, trata de inferir sobre a lógica do fazer do homem que desata resultados econômicos, consequências sociais, manipulação política. Realidade exposta, desde a Antiguidade bíblica, até os dias atuais quando “[...] o conceito de povo pode ser estabelecido do ponto de vista político, jurídico e sociológico” (BONAVIDES, 2017, p. 79), explicado por Cícero¹.

Ao adotar referenciais teóricos das Ciências da Religião, Antropologia da Religião, Sociologia e Sistema Penal brasileiro a pesquisa adentra trabalhos de autores que discutem o tema de modo científico, numa correlação com o método hermenêutico-dialético-histórico. Os modos de trabalhar o material informativo por meio da pesquisa bibliográfica permitem o acesso, seleção e produção deste material. Conforme Viana: “As técnicas não são neutras. Elas estão ligadas a uma ideologia ou teoria e podem ser compreendidas ou utilizadas de formas diferentes a partir da ideologia ou teoria que está na sua base” (2015, p. 73).

Sabe-se que a pesquisa social é estruturada como questão ideológica, adota técnicas, exige aprofundamento e compreensão ao trazer à tona da discussão dialética, formas e perspectivas “[...] a serem pensadas e criadas/transformadas” (VIANA, 2015, p. 73). As abordagens podem estabelecer-se na qualidade ou quantidade dos dados a serem confirmados. Diferentemente da técnica positivista, extrapola também as interpretações individualistas, holistas, racionalistas ou empiricistas.

Todo pesquisador, especialmente aquele que parte para uma pesquisa dialética, crítica, deve realizar um processo de reflexão sobre sua prática de pesquisa e, mais especificamente, sobre as técnicas de pesquisa que utiliza ou os demais cientistas sociais fazem uso (VIANA, 2015, p. 74).

¹ Segundo o escritor romano, povo é “[...] a reunião da multidão associada pelo consenso do direito e pela comunhão da utilidade” e não simplesmente todo o conjunto de homens congregados de qualquer maneira (BONAVIDES, 2017, p. 79).

O mote da tese é desvelar a questão secular do Estado desenvolvido economicamente por meio da gestão que amealha a cultura para poucos, como “[...] manifestar, em sua peculiaridade e em sua pureza, o problema da atitude do judeu e, em geral, do homem religioso, ante o Estado político” (IANNI, 1979, p. 183). A discussão remonta à elucidação da política, compreensão da diversidade religiosa, refere à “emancipação da religião levada a fundo e isenta de contradições”.

Numa correlação com os objetos de estudo citados na discussão desta Tese, Foucault retrata como “aquilo” que “não possui eira, nem beira, nem lei, nem verbo também” de um sujeito relegado e “expulso, negado e reduzido ao silêncio”.

Numa continuidade:

[...] isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas (FOUCAULT, 2010, p. 10).

A Tese trata de aprofundar, por meio da ciência acadêmica, os poderes do simbolismo, a realidade institucional, a trama capitalista enquanto campos de tensão coletiva dos objetos apontados. E toma como norte as ciências sociais humanas, com eixo de discussão estruturado nas questões da crença, do rito, do sagrado e do numinoso. Esclarecer o porquê do aprisionar, alienar, libertar sujeitos apenados da sua condição social de miséria da razão. **Inverter**, por meio da maior **distribuição da riqueza** alcançada, a leitura da pirâmide social no que remonta à **equidade e justiça**. Questionar a realidade que aponta a **expropriação do trabalhador** por meio do **capital**.

Fato social posto, investigado e analisado, **reforço a hipótese/Tese** de que a **salvação do trabalhador** apenado **não se dá pela crença**, desemprego estrutural, desespero na restrição da liberdade, vigiado e punido na crença, **prisão** ou **trabalho**. Muito **provavelmente se dará por meio da categoria Trabalho amalgamado** às questões da fé, do **salário**, da **liberdade** humana, desta feita, tomando como referencial a realidade concreta, a **socialização das riquezas**, os princípios da **ética**, a **justiça social**. Desta maneira, a partir de conceitos e ideias, hipóteses e possíveis respostas quanto à salvação humana, ou seu contrário, adentra a escrita ao primeiro tomo de discussão exposto da questão ontológico-humana abarcada no conceito da **Religião**.

CAPÍTULO I

A RELIGIÃO E A CONDIÇÃO HUMANA

“As injustiças do mundo: debaixo do sol, observei ainda o seguinte: a injustiça ocupa o lugar do direito, e a iniquidade ocupa o lugar da justiça”.
(Eclesiastes 3. 16)

Após a Introdução que explana sobre este trabalho, discute a escrita a respeito da secularização a qual remete a fundamentos históricos e teóricos relacionados ao objeto de estudo, posto e exposto nas instâncias das Ciências da Religião. Através da dialética político-religiosa esta Tese traz à tona a condição humana expressa na dicotomia da *fé com o poder, exclusão e injustiça social, ilusão e alienação - o cadáver ou cadáveres da nação* (Ruy Barbosa). Retrata relações sociais de ordem simbólica, diferenças de caráter político, econômico e cultural, enquanto resultado dinâmico da história e/ou significado da criação humana exposto a conceitos que dão origem ao tema desta Tese **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho.**

Essa trama e tensão coletiva é estruturada nas questões da fé e crença, secularização e rito, política e cultura as quais caracterizam a exposição deste Capítulo I, dividido entre realidade e ilusão, que trata da discussão enquanto insumo teórico da Tese.

A realidade posta via exclusão humana, a partir do ato de aprisionar o sujeito, tem no trabalhador instalado na miséria da razão o objeto desta empiria de Tese. A hipótese induz à reflexão sobre a salvação ou alienação do apenado instalado na prisão, representada como possibilidade concreta retratada na categoria trabalho.

A relação social trespassa o indivíduo em sua fé, o penaliza na cadeia, determina a trama societária articulada, funcionalista, forjada no trabalho ou sua falta enquanto relação complexa desumanizada com resultado concreto na construção de um mundo erguido a abstração e realidade, no fenômeno real da vida e morte. Essa dinamicidade é cimentada por processos sociais, dos quais o homem não aparta. Para Helmut Heit, professor da Universidade de Tongji em Xangai-Índia, desde que:

[...] os novos filósofos eram então, os sobreviventes desiludidos dos 'acontecimentos de maio' de 1968, que se descobriram não no mundo da libertação da humanidade, mas, ao contrário, em uma era de barbárie. Eles se afastaram de Marx em direção a Nietzsche (HEIT, 2011, p. 314).

O tema infere velhas maneiras da trilha religiosa, abandonadas com os antepassados, a partir da condição humana de seres sociais embasados em formas agrárias autoritárias, patriarcais, exclusivas. O desenvolvimento econômico determinado pelo cotidiano, dentro e fora da instituição Igreja, somado à relação social dialético-conflituosa devido a interesses umbilicalmente ligados ao poder da religião, manipula a política e o mercado, enquanto estrutura da ação e reflexão do pensador e da ideologia da religião, como função política do sistema social a partir do funcionalismo. Deixemos Bernard-Henri Lévy falar pelos novos filósofos:

Sou o filho bastardo de uma infeliz união entre fascismo e stalinismo. Se eu fosse um poeta, cantaria o horror de viver e os novos Gulags que o amanhã nos reserva. Se eu fosse um músico cantaria o riso idiota e as lágrimas de impotência, o terrível tumulto produzido pelos desaparecidos, acampados nas ruínas, esperando sua sorte. Se eu fosse um pintor (um Coubert, não um David), representaria o céu carregado de pó pairando sobre Santiago, Luanda ou Kolyma. Mas não sou nem pintor, nem músico, nem poeta. Sou um filósofo, aquele que usa ideias e palavras – palavras já esmigalhadas por tolos (LÉVY, *apud* GIDDENS, 2011, p. 314).

A religião é fornecedora de sentido e fator de coesão em meio à nomia e anomia social, trama em estreita relação com as sociedades industriais, portanto, perpassa o caminho interior que deve abandonar o fundamentalismo das formas religiosas. Nessa bricolagem de ideias, a conjuntura mundial, sob a ótica da fé, crença e história determina a secularização e exclusão humana ao recair na mazela social da miserabilidade, pois “[...] a pobreza é um entrave e uma ameaça para essas populações (pobres) como para as áreas mais prósperas” (AMMANN, 1980, p. 30 *apud* GIDDENS, 2011, p. 130). Essa questão dialética² retrata a relação social político-religiosa expressa no campo da fé, perpassa a arena que estabelece o poder, retrata a estrutura das relações sociais ligadas à manutenção da ordem simbólica, a qual, segundo Bourdieu (1974), é articulada em função de manter o sistema político que se subverte pela inversão política dessa ordem simbólica.

A manter essa direção política, a Igreja como reforço simbólico da divisão social, engendrada pelo *status quo* e o viés de inculcação da percepção das

² Para a teoria marxista, dialética compreende a teoria do conhecimento, através dos filósofos Hegel, Marx e Engels. Para o marxismo, dialética é o pensamento e a realidade ao mesmo tempo, ou seja, a realidade é contraditória com o pensamento dialético. Ainda: Materialismo dialético é uma concepção filosófica que defende que o ambiente, o organismo e os fenômenos físicos tanto modelam animais irracionais e racionais, sua sociedade e cultura quanto são modelados por eles, ou seja, que a matéria está em uma relação dialética com o psicológico e o social.

estruturas de “naturalização” que restauram o consenso e autoridade que “combate”, no campo simbólico, os heréticos pervertores da ordem simbólica (BOURDIEU, 1974, p. 70) de uma estrutura “emanacionista” - sinônimo da ordem cósmica estabelecida por Deus, eterna e imutável.

Se a ordem de Deus é eterna e imutável, Marx define:

[...] diante da impossibilidade de desvincular o homem de seu contexto, é preciso salientar que o homem atual atravessa uma fase de transição histórica, em que todos os valores são questionados, delineando-se uma perspectiva de reencontro do homem no homem (MARX, 2002, p. 09).

Essa reflexão significaria a imposição do pensamento hierárquico em “naturalizar” as relações da ordem com um pé no princípio aristotélico, outro, na teoria de Durkheim, que remete à disciplina social estabelecida por “lógicas” capazes de fazer sustentar o sistema mítico-ritual, a ideologia religiosa e a liturgia num processo de salvaguarda da ordem cósmica com a consequente subsistência do grupo (BOURDIEU, 1974, p. 71).

A instituição Igreja é ponto nevrálgico na manutenção da ordem simbólica, transmitida com menor poder de mística, isso, na contramão da lógica maior, mercadológica, a desencadear a política da diversidade que dá ao mundo sua versão econômica, político-cultural representada na aceitação, ódio ou banalização da religião. Assunto e conceitos postos, discutidos no item 1.1 da Tese, com foco no doutoramento em Ciências da Religião, a seguir.

1.1 A religião, a ilusão e o imaginário

“Tudo é segundo a dor com que se olha”.
(Mário Benedetti)

Esta pesquisa de Tese adentra agora ao campo racional humano, *simbo-lógico* e *mito-lógico*, fragmenta-se entre conceitos ligados ao mito/logos, simbólico e racional, dialeticamente retratados naquilo que exclui e no fato integrador. Trata de discutir **da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**, o qual infere na crença abstrata a determinar a salvação do trabalhador no que refere ao paradigma das expressões sociais permeadas pelos sistemas econômico, político e cultural estabelecidos enquanto determinação histórica.

O mito define a fase pré-racional do humano - ironiza a deusa-razão - através da ingenuidade do racionalismo, ilustrado nas formas mítico-mágicas tão vivas no cotidiano. “Como se depreende, o mito possui densidade antropológica universal [...] os mitos transculturais da humanidade funcionam concretamente na construção da existência humana, pessoal e coletiva” (BOFF, 2005, p. 91).

Formas simbólicas são expressas em jornais, horóscopo, esporte, música, seitas e organizações sociais. Imbricadas pelo imaginário³ humano como produção de significações sociais, e incorporam identidade/característica própria da consciência mítico-mágica. O signo incorpora o poder, direciona condutas, dá “[...] excitabilidade do sentimento religioso, um conceito qualquer [...], o que nos chega como súbita visitação do acima” (USENER, 1896, *apud* RUIZ, 2004, p. 290).

Lembrando que o nome do indivíduo não o representa na sua ausência, mas na conexão dos efeitos entre imagem e realidade, ou, o indivíduo: “O mundo constitui uma realidade fechada em que prevalece a totalidade das formas e se obscurecem as características particulares. O mundo está animado por uma mobilidade incessante; sua característica principal é fugacidade” (RUIZ, 2004, p. 114).

O que foi é. E, o que será também está no presente. Não existe uma perspectiva evolutiva da razão, capaz de anular a tendência do distanciamento entre pessoa e mundo, consciência e identidade dos grupos sociais. O mito passa a participar e estruturar o modo racional da compreensão humana.

A marca da espiritualidade está presente em boa parte dos documentos contraculturais. Jack Kerouac - geração *beatnik* - anos 1950, conta: “[...] no livro *Viajante Solitário*, sua experiência nas montanhas geladas do Noroeste norte-americano que os místicos chamariam, sem dúvida, de iluminação. Nenhum homem deveria passar a sua vida sem experimentar, ao menos uma vez, a salutar e até enfadonha solidão de um ermo, exclusivamente dependente de si próprio e aprendendo assim, portanto, a conhecer a sua força verdadeira e oculta. A aprender, por exemplo, a comer quando tem fome e a dormir quando tem sono (KROUAC, 2005, p. 158, *apud* CARVALHO, 2008, p. 57).

O antropólogo Joseph Campbell discorre sobre as funções dos mitos:

³ Revela-se muito especialmente como um lugar de “entre saberes” (DURAND, 1996, p. 215- 227), senão mesmo como o lugar do espelho (Lima de Freitas), um Museu (palavra que Durand muito aprecia), que designa o conjunto de todas as imagens possíveis produzidas pelo animal simbólico (Ernst Cassirer) que é o homem. [...] Consiste a cultura do imaginário em estudar o modo como as imagens são produzidas e transmitidas e como ocorre a sua recepção (ARAÚJO; TEIXEIRA, 2009).

A primeira é aquela que chamo de função mística: desperta e mantém no indivíduo uma sensação de reverência e gratidão para com a dimensão de mistério do universo, não para que viva com medo dele, mas para que reconheça sua participação nele, uma vez que o mistério é, também, o mistério de seu próprio ser. A segunda função do mito é fornecer uma cosmologia, uma imagem do universo que esteja de acordo com os conhecimentos de cada época, das ciências e dos campos de atuação das pessoas às quais o mito dirige. A terceira função do mito é a ética. Ele endossa e legitima as normas morais de uma determinada sociedade na qual a pessoa vive. Por fim, a quarta é pedagógica. Inspira e guia, passo a passo, os caminhos da saúde, da força e da harmonia espiritual ao longo de todo o desenrolar previsível de uma vida proveitosa (CAMPBELL, 1972: 214-215 *apud* BOFF, 2005, p. 91).

A produção religiosa trama a racionalidade explicativa que Ruiz conceitua como “uma simbologia implicante” (2004, p. 118), trespassada pela dimensão simbólica a estruturar os saberes. Permeada por conflitos permanentes a ambiguidade da convivência entre as visões mítico-mágicas e monoteístas é uma constante. A história conta do rei Saul⁴, ao consultar uma vidente sobre o futuro, logo o rei de um povo, gente “de um deus só”.

Sobre a magia, a numerologia, o mítico-mágico e o teos-lógico:

Esta diferença mítico-mágica, simbologia, está direcionada num certo distanciamento lógico do objeto cultuado nas diversas sociedades com tendências à desconstrução da visão mítico-mágica e produção de novas formas simbólicas e lógicas de autocompreensão (RUIZ, 2004, p. 128).

A religião, mesmo sob dimensão sagrada, propicia distanciamento da deidade, provoca dessacralização do objeto e sua naturalização, para Max Weber, “[...] o desencantamento do mundo”⁵, o que é relativo e nunca concluirá no trunfo definitivo da razão sobre o símbolo.

⁴ Samuel 28: Naqueles dias os filisteus reuniram suas tropas para lutar contra Israel. Aquis disse a Davi: “Saiba que você e seus soldados me acompanharão no exército”. 4 Depois que os filisteus se reuniram, vieram e acamparam em Suném, enquanto Saul reunia todos os israelitas e acampava em Gilboa. 5 Quando Saul viu o acampamento filisteu, teve medo; ficou apavorado. 6 Ele consultou o SENHOR, mas este não lhe respondeu nem por sonhos nem por Urim^[a] nem por profetas. 7 Então Saul disse aos seus auxiliares: “Procurem uma mulher que invoca espíritos, para que eu a consulte”. Eles disseram: “Existe uma em En-Dor”. 8 Saul então se disfarçou, vestindo outras roupas, e foi à noite, com dois homens, até a casa da mulher. Ele disse a ela: “Invoque um espírito para mim, fazendo subir aquele cujo nome eu disser”. 9 A mulher, porém, lhe disse: “Certamente você sabe o que Saul fez. Ele eliminou os médiuns e os que consultam os espíritos da terra de Israel. Por que você está preparando uma armadilha contra mim, que me levará à morte?” (Disponível em: <<<https://www.biblegateway.com/passage/?search=1+Samuel+28&version=NVI-PT>>> Acesso em 17 jul. 2020).

⁵ “O desencantamento em sentido estrito se refere ao mundo da magia e quer dizer literalmente: tirar o feitiço, desfazer um sacrilégio, escapar da praga rogada, derrubar um tabu, em suma quebrar o encanto” (PIERUCCI, 2003, p. 7).

A superação do mito pelo logos não provocou a superação do mito implícito no desenvolvimento simbólico humano, explicado por Levina: “Propomos que se chame religião ao laço que se estabelece entre o Mesmo e o Outro, sem constituir uma totalidade” (1980, p. 28).

Na concepção de Durand: “Todo signo que evoca, através de uma relação natural, algo ausente ou impossível de perceber”. Com relação ao tema, Jung infere “[...] ser os arquétipos ou funções do inconsciente que dão forma à existência do símbolo” (*apud*, RUIZ, 2004, p. 135).

Dar sentido às coisas advém da consciência: “Toda energia do espírito em virtude da qual um conteúdo espiritual de significado é veiculado a um signo sensível concreto e lhe é atribuído interiormente” (CASSIRER, 1989, p. 163). Já, o inconsciente não é inexorável por ser o simbólico à manifestação da potencialidade criadora do imaginário, é “[...] impossível de ser conhecido de modo pleno, apesar de ser o que nos define como humanos” (RUIZ, 2004, p. 136). Por facilitar a economia de esforços, o símbolo é arbitrário, prático, remete ao significado presente ou ausente na magia social.

O mistério do ministério é um desses casos de magia social em que uma coisa ou uma pessoa se torna uma coisa diferente daquilo que ela é, um homem (ministro, bispo, delegado, deputado, secretário-geral) que pode identificar-se e ser identificado com um conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores, ou com uma entidade social, a Nação, o Estado, a Igreja, o Partido (BOURDIEU, 2011, p. 158).

Daí ser o símbolo a realização dos arquétipos mediadores entre esquemas da linguagem alegórica, não privativa da poesia ou literatura, qualquer formação social manifesta, visão de mundo aonde “[...] a sociedade existe como uma rede de representações que socializa sujeitos, sem determiná-los, e os insere numa forma de prática social” (RUIZ, 2004, p. 144).

O símbolo abrange a totalidade da lingüística, ao explicar o mito sem esgotar seu sentido.

O mistério do ministério chega ao cúmulo quando o grupo só pode existir pela delegação num porta-voz que o fará existir falando por ele, quer dizer, a favor dele e no lugar dele. O círculo fica então fechado: o grupo é feito por aquele que fala em nome dele, aparecendo assim como o princípio do poder que ele exerce sobre aqueles que são o verdadeiro princípio dele (BOURDIEU, 2011, p. 158).

Mesmo sua eufemização não exclui o sentido da vida que para na morte, nega a morte, afinal “A pálida morte bate igualmente nas choupanas dos pobres e nos palácios dos reis” (Horácio s/d, *apud* RUIZ, 2002, p.144).

O simbolismo implementa e restabelece o equilíbrio psicossocial, subproduto do processo de sublimação trespassado pela imagem originada a partir do conflito. Na fala de Ruiz “[...] uma forma enganosa e irreal de sublimar as repressões” tornadas distúrbios mentais os quais para Cassirer e Jung são a “doença mental ou perda da função simbólica” (RUIZ, 2004, p. 145-146).

A assunção da teia simbólica socialmente consolidada possibilita a integração social, a constituição do sujeito num mundo onde “quem não se integra” assume a (des) identidade do excluído, fato social levado ao extremo como princípio da esquizofrenia. Essa incapacidade de fazer a *síntese equilibrante* manifestar o poder objetivador do simbólico, avaliza a tese de que “[...] aquele que não alcança este patamar simbólico não denota humanidade” (RUIZ, 2004, p. 146), equívoco que possibilitou a eliminação das pessoas deficientes mentais, pelos nazistas, durante a Segunda Grande Guerra Mundial.

O simbólico reside no modo de ser humano, da criança ao ancião, remete à diversidade racial, temporalidade e cultura dispersa geograficamente, que desenvolve função de *equilíbrio antropológico*. Retrata tensão insuperável e constitutiva do *ethos* humano em conexão dialogal do ‘eu’ e do ‘outro’, que não sutura a fratura, alivia a ferida num tecido social onde “[...] o mito é o sistema último de referência a partir do qual a história se compreende” (DURAND, 1979, p. 32).

É na tensão mítico-argumentativa que o ser humano e a sociedade têm de constituir suas verdades e projetar suas crenças, arena na qual o indivíduo e a coletividade se confundem numa unidade indissolúvel de sentido ou holismo vital que integra tudo numa unidade (RUIZ, 2004).

A razão moderna também aliena, domina, explora e exclui da vida social o indivíduo, “cuja identificação pessoal convive atribulada pela multiplicidade de micro identidade, ou, maleabilidade das identidades pós-modernas, atraídas e repelidas por uma constelação de identidades difusas” (RUIZ, 2004, p. 153).

Essas novas identidades delimitam novos totens, símbolos da relação grupal e fragilizada por modismos das novas tribos urbanas, arena na qual o racional-cultural revela que “[...] todo espaço possui um significado, ao mesmo tempo

individual e social, caso contrário ele seria incomunicável. Ele é ao mesmo tempo uma estrutura e um inventário provisório de formas e de relações simbólicas” (GALHIMARD, 1965, p. 64).

A religião enquanto re-ligação com a realidade é questão de sobrevivência “[...] num mundo o qual é parte de nós e ao qual nos integramos a partir da alteridade, sem a qual, afogaríamos em seu imanentismo, quando o sem-fundo humano transcende os limites de seu próprio ser e se expande ao infinito” (RUIZ, 2004, p. 159).

O ser humano é eterno peregrino a buscar, na “re-ligação”, sua constituição num *utopos*. É o que Prometeu fez ao carregar a fratura interior, humana, para os cumes inatingíveis da recriação permanente de um mundo onde o fato religioso constitui marco de significações sociais das instituições sociais cujas significações religiosas “[...] serviram para sintetizar o ethos de um povo – o tono, o caráter, sua cosmovisão” (GEERTZ, 1989, p. 89).

O símbolo revela o sem-fundo permanente como abertura ou fratura humana, que expulsou Adão e Eva do paraíso. A autoconsciência abriu seus olhos, os fez perceberem-se nus pelo pecado. Daí a responsabilidade de ter que comer o pão com o suor da utopia, trabalhada sob fadiga contínua na tentativa de religar-se a um mundo próximo e distante, na sua finitude, um sentido a partir da máxima “tu serás um animal simbólico” (RUIZ, 2004, p. 163).

Fora da realidade só resta o mundo do absurdo. **Da alienação à consciência**, tecendo **um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** “toda racionalidade já é uma forma de *hermeneusis*, que articula a fecundidade metafórica e seu senso pragmático ou crítico do racional” (RUIZ, 2004, p. 168). O simbolismo é a exuberância de possibilidades de ser, o erro da redundância simbólica expressa radical inadequação entre representação e realidade. “É onde o ser humano, desencaixado do mundo, recria-o permanentemente na procura de um encaixe harmonioso entre suas expectativas vitais e as possibilidades naturais de realizá-las” (RUIZ, 2004, p. 174).

Nas parábolas evangélicas, o caráter *parabólico* dos símbolos, e o do “Reino de Deus”, que excede qualquer significante, há exemplo das sementes de mostarda ou trigo, as quais não possuem nenhum sentido além daquilo que são. “O humano fraturado humaniza o mundo por meio da práxis significativa e se mundaniza ao inserir-se na alteridade irreduzível do mundo” (RUIZ, 2004, p. 177).

No sem-fundo humano a contradição dilui o simbolismo. Ao manifestar-se, integra os contrários numa correlação conflitante, aonde o logos define com nitidez os contornos dos elementos. A trama do simbólico nunca se tece no nível do logos ou consciência explícita. Enquanto fenômeno humano, alcança, extrapola as raias da religião por incitar a reflexão da crença enquanto condição do ser racional atada à devoção e santidade, ilusão, possibilidade real estruturada no abstrato da fé, paradigma discutido a seguir.

1.1.1 Ilusão, devoção e santidade

Em conformidade com o exposto ao final do item 1.1, no que remonta à questão do fenômeno da religião, o crer é no imóvel, rezar é para quem se move em meio ao “sem-fundo humano”, como contradição que dilui e o simbolismo que, ao manifestar-se, integra os contrários numa correlação conflitante. O logos define com nitidez os contornos dos elementos. Assim como “[...] no princípio era o verbo, e o verbo estava com Deus, e o verbo era Deus” (JO 1,1-14), que se refez em três pela crença do povo, obscuramente um só, irreversivelmente diferentes.

No primeiro século da Era Cristã os cultuados como santos foram os mártires, cujos nomes representavam testemunhos de adesão à fé cristã. Com o passar do tempo, o martírio passou a ser caracterizado por uma morte violenta, motivada por doença grave ou homicídio (MACHADO, 1995), num tempo quando o instinto da agressividade, violência e desconfiança torna-se visível, palpável enquanto expressão social em qualquer comunidade verticalizada pela desigualdade social.

Se a concepção cristã concebe que conhecer a Deus é tarefa para os limpos, a analogia científica busca entender o nativo, índio e selvagem, categorias que “aparecem” em citação do Papa Paulo III, no ano de 1537, da bula *Sublimis Deus* (nas mãos do missionário Bernardino Minava), quando o pontífice afirma que os nativos eram racionais e suas vidas e propriedades deviam ser respeitadas, dirigida aos colonos persuadidos de que indígenas eram animais ou quase animais (BOFF, 1991, p. 111).

O culto aos santos está presente desde a constituição da hierarquia cristã, consequência da necessidade em firmar valores morais, quando se faz o uso de

modelos exemplares, que traduziriam a visão de mundo aonde a santidade é modelo. O conceito é um termo aplicado pelas Sagradas Escrituras ao designar a qualidade do que é essencialmente divino. Do hebraico, santo e santidade significam separado/segregado. E, são termos que se relacionam com Deus, “separado do profano, o Santo dos Santos, o único absolutamente santo”.

Segundo o livro de Gênesis (2, 2-3), os sacerdotes indicaram essa diversidade, afirmando que Deus abençoou e santificou o sétimo dia. E, foi nesse dia que Deus descansou de todo o trabalho como “Criador”, evidenciando o entendimento dicotômico de sagrado e profano. Há seis dias que são profanos, de trabalho. Há um dia sagrado, dedicado à exaltação a Deus.

Nesse contexto, segundo Machado (1995), o termo ‘Santo’ era utilizado para designar o que está próximo de Deus, que lhe é consagrado, quer se tratasse de lugares, como o Templo de Jerusalém.

Conforme Lima, no Novo Testamento, o ideal de santidade se realizou plenamente - através de Jesus Cristo - cujo mistério está ligado à Santíssima Trindade. Nesta passagem, o filho reflete integralmente o esplendor do Pai, assim, a perspectiva da santidade consiste em amar como amou o próprio Cristo, enquanto o “[...] novo povo santo” é representado, agora, pela incorporação de todos os batizados, judeus e pagãos (LIMA, 2013, p. 131).

O conceito de santidade está propriamente relacionado com a religiosidade e a fé. De acordo com a doutrina cristã, a santificação é o processo de tornar algo ou alguém santo, ou seja, que possui santidade. Trata-se da separação e renúncia daquilo que é impuro, ruim e profano, dedicando-se a uma vida de devoção e consagração total a Deus.

De acordo com Secher (2005), verdadeiramente santo só Deus. Antes, era considerado santo o espaço do Templo de Jerusalém, o Santos dos Santos, onde ficava a Shekhinah (cinco livros de Moisés), não o rolo ou a escritura, mas o espírito que fala a partir da letra. As “personalidades” da *Bíblia*, desde os patriarcas, passando por Moisés, Davi, Salomão, até os (as) profetas, não eram santas nem sagradas. Permaneciam seres humanos, amadas por Deus, mesmo assim, não eram livres de pecados.

Os santos de hoje são considerados sinônimo de procedimento justo e misericordioso, muitas das vezes descritos como aqueles que, pela fé, venceram o mal (SECHER, 2005). Segundo a tradição oriental, de acordo com Vaucher (1987), a santidade também era tida como elo entre o plano natural e um patamar superior,

alcançado por meio da purificação espiritual a afastar o homem das coisas do mundo, como os pensamentos maculados e prazeres terrenos do corpo, aproximando-o do Divino através da sabedoria, virtudes, meditações e sacrifícios, como o jejum e o isolamento. Quanto ao plano superior, este é uma oferta colocada pela religião enquanto patamar abstrato a ser alcançado por meio dos fenômenos transe, êxtase e possessão, assunto dissecado no tomo 1.1.2, a seguir.

1.1.2 O transe

A mixagem de discursos e práticas do campo religioso, dentro da modernidade, revela a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que constitui o fenômeno religioso no Brasil, nos últimos anos (ORO, 2005). Sua visibilidade compreende meios de comunicação, diversidade administrativo-econômica, e presença na política.

Além disso, o uso explícito do dinheiro e métodos de evangelização extrapolam a intensão dos santos de hoje, no que refere aos procedimentos justos e misericordiosos descritos no item 1.1.1 como aqueles que, pela fé, venceram o mal (SECHER, 2005).

Há uma contemporaneidade imediatista-tecnológica. Ser feliz é sagrado, direito do indivíduo (seu corpo), sendo profanas as intervenções institucionais da norma religiosa na vida pessoal. Esta relação inverte os mandatos divinos transformados em desejos pessoais (TAYLOR, 2010 *apud* SILVEIRA, 2013, p. 96).

Após a fundação da Igreja Universal, em 1977, deu-se o rompimento com o modelo religioso sincrético hierárquico, que aceitava a hegemonia institucional Católica. Uma das características marcantes da Universal foi a construção do modelo doutrinário ritualístico, a apropriação e releitura de elementos simbólicos provenientes de outras religiões e igrejas. A Igreja Universal é religio-fágica, ou seja, “[...], uma igreja que procedeu a uma ‘fagocitose religiosa’. Depois de comer as outras religiões, inclusive os inimigos, ela faz uso extensivo de símbolos e objetos mediadores com o sagrado, essas práticas eram antes típicas das religiões mediúnicas e do catolicismo” (ORO, 2005, p. 321).

Nesse contexto, a *Bíblia* é usada em exorcismos, como recurso mágico, na verdade ela é pouco lida (BITTENCOURT, 1994). Como nas religiões mediúnicas, utiliza-se as práticas de sessões e correntes, repertório católico às novenas, vive-se

em meio a promessas, pecado, demônio, inferno e milagre. A possessão, nesse caso, não sacraliza o ritual, mas vai ao outro extremo na manifestação do sagrado, encarado de forma negativa porque é a irrupção do mal (ORO, 2005).

No Brasil, as religiões institucionalizadas, nas suas mais diversas formas de religiosidade, estão reunidas sob a “magia”, um abismo as separa “[...] crenças nas quais agem forças coletivas que as garantem sem uma verificação empírica. São atos que se repetem, fatos de tradição e que exercem uma função social determinada” (MAUSS, 1904, *apud* JÚNIOR, 2011, p. 393).

A ausência de profissionais na saúde e inacessibilidade da maioria da população pobre impulsionou as religiões mediúnicas como fator terapêutico até entre os cristãos. Na prática a incompatibilidade das doutrinas religiosas não faz diferença, sendo possível “ser de uma religião cristã e frequentar rituais mediúnicos, sem que isto seja um problema para a pessoa” (JÚNIOR, 2011, p. 398).

A religião é um fenômeno social, suas práticas cotidianas demonstram algum sentido, coesão e nomia com relação às relações sociais embasadas nas questões da fé. Inexplicáveis, essas representações significam e retratam a realidade na vivência coletiva moderna, fenômeno à sombra da possessão, posto, digerido, assimilado no item 1.1.3, a seguir.

1.1.3 Sentido, coesão e nomia social

Sobre a inversão dos mandatos divinos transformados em desejos pessoais (TAYLOR, 2010 *apud* SILVEIRA, 2013, p. 96), tópico posto e apresentado no campo 1.1.2, revela-se estudo paradigmático estruturado no tripé economia, política e cultura estreitado com a religião, a arena das relações sociais, a sociedade trespassada pelo seu articulador o ‘Estado’: “A sociedade é um fenômeno dialético por ser um produto humano, e nada mais que um produto humano que, no entanto, retroage continuamente sobre o seu produtor” (BERGER, 2004, p. 15).

Os processos dialéticos fundamentam a exteriorização, objetivação, interiorização e alienação enquanto resultado humano/realidade, condição ou produto social coletivo, construção ordenada que dá fôlego à nomia social⁶. Do contrário, caracteriza-se enquanto anomia do mundo do homem, curiosamente

⁶ “A única força capaz de servir de moderadora para o egoísmo individual é a do grupo; a única que pode servir de moderadora para o egoísmo dos grupos é a de outro grupo que os englobe” (DURKHEIM, 2010, p. 428).

“inacabado” ao nascer, pois da realidade o homem não aparta, em especial, aqueles “que não capitulam em face da regressão ideológica e teórica que hoje impera nos círculos intelectuais da sociedade tardo-burguesa e campeia, quase sem limites” (NETTO, *apud* COUTINHO, 2010, p. 234).

Na contramão da alienação⁷, este processo referencia “[...] à compensação que o homem tem pelos seus dotes corporais relativamente pobres, que é o cérebro grande e complexo, centro de um extenso e delicado sistema nervoso, que lhe permite desenvolver sua própria cultura” (CHILDE, 1981, p. 40-41).

A luta do homem pela sobrevivência enfrenta a incerteza da morte, passa pela necessidade do numinoso quando “o medo da cólera de Deus e da vingança dos santos era o único poder capaz de amedrontar desordeiros sem lei que eram tão comuns entre a nova classe dirigente do semibárbaro Estado franco” (DAWSON, p. 33). Seu entendimento e redução da complexa realidade o coloca frente à possibilidade do existir vida após a morte do corpo.

Desta maneira,

Assim como a produção religiosa consiste em um trabalho de mediação da ação da sociedade sobre si mesma, da mesma forma as religiões podem influir surge a produção, reprodução e transformação das relações sociais, isto é, nessa mesma medida pode a religião desempenhar funções sociais (MADURO, 1981, p. 156).

O mundo produzido tornou-se “barulhento, alguma coisa ‘lá fora’, clama por silêncio” (BERGER, 1985, s/p). A respeito do “silêncio fermentante, o silêncio de Deus”:

Eni Orlandi declara interesse acentuado pelo silêncio ‘fundante’, mas dá um enfoque em torno do silêncio da opressão, e, com menor ênfase, do silêncio em sua concepção mística, quando afirma: ‘Ele é considerado como ‘um apoio à adoração’ ou como ‘método que prepara a alma para experiências pessoais’ (Enciclopédia de Religião e Ética de Hastings). Assim, ele foi praticado por pequenos e grandes grupos em quase todos os períodos da história religiosa no mundo todo. Na Grécia, o silêncio tinha um lugar importante nas sociedades pitagóricas e nos círculos órficos. Pitágoras exigia

⁷ Nas sociedades marcadas pela alienação e por ideologias desenvolve-se a chamada razão instrumental (ADORNO, 1902-1969; HÖRKEHEIMER, 1895-1973), ou seja, uma razão que se torna simples instrumento para se atingir algum fim. É um tipo de razão calculadora, que mede utilidades e resultados. Está voltada para ser um instrumento de poder e dominação [...] de acordo com Habermas, sociedade que se caracterizaria por uma “colonização” da vida humana por essa lógica da razão instrumental, que rege o processo de produção material (COTRIM, 2000, p. 49).

um, ou mesmo três anos de silêncio como forma de iniciação na ordem religiosa. Sócrates refere várias vezes a importância do silêncio como forma de conhecimento e, comparando-o à fala, afirma que o silêncio é bem mais decisivo que aquela (ORLANDI, 1997, p. 64 *apud* MAJADAS, 2007, p. 65).

E segue a discussão trespassada pela ética da reciprocidade⁸ a regra de ouro ou regra áurea, máxima/princípio moral de injunção positiva/negativa nas religiões mais antigas. A Regra Áurea, de acordo com Berger (1985) define as religiões mais antigas:

- **Zoroastrismo** (cerca de 660 - 583 a.C.): “Um caráter só é bom quando não faz a outros aquilo que não é bom para ele mesmo” (Dadistan-i-Dinik 94:50);
- **Budismo** (cerca de 563 - 483 a.C.): “Não atormentes o próximo com aquilo que te aflige” (Udana-Varga 5:18);
- **Confucionismo** (cerca de 551 - 479 a.C.): “Não façais aos outros aquilo que não quereis que vos façam” (Analectos de Confúcio, 12.2 e 15.24);
- **Hinduísmo** (cerca de 300 a.C.): “Esta é a suma do dever: não faças aos demais aquilo que, se a ti for feito, te causará dor” (Mahabharata,5:15:17);
- **Judaísmo** (cerca de 200 d.C.): “O que é odioso para ti, não o faças ao próximo. Esta é a lei toda, o resto é comentário” (Talmude, Shabbat 31^a);
- **Islamismo** (cerca de 570 - 632 d.C.): “Nenhum de nós é crente até que deseje para seu irmão aquilo que deseja para si mesmo” (Suna);
- **Cristianismo** (cerca de 30 d.C.): “Portanto, tudo que quereis que os homens vos façam, fazei-o também a eles” (Jesus, no *Sermão da Montanha*, Mateus 7:12).

De acordo com o sociólogo, teólogo luterano Peter L. Berger: “A cultura é objetiva por se defrontar ao homem como um conjunto de objetos do mundo real

⁸ A **ética da reciprocidade**, também chamada de **regra de ouro** ou **regra áurea**, é uma máxima moral ou princípio moral que pode ser expressa como uma injunção positiva ou negativa: Cada um deve tratar os outros como gostaria que ele próprio fosse tratado (forma positiva ou directiva). Cada um não deve tratar os outros da forma que não gostaria que ele próprio fosse tratado (forma negativa ou proibitiva, ou ainda regra de prata). Em ambas as formas, serve como uma directiva para tratar os outros como a si próprio. A Regra de Ouro difere da máxima da reciprocidade expressa como *do ut des* - "Dou para que tu dê" – sendo, por isso, um compromisso moral unilateral com vista ao bem-estar dos outros, sem expectativas de nada em troca. No entanto, muitos autores cristãos vinculam a forma negativa da regra de ouro como uma consequência da visão contratualista de uma sociedade hobbesiana, na qual cada pessoa se considera primeira e majoritariamente como um indivíduo que transborda direitos/desejos, mas que não tem nenhuma responsabilidade fundamental para com ninguém. Segundo este ponto de vista, em sua forma invertida, há um esvaziamento moral em seu sentido, uma vez que a finalidade da regra de ouro passa ser apenas a proteção de direitos/desejos individuais e simultaneamente reduzir o conflito com os outros indivíduos. A regra, portanto, em sua versão invertida, abandona o seu compromisso moral com o bem-estar dos outros focando apenas na busca do bem próprio. O conceito ocorre, sob alguma forma, em quase todas as religiões e tradições éticas. Também pode ser explicada sob a perspectiva da psicologia, da filosofia, da sociologia e da economia. Psicologicamente, envolve o desenvolvimento de empatia com os demais. Filosoficamente, envolve uma pessoa perceber seu próximo também como um "eu". Sociologicamente, "ama o próximo como a ti mesmo" é aplicável entre indivíduos, entre grupos e também entre indivíduos e grupos. Em economia, Richard Swift, em referência a ideias de David Graeber, sugere que "sem algum tipo de reciprocidade, a sociedade não poderia mais existir".

existente fora de sua consciência” (BERGER, 1985, p. 23). Portanto, o ser humano que encontra a relação correta com o cosmos sagrado, possui escudo contra o terror da anomia numa sociedade que dirige, sanciona, controla e pune.

Em relação à conduta individual, muitas das vezes, “[...] quem fala é um bêbado, um ‘maluco’: o que ele fala, portanto, não tem nenhum valor social, moral, ético, muito menos político. Um bando de loucos que não merece ser ouvido, que não merece nenhuma atenção? Seria perda de tempo?” (MAJADAS, 2007, p. 59).

A coercitividade, fundamento da sociedade, aproxima os mecanismos de controle social, ostenta o poder de constituir e impor a realidade.

O povo não exige nada mais à tragédia que ser bem comovido para poder aliviar-se uma vez ao menos pelas lágrimas; o artista, pelo contrário, que vê a tragédia nova, encontra sua satisfação nas invenções e nos artifícios técnicos engenhosos, no tratamento e na divisão do assunto, no novo jeito conferido a velhos motivos, a velhas ideias. Sua atitude é a atitude estética diante da obra de arte, aquela do criador; a primeira descrita, que considera unicamente assunto, é aquela do povo. Do homem que fica entre ambas não terá nada a dizer, não é povo, nem artista e não sabe o que quer: por isso sua satisfação é confusa e medíocre (NIETZSCHE, s.d, p. 158).

A identidade confere ao indivíduo o “eu real”, que o permite conversar consigo, fazer objetivações de si, e auto interpretar subjetivamente suas ações em meio a um mundo de contradições. Ao discutir a Lei da Contradição:

Digamos que tal lei exista e que se manifesta em todos os seres, na natureza, na matéria, no reino animal, na sociedade humana. Ora, assim podemos prever facilmente o futuro, pois já sabemos de antemão o que vai acontecer, basta compreender tal lei. Isto pode ser substituído por um exemplo social: a luta de classes. [...] expressão da lei da contradição na esfera da sociedade humana (VIANA, 2015, p. 155).

O homem aprende os sentidos objetivados, identifica-se, é modelado por eles. Segundo Varella, mesmo:

[...] a perda da liberdade e a restrição do espaço físico não conduzem à barbárie, ao contrário do que muitos pensam. Em cativeiro, os homens, como os demais grandes primatas (orangotangos, gorilas, chimpanzés e bonobos) criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo. Esse processo adaptativo é regido por um código penal não escrito, como na tradição anglo-saxônica, cujas leis são aplicadas com extremo rigor: - Entre nós, um crime jamais prescreve, doutor (VARELLA, 1999, p. 10).

A dificuldade em manter o mundo de pé, expressa-se psicologicamente na luta em mantê-lo subjetivamente plausível, tem relação direta com as instituições e a divisão social do trabalho expressa nas classes sociais. Para Viana:

Por exemplo, nas classes sociais desprivilegiadas a contradição é mais comum nas representações cotidianas, bem como sua mutação é mais rápida em momentos de ascensão das lutas sociais, apesar dela ocorrer mais rapidamente no âmbito das opiniões e somente posteriormente no das convicções, quando chega a ocorrer, o que tem a ver com o processo histórico de vida destes indivíduos, seu pertencimento de classe, seu acesso a informações, seus interesses (imediatos ou a longo prazo), as pessoas de suas relações afetivas, sua relação com o mundo, valores, interesses (VIANA, 2015, p. 72).

Essa luta pela sobrevivência, em relação às convicções ou processo histórico, data do mundo objetivo de preservar a própria consciência quando o indivíduo não é modelado como coisa passiva e inerte. “A práxis dos indivíduos ou dos grupos sociais se refrata necessariamente por meio de uma linguagem que só é significativa quando articulada à totalidade das linguagens engendradas por essa sociedade tomada como um todo” (COUTINHO, 2010, p.130).

O mundo social construído pelos indivíduos é atividade ordenadora ou nomizante - nomia - nomos objetivo (dá sentido à sua biografia) e subjetivo. Do contrário, convive com a anomia. Esta é intolerável, alcança o desejo de morte. Portanto:

Responder aos desafios, fazer política, em síntese, nesta perspectiva, passa a ser algo extremamente criativo e fascinante: libertar-se pessoalmente e libertar-se socialmente, coisas que exigem criatividade a cada momento. Para isso não há cartilha com respostas prontas, cada um é autor e produtor de sua própria liberdade. A social, total, não é da autoria de todos. Ela é, quando muitos a querem e a vivem (FREIRE; BRITO, 1984, p. 63).

As situações marginais da existência humana revelam inata precariedade dos mundos sociais, pois “[...] o indivíduo recebe da sociedade vários métodos para diferir o mundo de pesadelo da anomia e conservar-se dentro dos limites seguros do nomos estabelecido” (BERGER, 1985, p. 37).

O sujeito enfrenta esta realidade de mãos com o sagrado supremo, escudo e realidade poderosa, distinta, que coloca sua vida numa ordem, dotada de significado, “[...] talvez, quem sabe”, no intuito de afastar a liberdade da “cadeia, um

lugar povoado de maldade”, afirma Drauzio Varella, na obra *Estação Carandiru* (1999). E, prossegue o médico-autor:

Abre-se um pórtico majestoso: CASA DE DETENÇÃO, em letras pretas. [...] Por ele circulam advogados, mulheres com sacolas e funcionários corpulentos de calça jeans que falam do trabalho, riem uns dos outros e mudam de assunto quando um estranho se aproxima. Há que cumprimentá-los com decisão; caso contrário, dá vontade de gritar de dor quando a mão é esmagada no aperto” (VARELLA, 1999, p. 13).

Em seu pluralismo, o mundo social é precário - uma consequência e determinação histórica. A atenuar sua miséria, o controle social, ou, normas interiorizadas transmitidas de geração a geração: “Alguns pretendem tirar conclusões do fato de um cão ter deitado no dia seguinte no lugar onde fora levantada a fogueira, voltando cada vez que era enxotado. Mas não é difícil compreender que esse animal achasse o lugar mais quente do que outro” (FOUCAULT, 2014, p. 11).

A religião transcende o *status quo*, legitima instituições, a história humana, a coletividade ameaçada pelo tempo, regula conflitos e discrepâncias trespassadas por diversas atividades. Torna Deus o ser mais confiável, capaz de fixar a ordem, pelo rito, ser rememorado como aquele que, “[...] em menos de uma semana, transformou Saulo de assassino cruel, que odiava cristãos, em pregador fervoroso” (SWINDOLL, 2003, p. 67).

A crença trata, mantém o *nomos* compreensivo cotidiano colocado em dúvida. Torna-se fundante da “base” social que mantém a existência do mundo real para seres humanos reais, ou, a dialética da ideação religiosa. Esses fenômenos anômicos retratam que “[...] uma das funções-chave do *nomos* é a facilitação dessa renúncia na consciência individual” (BERGER, 1985, p. 7).

Assim, a Teodiceia⁹, em decadência no século XXI, fornece explicação ao sujeito pobre da sua pobreza, abençoa o rico e define forças sagradas que produzem ritmos da natureza. Já o misticismo leva este mesmo homem, pela atitude religiosa, a buscar união das suas forças com seres sagrados. Sobre a penitência e misticismo, Foucault reflete:

⁹ Termo derivado do título da obra *Ensaio de Teodiceia*, do filósofo alemão Leibniz, que justifica a existência de Deus a partir da discussão do problema da existência do mal e de sua relação com a bondade de Deus.

Mas as dores deste mundo podem valer também como penitência para aliviar os castigos do além; um martírio desses, se é suportado com resignação, Deus não deixará de levar em conta. A crueldade da punição terrestre é considerada como dedução da pena futura; nela se esboça a promessa do perdão. Mas se pode dizer ainda: um sofrimento tão vivo não seria sinal de que Deus abandonou o culpado nas mãos dos homens? (FOUCAULT, 2014, p. 48).

Essa transformação referencial da Teodiceia cristã na consciência do homem ocidental, a partir do século XXI, deu origem à era revolucionária. Sem igualar religião e alienação, cabe afirmar “[...] o papel histórico da religião nas tarefas humanas a qual constrói e mantém o mundo. E, isto é um fenômeno que retrata o poder de alienação inerente à religião” (BERGER, 1985, p. 102). Sobre a afirmação, Michel Lowy questiona:

Será que a religião ainda é, como Marx e Engels a consideravam no século XIX, um reduto da reação, do obscurantismo e do conservadorismo? Será que ela ainda é uma espécie de narcótico, que intoxica as massas e as impede de pensar e de agir claramente em seus próprios interesses? Em grande medida, a resposta é ‘sim’ (LOWY, 2000, p. 11).

A alienação impõe a inexorabilidade fictícia ao mundo construído pelo homem, e, “[...] quando a alienação é legitimada religiosamente, aumenta-se muito a independência desses poderes, tanto no nomos coletivo quanto na consciência individual” (BERGER, 1985, p. 107). O grande paradoxo da alienação religiosa é o processo de desumanização do mundo sociocultural, com raízes no desejo de que a realidade possa ter e dar lugar significativo ao homem.

A visão de Marx e Engels se aplica muito bem às correntes fundamentalistas das principais religiões (cristã, judaica e muçulmana), ao conservadorismo católico, à maioria dos grupos evangélicos (e sua expressão da chamada ‘Igreja Eletrônica’) e à maioria das novas seitas religiosas – algumas das quais, como a conhecida Igreja de Moon, não são nada mais que uma combinação cuidadosa de manipulação financeira, lavagem cerebral obscurantista e um anticomunismo fanático (LOWY, 2000, p. 11).

A construção do mundo enquanto determinação histórica e anomalia societária resulta das tarefas coletivas, desenroladas entre acumulação e pobreza. Se as diferenças são naturais ao homem, ao contrário não o são sob a imposição das injustiças e consequências da sociedade capitalista. A anomalia social indica a necessidade de desvelar a religião à luz de diversas discussões, dentre elas, aquela que remonta ao intrigante conceito do profano, tema discutido no item 1.2, a seguir.

1.2 A religião e o profano

*“A coisa sagrada é aquela que o profano não deve tocar,
e não pode tocar com impunidade”.*
(Durkheim)

O verdadeiro conhecimento estrutura a comunicação dos fatos e aprofundados por pesquisas. Conforme apresentado no item 1.1.3, o grande paradoxo da alienação religiosa é o processo de desumanização do mundo sociocultural, com raízes no desejo de que a realidade possa ter e dar lugar significativo ao homem.

Assim a Tese, que permeia pela área das Ciências Humanas no campo da Cultura e Sistemas Simbólicos, adentra à estrutura da teoria das Ciências da Religião engendrada pelo mundo capitalista, cuja violência é destilada contra a categoria humana na sua diversidade. Este paradigma é realidade formal-abstrata tratada neste subcapítulo 1.2, sob o olhar da condição profana, assunto que esbarra na crença, papel social, questão de vida e morte humana.

A violência determina a parcela humana favorecida a nível individual e societário, também, qual a classe social que pertence ao núcleo profano. Para Durkheim (2010), quadro que revela um dos papéis e objetivo da violência na religião, representada no conjunto de crenças/ritos, coisas reais, nascimento e morte.

A religião é, portanto, maneira de conhecer a realidade, poder pensar sobre ela por classificar, estabelecer e sacralizar a identidade, além de definir o homem e seu espaço no universo (MOL, 1976). E “considera controlar identidades socialmente concebidas, manter a ordem, garantir a identidade futura e a sacralização, modifica, obstrui ou (se necessário) legitima a mudança” (idem, p. 6). Aqui o sagrado continua a reaparecer na realidade moderna estabelecendo distinções.

As crenças e o rito religioso determinam o que é sagrado ou profano, excluem. Se para Durkheim as pessoas entendem o presente compreendendo o passado, com relação ao processo de conversão no recorte e terreno histórico da América Latina “[...] a piedade jamais foi tão fria num País onde o ar tem tanto calor” (QUADROS, 2001, p. 191).

A religião contribuiu na formação do intelecto por ser algo iminentemente social. De acordo com Durkheim: “A única força capaz de servir de moderadora para o egoísmo individual é a do grupo; a única que pode servir de moderadora para o egoísmo dos grupos é a de outro grupo que os englobe” (2010, p. 428).

Importante lembrar que “[...] a distinção entre o sagrado e o profano é encontrada em um pensamento que tem consequências materiais” (ERICKSON, 1996, p. 32), como a manutenção da ordem - atividade sagrada - pelo viés da divisão social do trabalho.

O bem e o mal nada mais são que, dentro da categoria moralidade, duas espécies opostas da mesma classe (ERICKSON, 1996, p. 53-54). A vida religiosa não caminha com o profano a mesma trilha, ponto de estudos do sociólogo, atrás de compreender a irracionalidade do profano, a racionalidade do sagrado - mistério e dualismo que permite a distinção entre magia e religião, sempre uma tensão recíproca. Os indivíduos “utilizam” a magia, mas esta não cria para eles uma comunidade moral, porque “não existe Igreja na magia” (ERICKSON, 1996, p. 37). Em cada indivíduo dois seres coexistem nele:

O totem coletivo faz parte da condição civil de cada um enquanto regra hereditária a qual aceita a ideia do totem do clã o qual existe sem o individual, neste caso, o indivíduo o aceita como seu por ser este símbolo de “deus” tornado um só junto com a sociedade (DURKHEIM, 1965, p. 239).

Com relação à arena na qual a sociedade totêmica, e seu deus, empregam a violência: “Os homens enxergam agora mais [...] tornam-se diferentes [...] só conseguem se satisfazer através de ações violentas, heroísmo sobre-humano, barbarismo” (DURKHEIM, 1965, p. 241). São forças com origem nas experiências coletivas que criam “heróis e assassinos” a partir de uma base moral fora do eu, quando nações inteiras podem ser convencidas por rituais religiosos que a violência sagrada é justificada (Idem, p. 250).

Exemplos políticos dessa barbárie, a inferir na questão dos direitos humanos, a quase destruição dos judeus por Hitler, a escravidão nos Estados Unidos. O poder moral engendrado na sociedade por gerar um deus poderoso do qual o adepto depende, pois “[o culto] não tem o objetivo único de fazer com que os sujeitos profanos se comuniquem com os seres sagrados [...]” (DURKHEIM, 1965, p. 388).

Este poder ou força religiosa dá às pessoas o controle das atividades e respostas sociais através do pensamento abstrato, quando, por trás da religião repousa a vontade de excluir o profano, o feminino, por ser a religião redutível a grupos exclusivos que dominam o excluído, por ser ela a ferramenta da exclusão, ou a religião que faz o “homem” (DURKHEIM, 1965, p. 51).

E, sob o viés da violência, que alimenta a religião, a vida social exclui as mulheres, as separam numa transcendência destinada ao domínio de dois mundos, o ideal moral e o ordinário. Sobre este ponto de discussão:

[...] o cerceamento das regras de decência provocou, provavelmente, como contra efeito, uma valorização e uma intensificação do discurso indecente. [...] obstinação das instâncias de poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma de articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado (FOUCAULT, 1998, p. 24).

O poder sagrado celebra vidas fragmentadas, contaminado pelo profano numa arena onde a purificação, o sexo, a força e a violência caminham aonde “[...] a mulher é mais um produto da natureza do que um ser social” (DURKHEIM, 1951, p. 385).

Esta segregação, sustentada pela força e violência, destrói a totalidade da sexualidade, cria tensão recíproca entre dois sexos numa sociedade na qual o casamento vem a controlar os relacionamentos individuais. Além disso:

[...] pode-se muito bem policiar a língua, a extensão da confissão e da confissão da carne não para de crescer. Pois a Contrarreforma se dedica, em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual. Porque tenta impor regras meticulosas de exame de si mesmo (FOUCAULT, 1998, p. 25).

Essa realidade nega o acesso a outras formas de relacionamentos, afeta os gêneros de maneira diferente quando “o casamento ‘regula’ a vida da paixão”, criando “um equilíbrio moral que favorece o marido” (DURKHEIM, 1951, p. 270). “É preciso que um dos sexos seja necessariamente sacrificado, e a única solução é escolher o menor dos dois males?” (DURKHEIM, 1951, p. 384).

No que prossegue o sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês: “Essas ‘tendências desinteressadas’ constatam que as mulheres não eram ‘fracas’, mas que se tornaram assim com a ‘progressão da moralidade’” (DURKHEIM, 1984, p. 18).

A respeito desse espectro da divisão social do labor: “O trabalho da mulher e seu papel está amplamente relacionado com seu estado inferior e menos desenvolvido, estado este que torna possível o casamento” (DURKHEIM, 1951, p. 64).

A solidariedade orgânica requer o sistema institucionalizado que imponha boa fé e abstenção da força, da fraude no contrato. Esta moralidade punitiva expõe outro fato “[...] bater numa criança é permissível quando o objetivo é o ensino da

importância moral” (DURKHEIM, 1973a, p. 201). Valida a antinomia entre indivíduo e sociedade, sagrado e profano, masculino do feminino em um mundo onde as brincadeiras dos meninos são mais “pragmáticas” que das meninas tolerantes, conciliadoras, inovadoras. O mundo no qual:

Aquilo que é significativo, representa também resposta a indagações que sempre nos acossam. Donde provém esse céu profundo com miríades de estrelas sobre nossas cabeças? Qual a nossa relação com a terra de onde viemos e para onde retornamos? Como nos relacionar com os outros e com os estranhos? Quem decifra a atração enlouquecedora entre dois amantes? Por que o sofrimento e a ansiedade de quem amamos afeta nossa alegria de viver? Por que sofremos inconsoladamente com a morte da pessoa amada? Qual a significação do eu pessoal no conjunto dos seres? Para onde, finalmente vamos? (BOFF, 2005, p. 87).

Com relação a este fenômeno social, o mesmo acontece:

Sobretudo, porque atribui cada vez mais importância, na penitência – em detrimento, talvez, de alguns outros pecados – a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual (FOUCAULT, 2010, p. 25).

A unidade mãe/filha permite que as mulheres sejam seres individuais reais umas para as outras, enquanto o “drama do pai” as estigmatiza como objetos (DURKHEIM, 1984, p. 74). Esse fator social retrata a questão de gênero e “[...] a alienação das gentes na óptica da divisão social do trabalho” (MARX, 1979, p. 15).

A opressão material e histórica das mulheres, mesmo dentro da classe proletária, e, no mundo ocidental, tem no sexo uma forma sagrada de conduzir o poder da dominação pelas raias da masculinidade, sexualidade, violência e morte, no mundo aonde a mulher representa a antiga religião (pré-totêmica), forças primitivas, já o homem, retrata o que a história conta da razão, lei e ordem.

Então:

A partir do momento em que começa a dividir-se o trabalho, cada um se move num círculo determinado e exclusivo de atividades, que lhe é imposto e do qual não se pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor, ou crítico-crítico, e não há remédio senão continuar a sê-lo, se não quiser ver-se privado dos meios de vida (MARX, 1979, p. 15).

O homem baseia no erro negativo, estupro, homicídio sexual e pornografia. As mulheres no *eros* positivo, na energia e capacidade potencial. A violência/morte/ressureição dá gênese à vida: “Na reprodução, o espermatozoide e o óvulo se unem para formar uma nova entidade, mas eles o fazem a partir da morte e do desaparecimento de dois seres separados” (HARTSOCK, 1983, p. 244).

Os animais, segundo Durkheim “[...] só conhecem o mundo, os homens conhecem o ideal” (1996, s/p.), por razões de poder e dominação, quando os homens, no intento de reproduzir o mundo ideal, satisfazem suas necessidades. A religião é o modo pelo qual a identidade masculina está sacralizada. Ela “devolve a totalidade às vidas dilaceradas pelas mudanças” (MOL, 1976, p. 95).

“Em seu modo e esforço de criar e sustentar a força violenta e dominadora da sociedade dos homens a religião transformou a alma” (MOL, 1976, p. 87). Ao fenômeno Nietzsche (1873) chamou de “a grande mentira” entre as massas e elite, dominados e dominadores, ato político de filtrar as vozes a partir da história e reclassificá-las como grupo sem voz. Antes de estabelecerem-se como indivíduos com voz e alma, continuam a falar no escuro em meio à sociedade moderna, industrial, fundamentalista, religiosa, a ser estudada no item a 1.2.1 a seguir. Esta mesma sociedade, agora, industrializada, absorva no fundamentalismo e ódios mútuos da Era moderna.

1.2.1 A sociedade industrial e o fundamentalismo

Se a tradição em trilhar o caminho religioso deve ser abandonada, não há como fazer espelhando nos antepassados. A religião transformou a alma, assunto que é parte do estudo exposto no subcapítulo 1.2. As formas agrárias autoritárias, patriarcais, exclusivas e alicerçadas em seu modo e esforço de criar, sustentar a força violenta e dominadora da sociedade dos homens foram transformadas.

A obra *La Intolerancia*, exposta no *Fórum Internacional Sobre La Intolerancia* (UNESCO, 1997), provoca reflexão com *Definiciones Lexicológicas*:

Desde el punto de vista histórico, el fundamentalismo es un proceso hermenéutico, ligado a la interpretación de un libro sagrado. El fundamentalismo occidental moderno nace em los medios protestantes norteamericanos del siglo XIX, y se caracteriza por una voluntad de interpretar literalmente las Sagradas Escrituras, particularmente en lo que concierne a las nociones cosmológicas, respecto a las cuales la ciência de la época parecia socavar la verosimilitud del relato bíblico. Corolario

obligado de esa tendencia fue el rechazo, a menudo intolerante, de toda interpretación alegórica y de todo enfoque de la enseñanza que cuestionara las Escrituras, como se pudo constatar em la polémica contra el darwinismo¹⁰ (ECO, 2006, p. 15).

O conceito “velhos vasos” reforça que devem ser conservados na memória, e criar novos recipientes de melhor material, legado da veneração sagrada da sociedade científico-moderna, forjada no laicismo e que não pressuponha o Deus interpretado por sistemas de valores a professar a ética e comportamento individual.

Portanto, questiona “[...] o Ocidente sobre o que sua coletividade entende por religião de concepção teísta, crença, submissão, culto e devoção engendrados por uma estrutura hierárquica em cuja interpretação da realidade incide a solução da vida pelas vias da própria vida, morte e dor” (CORBI, 1996, p. 138).

As sociedades da ‘Era digital’ impõem novas maneiras estruturais de pensar sem os sentimentos, desatadas de sistemas e ideias fixas quanto à existência atada à vida própria vida, comportamento coletivo e organizações que não se separam das estruturas sacerdotais sem a exigência da prática devocional (CORBI, 1996, p. 139). As formas mentais identificam com o caminho interior do indivíduo. As faculdades humanas, com o trabalho interior, algo que não é mental, mas fundamentado na crença, submissão, entrega, devoção.

Nas sociedades industriais desenvolvidas, o sentir está em constante movimento. Nenhuma forma de pensar, atuar, sentir e viver tem consistência ou duração. De acordo com Leonardo Boff:

A partir do século XV de nossa era formaram-se as nações modernas, com fronteiras separando umas das outras e guerreando-se com frequência. Inicia-se a Revolução industrial que modificou a relação do ser humano com a natureza, pois agora sujeita-se a seus interesses sem considerar a autonomia dos distintos seres e sua racionalidade com todos os demais. Culmina com a cultura da informação, com a tecnificação das relações sociais, com a revolução atômica e cibernética contemporâneas e com a viagem pelo espaço exterior no estudo de nosso sistema solar e do vasto cosmos (BOFF, 2005, p. 55-56).

¹⁰ Do ponto de vista histórico, o fundamentalismo é um processo hermenêutico, vinculado à interpretação de um livro sagrado. O fundamentalismo ocidental, moderno, nasceu na mídia protestante americana, do século XIX, e é caracterizado pela disposição de interpretar literalmente as Escrituras Sagradas, particularmente no que diz respeito às noções cosmológicas, em relação às quais a ciência da época parecia minar a probabilidade. da história bíblica. O corolário forçado a essa tendência foi a rejeição, muitas vezes intolerante, de toda interpretação alegórica e de toda abordagem da educação que questionava as Escrituras, como pôde ser observado na controvérsia contra o darwinismo” (Tradução livre de Antônio C. M. Lopes, autor da Tese).

Em “outros tempos” acreditava-se na providência divina, trama teísta perdida nos caminhos da sociedade industrial. A estrutura coletiva pós-máquinas impõe a economia, modifica o fazer político-cultural, coloca em recessão, no Ocidente, as tramas teístas: *“Sólo se puede hablar de Dios sabiendo que los hombres de las sociedades industriales avanzadas tienen un sentir de tal forma tejido que en él no hay Dios ni lo habrá, tal como lo tuvieron nuestros antepasados”*¹¹ (CORBI, 1996, p. 141).

A forma religiosa centenária parece chegar ao final do caminho interior que urge à humanidade ressignificações. A tarefa passa a ser transcodificar a sabedoria do passado.

O fundamentalismo propriamente dito, refere-se a uma manifestação religiosa literal dos escritos sagrados e não se limita apenas à realidade do mundo oriental. Alguns grupos cristãos, ao longo da história do mundo, optaram por uma compreensão rigorosa das passagens da Bíblia, assim como a Caça às Bruxas, durante a Idade Média, na Europa, liderado pela Igreja Católica, e, recentemente, aqui no Brasil, a perseguição de alguns líderes da Igreja Evangélica, com cargos políticos, sobre a população LGBT (VASCONCELOS, 2016, p. 27).

Os erros repassados pelos maiores mitos, suas consequências religiosas, tradicionalmente, são mais reconhecidas enquanto verdadeiros.

Cada qual molda à sua maneira o processo de globalização com futuros diferentes. Para orientar-se face às novidades emergentes, grande número de sociedades e de pessoas olha para trás, para o passado de seu povo. Para redefinir sua identidade apelam para as tradições, o idioma, as religiões, os costumes, as glórias de sua cultura, os heróis nacionais, os valores característicos, as festas típicas, os monumentos literários e materiais, as instituições permanentes, os ecossistemas com suas singularidades e belezas. Junto a isso referem-se a povos e a culturas afins com os quais compartilham o destino e a outros povos com os quais mantêm relações tensas e até hostis (BOFF, 2005, p. 20-21).

Tomando o fundamentalismo, ódio, e leis, o discutir a vida passa pela morte/cultura humana. A mitologia ligada ao campo agrário, dá conta do paradigma, a “morte que dá origem à vida”, talvez o álibi de antigas gerações para os extermínios e grandes massacres das vítimas do sacrifício.

Com relação ao fato social, “uma das principais diferenças culturais entre o Ocidente e o islã está justamente na política: nos países onde o islamismo é maioria,

¹¹ “Só se pode falar de Deus sabendo que os homens das sociedades industriais avançadas têm um sentimento tão tecido que nele não existe Deus nem haverá, assim como nossos ancestrais” (Tradução livre do autor da Tese).

os Estados não são laicos, ou seja, o Corão serve como base social, política e jurídica” (VASCONCELOS, 2016, p. 27).

Há um paradigma dualista exposto na autocomplacência, provincianismo, incapacidade de reconhecer erros retratados pela intolerância e dureza, contrapõe verdade/liberdade e verdade/criação. A 22ª reunião do Plenário da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 21 de outubro de 2003, deliberou:

[...] pela segunda vez em muitos meses, em seguida à omissão do Conselho de Segurança em agir, uma sessão de emergência da Assembleia Geral aprovou esmagadoramente uma medida acerca da situação no Oriente Médio – neste caso, exigindo que Israel interrompesse e revogasse a construção do muro que está sendo construído na Margem Ocidental (ONU, 2006, p. 11).

As formas mítico-simbólicas da religião levam a grandeza da experiência ao nível globalizante, mobiliza as faculdades humanas onde os mitos e símbolos são instrumentos de articulação coletiva.

Antigamente, o islamismo combateu o socialismo liderado pela URSS, a mando dos EUA. Hoje, o neofundamentalismo combate quem no passado os manipulou (Estados Unidos e Europa). O fundamentalismo islâmico, manifestado pela expressão jihad, está associado ao esforço moral, e, muitas vezes violento, de fiéis contra os infiéis (VASCONCELOS, s/d, p. 31).

Em toda história, a religião é arrastada por entre diferentes modos de vida e culturas, lutas, intolerâncias, guerras e massacres, retrata o fato de a crença ter sido transformada num projeto de vida político-coletivo, a partir de diretrizes celestiais.

No decorrer dos últimos anos, após a Segunda Guerra Mundial, no período entre 1960 e 1970, o termo fundamentalismo islâmico, ou radicalismo, ganhou o nome de terrorismo. De acordo com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, terrorismo é um tipo específico de violência e possui cinco definições: físico (violência, tortura e assassinato para impor preferências); psicológico (indução de medo por meio de notícias ou guerra psicológica, como a Guerra Fria); de Estado (redução de recursos governamentais e manipulação sobre a população na busca pelo interesse próprio); econômico (embargo financeiro) e religioso (quando o incentivo vem por meio da religião). Os fundamentalistas não enxergam os outros povos como seres humanos e sim como infiéis, portanto não há moral ou ética, somente a lógica da exterminação. Entretanto, a maioria dos islamitas, partilha ideias em comum: o desejo da purificação e da renovação da vida islâmica e a restauração das riquezas materiais (VASCONCELOS, s/d, p. 30).

As condições culturais dos dias conjunturais, tecnológicos, separam forçosamente aspectos místicos dos religiosos. Sobre este tempo: *“Tener religión no equivaldría ya a tener un proyecto de vida, ni una interpretación de la realidad, ni un solución a los enigmas de la existência, ni un cuadro de finalidades colectivas, ni un sentido claro de la vida, ni ningún tipo de soluciones hechas y bajadas del cielo”*¹² (CORBI, 1996, p. 148).

Se o medo, necessidade, temor da extinção levam a humanidade a agarrar às afirmações dos mitos e suas tradições, então, com sua lógica ou palavreado, estas levaram a erros e limitações, exclusões e guerras causados pelo impacto profundo que sofreram. Impacto tal como testemunhado pelo astronauta Gene Cernan:

Eu fui o último homem a pisar na Lua em dezembro de 1972. Da superfície lunar olhava com temor reverencial para a Terra num transfundo azul muito escuro. O que eu via era demasiadamente belo para ser captado, demasiadamente lógico, cheio de propósito para ser fruto de um mero acidente cósmico. A gente se sentia interiormente obrigado a louvar a Deus. Deus deve existir por ter criado aquilo que eu tinha o privilégio de contemplar (CERNAN, apud BOFF, 2005, p. 67).

Daí, é perfeitamente passível ir-se do santo e diabo:

[...] num mercado divino” aonde “o espetáculo deslocou do grande ‘Sujeito’, que era necessário celebrar aos pequenos sujeitos que celebram a realização de sua apetência. [...] espetáculo em sua forma publicitária, que ocorre em todo lugar, tanto nas paredes da cidade e na grande imprensa quanto em casa, na televisão. [...] caímos das nuvens; na verdade, caímos do Altíssimo para a mercadoria [parece que cada época se dá os simulacros que merece] (MOREIRA; LEMOS; QUADROS, 2014, p. 14)

O preço a pagar pelo encantamento é do tamanho exato do fetiche acorrentamento à mercadoria. Urge a mudança da consciência, afirma outro astronauta, Sigmund Jahn, de regresso ao planeta Terra: “São algo já ultrapassadas as fronteiras políticas. Ultrapassadas são também as fronteiras das Nações. Somos um único povo e cada um é responsável pela manutenção do frágil equilíbrio da Terra. Somos seus guardiões e devemos cuidar do futuro comum” (JAHN, apud BOFF, 2005, p. 67).

¹² “Ter religião não seria equivalente a ter um projeto de vida, ou uma interpretação da realidade, ou uma solução para os enigmas da existência, ou uma imagem de propósitos coletivos, ou um sentido claro da vida, ou qualquer tipo de solução, feito e descido do céu” (Tradução livre do autor da Tese).

A citação remete à percepção humana sobre a Terra “vista fora da Terra, dá origem a uma nova sacralidade. Nasce o sentimento de veneração e de respeito. Talvez o sentido secreto das viagens ao espaço exterior tenha esse significado profundo” (idem). No que Leonardo Boff provoca e induz nova reflexão:

E, de lá da lua não há distinção entre Terra e Humanidade, entre negros e brancos, entre ignaros e sábios. Formamos todos uma única entidade, a família humana. A Humanidade não está apenas sobre a Terra, ela é a própria Terra que, como dizíamos anteriormente, se comove, se volta sobre si mesma, ama, cuida e venera (BOFF, 2005, p. 68).

Transformar essa consciência em estado permanente delega significância, ressignificar, remete à insignificância da humanidade transformada por meio da luta pela sobrevivência em casta social coletiva, na sua grande maioria, uma população de “lazarentos” segundo Marx, ou, “sobrantes”, conceito de Mészáros. Há uma “crise de credibilidade” da religião, um dos efeitos da secularização aliado a um Deus transcendental a caracterizar o “desencantamento do mundo”, posto enquanto eixo de discussão no item 1.3 a seguir.

1.3 Religião e secularização

À “crise de credibilidade” da religião, efeito da secularização e da crença em um Deus transcendental, ou, o “desencantamento do mundo” (DURKHEIM), torna o homem ator histórico diante da face divina. Determina o preço a pagar pelo encantamento que é do tamanho exato do fetiche acorrentamento à mercadoria, mote empírico do item 1.2.1. O fenômeno difere do homem ator do destino (tragédia grega), distanciado das coletividades mitológicas, do pensamento arcaico. Coletivo, o ser humano esboça a condição de indivíduo. De qualquer forma “[...] a religião para no portão da fábrica, deve-se admitir também que não se começa uma guerra ou um casamento sem os símbolos religiosos tradicionais” (GARDEN CITY, 1961, *apud* BERGER, 1985, p. 141).

A secularização da consciência refere-se a fenômenos dialéticos ligados à religião, infraestrutura e processos históricos - suas origens. Os enfoques do “idealismo” e “materialismo” doutrinários dependem dessa visão, que evita interpretações unilaterais “idealistas e materialistas”. “Qualquer tentativa de

reconquista tradicionalista ameaça dismantelar os fundamentos racionais da sociedade moderna” (BERGER, 1985, p. 144).

De espectro fenomenológico, a religião coletiva deixa de ser “real”, na medida em que é “real”, deixa de ser coletiva. A família é frágil, a religião estruturalista é construção débil ou “preferência religiosa” a qual pode ser abandonada. O pluralismo determina os grupos religiosos tolerados pelo Estado que determina o mundo submetido ao controle social. E encaminha à reflexão em relação ao que entende o “senso comum” que determina: “Sair do mundo, tal qual a religião o definia, era entrar numa escuridão caótica, da anomia, possivelmente, na loucura” (BERGER, 1985, p. 147).

A Igreja lida com a competição de outras igrejas, fato histórico creditado à dinâmica global do pluralismo enraizado na infraestrutura das “sociedades modernas”. Resulta daí a religião de mercado, “vendida” à clientela não mais obrigada a “comprar” comodidades de consumo. “Colocar no mercado qualquer bem de consumo, material ou não, para um público de massa moderno é uma operação extremamente cara e complexa” (BERGER, 1985, p. 153).

O fato exige das instituições adaptarem-se à liderança e decisões teológicas, aos preceitos do poder, ao mercado pluralista, modificar antigas formas e conteúdos religiosos enquanto capital numa realidade aonde “torna-se cada vez mais difícil manter as tradições religiosas como verdades imutáveis” (BERGER, 1985, p. 156).

Outros dois efeitos do controle do consumidor sobre conteúdos religiosos são a padronização/diferenciação marginal e as reproduções/dinâmica geral num mercado livre, no qual “[...] o padre católico preferirá um ‘colóquio’ com algum psiquiatra acerca de “religião e saúde mental” a falar sobre Fátima”¹³ (BERGER,

¹³ É a expressão atribuída a um conjunto de revelações alegadamente apresentadas por Nossa Senhora a três crianças portuguesas, Lúcia dos Santos (de 10 anos), Francisco Marto (de 9 anos) e Jacinta Marto (de 7 anos), mais conhecidos como “os três pastorinhos de Fátima”, no dia 13 de maio de 1917 no lugar da Cova da Iria (onde atualmente se situa a Capelinha das Aparições do Santuário de Fátima). De maio a outubro de 1917, as três crianças afirmaram ter testemunhado aparições de “uma Senhora mais brilhante do que o Sol”, a qual se terá apresentado a 13 de outubro como sendo Nossa Senhora do Rosário, e que é hoje devotada nacional e internacionalmente sob o título mariano de Nossa Senhora de Fátima, expressão atribuída a um conjunto de revelações alegadamente apresentadas por Nossa Senhora a três crianças portuguesas, Lúcia dos Santos (de 10 anos), Francisco Marto (de 9 anos) e Jacinta Marto (de 7 anos), mais conhecidos como “os três pastorinhos de Fátima”, no dia 13 de maio de 1917 no lugar da Cova da Iria (onde atualmente se situa a Capelinha das Aparições do Santuário de Fátima). De maio a outubro de 1917, as três crianças afirmaram ter testemunhado aparições de “uma Senhora mais brilhante do que o Sol”, a qual se terá apresentado a 13 de outubro como sendo Nossa Senhora do Rosário, e que é hoje devotada nacional e internacionalmente sob o título mariano de Nossa Senhora de Fátima.

1985, p. 159). Na arena da fé a mercadoria igreja, dentro da embalagem nova, ainda traz o mesmo e velho produto padronizado.

A realidade contemporânea designa a “metamorfose da consciência”, que mergulha a religião numa crise de credibilidade. O pluralismo esboçado na trama da salvação revela o fenômeno “*socioestrutural*”, cada vez mais difícil para o “*entre nous*” da cética sociedade contemporânea. Sobre o ceticismo:

Ou seja, o flanco pelo reconhecimento da verdade buscada sem necessidade de sustentar-se uma crença ou um juízo sobre ela garantiria ao ceticismo, eis nossa tese, a possibilidade de ele permanecer ceticismo (trabalho de pesquisa), mas, desta feita, sob duas novas feições: (1) sob um inusitado universalismo radical; e (2) sem precisar ater-se conservadoramente aos costumes arraigados, como sói acontecer com os céticos históricos. Permanecer ceticismo sob um universalismo radical significa atestar a qualidade *filosófica* do ceticismo, ao mesmo tempo em que se prepara uma crítica filosófica da filosofia, a fim de, ao apontar para a unilateralidade de cada uma das filosofias existentes, cujo universalismo por elas defendido, de cada vez, sempre pode ser reduzido, seja ao universalismo da *substância*, no caso da aposta histórico-filosófica de um projeto de mundo (e de racionalidade) baseado no primado da comunidade sobre o indivíduo, seja ao universalismo do *sujeito*, no caso da aposta inversa, de um projeto baseado no primado do indivíduo sobre a comunidade, graças à ideia de uma razão subjetiva, poder abrir o campo de cogitações capazes de ponderar sobre cada uma dessas apostas como meras propostas de projetos de habitar o mundo, e não mais como descrição fiel de um mundo dado em absoluto. Essa qualidade filosófica do ceticismo - gostaríamos de mostrar - entregaria a filosofia à filosofia, e conduziria o pensamento ao ponto vivo (*lógico* ou *transcendental*) de onde brotam todas as criações da natureza e do espírito, unificando as condições de possibilidade de um projeto de mundo e de existência dentro do qual o fazer-se da história, onde a intolerância seria o único intolerável, se daria como abertura para a posição de novas questões, logo, também, de novas formas de filosofia como também de outras manifestações espirituais extra filosóficas, sem as hierarquias surgidas desde o primado da ciência e do tipo de sociedade que esse primado organiza, quando se refuta muito ligeiramente o ceticismo” (ANDRADE, 2018, s/p.)⁸

Como em todo mercado, dados econômicos podem prever a crise de credibilidade religiosa, assim como o milagre do santo. Conclui-se que, “[...] o fim dos monopólios religiosos é um processo socioestrutural e sociopsicológico. A religião não legitima mais o ‘mundo’” (BERGER, 1985, p. 163). A secularização e o pluralismo são fenômenos mundiais, estendem à teologia de mercado.

O fundamento infraestrutural do liberalismo protestante é determinado pelos triunfos capitalistas na economia e tecnologia: “Um período de profunda confiança nos valores culturais, políticos e econômicos da civilização ocidental, uma confiança inteiramente refletida na cosmovisão otimista do liberalismo protestante” (BERGER, 1985, p. 169).

Sob os auspícios do estilo cultural incontestado dos anos 1920, a eclosão de movimentos revolucionários, à esquerda e à direita, do campo liberal burguês, o

choque - quase metafísico - do advento do nazismo, os horrores da Segunda Grande Guerra, a Grande Depressão, sentida mais a fundo pelos Estados Unidos. E, sem esquecer que:

Para se entender a ascensão da neo-ortodoxia na Europa dos anos 30, é muito importante lembrar que 'moderno' nessa época significava, acima de tudo, estar de acordo com o nazismo. No jargão do protestantismo mais recente, eram os protagonistas da ideologia nazista na Igreja, e *não* a "Igreja confessional", os mais "relevantes" para sua situação secular (BERGER, 1985, p. 171).

As afirmações religiosas tradicionais podem ser vistas, a partir de então, como "símbolos" da realidade advinda "das profundezas" da consciência humana. O psicologismo freudiano, neofreudiano ou junguiano permitem a interpretação da religião como fenômeno psicológico. Conceitos derivados da sociologia entram na tarefa de "tradução" da "possibilidade teórica de que o 'defeito' cognitivo esteja na consciência moderna e não na tradição religiosa comumente ignorada nesse processo" (BERGER, 1985, p. 177).

Na verdade, a experiência das tradições ocidentais, em tempos modernos, representa grande interesse no tocante ao futuro da religião em países não-ocidentais. Secularizada, a época atual é marcada pela injustiça social, a divisão social do trabalho, guerra e paz, enfim, a conjuntura sociopolítica globalizada na qual "[...] nascer numa determinada classe social ou família determina muito as condições de vida da pessoa nesse mundo" (*Bíblia de Estudo Conselheira*, 2019, p. 1939).

O assunto é estreitado no paradigma religião x excluídos, essa relação paradigmática de laço histórico-cultural-espiritual amalgamado com a fé, o concreto, o abstrato, a alienação. Estes que definem conceitos e experiências a moldar, determinar a consciência da população, **da alienação à consciência, um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**, no caso desta Tese, a que se encontra enclausurada.

O cárcere dos tempos atuais, tomado por base em diferenciados autores e matrizes ideológicas, define o *status* do sujeito que extrapola ao karma¹⁴ físico, à

¹⁴ Karma - do sânscrito (antiga língua sagrada da Índia) transl. karma. Em páli, kamma, ambos os termos significam, literalmente, 'ação'. É um conceito de uso religioso dentro das doutrinas budista, hinduísta, jainista, sique e teosófica, em cada uma dessas doutrinas, o termo tem um sentido próprio. 4- *Amor líquido*: best-seller do autor, fundamental para a compreensão das relações afetivas hoje; em *Medo líquido* aborda um dos maiores problemas da nossa sociedade; sua obra mais recente *Nascidos em tempos líquidos*, reflexão sobre as gerações nascidas na sociedade

sua luz espiritual, conclama discussões relacionadas aos direitos, emancipação e libertação como aspecto humano discutido e publicado pela Sociedade Bíblica do Brasil.

A busca pela liberdade é inerente ao ser humano. Ao longo de milênios as mais variadas sociedades construíram diversos arranjos sobre o exercício do poder no grupo. Sempre encontramos estruturas de poder, umas mais fechadas, exclusivistas e tirânicas, outras mais abertas e incluídas, com maior mobilidade (*Bíblia de Estudo Conselheira*, 2019, p. 1939).

Para alguns, a religião é:

[...] o pálido reflexo do sagrado selvagem que, volta e meia, espoca no grito extático dos pentecostais, na gira atrevida das danças afro-brasileiras, no silêncio aveludado das iogas, no caleidoscópio psicodélico *new age*, nos latinórios tradicionalistas, na cristalina mensagem dos espíritos ou do Espírito Santo, movendo os sapatinhos de fogo ou as correntes de prosperidade (FERREIRA; SILVA, 2009, p. 93).

A moderna idade determina a Era Pós-moderna, segundo Eric Hobsbawm, uma Era “pós-tudo”. E, de acordo com o religioso que oscila entre a fala ritual, performática e oracular, a racionalidade desencantada e reflexiva.

[...] um mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível. [...] nossas relações tornam-se cada vez mais ‘flexíveis’, gerando níveis de insegurança sempre maiores. A prioridade a relacionamentos em redes virtuais, que podem ser tecidas ou desmanchadas com igual facilidade faz com que não saibamos mais manter laços a longo prazo (BAUMAN, 2004, s/p).

A questão penal e a restrição da liberdade definem o recorte histórico da religião, do catolicismo e da modernidade a serem apresentados enquanto aspectos conjunturais da sociedade modernizada, isso, no item 1.3.1, a seguir. Uma época caracterizada pelo declínio do catolicismo, a mediatização e mercantilização da crença e fé, da dignidade e do desespero humano, dentro e fora da prisão.

1.3.1 Catolicismo e modernidade

líquida e em constante mudança. *Modernidade Líquida*: A modernidade imediata é "leve", "líquida", "fluida" e infinitamente mais dinâmica que a modernidade "sólida" que suplantou (Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/Zygmunt-Bauman-Entender-Mundo-L%C3%ADquido/dp/8537817961>> Acesso em 1º de outubro, às 11h10).

A sociedade modernizada revela a religião fadada a perder adeptos. Conforma disposto no tomo anterior, 1.3, nos tempos atuais o fenômeno refere ao homem como ator do destino (tragédia grega), distanciado das coletividades mitológicas, do pensamento arcaico. Há uma fatalidade sociocultural, o momento denuncia a religião tradicional ou majoritária com tendência a “andar para trás”. Desde seu início, entre 1950 e 1960, na América Latina, a sociologia da religião trabalha um catolicismo em declínio, especialmente no Brasil.

Historicamente a liberdade republicana, no final do século XIX, revela a “diferenciação social” no País aonde novos missionários desembarcaram para converter católicos, que conviviam em meio a protestantes liderados por pentecostais. O número de brasileiros que se declaravam católicos, em 1940, dá conta de que ultrapassava o percentual de 90%. Em 1970, conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o catolicismo diminuía de tamanho, fenômeno a se repetir no Censo de 2000. O Brasil, à época, reportava 125 milhões de católicos, declarados, entre 174.8 milhões de habitantes. Este público convivia num Brasil cujo Produto Interno Bruto (PIB) alcançava US\$ 655,4 milhões com Taxa de Crescimento da População de 1,4%, mudança anual em 2000 (IBGE, 2020).

Enquanto resultado, os números mudaram para baixo. Em 1940, 95,2% dos brasileiros eram católicos; em 1950, o percentual caiu para 93,7%; em 1960, 93,1%. Entre 1970 e 1990, a “década perdida” de 1980 revelava queda do patamar de 89,2%. Finalizando a queda vertical, em 2000, o índice era de 73,8%. Em ritmo contrário, subiu ao nível de 15% o número de evangélicos tomados em conjunto com as igrejas do protestantismo histórico, as pentecostais, neopentecostais. Havia ainda um número crescente de pessoas que se declaravam sem religião, como na cidade do Rio de Janeiro, num patamar de 15,5%.

Macroprocesso de diferenciação da vida moderna, o declínio da prática religiosa é atrativo para sociólogos em busca do objeto de estudos. A sociedade de cultura e a sociologia das religiões, no plural, apresenta um mundo moderno onde os Estados Unidos, além do maior desenvolvimento, é o país mais religioso do mundo, diferente de França e Inglaterra e uma série de países desenvolvidos da Europa. Ainda assim, a realidade retrata o Catolicismo na retaguarda da modernidade. De acordo com Ianni a “[...] emancipação política não é o modo levado a fundo e isento de contradições da emancipação humana” (1979, p. 185).

Visando análise histórico-conjuntural a escrita faz crítica à **Religião** enquanto serviço mercadológico a alienar o trabalhador banalizado a partir da sua (des) humanização.

A realidade expõe o processo histórico contraditório organizado a estruturar fatores sociais que exercem força sobre o humano na arena da escravidão mercadológica. Essa categoria econômica, crucial, envolve o consumo regulado a dias pós-modernos, aliado à jurisdição que manipula, coage, julga, condena e encarcera na prisão “trabalhadores salarizados” (CASTEL, 1995) excluídos da riqueza alcançada por meio do processo de produção em massa capitalista e concorrencial.

O potencial político da religião no sentido de inspirar engajamentos sociais, mesmo ambíguo e contraditório, denota funções contraditórias e tradicionais, que fomentam a conservação do *status quo*, a perda da identidade como um dos fenômenos advindos de tal processo. Este fenômeno, de acordo com o filósofo brasileiro Leonardo Boff, define a arena na qual “[...] *cada um lê com os olhos que tem e interpreta a partir de onde os pés pisam. Ler significa reler e compreender, interpretar*” (s/d).

No continente sul-americano:

A persistência dos pobres, empioramento de sua miséria desvela fracasso da evangelização que clama a nova evangelização que anuncie a boa-nova da libertação e sua produção. Os oprimidos de hoje são o último fruto do processo de conquista, avassalamento e dominação iniciado no século XVI. Hoje (1992), ao recordar 500 anos, há que se recordar também, de acordo com Capistrano de Abreu ‘os capados e recapados, sangrados e ressangrados’ de nossa história (BOFF, 1991, p. 16).

O quadro apresentado negaria indícios de que as religiões pudessem exercer influência significativa no processo de mudança social no Brasil. O papel social da Igreja e religião muda nas décadas de 1980 e 1990, as quais retratam o aprofundamento da democratização do Estado e sociedade. Há uma intensificação de sindicatos, partidos e movimentos sociais. A Igreja reflui do campo público para o religioso e deixa de frequentar as notícias, na contramão das tendências e expectativas da opinião pública. Com relação ao descrédito cultural a instituição tenta requalificar-se institucionalmente num mundo apartado do pecado imposto e cético. “Esse mundo secularizado só existe separado da

religião, ininteligível sem sua estreita concomitância com o despertar e progresso da descrença” (LUNEAU, 1999, p. 382-383).

As diferenças em relação às normas institucionais revelam discrepância entre as proposições da instituição e as expectativas dos fiéis. O fato remonta a valores e culturas modernas “[...] com rejeição dos discursos de autoridade, valorização das testemunhas do sentido” (LÉGER, 1999, p. 302). A Igreja Católica enfrentava o problema da modernidade de frente ao papel profético e em relação à mesma.

Na década de 1960, o Brasil determina a configuração social-religiosa forjada em bases teórico-metodológicas de matrizes europeias. Destaca-se a tensão entre novas formas de organização social, o centro urbano-industrial, as expressões e opções religiosas do novo cotidiano aglutinado ao catolicismo popular, ou, “o catolicismo do povo” (OLIVEIRA, 1985, s/p.).

A década de 1980 traz transformações à base produtiva e provoca mudanças sociais, religiosas a influir nas expressões populares autônomas que produzem formas materiais e simbólicas. Há um diuturno processo de transformação no plano das práticas e símbolos, em que as práticas veiculam símbolos e determinam práticas. Assim o fizeram as culturas nativas, a partir de suas próprias representações, imposição e ajustes missionários, sem negar a opressão e sofrimento imposto às culturas indígenas.

A Igreja Católica, prisioneira do passado, tenta recuperar as comunidades de base, pastorais, o agir social dos (as) leigos (as) a livrar o coletivo da violência fratricida, reavivar a fraternidade adormecida, transformar a rotina coletiva de labuta pela sobrevivência numa arena capitalista, na qual “[...] as injustiças do mundo: debaixo do sol, observei ainda o seguinte: a injustiça ocupa o lugar do direito, e a iniquidade ocupa o lugar da justiça” (Eclesiastes 3:16).

A busca pela liberdade, inerente ao ser social que trabalha, dá significado e significância ao fazer de sua história, engendra a questão das relações de gênero, tema central do tópico 1.3.2, a seguir. Ainda, a liberdade é princípio democrático e de direito, sinônimo de promoção da sobrevivência, fomenta o tema desta Tese, **da alienação à consciência, um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** com foco no humano, não importa o gênero, dentro e fora da arena Prisão.

1.3.2 As relações de gênero

A violência santa determina a parcela social favorecida a nível individual e social, quem é profano, segundo Durkheim, um dos papeis e o objetivo da violência na religião, representada no conjunto de crenças e ritos, coisas reais, nascimento e morte. Se o crer é no imóvel, rezar é, para quem se move em meio ao “sem-fundo humano”, contradição que dilui o simbolismo.

Conforme exposto no sub item 1.3.1, o potencial político da religião, no sentido de inspirar engajamentos sociais, mesmo ambíguo e contraditório, denota funções contraditórias e tradicionais, que fomentam a conservação do *status quo*, a perda da identidade como um dos fenômenos advindos de tal processo. Portanto, a pesquisa dá seguimento à discussão, agora, engendrada pela religião e as relações de gênero.

A religião é “[...] uma maneira de conhecer a realidade e poder pensar sobre ela por classificar, estabelecer e sacralizar a identidade, além de definir o homem e seu espaço no universo” (MOL, 1976, p. 6). E, considera controlar identidades socialmente concebidas, manter a ordem e garantir a identidade futura. A sacralização “modifica, obstrui ou ‘se necessário’ legitima a mudança (MOL, 1976, p. 6). O sagrado continua a reaparecer na realidade moderna, estabelece distinções, crenças e ritos religiosos que determinam o sagrado ou o profano.

As pessoas entendem o presente compreendendo o passado, a religião contribuiu na formação do intelecto por ser iminentemente social. Importante lembrar que “[...] a distinção entre o sagrado e o profano é encontrada em um pensamento que tem consequências materiais” (ERICKSON, 1996, p. 32), como a manutenção da ordem, atividade sagrada, pelo viés da divisão social do trabalho.

O pensamento religioso é algo mais que a soma de reflexões individuais, na religião está a origem da sociedade e moralidade do conhecimento. A sociologia religiosa leva ao entendimento de que “[...] o ‘sagrado’ é genericamente masculino e o ‘profano’, genericamente feminino (ERICKSON, 1996, p. 34), fato que traz uma interpretação implícita da violência da violência contra as mulheres. O bem e o mal nada mais são que, dentro da categoria da moralidade, duas espécies opostas da mesma classe (DURKHEIM, 1965, p. 53-54).

A vida religiosa lida com o profano, esse objeto que interessa ao sociólogo, ao tentar compreender sua irracionalidade e a racionalidade do sagrado enquanto

mistério e dualismo, distinção entre magia e religião, contínua tensão recíproca. “Os indivíduos ‘utilizam’ a magia, mas esta não cria para eles uma comunidade moral, porque ‘não existe Igreja na magia’” (ERICKSON, 1996, p. 37).

Cada indivíduo carrega dois seres que coexistem nele. O totem coletivo faz parte da condição civil de cada ser, é regra hereditária, aceita a ideia do totem do clã que existe sem o individual. “Neste caso, o indivíduo o aceita como seu por ser este símbolo de ‘deus’ tornado um só junto com a sociedade” (DURKHEIM, 1965, p. 239).

Nesta arena tanto a sociedade totêmica quanto seu Deus empregam a violência: “[...] os homens enxergam agora mais [...] tornam-se diferentes [...] só conseguem se satisfazer através de ações violentas, heroísmo sobre-humano, barbarismo” (DURKHEIM, 1965, p. 241).

São forças cujas origens e experiências coletivas criam “heróis e assassinos”, com base moral fora do eu, quando nações inteiras podem ser convencidas através de rituais religiosos de que a violência sagrada é justificada (DURKHEIM, 1965, p. 250).

É preciso que um dos sexos seja necessariamente sacrificado, e, a única solução é escolher o menor dos dois males? (DURKHEIM, 1965, p. 384). No que o filósofo francês prossegue: “Essas ‘tendências desinteressadas’ constatam que as mulheres não eram ‘fracas’, mas que se tornaram assim com a ‘progressão da moralidade’” (1984, p. 18).

Um espectro da divisão social do trabalho aponta, para Durkheim, que “[...] o trabalho da mulher e seu papel está amplamente relacionado com seu estado inferior e menos desenvolvido, estado este que torna possível o casamento” (ERICKSON, 1996, p. 64).

A opressão das mulheres, para Marx, “material e histórica” ocorre mesmo dentro da classe proletária, no mundo ocidental. O sexo é conduzido sob o poder da dominação - masculinidade. A sexualidade expõe a violência, morte, mundo onde a mulher representa a antiga religião - pré-totêmica - de forças primitivas. O sexo masculino espelha a razão, a lei e a ordem: “O homem se baseia no erro negativo, estupro, homicídio sexual e pornografia” (HARTSOCK, 1983, s/p). Com relação à discussão “as mulheres significam o *eros* positivo, energia, capacidade potencial” (ERICKSON, 1996, p. 77).

De volta à teoria de Hartsock “[...] na reprodução, o esperma e o óvulo se unem para formar uma nova entidade, mas eles o fazem a partir da morte e do desaparecimento de dois seres separados” (1983, p. 244). Os animais, de acordo com Durkheim, “[...] só conhecem o mundo, os homens conhecem o ideal”, por

razões de poder e dominação, quando os homens, no intento de reproduzir o mundo ideal satisfazem suas necessidades. Isso, sem saber que o mundo só pode existir se o fizer a partir da satisfação natural e animal. Na teoria de Marx Weber, “as regras devem governar os desejos” (ERICKSON, 1996, p. 84).

A religião é o modo pelo qual a identidade masculina está sacralizada. Ela “[...] devolve a totalidade às vidas dilaceradas pelas mudanças” (MOL, 1976, p. 95). Em seu modo e esforço de criar e sustentar a força violenta e dominadora da sociedade dos homens, a religião transformou a alma (ERICKSON, 1996).

A este fenômeno Nietzsche nomina “a grande mentira” entre as massas e elite, dominados e dominadores, ato político de filtrar as vozes a partir da história e reclassificá-las como grupo sem voz. Antes de estabelecerem-se como indivíduos com voz e alma, continuam a falar no escuro. Talvez esta a irrazão, não razão da religião alcançar, tema discutido no item 1.3.3, que se segue, o patamar psicossocial da exclusão e possessão, enquanto experiências para-além da razão humana.

1.3.3 Exclusão e possessão

No artigo *O Futuro das Religiões no Brasil*, publicado nos Anais do IV Congresso da ANPTECRE, Silveira afirma “[...] o marco identitário normativo-ontológico ainda é importante para muitos indivíduos e grupos em sua busca de âncoras sociais para o sagrado” (2013, p. 93).

O paradigma se revela antropológico-legal-religioso midiático. Conforme exposto no parágrafo final do tomo 1.3.2, sugere reflexão sobre o cotidiano, sendo fenômeno que Nietzsche nomina “a grande mentira” entre as massas e elite, dominados e dominadores. Segundo o alemão (filósofo) ato político de filtrar as vozes a partir da história e reclassificá-las como grupo sem voz esboçado na prisão. E o cárcere é *locus* no qual o poder sagrado celebra vidas fragmentadas, contaminado pelo profano, numa arena onde a purificação, o sexo, a força e a violência caminham juntas, de acordo com Durkheim, onde “[...] a mulher é mais um produto da natureza do que um ser social” (1951, p. 385).

Campo de tensão ou possessão coletiva com gênese no encarceramento de seres sociais contemporâneos excluídos, o sistema panóptico ou cárcere representa o êxtase dos relegados à margem da sociedade capitalista, na qual “só Deus é

grande”, segundo o “peregrino” e líder religioso brasileiro Antônio Conselheiro. Essa expressão social, ligada à violência, alcança as raias da alta modernidade à luz do silêncio embebido na possessão e fé. “Nesse sentido, todo discurso está ligado a um aparato institucional de sustentação e a mecanismos de controle, delimitação e exclusão” (FOUCAULT, 2010, s/p.).

Contaminado por rituais, mitos, cosmologias de purificação, exorcismo e afastamento, contagiado o ambiente da carceragem retrata exclusão dos possuídos, consequência da mazela social, sempre ligada à violência:

Dessa forma, a construção da identidade como tarefa empreendida, submersa nos atuais fluxos de mídia e consumo, é um trabalho religioso extenuante, já que as fronteiras entre sociedade, outros grupos religiosos e fenômenos sociais precisam ser recompostas a partir de diversas estratégias de diferenciação, por um lado, e indistinção, por outro (SILVEIRA, 2013, p. 104).

A realidade expõe os possuídos-despossuídos, consequência da mazela social ligada à violência. Sem questionar o *status quo*, “[...] o discurso religioso está associado aos atores sociais que o assumem e o emitem, bem como aos canais de transmissão, validação e legitimação” (SILVEIRA, 2013, p. 105).

Nessa roda-viva, por entre as grades da prisão, a fé esbarra na questão de direitos. A ser discutida no próximo tomo, 1.3.4, enquanto fato social histórico mundial, a instituição prisão é mote desta Tese, resulta do domínio ideológico-burguês que privilegia a noção do Estado de Bem-Estar Social. A realidade dos apenados expõe a condição social de desespero do apenado enquanto sujeito de um País erguido a injustiça social no qual, segundo as palavras de Dom Helder Câmara, citado no livro *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*: “Se dou aos pobres, todos me chamam de santo. Mas quando pergunto por que são pobres, me chamam de comunista” (SOUZA, 2017, p. 7).

1.3.4 O sintoma contemporâneo

Ao analisar a Tese **da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** a pesquisa intenta ir para-além da expressão social ‘exclusão’, discutida no tomo anterior 1.3.3. Esta que é uma mazela social resultante e resultada da injustiça social contemporânea de relação paradigmática com

a historicidade da fé enquanto força abstrata capaz de moldar, determinar a consciência da população enclausurada. Este espectro social determina a existência conjuntural, a condição do existir da categoria ser-sujeito-trabalhador apenas na prisão.

Fato social histórico mundial, a instituição prisão é mote desta pesquisa. Resulta do domínio ideológico-burguês que privilegia a noção do Estado de Bem-Estar Social. Anda na contramão dos direitos ao adotar a gestão de caráter neoliberal, cujas soluções amenizam, sem intuito de extirpar, as mazelas sociopolíticas culturais. A realidade retrata crentes sujeitados a diversos poderes representados no Estado, no poder econômico e na fala ou mordança. E, “juntamente com a autoridade da polícia para utilizar a força sob certas condições e restrições, vem uma grande responsabilidade para garantir que esta autoridade seja exercida legalmente e eficazmente” (CERQUEIRA; DORNELLES, 2001, p. 69).

A questão aprofunda a discussão da emancipação e do seu contrário, questiona a libertação da **Prisão** e a miséria que norteia o **Trabalho** “salarizado” (CASTEL, 2015). A questão penal segue a impor à população periférica a restrição das liberdades enquanto proposta da elite aos milhões de trabalhadores sujeitados à base da pirâmide social. Sobre a instituição panóptica:

A prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos. A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência (FOUCAULT, 2014, p. 223).

Trazido à discussão desta Tese, **da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** o campo religioso extravasa seu cerne pelo modo como se reconhecem as religiões, na maneira como se produz e consome, neste mundo, os bens da salvação. “Há uma concorrência entre instituições produtoras do capital religioso, isso, em meio a concepções, magia, cosmologias, visões, revelações, transcendência e concepções do ‘além” (CAMURÇA, 2016).

Sintoma contemporâneo, as religiões definem a si, umas às outras, em relação aos sujeitos em transe e êxtase que buscam pelo numinoso, alienados à possessão dos espíritos, do capital da salvação, das leis de regulação e normativas. Isso, numa sociedade em constante ajustamento aonde, “[...] na medida em que o homem se acha somaticamente comprometido, o ‘adversário’ não é senão o ‘outro em mim’” (JUNG, 1984, p. 82).

O coletivo toma corpo como máquina, passa a representar algo determinado e determinante do processo de individualização dos sujeitos. Todos buscam por salvação enquanto as instituições definem a trama capitalista da Era Pós.

Como sujeitos históricos que somos, não absorvemos estes conteúdos de forma passiva. Ao contrário disso, pensamos sobre eles, refletimos, atribuímos-lhes sentidos utilizando toda a bagagem que nos constitui como indivíduos possuidores de uma identidade social, cultural e histórica (BORGES, 2011, p. 2, *apud* LIMA, 2016, p. 127).

A Cultura e os Sistemas Simbólicos delineiam a linha de pesquisa desta Tese, têm relação dialética com a fé e a religião, também na direção inversa. A inclusão social é regulada por leis, políticas públicas e arquétipos societários. O trabalhador vende sua força de trabalho por um salário apequenado, forjando, ainda mais, a desigualdade social. Esta realidade, trazida ao campo brasileiro, denuncia a violação do Art. 7º exposto no Capítulo II – Dos Direitos Sociais da Constituição da República Federativa do Brasil.

Inciso IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação par qualquer fim (BRASIL, 2019, p. 12).

O ato de sobreviver exige estreita relação com a crença, o êxtase é alicerce da alma crente que resiste à alienação ou possessão capitalista, existencial, responsável por transformar a vida numa parábola de talentos (Mt. 25). A injustiça social sobressai ao transe, a exclusão fomenta a violência coletiva, coloca frente a frente o bem e o mal, tanto no campo da fé como na arena da práxis.

Sabemos que uma personalidade - aliás lendária – Carpócrates¹⁵, filósofo neoplatônico do século II, segundo o relato de Ireneu, defendia a doutrina segundo a qual o bem e o mal nada mais são do que opiniões humanas, e antes de morrer, as almas devem conhecer, até à última gota, todo o humanamente experimentável se não quiserem recair na prisão do corpo. A alma, por assim dizer, só poderia libertar-se da prisão do mundo somático de Demiurgo mediante a completa satisfação de todas as exigências vitais (JUNG, 1984, p. 82).

A crença avisa sobre o espírito do homem o qual pode alcançar a liberdade pela fé, despertar a consciência social por meio da religiosidade: “Porque tive medo do senhor, que é homem rigoroso. O senhor retira o que não depositou e colhe o que não semeou” (LUCAS 19.21).

Numa espécie de doença a realidade transforma na corrida infundável ao mundo abstrato, quando: “Mais importa é não errar que traduzido para a linguagem cristã seria ‘não pecar’, ninguém se sente à vontade para produzir ou criar muita coisa” (*Bíblia de Estudo Conselheira*, p. 1.643).

A luta do trabalhador ou embate de classes permeia a sociedade do espetáculo - moderna trama sociopolítica. O consumo fetichista, o distanciamento social e a miserabilidade de consumo retratam “[...] um distúrbio psíquico e cultural, a loucura é uma doença. Ela não é uma doença qualquer, mas uma doença que atinge o ‘espírito humano’. E aí se pode perceber o que escapa a essa visão sociológica” (PEREIRA, 1984, p. 34, *apud* LEITE, p. 331).

As desigualdades socioeconômicas encarceram os sujeitos. O sistema jurídico-penal reflete a luta da Comissão Pastoral dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, por direitos humanos submetidos ao poder de fato.

O poder de prender é um poder essencial à polícia. É essencial para as finalidades do cumprimento da lei e da administração da justiça. O direito à liberdade individual é um direito humano fundamental. É essencial para a fruição de outros direitos humanos, e constitui um pré-requisito para o governo democrático e a cidadania democrática (CERQUEIRA; DORNELLES, 2001, p. 55).

Com relação à prisão, a ‘salvação’ e direitos constituídos:

¹⁵ Carpócrates de Alexandria foi o fundador de uma seita gnóstica na primeira metade do Século II. Filósofo e teólogo do Século II, suas opiniões são uma mescla de cristianismo e platonismo. Sustentava que o mundo foi criado por anjos caídos. Por isso, esta criação era ruim e somente poderia o homem liberar-se dela através da Gnose, ou ciência divina. Algumas fontes ligam Carpócrates ao Mandéismo. (<http://dicionario.sensagent.com/Carp%C3%B3crates/pt-pt/>)

[...] as reflexões partem da concepção de que a pena deve ser um meio de ressocialização, e, por isso, compatível com a dignidade humana [...] nesse aspecto destacam-se dois pontos cruciais e igualmente importantes: as reformas dos sistemas de prisão provisória¹⁶ e da prisão decorrente de uma condenação criminal (BICUDO, 1994, p. 73).

O conceito da crença é uma construção simbólica que engloba a cultura, moral e sociedade, coletivo sobre o qual:

O conceito de sociedade remonta ao século XIV, quando o principal significado era companhia ou associação e esse sentido limitado ainda pode ser visto em uso no século XVIII para descrever grupos de classe alta ou 'alta sociedade'. O termo também era usado para descrever um grupo de pessoas com compatibilidade de pensamento, como na 'Sociedade de Amigos' (Quakers) ou diversas 'sociedades' científicas. Contudo, ao mesmo tempo essa era uma definição mais genérica e abstrata de sociedade que se consagrou ao final do século XVIII (WILLIAMS, 1987). A partir desse conceito geral, desenvolveu-se no século XIX o significado de sociedade especificamente sociológico (GIDDENS, 2016, p. 37).

A alta modernidade resulta da ética burguesa e remonta à questão da distribuição da riqueza social e material alcançada, revela realidade na qual:

[...] o homem moderno – não importa se protestante ou católico – perdeu a proteção dos muros da Igreja, que tinham sido cuidadosamente erigidos e fortificados desde os dias de Roma, aproximando-se, por causa desta perda, da zona de fogo destruidor e criador do mundo (JUNG, 1984, p. 53).

O ideal econômico transforma em mercadoria os sujeitos alojados na periferia urbano-industrial, base da pirâmide social. “A vida se tornou mais rápida e intensa. Nosso mundo é sacudido e inundado por ondas de inquietação e medo” (JUNG, 1984, p. 53).

A coação/submissão do trabalhador ao regime de reclusão do sistema prisional alcança/extrapola diferentes culturas e simbolismos determinados pelo sistema capitalista às mazelas sociais que ferem a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu art. 1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidades e direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (ONU, 1948).

O encarceramento retrata a alienação do homem ao 'mundo do crime', à miséria da razão deformada e deformante, burocratizada. Realidade assim definida:

¹⁶ Prisão decretada pelo juiz antes de proferir a sentença condenatória, considerando a gravidade do delito, a periculosidade do agente e fatores que permitam que ele se furte a uma eventual condenação (*apud* BICUDO, 1994, p. 73).

A criminologia midiática, cria a realidade de um mundo de pessoas decentes frente a uma massa de criminosos, identificada através de estereótipos que configuram um *eles* separado do resto da sociedade, por ser um conjunto de diferentes e maus. O *eles* da criminologia midiática incomodam, impedem de dormir com as portas e janelas abertas, perturbam as férias, ameaçam as crianças, sujam por todos os lados e por isso devem ser separados da sociedade, para deixar-nos viver tranquilos, sem medos, para resolver todos os nossos problemas. Para tanto é necessário que a polícia nos proteja de suas ciladas perversas, sem qualquer obstáculo, nem limite, porque nós somos limpos, puros e imaculados (ZAFFARONI, 2012, p. 307, *apud* LOURENÇO, 2016, p. 33).

Os conceitos fé e transe foram canalizados aos mercados midiático e da segurança, ao sistema jurídico-penal, tornados fetiches capitalistas numa arena cujo foco é a mais-valia absoluta. A acumulação do capital causa a camada de lazarentos denunciada por Karl Marx. Esta é relegada à periferia capitalista ou base da pirâmide social. De acordo com Mézáros, é caracterizada pelos sobrantes.

O preso é alguém tão despojado, tão despossuído, que sua conquista do direito à voz soa como anúncio da inevitável desestabilização, do caos, da insegurança coletiva. Já é uma rebelião em si. No inconsciente da nossa sociedade, a vontade mais disseminada é a da aniquilação do marginal. A garantia de sua sobrevivência soa como uma dádiva, e a sua busca de dignidade aparece como um luxo, mas para que sobreviver em condições subumanas? Essa era e é a questão (LIMA, presidiário, *apud* BESTER, 2010, p. 215)

Possessão moderna a crença torna ferramenta da razão, irrazão e filosofia humana submetida às leis da minoria elitista ou poder. “Com regra de tratamento do acusado, o princípio da presunção de inocência tem ainda aplicação no terreno das consequências extra processuais da imputação” (BESTER, 2010, p. 102).

O pobre que comete infrações paga com seu encarceramento, fato que resulta no miserável às centenas, a superlotar os presídios:

É o caso das restrições ao exercício de outros direitos em virtude da mera acusação ou até indiciamento em inquérito policial (BESTER, 2010, p. 102-103). Essa a realidade jurídico-política da arena da prisão, a qual infere também nas referências constantes de certidões expedidas pelos órgãos públicos relativamente ao andamento de processos criminais (BESTER, 2010, p. 102).

Em êxtase a loucura instala-se no sistema panóptico, cadeia em transe, êxtase e possessão. “No âmbito da saúde mental, por exemplo, alguns autores manifestam uma visão negativa da religiosidade, como a concepção psicanalítica

Freudiana (1927/1974, p. 57), que considera a atitude religiosa uma patologia ou transtorno neurótico” (FREUD, *apud* SIGNATES, 2016, p. 4).

A fé contemporânea, sedenta por salvação, esboça o êxtase, patamar forjado na irrazão humana do mundo em fluxo no qual “[...] o que nos move é a vocação divina da palavra, que não apenas nomeia, mas que inventa e produz encantamento” (MIA COUTO, 2011, p. 21, *apud* QUADROS; NETO, 2018, p. 149).

Sobre a existência humana, no caso, os apenados da prisão “[...] é evidente que sua vida possui uma dimensão a mais: não é apenas humana, é ao mesmo tempo ‘cósmica’, visto que tem uma estrutura trans-humana” (ELIADE, 2018, p. 136, *apud* LEMOS; SOUSA; FILHO, 2018, p. 113).

Com relação aos direitos:

Não se pode compreender a universalização dos direitos humanos sem abordar a herança da fé cristã. A ideia de um criador divino, uma origem comum e um plano de salvação para todos está implícita quando se afirma um direito inegável e natural. Pode-se dizer que um mito secularizado sustenta tal noção ou que se trata de uma ficção histórica acreditada, difundida, defendida publicamente e considerada nobre (ECCO; QUADROS; SILVA; SILVA, 2018, p. 151).

Na visão de mundo pentecostal/neopentecostal as forças malignas são uma realidade concreta e, “[...] na guerra contra o mal, as armas são as vigílias, a oração e o jejum” (SILVA, 2008 *apud* SILVA; LANZA, 2016, p. 156). A igreja e o templo enquanto diversificadas formas de culto de uma religião que alcançou a modernidade, tema discutido no item 1.3.5, a seguir, oferecem, no mito, o consolo e conforto para que fiéis enfrentem a dor, sofrimentos físicos, emocionais. Vejamos.

1.3.5 A modernidade

Segundo Malinowski a religião tem função biológica “[...] uma vez que ela teria o múnus de regularizar e permitir as transformações no decorrer da vida humana, inclusive, na convicção de poder continuar esta vida - crença na imortalidade” (*apud* PERETTI, 2011, p. 396).

O mundo conjuntural expõe sua coletividade a experimentar a realidade circundante. Conforme exposto no sub item 1.3.4, a fé contemporânea, sedenta por salvação, esboça o êxtase, patamar forjado na irrazão humana do mundo em fluxo. Ou seja, o transe coletivo instalado na Era Pós dá movimento oposto ao Evangelho

de Paulo: “Seja para vocês uma questão de honra viver em paz, ocupando-se com as coisas que lhes pertencem e trabalhando com as próprias mãos, conforme recomendamos” (1 Ts 4,11, *apud* FERREIRA; SILVA, 2009, p. 33).

As pessoas estariam abandonando as crenças religiosas ao adotar a racionalidade científica. Por outro lado, “[...] se os deuses, cada um à sua hora, deixam o templo e se tornam profanos, em contrapartida, em relação à própria sociedade humana - a pátria, propriedade, trabalho, a pessoa humana - entram no templo progressivamente” (HUBERT; MAUSS, 2005, s/p.).

O lugar do ritual está associado ao religioso através do sagrado, entretanto nem tudo é rito. O sagrado denota dualismo, gumes tais como “o impuro e o puro, a sombra e a luz, o verso e o reverso” (SILVEIRA, 2013, p. 92). Há certa:

Contaminação, por um lado, com um longo desfile de rituais, mitos e cosmologias de purificação, exorcismo e afastamento; contágio por outro, com um rico cortejo de rituais, mitos e cosmologias do transe, possessão e êxtase (SILVEIRA, 2013, p. 92).

No que prossegue o autor:

A religião é o pálido reflexo do sagrado selvagem que, volta e meia, espoca no grito extático dos pentecostais, na gira atrevida das danças afro-brasileiras, no silêncio aveludado das iogas, no caleidoscópio psicodélico *new age*, nos latinórios tradicionalistas, na cristalina mensagem dos espíritos ou do Espírito Santo, movendo os sapatinhos de fogo ou as correntes de prosperidade. Na modernidade, pós-moderna, o religioso oscila entre a fala ritual, performática e oracular, além da racionalidade, desencantada e reflexiva (SILVEIRA, 2013, p. 93).

Todavia, os grupos sociais não desejam perder totalmente a identidade normativa “[...] e daí a resistência em negá-la ou vê-la denegrida por outros” (TAYLOR, 2010 *apud* SILVA, 2013, p. 93). No atual contexto da cultura digital-midiática, caem as barreiras entre espaços culturais e religiosos:

Por isso, o marco identitário normativo-ontológico ainda é importante para muitos indivíduos e grupos em sua busca de âncoras sociais para o sagrado. Por isso, um ponto importante na produção do sagrado nos discursos religiosos são os circuitos e os trâfegos simbólicos - transmissão, reprodução, continuidade e descontinuidade - entre rituais e mitologias (SILVEIRA, 2013, p. 93).

Muda o significado do secular, novas interpretações introduzem no pensamento religioso e social novas terminologias, expandem territórios, fronteiras, tópicos semânticos que circulam entre as religiões pelo qual o sagrado bifurca sua

língua: “Dinheiro e prosperidade de um lado, e, de outro, corpo, felicidade e bem-estar” (TAYLOR, 2010 *apud* SILVEIRA, p. 95).

Com isso, noções de prosperidade atingem outras tradições religiosas tais como as espíritas, herdeiras da desconfiança católica em relação ao lucro capitalista, as quais têm suas práticas sociais redefinidas. “Ser feliz é sagrado, um direito do indivíduo e do corpo, profanas são as intervenções institucionais da norma religiosa na vida pessoal, a relação se inverte e agora os mandatos divinos são os desejos pessoais” (TAYLOR, 2010 *apud* SILVEIRA, p. 96).

A coesão ou não é complexa, permite a “[...] entrada, saída e permanência de grupos e indivíduos em determinados ethos religiosos, ou a circulação em espaços ampliados” (SILVEIRA, 2013, p. 98). Os processos seculares enfraqueceram os controles institucionais, que giram em torno de quatro lógicas: “Novas possibilidades de crer e pertencer foram efetivadas: crer sem tradição e pertencer sem crença” (HERVIEU-LÈGER, 2008 *apud* SILVEIRA, 2013, p. 101).

Dessa forma, a construção da identidade como tarefa empreendida, submersa nos atuais fluxos de mídia e consumo, é um trabalho religioso extenuante, já que as fronteiras entre sociedade, outros grupos religiosos e fenômenos sociais precisam ser recompostas a partir de diversas estratégias de diferenciação, por um lado, e indistinção, por outro (SILVEIRA, 2013, p. 104).

O fenômeno do êxtase religioso no Brasil, e, mundo afora faz crescer a neurose da religião, desponta o pluralismo, assunto posto no item 1.3.6 a seguir. E tem gênese nas religiões afrodescendentes, no espiritismo Kardecista, na parcela significativa do campo religioso cristão, compreende a realidade sacralizada, transcende a dimensão material e corporal, revela-se fenômeno social estabelecido no sagrado a extrapolar o material.

1.3.6 Neurose e pluralismo

O campo religioso extravasa a si, produz e consome bens da salvação. Assunto discutido no item anterior, 1.3.5, muda o significado do secular, novas interpretações introduzem no pensamento religioso e social diferentes terminologias, expandem territórios, fronteiras. A cura apareceu como tensão entre o institucional e o criminalizado quando a inacessibilidade do pobre impulsiona religiões mediúnicas,

como fator terapêutico em meio a concepções, magia, cosmologias, visões, revelações, transcendência e “concepções do além” (CAMURÇA, 2016, s/p.).

A Igreja passou a ser espaço de catarse emocional entre os que têm e os que não possuem riqueza material. Na deformação dos discursos religiosos o excluído só será liberto e salvo das garras do demônio quando encontrar sucesso material.

A neurose da religião moderna, no Brasil, intrinsicamente ligada à cultura globalizada fomenta medos do imaginário popular. E, passa pelos fenômenos como o da possessão demoníaca, o exorcismo, os paliativos incapazes de aliviar a sociedade vulnerável e em fluxo. Alcança as raias da prisão aonde existe uma riqueza insondável do simbolismo na significância e/ou insignificância do apenado. Fato exposto, “[...] a coisa sagrada é aquela que o profano não deve tocar, e não pode tocar com impunidade” (DURKHEIM, 1989, s/p.).

Ainda, sobre a arena da prisão, a reflexão sobre “[...] o corpo social, reinventado a partir das normas legais do aparelho judiciário (FOUCAULT, 2014, p. 223), dá sentido à exclusão social ali retratada na penalização do corpo que infringe a lei. O trabalhador refém do estigma social, por ter sido apenado, clama por dignidade: “O senhor conceda sua misericórdia à casa de Onesífero, que muitas vezes me reconfortou e não se envergonhou das minhas cadeias” (II Tm, 1:16).

Na contemporaneidade, a marginalização da sociedade denuncia a possibilidade e/ou impossibilidade de a fé extrapolar a loucura coletiva para-além dos limites da prisão, arena na qual o êxtase religioso é fenômeno e fato social a somar com a neurose da religião.

Das raízes histórico-políticas ligadas ao poder a intolerância religiosa dá margem à crítica ou anuência do pluralismo religioso. O que reflete, ou não, na possibilidade de superação desta e do respeito às alteridades: “Inicialmente, é indispensável lembrar que, nesse contexto, a crise de legitimidade vivida pelo capitalismo” (ORO, 1996, p. 76).

As crenças religiosas motivadas pela intolerância em relação a outras formas de fé e práticas religiosas, de outrem, resultam na perseguição como determinação histórica. A maioria dos grupos religiosos tem nessa situação seu próprio recorte histórico, numa época ou noutra.

Essa realidade contada pela história recente é trespassada pela ressurgência fundamentalista, consequência do processo econômico mundial, a globalização, com destaque para as poderosas organizações e “igrejas eletrônicas”. Fato histórico

ressaltado pela mídia e desafiador aos cientistas/pesquisadores, crentes, militantes da diversidade. E, todos esses, sob a lente estreita das relações paradigmáticas travestidas pela força das crises potenciais, de época, mazelas sociopolíticas de plantão, quando:

[...] um modo de produção, como o capitalista, que se define pela onipresença das relações mercantis e se nutre da construção social das aparências ocultadoras do real, é intrinsecamente fetichista e gerador de idolatria' (ASSMANN, 1986:22). O autor também esclarece que o capitalismo, ocultando os mecanismos de exploração, usa fartamente dos símbolos religiosos com esta finalidade: '... para simular certezas na incerteza, segurança na insegurança, enfim, para oferecer aos homens uma 'transcendência no convívio fraternal entre as pessoas e as nações é obstaculizada pelas exigências de autopreservação do sistema' (*apud* ORO, 1996, p. 77).

Sobre o processo de mundialização em consonância com a ressurgência fundamentalista: “[...] nos anos cinquenta e início dos sessenta consolida-se a transnacionalização do capital. Acentua-se a monopolização na produção e no comércio internacional. O anticomunismo é truculento. Nas Igrejas estabelecidas a tendência teológica e pastoral é mais liberal-modernizante” (ORO, 1996, p. 77).

A partir da década de 1970, a sociedade ocidental é trespassada pela crise do petróleo que desencadeia convulsão econômica global. Aprofunda o fundamentalismo religioso, tema apresentado no tomo 1.4. Ato posto, infere na atitude/comportamento mental pelo viés da falta de habilidade e vontade em reconhecer, respeitar as diferenças e crenças religiosas de terceiros.

1.4 A religião e o fundamentalismo

Neste ponto da Tese o novo inimigo é caracterizado na barbárie genérica, sem apresentar o bárbaro. O medo é manobra do governante: “O inimigo é o Outro, o que põe em perigo a própria identidade, seja a ameaça real ou induzida. O temor ao Outro favorece a coesão nacional em torno do poder e faz com que a cidadania seja menos exigente com os que governam, que são também os que a protegem” (RAMONEDA, 2000, s/p.).

As ameaças, demasiadas e difusas, fizeram com que a opinião pública propagasse a ideia do novo inimigo, paradigma da liberdade. A realidade contada pela história recente, tema de discussão do tomo 1.3.6 é trespassada pela

ressurgência fundamentalista, consequência do processo econômico mundial retratado na globalização, com destaque para as poderosas organizações e “igrejas eletrônicas”.

O fundamentalismo religioso remonta ao reprimido, à repetição e ao recalque cultural: “A liberdade do culto é a primeira de todas as liberdades, a condição de todas os demais direitos, não sendo possível suspender, nem em tempo de guerra” (ECO, 2000, p. 54), incompatível com relação ao estigma e provoca sua repetição.

Dessa maneira, a modernidade simplesmente recalcou a religiosidade como costume atávico, sem examiná-la em profundidade. Sob uma perspectiva, considerou a religião algo próprio dos primitivos ou dos atrasados do ponto de vista da civilização, e, sob outra, acreditou que, nas sociedades civilizadas adiantadas, o mercado responderia às necessidades que, anteriormente, eram respondidas pela vida religiosa, ou, se quiser, julgou que o protestantismo era uma ética mais do que uma religião, e que o elogio protestante do trabalho e dos produtores cumpria a promessa cristã da redenção (CHAUÍ, 2006, p. 128-129).

Na modernidade, a reflexão da máxima de que “a religião é o ópio do povo” (MARX) incita à análise e interpretação da religiosidade como “espírito de um mundo sem espírito”. Neste recorte histórico a promessa de redenção, num outro mundo, direcionava aqueles que viviam a realidade da miséria, humilhação, ofensa e estigmas experienciados pela classe operária. Em outras palavras, esperava-se que “[...] a ação política do proletariado nascesse de uma outra lógica que não fosse a supressão imediata da religiosidade, mas sua compreensão e superação dialética, portanto, um processo tecido com mediações necessárias” (MARX, 1843-1844, p. 129).

Quanto ao fundamentalismo em discussão, levado ao campo das ideias, um alerta sobre o messianismo benjaminiano:

Deus está ausente e a tarefa messiânica está inteiramente nas mãos das gerações humanas. O único Messias possível é coletivo, é a própria humanidade. Mais precisamente, a humanidade oprimida. Na perspectiva de Marx, segundo Benjamin, o proletariado faria a revolução e a revolução corresponderia às aspirações e aos anseios de liberdade e justiça de praticamente toda a humanidade, sobretudo dos explorados. Benjamin tendia a pensar as duas coisas – a luta de classes vivida pelos trabalhadores e a mobilização ampla da humanidade oprimida – em uma conexão bastante imediata, muito direta [...] Para Bertolt Brecht ‘não tinha sentido prolongar, além de limites razoáveis, discussões teóricas muito complicadas, sofisticadas’, pois ‘em nome das urgências da ação, há

sempre um momento no qual é preciso chegar a uma formulação rude, 'grosseira'¹⁷.

As grandes religiões monoteístas como o judaísmo, cristianismo e islamismo enfrentam a explicação da realidade oferecida pelas ciências, a pluralidade de confissões religiosas rivais, a moralidade laica determinada por um Estado secular ou profano.

Isso significa que cada uma dessas religiões só pode ver a ciência e as outras religiões pelo prisma da rivalidade e da exclusão recíproca, uma oposição não tem como exprimir-se, num espaço público e de democracia, porque não pode haver debate, confronto e transformação recíproca em religiões cuja verdade é revelada pela divindade e cujos preceitos, tidos por divinos, são dogmas. Porque se imaginam em relação imediata com o absoluto, porque se imaginam portadoras da verdade eterna e universal, essas religiões excluem o trabalho do conflito e da diferença e produzem a figura do Outro como demônio e herege, isto é, como o Falso e o Mal. Dessa maneira, o desencantamento do mundo, obra da civilização moderna, se vê às voltas com o misticismo do mercado e a violência da teologia política. Em outras palavras, com a barbárie interna à ação civilizatória (CHAUÍ, 2006, p. 132).

A secularização, construção humana, promove o escrutínio da religião na contemporaneidade, advém de outras idades, todas as idades do homem, a idade da prisão, assim retratada:

[...] 'reformatório' integral, que prescreve uma codificação da existência bem diferente da pura privação jurídica da liberdade e bem diferente também da simples mecânica de representações com que sonhavam os reformadores na época da Ideologia (FOUCAULT, 2014, p. 228).

E, continua o filósofo francês: "Enfim, que a prisão não forme, a partir dos malfeitores que reúne, uma população homogênea e solidária" (FOUCAULT, 2014, p. 229). Ao refletir ideias que tomam o corpo como objeto da discussão prisão, Foucault afirma:

Existe entre nós neste momento uma sociedade organizada de criminosos [...] formam uma pequena nação no seio da grande. Quase todos esses homens se conheceram nas prisões ou nelas se encontram. São os membros dessa sociedade que importa hoje dispersar (2014, p. 229, *apud* BEAUMONT; TOCQUEVILLE, 1845, p. 392).

¹⁷ (LOWY, in Walter Benjamin: *avertissement d'incendie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001, *apud* Konder, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2003000200002&script=sci_arttext&lng=pt>> Acesso em 21 jul. 2018).

Com relação à questão histórico-humana da intolerância, chaga social que pune mentes, corpos, etnias e dignidades, a filósofa brasileira Marilena Chauí discute o paradigma que alcança a Era Pós.

Marx e Baudelaire foram os que melhor exprimiram o pensamento e o sentimento da modernidade - o primeiro por afirmar que a liberdade não é escolha contingente, mas a consciência da necessidade, e o segundo por definir a arte como captura do eterno no coração do efêmero -, podemos também dizer que a pós-modernidade é a renúncia a essas ideias e sentimentos, sem que, entretanto, a maioria das sociedades deixe de buscar imaginariamente substitutos para o necessário e o eterno (CHAUÍ, 2006, p. 128).

A estrutura econômica denuncia o encolhimento estatal na área dos direitos sociais, a comercialização da dignidade na forma da barbárie exposta na exclusão, desigualdade, desemprego, injustiça social e miséria, quando “[...] não por acaso, ambos ressurgem nas vestes da religião e, portanto, a necessidade aparece como destino ou fatalidade e o eterno se apresenta como teofania, isto é, revelação do deus no tempo” (CHAUÍ, 2006, p. 128). A partir da reconstrução global e identidades nacionais, étnicas somadas à emergência dos movimentos sociais, reafirmam as parencas pessoais e culturais, fomenta a religião da intolerância, tema do próximo tomo 1.4.1. Conjuntural, também a necessidade humana esbarra na ignorância.

1.4.1 A intolerância

A teoria da reconstrução global e identidades nacionais, étnicas reforça a crise coletiva reforçada no item 1.4 que discute a religião e o fundamentalismo. As questões do multiculturalismo e da diferença “[...] são centrais enquanto estruturantes da educação crítica, carente de uma teoria da identidade e da diferença” (SILVA, 2000, p. 73).

Com relação à diversidade naturalizada pela corrente do multiculturalismo “a identidade e a diferença se esgotam nessa posição liberal” (SILVA, 2000, p. 73). O jogo está na identidade centrada, não na diversidade. As diferenças devem ser problematizadas: “Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA,

2000, p. 75). As diferenças e a identidade resultam de atos da criação linguística não das criaturas do mundo natural, transcendental.

As identidades culturais, sociais, caracterizam a diferença e identidade. Não podendo ser compreendidas fora do processo de produção simbólica e discursiva, passam a fomentar as maneiras de exercer poder sobre os homens, o controle das relações sociais, a realidade dos centros urbano-industriais os quais significam alguma forma pensada e organizada de prisão.

A cidade pestilenta, atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais – é a utopia da cidade perfeitamente governada. A peste (pelo menos aquela que permanece no estado de previsão) é a prova durante a qual se pode definir idealmente o exercício do poder disciplinar (FOUCAULT, 2014, p. 193).

Não há diferença fundamental no pensar humano, primitivo ou civilizado. As diferenças entre grupos e sociedades sempre foram culturais, não biológicas. Cada cultura é única, costume que só pode ser pensado no seu contexto. Sobre as “comunidades humanas”, o antropólogo Roque de Barros Laraia, assim define:

Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante (LARAIA, 2006, p.59).

Com relação às primeiras manifestações culturais:

A totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam a conduta dos indivíduos que compõem um grupo social, coletiva e individualmente, em relação ao seu ambiente natural, a outros grupos, a membros do mesmo grupo e de cada indivíduo para consigo mesmo [...] “para compreender cada cultura há que investigar uma história particular, a difusão de traços culturais que acontece em toda parte [...] estamos acorrentados aos grilhões da tradição” (BOAS, 2010, p. 113).

No linguajar comum “[...] quando falamos de raça queremos denotar um grupo de pessoas que têm em comum algumas características corporais e também mentais” (BOAS, 2010, p. 68). As características físicas associadas a determinadas formas corporais estariam presentes em várias outras.

Há uma profunda convicção de que os demais não pensam ou sentem as coisas, o afeto, dor, sentimentos. Isso, por estar acostumados à guerra, responsável pela insensibilidade com as tragédias. “Não é apropriado falar de traços hereditários no tipo racial como um todo, pois muitos deles também ocorrem em outros tipos raciais” (BOAS, 2010, p. 69-70).

Caracteriza-se uma oposição binária em torno de duas classes polarizadas “[...] a força da identidade normalizada é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade” (SILVA, 2000, p. 83). As diásporas ou migração forçada de quem se sentirá, no estrangeiro, “uma identidade identificada como o ‘outro’, numa artificialidade da pessoa travestida da artificialidade, denunciada a partir da identidade menos evidente, ou aquela que habita as fronteiras da dignidade” (SILVA, 2000, p. 89).

O sistema linguístico reforça a negatividade atribuída à identidade, “[...] o pós-estruturalismo e a chamada ‘filosofia da diferença’ erguem-se, em parte, como uma reação à ideia clássica de representação” (SILVA, 2000, p. 90-93).

Para o teórico cultural, sociólogo Stuart Hall “[...] a ‘crítica do sujeito autossustentável está no centro da metafísica ocidental pós-cartesiana’ exatamente aonde ela provoca a discussão sobre a ‘identidade’ e quem precisa dela” (*apud* SILVA, 2000, p. 103). Falta uma teoria da prática discursiva.

De acordo com Foucault “[...] coloque o ponto de vista do sujeito na origem de toda a historicidade - que, em suma, leve a uma consciência transcendental” (1970, p. XIV). Segundo Freud, a “[...] fantasia de incorporação em termos de consumir o outro”, a partir da concepção de que a identificação é, pois, um processo de articulação sujeito ao ‘jogo’ da ‘*différance*’”. O conceito de identificação remonta à “mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (1921/1991, p. 107). O psicanalista reafirma: “A identificação, na verdade, é ambivalente desde o início” (FREUD, *apud* SILVA, 2000, p. 134).

Em relação à ideia da intolerância, Freud desenvolveu a importante distinção entre “ser” e “ter” o outro, o “eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus”, um povo, uma ancestralidade, uma comunidade (HALL, 1990, s/p). Neste ponto de exposição da Tese, aprofunda-se a questão da intolerância. Enquanto valor e atitude, a intolerância relaciona-se com o campo ético e moral, santo, prática social que diz respeito às sociedades plurais, preconceituosas.

Segundo Eco “[...] o conceito de Intolerância vai muito além de uma prática fundamentalista” (ECO, 2000, p. 16). A origem do fundamentalismo tem raiz no processo hermenêutico de interpretação da *Bíblia* (ECO, 2000, p. 16), isso, pelo

Ocidente, nasce em meio aos protestantes norte-americanos do século XIX. O intuito, interpretar “corretamente” a Palavra Sagrada.

Por fundamentalismo entende-se comumente o movimento ultraconservador e autoritário, surgido em certos meios protestantes, que, em reação ao modernismo teológico e religioso, prega como fundamentos inabaláveis da fé verdades tradicionais de sua confissão. A designação ‘fundamentalismo’ deriva da preocupação em manter como absolutos os fundamentos doutrinários confessionais, aos quais se agarra literalmente, excluindo toda interpretação crítica do texto. Esse movimento irrompeu nos EUA, no início deste século (LUSTOSA, 1994, p. 19, *apud* ORO, 1996, p. 49).

Seria a intolerância uma forma de fundamentalismo? De forma hermenêutica sim, na lente do viés político “[...] é possível que alguém condicione aos demais a cumprir suas crenças de forma obrigatória” (ECO, 2000, p. 17). Há exemplo, o nazismo, aonde o racismo era totalitário, sem ser fundamentalista, aspirava-se ser ciência.

Quando a intolerância torna teórica, é demasiada tarde para derrotá-la, sendo necessário encontrar suas origens antes que se converta em objetos de tratados, supostamente eruditos. Para Young e Bruehl “[...] o preconceito é a ideia para a qual a violência é um modo de agir, ele fala o que a violência faz” (*apud The Anatomy of Prejudices*, 1996, s/p). Neste ponto, cabe aprofundar a exposição no tocante ao estigma da intolerância. A partir do campo observacional:

Aponta-se então a pergunta que se tornou central: como a prática da intolerância, do preconceito e da discriminação apresenta suas faces nos comportamentos das pessoas e grupos que, muitas vezes, dizem estar a serviço da fé? A resposta para esta pergunta focaliza, de um lado, a interpretação de que o aumento da violência estaria relacionado com a religião e que esta pode fomentar a ideia que o diferente das religiões tradicionais não teria a mesma liberdade de expressar suas vivências religiosas, desencadeando uma espécie de duelo entre credos e colocando à margem vítimas minoritárias. De outro lado, a violência tem permeado a história, apresentando-se multifacetada, por estar presente nas relações sociais, com enfoque nas religiosas, em todos os tempos. Assim, a violência tem sido observada nas convicções de credo e, ao mesmo tempo, como fenômeno contributivo de perseguição religiosa (RIBEIRO; ECCO, 2018, p. 12).

Para reforçar a discussão, na análise Foucaultiana a radical “desconstrução” do corpo é o último resíduo ou local de refúgio do “Homem” (FOUCAULT, 1984, p. 63), o corpo “é totalmente marcado pela história” e também a “história arruína o corpo” (FOUCAULT, *apud* SILVA, 2000, p. 121). Nem mesmo o corpo serve de base ao homem para que este conheça outros corpos, outros homens e outras identidades. O

corpo tem funcionado como “significante e condensação das subjetividades, função que não pode ser descartada porque não é verdadeira” (FOUCAULT, 1984, p. 63).

Essa realidade resulta na perseguição religiosa, comum na história contada pela maioria dos grupos religiosos vitoriosos ou que desapareceram em meio à situação de crise do credo, consequência da intolerância, numa época ou noutra. “A saber, a liberdade do culto é a primeira de todas as liberdades, a condição de todos os demais direitos, não sendo possível suspender, nem em tempo de guerra” (ECO, 2000, p. 54).

Vale lembrar que “[...] sobre o conceito de religião, é notório que a magnitude dos fenômenos religiosos cria grandes dificuldades, ao tentar promover uma definição limitativa do termo” (RIBEIRO; ECCO, 2018, p. 62). Em relação à discussão, o filósofo John Hich explana o seguinte:

A religião é uma coisa para o antropólogo, outra para o sociólogo, outra para o psicólogo (e outra ainda para o psicólogo?). Outra para o marxista, outra para o místico, outra para o zen-budista e outra ainda para o judeu ou um cristão. Existe, por conseguinte, uma grande variedade de teorias religiosas sobre a natureza da religião. Não há, portanto, nenhuma definição universalmente aceita de religião, e possivelmente nunca haverá (HICH, *apud* RIBEIRO; ECCO, 2018, p. 62).

No que prossegue a explanação:

Percebe-se que há diversas definições de religião, vista como um nome coletivo. Em termos epistemológicos, a palavra religião, na modernidade, é proveniente do *latim*, podendo significar religar, reler ou reeleger. Em essência, essa expressão denota uma relação do homem com alguma (s) divindade (s), especialmente, em razão de que um dos principais predicados da religião é a vinculação do homem com o transcendente: algo que o ser humano acredite como extraordinário. De qualquer modo, é plausível que o sentido de religião esteja ligado com a circunstância cultural (RIBEIRO e ECCO, 2018, p. 63).

Quanto ao futuro da religião, suas simbologias e valores seguem abertos enquanto prática que permanece “[...] viva nessa era das paixões carregada de novas guerras” (SÉMELIN, 2009, p. 519), as quais, uma vez mais, se justificarão em nome da civilização e segurança, de Deus e da pureza a se reconquistar. Essa a realidade histórica a refletir

[...] contexto de modernidade que, de permanente transformação, ou de transformação organizada em permanência, como diz Christoph Turcke, surgiu o fundamentalismo como ‘a tentativa de proporcionar aos indivíduos desenraizados e inseguros novamente o apoio psíquico através do remendo precisamente daqueles fundamentos, que estão se esborçando’ (TURCKE,

1994:1). Por invocar justamente o que está abalado, insiste nele com veemência. Assim, 'o fundamentalismo é o desmentido esforço da sua própria dúvida, uma fé repassada de descrença e por isso não apenas uma fuga da modernidade, mas uma das suas faces típicas (ORO, 1996, p. 59).

No que refere às características da sociedade:

Intenção primordial não é humilhar, senão, pura e simplesmente negar a condição de ser humano do outro [...] qualquer que seja seu tamanho, estão no empenho em atribuir caráter unicamente aos membros do grupo, reduzindo aos demais à categoria de não humano, com a nítida intenção de eliminá-los (ECO, 2000, p. 23).

Daí a reflexão sobre o que venha a ser um grupo humano, isso, em meio à liberdade religiosa a qual se torna e carrega função política, termos discutidos e aprofundados no item 1.5 a seguir. A resposta “[...] é um conjunto de indivíduos que se conhecem, entre si, como consequência do nascimento e residência num lugar comum, entre os quais reina confiança, segurança, certeza de poder viver em paz” (idem). A intolerância religiosa recusa o pluralismo, o respeito às alteridades, desta maneira, cotidianamente delimita as raias histórico-políticas.

1.5 A religião e a função política

A relação do indivíduo com a religião tem mecanismos políticos de interação coletiva funcionalmente complexas e tramita pelos fenômenos sociais. Discutido no item anterior 1.4.1, o “futuro” da religião, suas simbologias e valores seguem abertos enquanto prática que permanece. Essa teoria infere e regula relações humanas com o mundo compreensivo, de onde “foram afastadas do âmbito da ciência as ‘ilusões’ do humanismo, da historicidade, da dialética” (COUTINHO, 2010, p. 134).

O ser-no-mundo é dotado de sentido. O conceito de sistema traduz “[...] o conjunto dos mecanismos na elaboração de respostas para a enorme e infinita variabilidade do ambiente” (CIPRIANI, 2007, p. 302).

A religião interage com o sistema social global, envolta por uma série de outras, “a serem satisfeitas” mesmo que “o mundo não seja um sistema” (LUHMANN, 1991, p. 54). A este respeito, inicialmente ligada à ciência da Biologia, a autopoiese estuda a capacidade dos seres vivos de produzir a si próprios.

Há fontes de religiosidade, tanto pessoais como sociais, quando a religião, mesmo sem função central, não desaparece, como a ciência, a economia e

a política que produzem sua comunicação sem qualquer significado, ou a secularização a determinar uma religião não mais integradora e sim interpretativa (CIPRIANI, 2007, p. 304-305).

Ao afirmar ou pretender um Deus único, ou, a redução da complexidade diante do politeísmo a secularização e as dificuldades do sistema religioso parcial revelam a evolução sociocultural. A religião tem desempenhado “[...] a tarefa funcional de reduzir o indeterminável para o determinado [...] o crer na Igreja é um dos ‘artigos’ de fé” (CIPRIANI, 2007, p. 306-307).

Organizada a instituição da fé, Igreja oficial “[...] se insinua no ambiente social interno tornado sistema econômico, político ou jurídico” (idem, p. 307). De certo modo, os mitos se pensam entre si.

A afirmação de que “o ser-no-mundo é dotado de sentido” (CIPRIANI, 2007, s/p), infere no tema desta Tese, **da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**, a qual tem como um de seus propósitos investigar e interpretar a percepção, direção, participação social do coletivo contemporâneo.

A sociedade da Era Pós determina a condição social e os valores da religiosidade humana, dá sentido às relações sociais, coesão, trama coletiva, segue refém do silêncio, amedrontado pela interatividade humana transformada em miséria. Enquanto conceito assim explicado por Marx: “A miséria é, de um lado, a expressão da miséria real, e de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo” (MARX, 2002, p. 85-86)

O acesso econômico-moderno, capitalista-industrial, provoca efeitos “secundários” alavancados pelos meios de comunicação, como o turismo, transporte - geração de valor.

A criação do valor na sociedade por um mercado, que tinha na concorrência e, não nas trocas, seu símbolo de agência principal, recentralizou o foco do trabalho e das relações sociais diárias. Quando isso acontece, transformam-se as finanças e o mercado que as troca e media na forma de ativos e derivativos, estes com seu valor já fruto da concorrência, no agente disciplinador, nos termos de Foucault (2008) (DARDOT; LAVAL, 2016, *apud* GONÇALVES, 2016, v. 19, n. 3, p. 259).

O cristianismo latino, ocidental, pelo menos, manteve-se inteiramente histórico em sua visão de mundo ao rejeitar as construções religiosas que abdicariam deste mesmo mundo como arena da redenção. Latino ou grego, o **Cristianismo** pode ser visto como obstáculo na expansão da **Secularização** quando a **Igreja** surge como um

problema de “significado”, tanto para as **Instituições** quanto ao **Estado** ou à **Economia**.

Mesmo tendo proporcionado inúmeras saídas da total racionalização da vida postulada pelo profetismo do *Antigo Testamento* ou pelo judaísmo rabínico: “A nível prático, a piedade e a moral católicas proporcionavam um tipo de vida que tornava desnecessária qualquer racionalização radical do mundo” (BERGER, 1985, p. 135).

O estudo da Religião revela a relação do ser humano com o abstrato e o sagrado, caracteriza-se relação paradigmática ao lidar com o profano. Isto por ter na interação ilusão x realidade o campo da sua (ir) realização enquanto atenuante ou felicidade do coletivo numa arena na qual Marx atesta que “a religião não faz o homem, mas ao contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa” (MARX, 2002, p. 85).

Conforme afirmado na introdução deste subcapítulo, a compreensão da religião exige articular mecanismos políticos de interação coletiva funcionalmente complexos, tramita pelos fenômenos sociais da salvação ou alienação do trabalhador. Neste ponto, Marx afirma:

“O homem que só encontrou o reflexo de si mesmo na realidade fantástica do céu, onde buscava um super-homem, já não se sentirá inclinado a encontrar somente a aparência de si próprio, o não-homem, já que aquilo que busca deve necessariamente buscar é a sua verdadeira realidade. [...] Mas o *homem* não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem o *mundo dos homens*, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam *uma consciência invertida do mundo*, porque eles são um mundo *invertido*. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu compromisso solene, sua razão geral de consolo e de justificação. É a *realização* fantástica da essência humana por que a essência humana carece da realidade concreta. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra *aquele mundo* que tem na religião seu *aroma* espiritual” (MARX, 2002, p. 85).

Se a conexão do ser humano com o abstrato significa relação paradigmática, por lidar com o profano e o sagrado, assunto já afirmado anteriormente, por outro lado, a sociedade estruturada na cultura, costumes, poder e leis revela a face dos mecanismos políticos.

“Assim, superada a crença no que está *além da verdade*, a missão da história consiste em averiguar a verdade daquilo que nos circunda. E, como primeiro objetivo, uma vez que se desmascarou a forma de santidade da autoalienação humana, a missão da filosofia, que está a serviço da história,

consiste no desmascaramento da autoalienação em suas formas não santificadas. Com isto, a crítica do céu se converte na crítica da terra, a crítica da teologia na crítica da Política” (MARX, 2002, p. 86).

A interação coletiva política e funcional é assunto complexo, tramita pelos fenômenos sociais, adentra ao campo da salvação enquanto promessa, foca na libertação utópica da alienação do trabalhador, no que refere à questão de direitos tais como o saber, entender, fazer e promover a política.

Ao concluir este **Capítulo I – Religião**, a pesquisa **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** entende e pretende promover significativa contribuição ao aprofundamento do compreender o papel sociopolítico da religiosidade transformada em religião de mercado, investigação que abarca os conceitos da guerra e paz, da inclusão e estigma, da racionalidade e irrazão humana embasada na crença, êxtase e possessão.

A exposição da *Carta ao Povo de Deus*, publicizada ao final de julho, quando cerca de 152 bispos assinaram em denúncia a "incapacidade" de Jair Bolsonaro, presidente eleito do Brasil revela passos democráticos e de direito alicerçados na militância deliberada de ala progressista da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A escrita, tornada pública, representa parte do corpo institucional da Igreja Católica, tema apresentado (com devidos cortes a fim de sua estreita citação na Tese) no item 1.5.1, a seguir. Tem foco o documento na criação da frente de discussão e influência nas decisões de um governo instalado na promoção do caos social com relação ao qual os arcebispos e bispos eméritos tecem críticas ao capitão reformado.

De acordo com o discurso da ala progressista:

Assistimos, sistematicamente, a discursos anticientíficos, que tentam naturalizar ou normalizar o flagelo dos milhares de mortes pela Covid-19 (...) e os conchavos políticos que visam à manutenção do poder a qualquer preço. Esse discurso não se baseia nos princípios éticos e morais, tampouco suporta ser confrontado com a Tradição e a Doutrina Social da Igreja.

Estruturado no debate mundial relato à pandemia Covid-19, sem abandonar a análise sobre a conjuntura do bolsonarismo, afirma a Carta: "Analisando o cenário político, sem paixões, percebemos claramente a incapacidade e inabilidade do Governo Federal em enfrentar essas crises" (MELITO, site *Brasil de Fato*, 2020)¹⁸

¹⁸ (Disponível em: <<<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/27/em-carta-ao-povo-de-deus-152-bispos-criticam-incapacidade-de-jair-bolsonaro>>> Acesso em 27.07.2020)

1.5.1 A Carta ao Povo de Deus

A movimentação, que extrapola a arena da CNBB, habita paróquias e igrejas nas quais a perseguição política tornou-se realidade, consequência de sermões entregues aos fiéis em eventos tais como as missas e debates. Discutido no item anterior 1.5, a religião tem sim caráter político, transformada, em tempos conjunturais, em religiosidade advinda da religião de mercado, que abarca os conceitos da guerra e da paz, inclusão/exclusão e estigma social, racionalidade e irrazão humana, fé, crença, êxtase e possessão.

Os principais pontos da argumentação política, ou, Carta aos Povos:

Somos bispos da Igreja Católica, de várias regiões do Brasil, em profunda comunhão com o papa Francisco e seu magistério e em comunhão plena com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que no exercício de sua missão evangelizadora, sempre se coloca na defesa dos pequeninos, da justiça e da paz. Escrevemos esta Carta ao Povo de Deus, interpelados pela gravidade do momento em que vivemos, sensíveis ao Evangelho e à Doutrina Social da Igreja, como um serviço a todos os que desejam ver superada esta fase de tantas incertezas e tanto sofrimento do povo. [...] Evangelizar é a missão própria da Igreja, herdada de Jesus. Ela tem consciência de que “evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo (Alegria do Evangelho, 176). [...] A nossa reposta de amor não deveria ser entendida como uma mera soma de pequenos gestos pessoais a favor de alguns indivíduos necessitados [...]. É neste horizonte que nos posicionamos frente à realidade atual do Brasil. Não temos interesses político-partidários, econômicos, ideológicos ou de qualquer outra natureza. [...] O Brasil atravessa um dos períodos mais difíceis de sua história, comparado a uma “tempestade perfeita” que, dolorosamente, precisa ser atravessada [...] provocada em grande medida pelo presidente da República e outros setores da sociedade, resultando numa profunda crise política e de governança. [...] perigosos impasses, que colocam nosso País à prova, exige de suas instituições, líderes e organizações civis muito mais diálogo do que discursos ideológicos fechados. [...]. Essa realidade não comporta indiferença. É dever de quem se coloca na defesa da vida posicionar-se, claramente, em relação a esse cenário. As escolhas políticas que nos trouxeram até aqui e a narrativa que propõe a complacência frente aos desmandos do Governo Federal, não justificam a inércia e a omissão no combate às mazelas que se abateram sobre o povo brasileiro. [...] Mazelas que se abatem também sobre a Casa Comum, ameaçada constantemente pela ação inescrupulosa de madeireiros, garimpeiros, mineradores, latifundiários e outros defensores de um desenvolvimento que despreza os direitos humanos e os da mãe Terra. [...] Assistimos, sistematicamente, a discursos anticientíficos, que tentam naturalizar ou normalizar o flagelo dos milhares de mortes pela Covid-19, tratando-o como fruto do acaso ou do castigo divino, o caos socioeconômico que se avizinha, com o desemprego e a carestia que são projetados para os próximos meses, e os conchavos políticos que visam à manutenção do poder a qualquer preço. [...] confrontado com a Tradição e a Doutrina Social da Igreja, no seguimento Àquele que veio “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10). [...] percebemos claramente a incapacidade e inabilidade do

Governo Federal em enfrentar essas crises. As reformas trabalhista e previdenciária, tidas como para melhorarem a vida dos mais pobres, mostraram-se como armadilhas que precarizaram ainda mais a vida do povo. [...] É insustentável uma economia que insiste no neoliberalismo, que privilegia o monopólio de pequenos grupos poderosos em detrimento da grande maioria da população. [...] O sistema do atual governo não coloca no centro a pessoa humana e o bem de todos, mas a defesa intransigente dos interesses de uma “economia que mata” (Alegria do Evangelho, 53), centrada no mercado e no lucro a qualquer preço. [...] por se aproximar do totalitarismo e utilizar de expedientes condenáveis, como o apoio e o estímulo a atos contra a democracia [...] a flexibilização das leis de trânsito e do uso de armas de fogo pela população, [...] notícias falsas, que mobilizam uma massa de seguidores radicais. [...] na escolha da educação como inimiga [...] no desconhecimento e depreciação de processos pedagógicos e de importantes pensadores do Brasil; na repugnância pela consciência crítica e pela liberdade de pensamento e de imprensa; na desqualificação das relações diplomáticas com vários países; na indiferença pelo fato de o Brasil ocupar um dos primeiros lugares em número de infectados e mortos pela pandemia sem, sequer, ter um ministro titular no Ministério da Saúde; [...] No plano econômico [...] A recessão que nos assombra pode fazer o número de desempregados ultrapassar 20 milhões de brasileiros. Há uma brutal descontinuidade da destinação de recursos para as políticas públicas no campo da alimentação, educação, moradia e geração de renda.[...] o Governo Federal demonstra omissão, apatia e rechaço pelos mais pobres e vulneráveis da sociedade, quais sejam: as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, as populações das periferias urbanas, dos cortiços e o povo que vive nas ruas, aos milhares, em todo o Brasil. [...] Até a religião é utilizada para manipular sentimentos e crenças, provocar divisões, difundir o ódio, criar tensões entre igrejas e seus líderes. Ressalte-se o quanto é perniciosa toda associação entre religião e poder no Estado laico [...] especialmente a associação entre grupos religiosos fundamentalistas e a manutenção do poder autoritário. [...] Estamos comprometidos com o recente “Pacto pela vida e pelo Brasil”, da CNBB e entidades da sociedade civil brasileira, e em sintonia com o papa Francisco, que convoca a humanidade para pensar um novo “Pacto Educativo Global” e a nova “Economia de Francisco e Clara”, bem como, unimo-nos aos movimentos eclesiais e populares que buscam novas e urgentes alternativas para o Brasil. [...] Despertemo-nos, portanto, do sono que nos imobiliza e nos faz meros espectadores da realidade de milhares de mortes e da violência que nos assolam. Com o apóstolo São Paulo, alertamos que “a noite vai avançada e o dia se aproxima; rejeitemos as obras das trevas e vistamos a armadura da luz” (Rm 13,12).

Citado na Carta ao Povo de Deus, acima, o apóstolo Paulo, à época do Império Romano, escreveu inúmeras missivas. “Nas cartas dá conta das tribulações pelas quais passou: prisões, torturas, naufrágios, fome, frio, mudez e muitas ameaças de morte” (BOFF, 1999, p. 7).

À época de Paulo, “primeiro teólogo judeu a converter-se ao cristianismo” (idem, p. 5), a autoridade era conquistada militarmente e a hierarquia era absoluta. A autoridade máxima em nossos países não é o presidente ou primeiro-ministro, mas sim a Constituição e as instituições democráticas. Estas foram conquistadas na história, muitas vezes através de lutas. Agora, portanto, caberia a nós apoiar e obedecer aos mandatários eleitos (porque são legítimos) e, ao mesmo tempo, fiscalizá-los e não concordar com sua corrupção; apoiar o sistema democrático, votar, fazer campanha,

manifestar-se quando for o caso, envolver-se na política, participar de Ong's, lembrando sempre que ser oposição também é legítimo no sistema democrático, bem como submeter-se ao voto da maioria (Bíblia de Estudo Conselheiro, 2019, p. 1.804).

A Tese **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** reforça e questiona, ao final deste **Capítulo I**, por meio de sua pergunta estrutural, tomando por referencial a categoria Religião - instrumento de libertação/alienação -, sobre as possibilidades da categoria humana. O que salva o homem, a **Religião**, a **Prisão** ou o **Trabalho**? E, reflete a crença consciente de que seria impossível alcançar, por meio desta pesquisa e escrita, respostas prontas, precisas, acabadas.

Ao longo da história, houve muitos líderes – tanto seculares como eclesiásticos – que disseram governar em nome de Deus. Infelizmente, atribuir-se essa qualidade não tem sido garantia de que Deus realmente esteja no controle e que o governo seja bom. Muitas vezes justamente o contrário tem acontecido (Bíblia de Estudo Conselheira, 2019, p. 729).

Ao aprofundar a investigação tomando por base o referencial teórico sobre a **Religião**, a pesquisa aproxima inúmeros conceitos, crenças, realidades, experiências, alienação, libertação. A proximidade com a significância da palavra Deus, sua onipresença, ausência dá sentido à oportunidade material-espiritual-científica, exposta na Tese. E, de forma escrita, fomenta o ato de enxergar pelo prisma da razão/irrazão a verdade ou a falácia humana em sua (des) humanidade. Neste caso, retratada no tema **A Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** por meio de categorias apresentadas, discutidas e questionadas no decorrer do trabalho.

CAPÍTULO II

A REALIDADE DA PRISÃO

“Fazei aos homens tudo o que queirais que eles vos façam, pois é nisto que consistem a lei e os profetas”
(S. Mateus, 7:12).

“Sozinho em sua cela o detento está entregue a si mesmo; no silêncio de suas paixões e do mundo que o cerca, ele desce à sua consciência, interroga-a e sente despertar em si o sentimento moral que nunca perece inteiramente no coração do homem” (*Journal des économistes*, vol. II, 1842, apud FOUCAULT, 2014, p. 231).

Ao propor como discussão **A Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** o Capítulo II, aprofunda a reflexão, agora, com foco no paradigma da **Prisão**. Ali a crença e a força abstrata tomam parte na determinação histórica do sujeito humano escrita com as cores da desumanização de seus direitos, realidade posta nas crenças, experiências, guerras, paz, alienação, prisão, libertação enquanto alguns conceitos discutidos no Capítulo I.

A proximidade com a significância da palavra Deus, sua onipresença, ausência dá sentido à oportunidade material-espiritual-científica humana. Exposta nesta Tese sobrevive, ainda nos dias atuais, a secularização: “Vieram os sacerdotes, o chefe do templo e os saduceus contrariados porque ensinavam ao povo e anunciavam, na pessoa de Jesus, a ressurreição dos mortos. Prenderam-nos e os meteram no cárcere até o outro dia, pois já era tarde” (At 4: 1-3).

A alienação pelo trabalho, imposta por força da necessidade e luta pela sobrevivência, estabelece a consciência ou seu contrário. O comportamento da população aflita, carente de salvação, acuada na condição de vulnerabilidade social revela a sociedade na qual “[...] a liberdade não pode ser liberdade dos outros, mas a liberdade para os outros [2 Cor 6,4 ss; 11,23-3]” (p.12), direito humano promulgado na Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948.

Somente se constrói ou se desfaz o ser humano a partir da sua “construção/desconstrução”, o que se dá na promoção e alcance de direitos constitucionais estabelecidos na educação, trabalho, alimentação, habitação, lazer, mobilidade urbana, turismo, segurança dentre outros acessos ou direitos garantidos

na Constituição de 1988. Alcances estes aviltados pela política neoliberal de desmonte de direitos tornados mercadorias a fomentar a humanidade instalada na prisão do século XXI, arena destinada à penalização de corpos, “[...] a prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos” (FOUCAULT, 2014, p. 223).

Em consonância com as políticas públicas de “enfrentamento” das mazelas sociais, consequência da violência causada pela desigualdade social, a conjuntura do caos estabelece-se como ferramenta de manipulação das massas por parte do sistema capitalista. Este modo de produção e reprodução das relações sociais tem foco na mercadoria e no acúmulo de riqueza, acentua a pobreza extremada, torna estranho o sujeito em relação ao produto final resultado de seu labor. A arena de interação cidadã aparta as relações humanas, torna o sujeito um consumidor impulsionado pela moda, reificado à condição de mercadoria.

A conjuntura socioeconômica política mundial acua o trabalhador no convívio coletivo mantido à base da “relação de hegemonia”, necessariamente “pedagógica”, não limitando a práxis “às relações especificamente ‘escolásticas’” (ABREU, 2016, p. 23). Há um mundo fenomenológico a revelar/desmentir a possibilidade da concretude/abstracionismo expressa na miserabilidade humana enquanto condição pós-moderna (HARVEY, 1992) que venha salvar da miséria da razão (COUTINHO, 2010) a massa apenada à base da pirâmide social.

Expressão histórico-cultural a criminalização do sujeito, por intermédio de seu corpo (FOUCAULT, 2014), recai na sua crença e ocupação, direito que infere na luta pela sobrevivência e que determina o comportamento humano condicionado ao estigma da pobreza. A manchete midiática reporta o infringir da lei estabelecida pelo Estado, a questão de direitos negados naquilo que é determinação histórica a criminalizar o trabalhador.

Esta Tese pretende afirmar que o **Trabalho** salva o homem. O trabalhador, apenado pelo mercado, perpassa questões da fé, crença e prisão. Com relação à prisão, são múltiplos os autores e matrizes ideológicas a dissertar sobre o *status* sociopolítico do sujeito ali instalado. Ao cumprir a pena, o ser social sofre no corpo a restrição das liberdades, as quais são conquistas políticas.

Sobre o fator prisão, Foucault afirma advir da:

Economia do castigo [...] Época de grandes ‘escândalos’ para a justiça tradicional, época dos inúmeros projetos de reformas; nova teoria da lei e do crime, nova justificação moral ou política do direito de punir; abolição das antigas ordenanças, supressão dos costumes; projeto ou redação de ‘códigos modernos’: Rússia, 1769; Prússia, 1780; Pensilvânia e Toscana, 1786; Áustria, 1788; França, 1791, Ano IV, 1808 e 1810. Para a justiça penal, uma nova era (FOUCAULT, 2014, p. 13).

O sistema jurídico-penal define parte da realidade-objeto desta Tese, exposto e anotado no item 2.1 a seguir, tendo o cuidado de colocar o homem acima de quaisquer leis, leis dos homens (ricos) destinadas a aprisionar os próprios homens (pobres).

2.1 Os encarcerados excluídos da sociedade burguesa

O sistema jurídico-penal define parte da realidade-objeto desta Tese, investigado a partir do referencial teórico materialista-dialético o qual aprofunda a reflexão acerca do paradigma **Prisão**, posto e anotado na introdução deste capítulo II. O mote é discutir a arena panóptica numa correlação aproximada com o assunto da fé, exclusão e riqueza/pobreza fomentadas pelo sistema capitalista.

O regime fechado/semiaberto apena a massa trabalhadora a qual vegeta também por outras formas de “ressocialização” que o poder estatal adota enquanto política pública focada no projeto de “recuperação, reinserção” do apenado como se fosse possível recuperar, reinserir, ressocializar o ser social após sua prisão.

Instituição de poder legal a cadeia manipula a dignidade humana, estabelece-se como ferramenta do sistema jurídico estatal. É determinação histórica a penalizar corpos julgados por promover mazelas morais, éticas, ligadas à violência social. Expõe a condição de vida ou *status quo* que revela o coletivo em sua miserabilidade. A prisão revela-se viés da injustiça, construção coletiva paradigmática a aprisionar a anomalia social.

Segundo Gomes:

Nas sociedades onde prevalece a desigualdade social, seja em forma de estamentos tradicionais, tipo senhores da terra e servos, realeza, nobreza e povo, ou como classes sociais nas sociedades capitalistas, os grupos são muito comumente organizados pelas situações de classe e ou de estamento das pessoas (2016, p. 81).

Consequência do sistema capitalista as mazelas socioeconômicas, políticas, a desigualdade e injustiça social retratam expressões sociais a canalizar o “[...] comportamento antissocial, que vai de encontro às normas sociais vigentes, dentre eles, o que merece especial atenção por parte dos psicólogos sociais é o comportamento agressivo” (RODRIGUES; ASSMAR; JABONSKI, 2015, p. 322).

A prisão tem no sujeito apenado o retrato do estigma da marginalização, da escravidão moderna, mazela esboçada na exclusão. A vulnerabilidade social retrata a arena-gueto do aparelho judiciário discutido por leigos, voluntariado, profissionais das mais variadas correntes ideológicas que trabalham a histeria coletiva ali instalada além do preconceito por parte da sociedade. Segundo Elisabeth Young-Bruel “[...] o preconceito é a ideia para a qual a violência é um modo de agir, ele fala o que a violência faz” (*The Anatomy of Prejudices*, 1890).

Na instituição panóptica do cárcere, caracterizada no desespero existencial do sujeito em restrição da liberdade, sobressai a loucura. Apenado e, por detrás das grades, seu grito intenta clamar aos céus num êxtase e desejo de libertação, retrata a força e voz da religião. Naquele caldeirão do inferno a histeria ameniza a possessão coletiva instalada por entre o odor humano trancafiado e a mente aprisionada na conturbação mental. Segundo o médico especialista em prisão, Drauzio Varella:

[...] a mente ociosa é moradia do demônio, a própria malandragem reconhece. Ao contrário do que se imagina, a maioria prefere cumprir pena trabalhando. Dizem que o tempo passa mais depressa, e à noite: - Com o corpo cansado, a saudade espanta (VARELLA, 1999, p. 141).

No sistema panóptico a *questão social*¹⁹ é retratada em variadas formas da precarização coletiva, inclusive, no asseio malcuidado dos corpos apenados, na

¹⁹ Sobre este conceito, retratado no feixe das expressões sociais, imensurável, histórico, político-econômico, cultural, paradigmático: “O imbróglgio não desatado da formação social, em que o processo de gênese constitui um mecanismo de exclusão permanente das massas, ao chegar num período da história mundial da sociedade burguesa marcado pelo início de uma crise estrutural, definida por barreiras incontornáveis ao seu necessário e inexorável movimento de expansão, tende a se tornar um processo aberto de regressão social. [...] São estas contradições que permitem assinalar o alcance estrutural da crise em curso e a separação entre o processo de modernização e processo de democratização. Na medida em que as forças produtivas se tornam amplamente forças de destruição, e que o seu desenvolvimento se realiza nos marcos intransponíveis da regressão social e da destruição ecológica, a democratização só pode ser a forma através da qual a humanidade vai suplantar este modo de produção. Ela já não encontra um

sujeira e cheiro intolerável que identifica, segundo Kusch (1963), o resultado da colonização ou “o fedor da América”.

Por um lado, a América, com suas camadas profundas, suas raízes messiânicas e sua ira divina na camada da superfície, e, por outro, os cidadãos progressistas, ocidentalizados. Ambos são como os dois extremos de uma antiga experiência humana. Um está associado a fedor e traz consigo o medo da exterminação, e o outro, pelo contrário, triunfante e limpo, aponta para um triunfo ilimitado, embora impossível (1963, p. 17).

Essa realidade exige extrapolar a reflexão, qual seja a de que “[...] a violência é contemporânea do homem” (PADILHA, s,d), de acordo com o filósofo, professor e magistrado brasileiro Tarcísio Padilha. E tramita enquanto paradigma do sistema capitalista regulado, que estabelece normas jurídicas e penais. Essas normas definem os encarcerados e o sistema prisional. O poder de consumo é parte decisiva no comportamento social, inclui ou exclui do mercado a grande maioria trabalhadora.

Sobre a agressividade generalizada (violência social) por parte do coletivo “antissocial”, cabe a reflexão:

Se quiséssemos singularizar um assunto que ocupasse, atualmente, um lugar especial nas conversas cotidianas entre as pessoas, em casa, entre amigos, nos espaços públicos ou no trabalho, poderíamos apontar, sem medo de errar, a agressão e a violência humanas. Chega mesmo a ser surpreendente a ‘disputa’ entre interlocutores para ver quem mais acumula experiências pessoais, como vítimas ou espectadores, de assaltos, sequestros, ofensas, brigas, atos de vandalismo, crimes e assim por diante. Se ampliássemos nossa curiosidade e quiséssemos saber que tópico mais absorve as manchetes de jornais e revistas, os programas de televisão, os filmes e os livros de sucesso, teríamos seguramente a mesma resposta. O mundo moderno e globalizado nos permite afirmar que se trata, lamentavelmente, de uma tendência quase universal, as exceções ficando por conta de comunidades restritas e isoladas do alcance da tecnologia e do progresso (RODRIGUES; ASSMAR; JABONSKI, 2015, p. 322).

Enquanto, reflexão científica o sistema panóptico - Coliseu moderno - expressa uma arena que tem a face do terror. Há exemplo, a extinta Casa de Detenção de São Paulo, chamada por Varella de Estação Carandiru:

Com mais de 7.200 presos, a Casa de Detenção de São Paulo é o maior presídio do País. Está situada no Bairro do Carandiru, a dez minutos da

elo progressivo na sociedade burguesa, mas se volta abertamente contra esta que tende cada vez mais a se transformar num estado de exceção” (COUTINHO, 2012, p. 227-228 e 231-232).

Praça da Sé, marco zero da cidade. Construída na década de 1920, é um conjunto arquitetônico formado por sete pavilhões, cada um com cinco andares. Neles há corredores que chegam a cem metros de comprimento. As celas têm portas maciças (para saber o que se passa atrás delas, é preciso abri-las). Os presos passam o dia soltos e são trancados à noite. Somente o pavilhão Cinco abriga 1.700 prisioneiros, mais de seis vezes a população carcerária do presídio americano de Alcatraz, desativado nos anos 1960 (VARELLA, 1999, apresentação, orelha da obra).

Estabelecida em concreto, grades e trancas, a prisão apresenta-se dividida entre conceitos concretos e/ou abstratos, enigmas que contam do afeto e/ou desafeto, direitos e/ou sua negação a sujeitos órfãos de cidadania, naquela arena, alijados da participação social. A realidade concreta do sistema panóptico, manipulada pelas rédeas do poder, mostra-se à sombra da frieza e misticismo, revela ser um lugar fétido que bebe da indignidade, fomenta a exclusão, tem fome de sol, sede de liberdade e afeto.

A respeito das necessidades dos seres humanos, Dalmo de Abreu Dallari ressalta não serem apenas de ordem material ‘como alimentos, roupas, moradia, meios de transporte e cuidados de saúde. Elas são também de ordem espiritual e psicológica. Toda pessoa necessita de afeto, precisa amar e sentir-se amada, quer sempre que alguém lhe dê atenção e que todos a respeitem. Além disso, todo ser humano tem suas crenças, tem sua fé em alguma coisa, que é a base de suas esperanças (VARELLA, 1999, p. 46)

Na prisão, o consumo das horas se dá a cada segundo de ceticismo e crença na salvação. Ao mesmo tempo, revela-se o resultado e/ou consequência dos atos de homens apenados.

Quando cheguei à penitenciária, senti meu espírito flutuar. Andei pra lá e pra cá, na cela, imaginando o quanto é frágil a fronteira de segurança do cidadão comum. De repente, você pode ir parar na prisão, mesmo sem ter cometido crime. O destino parece ser, na verdade, a grande bússola. Senti no coração uma fadiga enorme, quando recordei em minúcias as predições das cartas do tarô (RAMOS, 2002, p. 37).

Nos escritos bíblicos, com relação ao tema excluídos, exclusão e restrição da liberdade, para os crentes, é como que um cálice de esperança. Segundo o profeta Zacarias: “Voltem para a fortaleza, ó prisioneiros de esperança! Também hoje anuncio que lhes restituirei tudo em dobro” (9:12).

Também Isaías alivia o desespero da exclusão social numa mensagem de consolo: “Consolem, ‘consolem o meu povo’, diz o Deus de vocês. ‘Falem ao

coração de Jerusalém e anunciem que o tempo da sua escravidão já acabou, que a sua iniquidade está perdoada e que ela já recebeu em dobro das mãos do Senhor por todos os seus pecados” (40:1-2).

Em estreita correlação com esta expressão social (dialética), os conceitos contemporaneidade, religião, transe, presídio e salvação do corpo - que é político.

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física (FOUCAULT, 2014, p. 29).

O *status* sociopolítico do apenado em situação de restrição da liberdade, demanda poder de mando, o que geralmente ocorre enquanto comando da minoria (facção) sobre a grande maioria, facciosa, sem poder algum, num recinto aonde os prisioneiros, mais que o banho de sol, carecem de uma gota da esperança, tema do item 2.2, a seguir. Na instituição prisão o desespero é ato coletivo do qual a libertação se dá pelas vias da fuga ou da fé.

2.2 Os “prisioneiros da esperança”

Apartados da capacidade de mando, advindos em sua grande maioria do mundo de “[...] pobreza, drogas, brigas entre gangues, pais ausentes, facilidade de acesso a armas, preconceito e superpopulação, entre outros, fatores de natureza social que facilitam a eclosão da violência” (RODRIGUES; ASSMAR; JABONSKI, 2015, p. 323).

Consequência do sistema capitalista, apontadas no item 2.1, as mazelas socioeconômicas abarcam as políticas, fomentam a desigualdade e injustiça social, retratam expressões sociais a canalizar o desespero e/ou esperança humana.

Com relação ao ser humano, o ato de agir e ser coagido, explana Nietzsche:

Aos homens de ação falta geralmente a atividade superior: refiro-me à individual. Eles agem como funcionários, comerciantes, eruditos, dito de outro modo, como representantes de uma espécie, mas não como homens determinados, individualizados e únicos; nesse aspecto, são preguiçosos (s-d, p. 231).

Para reflexão, na contramão do que a pesquisa toma como hipótese, Varella afirma:

A perda da liberdade e a restrição do espaço físico não conduzem à barbárie, ao contrário do que muitos pensam. Em cativeiro, os homens, como os demais grandes primatas (orangotangos, gorilas, chimpanzés e bonobos), criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo (VARELLA, 1999, p. 10).

Na instituição prisão caracteriza o desespero coletivo, a libertação se dá pelas vias da fuga ou da fé. O inimigo é o tempo, o outro, a própria arena. Portanto, “A vivência numa comunidade calorosa, a certeza de estar em comunhão com seu deus e de viver a fidelidade a ele, aumenta nesses fieis seu fervor e sua valentia para o combate ao inimigo” (ORO, 1996, p. 114-115).

Sobre o restrito campo da prisão e o seu caminhar ao contrário, como que em um *flash* de sabedoria e consciência da situação, e de si, Frei Betto afirma:

Nesses 16 meses de prisão, ainda não passei pela crise do desânimo. Em nenhum momento considerei o passado em vão e o futuro perdido. O tempo de cárcere é apenas a travessia do deserto, rumo à libertação. Vale como um segundo noviciado, onde descobro ainda mais o mistério encerrado em Jesus de Nazaré (BETTO, 2008, p. 94).

No cárcere, revela-se o fenômeno abstrato da “alma” a gritar por libertação. Nesse sentido, é pertinente recordar que “[...] o fiel que comungou com o seu deus não é apenas homem que vê verdades novas que o incrédulo ignora: é homem que pode mais. Ele sente em si força maior para suportar as dificuldades da existência e para vencê-las” (DURKHEIM, 1960, p. 493).

Há um clamor real da população carcerária pela salvação enquanto fenômeno a cair dos céus na Terra. Para Dráuzio Varella, o processo adaptativo “[...] regido por um código penal não escrito, como na tradição anglo-saxônica, cujas leis são aplicadas com extremo rigor: ‘- Entre nós, um crime jamais prescreve, doutor!’” (VARELLA, 1999, p. 10).

Na arena do sistema panóptico a força da fé ameniza, extrapola a loucura coletiva instalada, a possessão extravasa a psique para-além dos limites do muro prisional. O corpo do trabalhador, cerceado e abortado do direito em respirar a liberdade, beber do direito, exercer acesso à dignidade - delegada a mínimos sociais - se torna órfão de princípios. Na cadeia o condenado reifica-se na pena que avaliza a exclusão social.

A exclusão social como determinação histórica antepassa/ultrapassa a Antiguidade bíblica. E, implica à reflexão crítica de que as “[...] instituições existentes são injustas e irracionais, que a razão se transformou em estupidez e flagelo” (GOETHE, apud IAMAMOTO, 1989, p. 217).

Sobre a questão do enfrentamento à exclusão:

Não conheço mais ninguém na *Bíblia*, exceto o próprio Cristo, que tivesse influência mais profunda em sua época e na nossa do que Paulo – um indivíduo cuja vida parece ser melhor resumida no título que escolhi para este livro, *Paulo: um homem de coragem e graça* (SWINDOLL, 2003, p. 10).

Com relação à mazela da prisão, esta pesquisa adentra ao trabalho da jornalista Daniela Arbex, autora de *‘Holocausto brasileiro – Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil’* em 2013. A jornalista transforma em palavras o que, até então, era silêncio, devolve nome, história, identidade aos “Ignorados de tal”, sobreviventes de um holocausto real. Durou a maior parte do século XX a barbárie denunciada por Arbex, que revela os ‘doidos’ e a loucura dos ‘normais’ internados, presos e escondidos da sociedade “perfeita, e, lá fora”, longe da instituição Colônia, hospício localizado em Barbacena - MG, Brasil.

Arbex delimita a razão e desrazão modernas “mal vividas” pelos internos naquela instituição. Ali, mais de 60 mil “sujeitos sem face” morreram na condição de negros, prostitutas, presos políticos, mulheres abandonadas, jovens engravidadas por seus “senhores” donos da política e poder, acumuladores de terra e capital. Ao analisar aquela realidade pelas vias do social e politicamente correto (falácia brasileira) Arbex discute o que significa e a quem está direcionada a cultura da reclusão. O direito à liberdade e o manejo da fé são armas da guerra e/ou paz na defesa mental, física e enquanto direito dos internados, presos, exilados, expulsos da arena social.

As grades concretas revelam o fenômeno abstrato, vice-versa, a “alma” grita por libertação. Nesse sentido, é pertinente recordar: “O fiel que comungou com o seu deus não é apenas homem que vê verdades novas que o incrédulo ignora: é homem que pode mais. Ele sente em si força maior para suportar as dificuldades da existência e para vencê-las” (DURKHEIM, 1960, p. 493).

Há um clamor real da população carcerária presa em meio à orfandade de direitos, desespero, assunto exposto no item 2.3, a seguir. Quanto aos direitos não alcançados, esta mazela social abarca o homem naquilo que ainda resta em seu *inner* espiritual, sua condição material. A sua consciência, ou, sua falta, revela o ato de resistir ou sucumbir à força da alienação capitalista. Por meio da racionalidade humana a significância do imaginário retira o homem da realidade, o alivia da dor pela fé.

2.3 Os direitos e o desespero

O termo prisão designa o ato de prender ou capturar alguém que cometeu um crime, fazer com que perca sua liberdade, forma de pagar pelo ato. Este que é processo contraditório, consequência de fatores sociais que exercem força sobre o humano na arena da escravidão mercadológica. As grades da prisão, concretas, revelam o fenômeno abstrato da “alma” a gritar por libertação, assunto discutido no tomo 2.2 que retrata ser a exclusão social uma determinação histórica a qual antepassa/ultrapassa a Antiguidade bíblica.

Lembrando que a palavra prisão tem origem no latim vulgar *presione* derivado do latim clássico e popular *prehensione* - ato de prender. Ainda, que, em tempos pós-modernos, determinados pela jurisdição, a condenação e o encarceramento de trabalhadores retrata um exército em posse, tema deste subtítulo 2.3, ou seja, os excluídos do processo de produção em massa do capitalismo concorrencial, instalados nas fileiras do exército industrial de reserva, conceito desenvolvido por Karl Marx em sua obra *Crítica da Economia Política*.

O conceito de prisão somado à vulgar expressão latina *presione* subentende ensinar, dar aula, significado extraído do latim assimilado pelas culturas anglo-portuguesas. Por extensão, o conceito também abarca a pena em que há privação completa da liberdade: “[...] distante do mundo dos horários, dos afazeres

obrigatórios, dos dias úteis e feriados, das manhãs de sol e das noites de lua, do ruído das ruas e dos jardins floridos” (BETTO, 2008, p. 34).

A cadeia institucional trama a relação simbólico-cultural antagônica permeada pela fé, a questão dos direitos humanos, constitucionais, leis que regem a sociedade estruturada por sistemas jurídicos, simbólicos e comportamentais, Traduz o mundo contemporâneo a caminhar na contramão desses valores, realidade oposta ao Evangelho de Paulo (1 Ts 4,11), um tempo em que “[...] seja para vocês uma questão de honra viver em paz, ocupando-se com as coisas que lhes pertencem e trabalhando com as próprias mãos, conforme recomendamos (FERREIRA, SILVA, *apud Paulo Missionário*, 2009, p. 33).

A contemporaneidade retrata a Cultura e os Sistemas Simbólicos trespassados pela religião e costumes. As políticas públicas estabelecem relação paradigmática com a fé, força abstrata, alicerce e/ou alienação a instigar a consciência do ser social enclausurado. Naquilo que refere a direitos, essas políticas determinam projetos sociais que fomentam a emancipação/libertação da condição de submissão à penalidade imposta ao trabalhador pelo viés da restrição da liberdade. A cadeia delimita a partir de seus muros a arena na qual acontece a marginalização/escravidão modernas.

A prisão é a “[...] ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores, e, essa, o *ser menos*. A violência dos opressores, que faz também os desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos” (FREIRE, 1977, p. 30).

Ferramenta legal/histórica o sistema jurídico-estatal é criticado partir da afirmação de que “[...] diante da justiça do soberano, todas as vozes devem-se calar” (FOUCAULT, 1987, p. 36). A cadeia simboliza a lógica penal estabelecida a muros e grades, retrata a culpabilidade das mazelas morais, éticas, da violência que caracteriza a sociedade moderna não igualitária, em especial os menos favorecidos, ou, os apartados da riqueza social-material alcançada.

Segundo Foucault, campo de poder, de fé e do sistema panóptico - a espreitar a restrição da liberdade -, o presídio representa “a nau dos loucos”. E, reifica, pelo aprisionamento, o sujeito em conflito com a lei que bebe da fé e da maldição compartilhadas na arena erguida a muros, grades e cimento estampada na prisão.

Objeto dessa Tese, estruturada na empiria **da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**, a crença, as leis que

remetem à prisão e o trabalho regulam as mais diversas expressões da *questão social*. Na práxis expressa a violência revela ser consequência do sistema capitalista selvagem, arena na qual as normas jurídico-penais definem os culpados das mazelas da trama do poder, destinados ao cárcere com base no castigo. Este, justifica e legitima os sistemas punitivos do mundo atual aonde “[...] as cidades de esmeralda são o ‘país da metafísica’ em que imaginação criadora desdobra tanto seus símbolos como suas figuras reais; é o *mundo imaginal*” (JAMBET, 1983, p. 38).

Para o direito penal, em conceito geral a quase todos os sistemas jurídicos, há dois tipos de prisão esboçados na detenção - mais leve; outro, a reclusão - grave. A detenção é aplicada a delitos de menor gravidade com a perda da liberdade cumprida em estabelecimentos de reclusão temporária, com menor grau de vigilância e cuidado. A reclusão é aplicável aos crimes de maior impacto, pelo cerceamento, em locais mais seguros e isolados, como os presídios.

Dentre inúmeras descrições:

[...] o crime pode ser conceituado sob os aspectos material, formal ou analítico – sendo aplicada nesta obra a Teoria Bipartida do Crime: - a. Aspecto material – o crime é considerado todo fato humano que propositadamente ou de forma descuidada, lesa ou expõe a perigo algum bem jurídico; b. Aspecto formal – é aquele em que tudo o que o legislador disser que é crime, tem que ser considerado crime; é apenas uma subsunção do fato ao tipo descrito pelo legislador; c. Aspecto analítico – temos a estrutura do crime para conceituá-lo; assim temos o crime como todo fato típico e ilícito – Teoria Bipartida do Crime (CAPEZ, 2011, s/p. apud LODI, 2016, p. 37).

Dentro da temporariedade e amplitude da pena, também do local de aplicação da prisão, esta pode ser, segundo sua adoção, ou não, pelos sistemas jurídicos nacionais, tais como: a prisão temporária; a prisão preventiva; prisão domiciliar; prisão em flagrante; prisão em regime aberto; prisão em regime semiaberto; prisão em regime fechado; prisão em segunda instância.

Este paradigma antropológico penal-religioso-histórico-midiático sugere a reflexão sobre o cotidiano esboçado na prisão. Campo de tensão coletiva com gênese na restrição das liberdades de seres sociais, à mercê da exclusão - antes mesmo de sua prisão - a prisão carece da participação inclusiva por parte da sociedade organizada, tarefa esta que remete às suas origens.

Tempos remotos da humanidade, quando o cárcere vem sendo utilizado como medida de contenção de pessoas por vários motivos: guerras, escravidão, dívidas, pecados, crimes, dentre outros. No Antigo Testamento, encontram-se referências à prisão, como cativo de pessoas (PERILO, 2016, p. 41)

A obra '*A Odiosa Pena de Prisão*' afirma que em Gênesis, há relatos da reclusão como forma de cativo, como a detenção de José do Egito: "Quando ouviu essa história, o dono de José ficou com muita raiva. Ele agarrou José e o pôs na cadeia onde ficavam os presos do rei. E José ficou ali" (Gn. 39: 20; *apud* PERILO, 2016, p. 42).

Adiante, ainda em *Gênesis*, a obra relata a revanche de José, quando mandou à prisão seus irmãos, que o haviam vendido a uma caravana de negociantes midianitas (42: 14). Em *Juízes*, está narrada a prisão de Sansão pelos filisteus, após a traição de Dalila (15: 21).

Enfim, pode-se afirmar que a prisão é conhecida desde os tempos dos povos antigos, contudo, sem a concepção da pena resultante da condenação por tribunal ou órgão julgador então existente (PERILO, 2016, s/p.). Ao aprofundar a discussão sobre o sistema prisional/histórico, que promove a exclusão do corpo e sua sociabilidade, esta discussão de Tese adentra aos discursos de Paulo, o que se dá no item 2.4, a seguir, a fim de entender, aprofundar a perspectiva dos discursos deste apóstolo.

2.4 O apóstolo Paulo

A Tese busca apropriar temas contemporâneos tais como o poder, presídio, consumo, salvação. Conceitos que norteiam a escrita enquanto reflexão científica, com a finalidade de entender e aprofundar a perspectiva dos discursos do apóstolo Paulo. A cadeia é logística penal de muros e grades, reduto da culpabilidade das mazelas morais, éticas. Exposto no item 2.3, o assunto engendra a violência que caracteriza a sociedade moderna não igualitária, em especial, os menos favorecidos, apartados da riqueza social-material alcançada

A prisão é paradigma antropológico-penal-religioso histórico e midiático. Sugere a reflexão sobre o cotidiano do apenado esboçado por entre grades e muros. Enquanto campo de tensão coletiva - com gênese na restrição das liberdades de

seres sociais - à mercê da exclusão, exige a reflexão sobre suas origens, recai na expressão social da marginalização social.

São vários os fatores que causam a marginalização na coletividade. Dentre esses, a pobreza, mazela social resultante da insuficiência orçamentária do indivíduo (poder de compra) que o insere à margem da sociedade. O coletivo é dividido entre a boa índole e a facção criminoso, alheio à divisão da riqueza social expressa na economia, na política de direitos, no campo material, na cultura.

As diferenciadas formas de exclusão do sujeito o impossibilitam acessar as necessidades primárias mais básicas, tais como a saúde, alimentação, moradia, educação. A evidente desigualdade social expressa nas grandes cidades, revela a arena à margem do contexto social, órfã do desfrutar por igual as oportunidades e privilégios que movem os moinhos do sistema capitalista. Os trabalhadores inseridos no exército/mercado industrial de reserva - logística do sistema de produção e reprodução das relações sociais (selvagem e excludente) - acabam por sobreviver alienados à sociedade, movidos pela fé e sorte da crença no abstrato, maior até que a certeza da concretude exposta na miséria da razão (COUTINHO, 2012, s/p).

A contemporaneidade está marcada, de maneira geral, pelo desenvolvimento e consolidação do regime capitalista no Ocidente. Conseqüentemente, as disputas das grandes potências europeias por territórios, matérias-primas e mercados/consumidores. O corpo físico alcança a liberdade no nicho da fé, álibi numinoso/fagulha a despertar, ou não, a consciência social pelo viés da religiosidade.

No que tange à arguição do trabalhador quanto aos direitos e normativas, também um embate de classes, sua consciência ou alienação quanto às desigualdades socioeconômica, jurídico-política e cultural culminam no encarceramento de sujeitos apenados pelo sistema jurídico-penal. Esse paradigma rege as relações sociais modernas as quais revelam mazelas da exclusão social expressas na violência, estigma e alienação que condenam trabalhadores ao encarceramento.

Manchete midiática, a matriz “prisão x fé” tem relevância científica enquanto investigação imparcial da fé e do poder de consumo como estruturante de um coletivo que pode, ou não, ser salvo da prisão/panótipo destinado à punição dos corpos (FOUCAULT, 1987) de significativa parcela da população trabalhadora condenada - antes mesmo do encarceramento - às fileiras do exército industrial de reserva.

Essa a realidade a ser desvelada a partir de um coletivo alienado à escravidão moderna, submetido à violência e loucura degradantes. Fato social que exige a continuidade desta Tese, pesquisa científica **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**, tanto em seu referencial bibliográfico quanto no campo, para-além das grades da prisão e da *práxis* engendrada pela realidade concreta a extrapolar as raias do sagrado.

Sob a ótica dos discursos do apóstolo Paulo a religiosidade é retratada enquanto estruturante da cultura e sistemas simbólicos – linha e eixo teórico dessa investigação científica, que busca respostas à razão/desrazão modernas estampadas na instituição prisão.

Desde os tempos em que o apóstolo convertido:

[...] construiu uma comunidade muito viva mas cheia de problemas, pois era composta de judeus com suas tradições rigorosas e de coríntios pagãos, conhecidos por sua permissividade e lassidão, quando a grande maioria era de pobres, mas havia também convertidos de melhor condição cultural e social (BOFF, 1999, p. 8).

Realidade bíblico-histórica a passagem compreende paralelo à salvação do homem detido no presídio, a qual pode ser possível pelo viés da fé, da crença, do poder de consumo, razão das inúmeras perguntas desta Tese.

Há em *Atos*, algumas partes descritas a reforçar o que Paulo experimentou como detento, à disposição das autoridades romanas. Calcula-se de cinco anos o período que vai, desde sua captura, em Jerusalém, até a soltura, em Roma. Paulo teve uma recepção calorosa por parte dos crentes fiéis em Jerusalém (At 21:20), mas foi por eles advertido do risco que corria por causa dos convertidos ‘zelosos da lei’:

Eles têm ouvido dizer de ti que ensinas os judeus, que vivem entre os gentios, a deixarem Moisés, dizendo que não devem circuncidar os seus filhos nem observar os costumes (mosaicos). Que se há de fazer? Sem dúvida, saberão de tua chegada (At 21:21-22).

O raciocínio seguido por Paulo é mais que a repetição do relato de sua conversão. O apóstolo emprega pensamento lógico para provar isso no tocante à sua origem e educação: “Eu sou um judeu, natural de Tarso, cidade não insignificante da Cilícia, Paulo anunciou, certa vez, numa demonstração magistral de modéstia ao expor sua situação” (SWINDOLL, 2003, p. 17).

A cidade natal de Paulo não era um simples ponto no mapa, mas a metrópole movimentada de cultura multiforme e comércio internacional devido sua localização estratégica. O poder divino havia transformado a sua vida, de forma repentina, quando, certo dia, ao sair para caçar cristãos, em Damasco, teve uma experiência repentina e surpreendente do Cristo ressuscitado.

Paulo foi jogado ao chão. Ficou cego por três dias, até que um cristão de nome Ananias o curou. “Tinha 28 anos de idade. Com entusiasmo de um convertido trocou o nome, de Saulo para Paulo, e começou a disputar veementemente com seus correligionários judeus” (BOFF, 1999, p. 5-6).

A transformação de Saulo, um defensor fanático da lei judaica e antigo perseguidor “[...] que assolava a igreja entrando pelas casas; e, arrastando homens e mulheres, encerrava-os no cárcere” (At 8.3, *apud* SWINDOLL, 2003, p. 27) e agora perseguido. A fala de Paulo à multidão não logrou acalmar a ira dos judeus que provocavam tumulto, ao contrário, suscitou o coro: "Tira tal homem da terra, porque não convém que ele viva" (At 22:22).

Tomando por parâmetro e perfil a prisão, a *Bíblia Sagrada* relata no livro *Atos dos Apóstolos* que Pedro e João foram presos enquanto falavam ao povo quando “[...] vieram os sacerdotes, o chefe do templo e os saduceus contrariados porque ensinavam ao povo e anunciavam, na pessoa de Jesus, a ressurreição dos mortos. Prenderam e os meteram no cárcere até o outro dia, pois já era tarde” (At 4: 1-3).

A pátria da Igreja foi também o berço de um fanatismo religioso intenso. O partido judaico, dentro da instituição da fé, queria sufocar a liberdade cristã dos novos convertidos. Paulo tornou alvo principal das ameaças dos judaizantes.

Tiago, líder da igreja, em Jerusalém, percebendo o que poderiam fazer ao apóstolo, principalmente a multidão enfurecida, aconselhou-o a não desafiá-los, mas a se resguardar sob o cumprimento dos preceitos cerimoniais do nazireato, dentro da Torá, termo que designa a pessoa para os serviços de Deus.

Convém lembrar que Paulo rejeitava a lei como meio de justificação e não uma regra de vida. Por isso, se submeteu ao ritual do nazireato (Nm 6: 13-21), um juramento, voto ou compromisso qualquer de caráter religioso entre o homem e Deus: “A não ser no caso de Sansão, diretamente chamado por Deus (Jz 13) para evitar ofensas aos seus compatriotas, tendo enquanto recompensa parte de quem

fazia tal voto a bênção recebida, como no caso de Ana, mãe de Samuel” (ASEVEDO, 2012).

O objetivo de Deus era conduzir Paulo de Jerusalém a Roma, conforme visão dada ao apóstolo: “Na noite seguinte, apareceu-lhe o Senhor e lhe disse: ‘Coragem? Deste testemunho de mim em Jerusalém, assim importa também que o dê em Roma” (At 23:11).

Já, o objetivo dos adversários por meio de conspiração infame era o assassinato de Paulo, numa clara demonstração da completa degradação do tribunal de justiça dos judeus: “Quando amanheceu, coligaram-se alguns judeus e juraram com imprecações não comer nem beber nada, enquanto não matassem Paulo” (At 23:12). O tribunal aceitou toda insinuação dos conspiradores.

Assim, sob custódia, Paulo acabou parando na prisão de Cesareia, costa marítima da Palestina: “Preparai duzentos soldados, setenta cavaleiros e duzentos lanceiros para irem a Cesareia, à terceira hora da noite. Aprontai também cavalgaduras para Paulo, que tendes de levar com toda segurança ao governador Félix” (At 23:23-24).

O apóstolo menciona frequentemente em suas Cartas o fato de carregar as algemas: “Minha saudação, de próprio punho: PAULO. Lembrai-vos das minhas cadeias. A graça esteja convosco” (Cl 4:18). Ainda, “[...] o Senhor conceda sua misericórdia à casa de Onesífero, que muitas vezes me reconfortou e não se envergonhou das minhas cadeias” (II Tm, 1:16).

No que prossegue, “[...] pelo qual estou sofrendo até as cadeias com um malfeitor. Mas a palavra de Deus, esta não se deixa acorrentar” (II Tm, 2:9). Enquanto preso viveu boa parte da vida como um detento que não se envergonhava do testemunho de Jesus: “Porque, se nesta geração adúltera e pecadora alguém se envergonhar de mim e das minhas palavras, também o Filho do Homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com seus santos anjos” (Mc 8:38).

A história de Paulo de Tarso o retrata, primeiro, como um touro enraivecido, travando batalhas e perseguindo seguidores de Cristo e nome de Deus. Ao marchar para Damasco seu deus o cega, ali, ele é derrubado pela primeira vez, na vida adulta, torna-se dependente e é levado finalmente à cidade quando, na casa de Judas, conhece Ananias, seu benfeitor, enviado pelo mesmo Deus o qual, em uma semana, o transformou de assassino cruel, que odiava cristãos e pregadores fervorosos, em defensor dos oprimidos.

Ao se trabalhar a hipótese de que a fé é capaz de resgatar o sujeito, inclusive da prisão, há que se extrapolar a mentalidade da carne. De acordo com (FERREIRA, 2009, s/p.) “uma liberdade enganosa”, perceber “os ‘fracos’ dominados pelos ‘fortes’ deste mundo” (1 Co 1,26-29), tomar “consciência de que o decantado sistema livre e democrático se mantinha às custas do sistema imperial escravagista” (FERREIRA, 2009, s/p.).

A grande massa de trabalhadores pobres nunca foi livre, desde os tempos do Império Romano, quando Paulo sentiu em sua própria vida a força dos conflitos. Isso, ao ser julgado nos tribunais, preso, condenado, processado e torturado. À época, o apóstolo “não se calou, denunciou que os judeus viviam sem liberdade, numa aliança de escravidão (Gl 4); que os gregos tinham uma caricatura de liberdade. Proclamou Jesus Cristo, mesmo conhecendo as tensões e prisões (Flp 1,12-25; 2,9-16)” (FERREIRA, 2009, p. 61).

Paulo escrevia, então produziu um texto considerado:

[...] embrião da Teologia da Libertação (1 Cor 12,22-25): na metáfora do ‘corpo’ (igual à comunidade), ele clareou toda a missiva. Aqueles órgãos do corpo que parecem ser ‘mais fracos’ são os mais necessários. Os ‘menos dignos’ são os que têm mais honra. Os ‘menos decentes’ são os que têm maior decência. Deus deu ‘maior honra’ ao que é ‘menos nobre’. Esse texto deve ter sido o maior estímulo aos escravos e aos trabalhadores. [...] estimulados assumirem a ‘igual solicitude’ na *ekklesia* (FERREIRA, 2016, p. 13).

O instinto da agressividade, violência e desconfiança torna-se visível, palpável enquanto expressão social em qualquer comunidade verticalizada pela desigualdade social. Assim:

[...] as usurpações dos ricos, as extorsões dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, abafando a piedade natural a voz ainda fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus, Ergueu-se entre o direito do mais forte e do primeiro ocupante um conflito perpétuo que terminava em combates e assassinatos (ROUSSEAU, 1973, p. 274, *apud* FERREIRA, 2016, p. 169).

De acordo com Ferreira não podemos comparar o sistema escravocrata romano com a escravidão implantada no Brasil durante os períodos Colonial e Imperial. “A escravidão em Roma era muito complexa, havia escravos ocupando diversos setores da intrincada sociedade latina. Enquanto muitos eram destinados a trabalhos degradantes, outros eram incumbidos de atividades intelectuais complexas” (FERREIRA, 2016, p. 174).

O filósofo Rousseau afirma que a condição de humanidade é a liberdade, “se não és livre, não sois homem” (ROUSSEAU, 1973, s/p.). Em Gálatas 3, 28: “Não há mais judeu nem grego; já não há mais escravo nem homem livre, já não há mais o homem e a mulher; pois todos vós sois um só em Jesus Cristo” (FERREIRA, 2016, s/p.).

Ao que prossegue: “A questão não consiste em criar uma rivalidade entre os extremos da pirâmide social (‘fortes’ e ‘fracos’ – 1 Cor 1,26-31; 9,19-22), mas descrever o sentido de comunidade, da igualdade e da partilha. A elite precisava estender as mãos para os excluídos, abandonar a arrogância, o individualismo, a soberba e abraçar a verdadeira sabedoria, o real poder exposto no gesto de Cristo, repleto de amor (ágape) e paixão/sacrifício” (FERREIRA, 2016, p. 177).

O estudo da arena prisão, assim como a empiria que remonta à religião, influi sobre o íntimo do ser social, ator e receptor das expressões sociais ligadas à questão da violência milenar, da pobreza que submete cidadãos, os libertos e os escravizados da base da pirâmide social a carregar, desde os tempos do Império Romano, o imperador, os sacerdotes, os aristocratas, senadores e patronato.

A história conta da convulsão social que delimita o horizonte entre a liberdade e a prisão, realidades paradigmáticas estabelecidas pela relação dialética que separa ricos de pobres, determina o sujeito a ser encarcerado. Aquele que responde em liberdade faz fluir a máquina maniqueísta capaz de criar deuses e diabos num mundo intransigente, dividido entre o ilusório e o palpável, político-ideológico-religioso.

A seguir, a escrita da Tese adentra ao subtítulo 2.5, trata sobre o conceito da marginalização, reforçada a ótica do mundo ocidental, esboçada no locus da prisão, remonta ao assunto deste trabalho **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**. Tema este delimitado na arena da religião, exclusão e contemporaneidade.

2.5 A marginalização da sociedade contemporânea

Conceituar a marginalização do sujeito contemporâneo é tratar de período específico, conjuntural, abarca as transformações ocorridas na parte Leste do planeta, em específico, o mundo ocidental. No caso desta Tese, exige estudar a arena da

prisão como empiria que remonta à religião, ao íntimo do ser social, às expressões sociais ligadas à questão da violência milenar perpetuada sobre a pobreza submetida à base da pirâmide social. Os sujeitos sem face carregam, desde os tempos do Império Romano, o imperador, os sacerdotes, os aristocratas, senadores e patronato, tese apresentada no subtítulo 2.4, já explicitado.

Recorte histórico iniciado na Revolução Francesa - século XVIII, teve início na corrente filosófica Iluminista que elevava a importância da razão. Havia o sentimento de que as ciências iriam descobrir novas soluções para as mazelas sociais, que a civilização humana progredia, a cada ano, com os novos conhecimentos construídos.

[...] base da engenhosa análise genético-histórica do estruturalismo [...], da qual se pode nutrir a apreensão dos nexos entre o pensamento pós-moderno e suas conexões com a realidade sociohistórica, fronteira entre a miséria e a destruição da razão, entre o sentimento de segurança e de angústia, precursor da cultura regressiva da sociedade tardo-burguesa (RODRIGUES, 2012, *apud* BRAZ, 2012, p. 167).

A cultura e os sistemas simbólicos estruturam a história, remontam à fé e religião enquanto “dobras do poder”, segundo ECCO e ARAÚJO (2015, p. 1), que diferem de religiosidade. A religião retrata costumes coletivos, justifica a proposta da inclusão social, da salvação pela crença, do ser social regulado por leis, políticas públicas e demais sistemas societários que articulam a emancipação do trabalhador. Na outra face, também, seu aprisionamento enquanto ator social ativo da sociedade contemporânea, paradigmática, caracterizada por inúmeras expressões sociais tais como a exclusão, violência e desigualdade.

Um mundo o qual, segundo BOURDIEU (2011) a luta pela sobrevivência estreita a relação da existência com a crença - alicerce da alma que resiste à alienação capitalista do poder-saber cuja indução comportamental objetiva administrar o “‘inteiro cotidiano dos indivíduos’, destilando um terrorismo psicossocial nas manifestações anímicas, convertidas em ‘limbos programáveis’” (NETTO, 1981 *apud* RODRIGUES, 2012, p. 169).

Ao examinar o conceito de fé, esta é fagulha ética da moral, infere no poder do Estado e dos homens, *em crise*, a julgar e decidir sobre o encarceramento de vidas e destinos de trabalhadores, *em crise*. Para avaliar a prisão enquanto poder

simbólico, *em crise*, a desencadear a rede de relações sociais antagônicas, *em crise*, divididas entre Deus e o Diabo, cimentados na fé e seu contraposto, *em crise*, trespassadas pela luta de classes, *em crise*, a salvação reaparece ao encarcerado enquanto poder também *em crise*. Este contexto, *em crise*, é:

[...] o avanço recente do sistema mundial de mercado, e a *pós-modernidade*, que é sua expressão cultural. Essa realidade nos obriga a revisitar a Teoria da Secularização, que marcou a Sociologia nos anos 1950-60. Ela é atravessada pela afirmação da racionalidade que expulsa da esfera pública os elementos religiosos que lhe serviam de fundamento. De fato, as bolsas de valores e de mercadorias, o mercado financeiro, as empresas, enfim, as instituições que efetivamente regem a vida social parecem fora do alcance das religiões (ORO, 1996, p. 11).

O poder estabelecido na crença e consumo é capaz de “reinsere” o ser social marginalizado. No caso desta discussão de Tese, a situação de restrição da liberdade tem continuidade. A explanação questiona:

O que têm os santos que ver com o preço do café na Bolsa de Londres? Ou os gnomos com a taxa de juros? Ou os orixás com o déficit do Tesouro dos USA? Apesar de ali estarem em jogo relações sociais que condicionam o emprego e as condições de vida, saúde e bem-estar de milhões de seres humanos, aquele é um campo fora do alcance dos seres sagrados que por milênios pareciam deter o poder de dar felicidade a quem a eles piedosamente recorresse. Nem mesmo o Deus da tradição judaico-cristã consegue cumprir sua promessa de vida longa e feliz sobre a face da Terra (ORO, 1996, p. 11).

Alijado da sociedade, na qual não se inseriu, ou, à sua margem (CASTEL, s/d.) o trabalhador é acuado ou salvo pela realidade, a depender do salário, “[...] em todas as instâncias, como a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, nas quais outrora o indivíduo podia exercer sua relativa autonomia” (NETTO, 1981, *apud* RODRIGUES, 2012, p. 169).

Ciência, a Sociologia conceitua a marginalização como o processo social de se tornar ou ser colocado à margem da sociedade. A condição social inferior do ser marginalizado significa estar apartado do meio social, forçado a ocupar a periferia da coletividade trespassada pelo sistema capitalista. Esse retrato social é ancorado na tese de que o novo cenário, mundializado, “não comporta mais a excessiva presença do Estado”, política que encontra vazão a partir da ingerência privada, e

“isso teve com o resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta” (PEREIRA, 2011, p. 159).

Dentre os vários fatores que causam a marginalização na coletividade, desde os primórdios, a pobreza é cerne estruturante. Na insuficiência orçamentária, o excluído abriga-se na marginalidade cultural e social.

O obstáculo maior à compreensão está em que se trata de compreender uma revolução simbólica, revolução análoga na sua ordem às grandes revoluções religiosas, e também uma revolução simbólica bem sucedida: desta revolução da visão do mundo saíram as nossas próprias categorias de percepção e de apreciação, aquelas precisamente que empregamos geralmente para produzirmos e compreendermos as representações. A ilusão que faz aparecer a representação do mundo saída desta revolução simbólica como evidente – tão evidente [...] (BOURDIEU, 2011, p. 256).

A mazela vivida pelo trabalhador é determinação histórica, remonta à luta pela sobrevivência do apóstolo Paulo, relatada em suas *Cartas aos Coríntios*, em que dá conta das “[...] tribulações pelas quais passou tais como prisões, torturas, naufrágios, fome, frio, nudez e muitas ameaças de morte” (2 Cor 6,4 ss; 11,23-33; 12,15, *apud* BOFF, 1999, p. 7).

O não acesso do trabalhador à saúde, alimentação, moradia e educação é expressão da *questão social* retratada nas necessidades humanas básicas de cidadania, não atendidas, evidenciada nas grandes cidades pelo coletivo dos que vivem à margem do contexto social, sem desfrutar oportunidades e privilégios de bem-estar social. É consequência da má distribuição da riqueza socialmente produzida que aliena a massa alavancada a fetiche consumista. Ainda, logística de manipulação da humanidade, pois, “controla o petróleo e controlarás nas nações; controla os alimentos e controlarás as pessoas”, segundo o secretário de Estado americano Henry Kissinger (KISSINGER, 1970, *apud* LOPES, 2016, p. 58).

O discurso reafirma o desenvolvimento e consolidação do regime capitalista no lado ocidental do planeta, consolidado por duas *Grandes Guerras*, disputas das *grandes* potências europeias por *grandes* territórios, matérias-primas e *grandes* mercados consumidores. Aí, a gênese do ceticismo que impera num mundo tornado *grande*, manipulado por *grandes* nações consideradas avançadas e instruídas,

grandes capazes de cometer *grandes* atrocidades dignas dos *grandes* bárbaros contra as nações menos desenvolvidas, na contramão dos *grandes*.

Diante da sociedade, pós-moderna, “[...] um grande mosaico cultural e, por que não religioso” (GUERRIERO, *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 12), a ser tratado, nessa Tese, sob o viés das Ciências da Religião, Literatura Sagrada, Antropologia da Religião, Sociologia e do Sistema Penal brasileiro. Nesse ponto, sobressai o fenômeno do grito por libertação dos excluídos, os que clamam aos céus.

Existe a possibilidade de a fé extrapolar a loucura coletiva - para além dos limites do muro da prisão a cercear a liberdade, “[...] verdade absoluta é deixada de lado [...] tendo como ponto de partida o pressuposto da existência da pluralidade para compreender o outro” (GUERRIERO, *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 12).

A dignidade e a crença humanas²⁰ extrapolam os limites da Teologia, colocadas, temporariamente, sob a guarda e regime do poder jurídico-legal, “[...] quanto mais o Estado moderno quer justificar o seu poder e sua riqueza, tanto mais deve distanciar a religião da vida pública. Este processo é chamado de secularização: o mecanismo por meio do qual a religião é afastada da vida pública e exilada na esfera privada dos cidadãos” (OLIVEIRA, 2015, p. 21).

Há que serem reconhecidos diferentes grupos, etnias, gênero, entre outras diferenças possíveis existentes na sociedade:

[...] porém esses grupos não possuem as mesmas oportunidades e o mesmo acesso aos bens de serviço. A política que rege a construção desta sociedade que se entende multicultural exige que todos sejam integrados, assimilados à cultura hegemônica da mesma forma e sob as mesmas condições (OLIVEIRA, 2015, p. 81).

Esta interpretação da sociedade remete, uma vez mais, à discussão dos direitos cidadãos, da dignidade humana de índios, negros, homossexuais, migração interna e externa, diferença de classes, escolarização, poder de consumo. Refere à “política assimilacionista - perspectiva prescritiva - favorece que todos se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica”. Não se mexe na matriz da sociedade, “[...] procura-se assimilar os grupos marginalizados e discriminados aos

²⁰ Art. 6 – São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (EC n. 26/2000 e EC n. 64/2010) (Constituição da República Federativa do Brasil, 2011, p. 10).

valores, mentalidades, conhecimentos socialmente valorizados pela cultura hegemônica” (CANDAU, 2008, p. 50, *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 81).

O Brasil convive em meio à democracia em formação, segundo alguns historiadores, desde 1985, estabelecida pela Carta Magna de 1988. A análise política, nesse estudo, induz ao questionamento sobre qual o modelo e forma de governo subjagam os cidadãos e estabelecem as leis no País. O quadro de democracia desenvolvimentista, estruturado no liberalismo de transição, afirma-se na ideia de que “[...] educando os indivíduos, as ‘distorções’ societárias seriam também ‘corrigidas’” (LOPES, 2016, s/p.).

Este espectro social determina a existência conjuntural ou condição de existir do ser, viés político do domínio ideológico-burguês a privilegiar a noção do que é, pode ou venha a ser Estado de Bem-Estar Social. Para tanto:

Sendo os homens seres em situação, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sobre sua própria *situacionalidade*, na medida em que, desafiados por ela, agem sobre ela. Esta reflexão implica, por isto mesmo, em algo mais que estar em *situacionalidade*, que é sua posição fundamental. Os homens *são* porque *estão* em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão (FREIRE, 1977, p. 119, *apud* LOPES, 2016, p. 61).

Discussão que toma como cerne o direito amalgamado aos serviços sociais - estruturados pelo Estado e suas instituições - ligado à inclusão social capaz de promover a articulação e fomento da capacidade de reflexão cidadã do trabalhador (sujeito/ser social) ou o seu aprisionamento pelas ingerências do poder de fato a punir (como culpados) os excluídos do sistema capitalista selvagem, violento, fomentado a segregação. Essa determinação histórica, condição humana retratada no item 2.6, a seguir, é sintoma social da sociedade articulada no consumo de mercadorias, concretas e abstratas, dentre as quais, o homem afanado em direitos.

2.6 A condição humana de corpos apenados

A Prisão é gueto que cauteriza a crença e a condição humana, faz com que a alma suplique por necessidades abstratas como a sede de amor na carência.

Então, por que escrevemos sobre o amor? Em primeiro lugar, não é sobre o amor, e sim sobre a sedução e a paixão que estamos escrevendo. São coisas do gênero, mas não a coisa em si. Depois, queremos desfazer alguns equívocos frequentes no trato dos sentimentos humanos, quando descarnamos de seu conteúdo e contexto político. Para nós, o conceito de amor se identifica com o de vida. E é pulsação. Pulsação que só se justifica, na consciência lúcida e livre do homem, se visa a realização do prazer. De todos os prazeres possíveis no ato de viver, a sedução amorosa e a paixão (que leva o prazer e a dor às últimas consequências), são, a nosso ver as únicas razões para o homem querer, por opção, continuar vivo. Assim, se não podemos conhecer os mistérios da vida, muito menos é possível decifrar os mistérios do amor, sua mais íntima e precisa expressão (FREIRE; BRITO, 1984, p. 94).

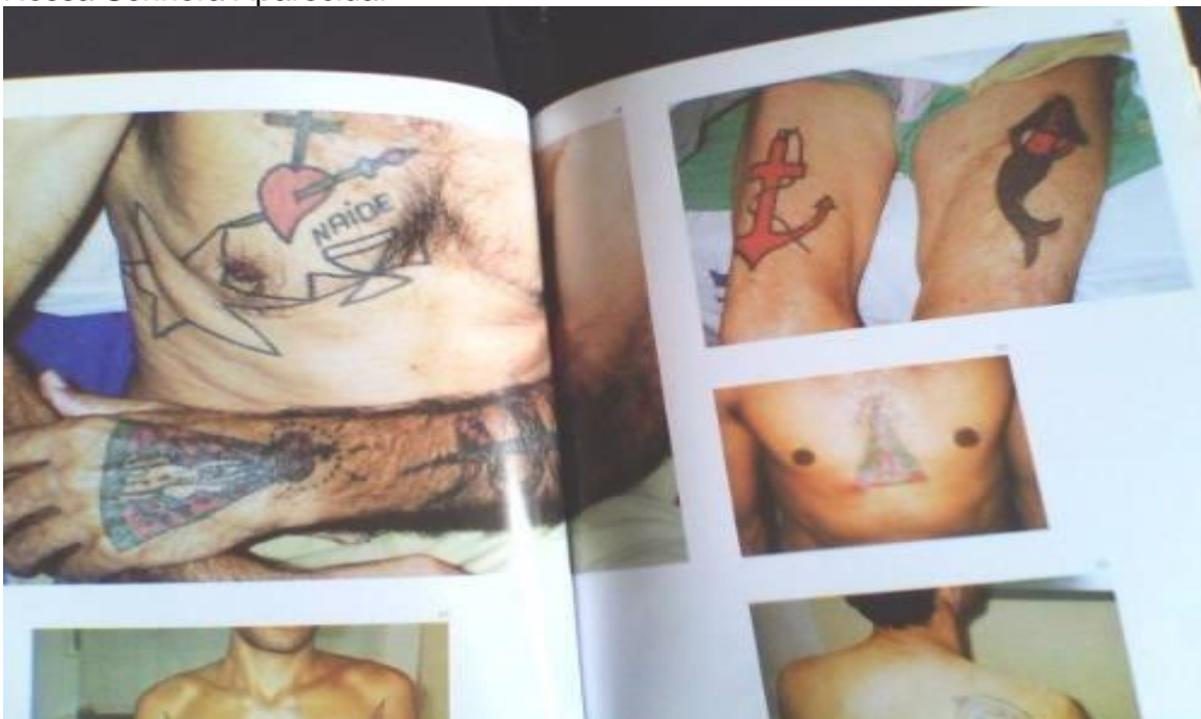
Essa realidade é revelada por meio de fotografias, cartas, visitas, cicatrizes e tatuagens. Na prisão os internos têm sua própria linguagem, expressa e retratada, a exemplo, a significados particulares através de desenhos riscados no corpo apenado. Assunto discutido no item 2.5, enquanto a marginalização e processo social de se tornar ou ser colocado à margem da sociedade. Ou, a condição social inferior do ser marginalizado, apartado do meio social, forçado a ocupar a periferia da coletividade fomentada pelo sistema capitalista, neste caso, o sujeito apenado na prisão.

A tatuagem é uma forma de expressão corporal a qual determina se o prisioneiro já esteve preso antes, foi foragido da justiça, relata crimes que praticou, o grau de periculosidade, sua preferência sexual, “especialidade”, dentre outras nuances a revelar e retratar o ser humano aprisionado, suas diversificadas significâncias, seus significados.

A história da tatuagem no sistema carcerário brasileiro começou a ser traçada nos anos 1920, quando o psiquiatra do extinto Carandiru, Moraes Mello, decidiu catalogar os desenhos que observava nos corpos dos presidiários. No livro *Estação Carandiru*, de autoria do médico Dráuzio Varella, publicado em 1999, aparecem também diversas fotos de presidiários com uma seção focada em tatuagens.

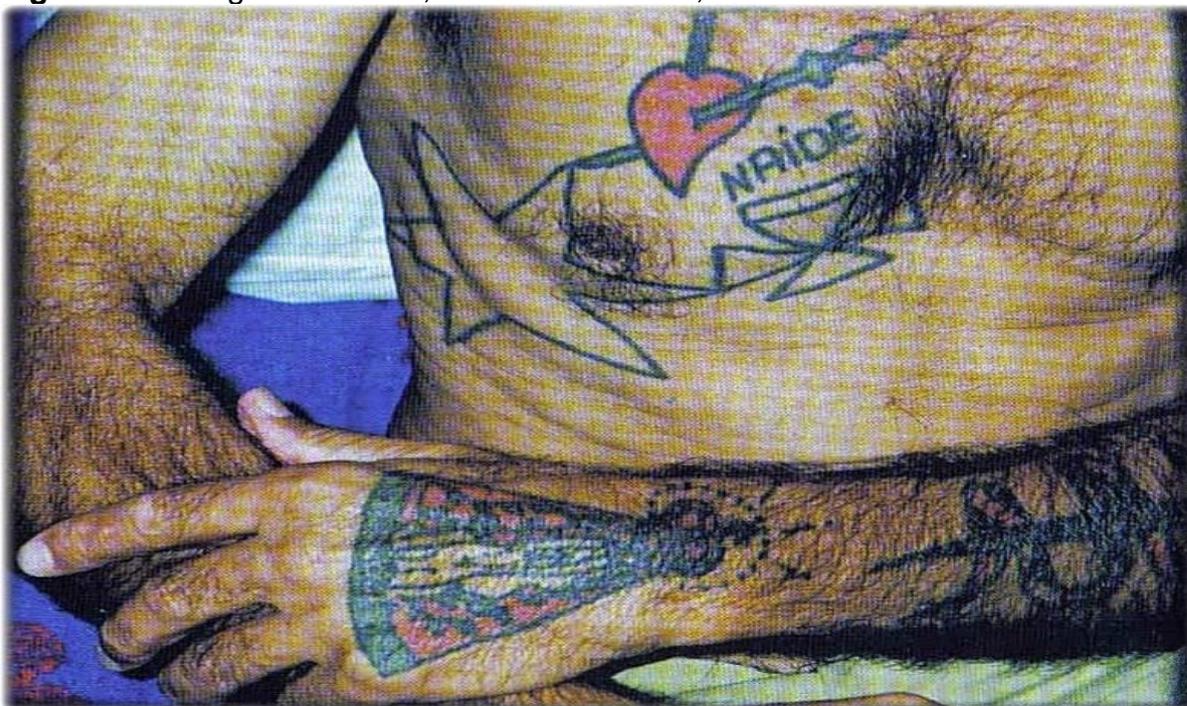
Tatuada em diferentes membros dos corpos apenados, a imagem da padroeira do Brasil - Nossa Senhora Aparecida é retratada como signo, símbolo de referência ao crime cometido, poder de força na cela ou ala, crença na sua santidade.

Figura 1: Tatuagens em corpos de presidiários: imagem da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: <https://www.mundodastatuagens.com.br/blog/2013/08/tatuagem-de-presidiario/21>

Figura 2: A imagem da santa, tatuada nas mãos, indica um homicida



Fonte: <https://www.mundodastatuagens.com.br/blog/2013/08/tatuagem-de-presidiario/>

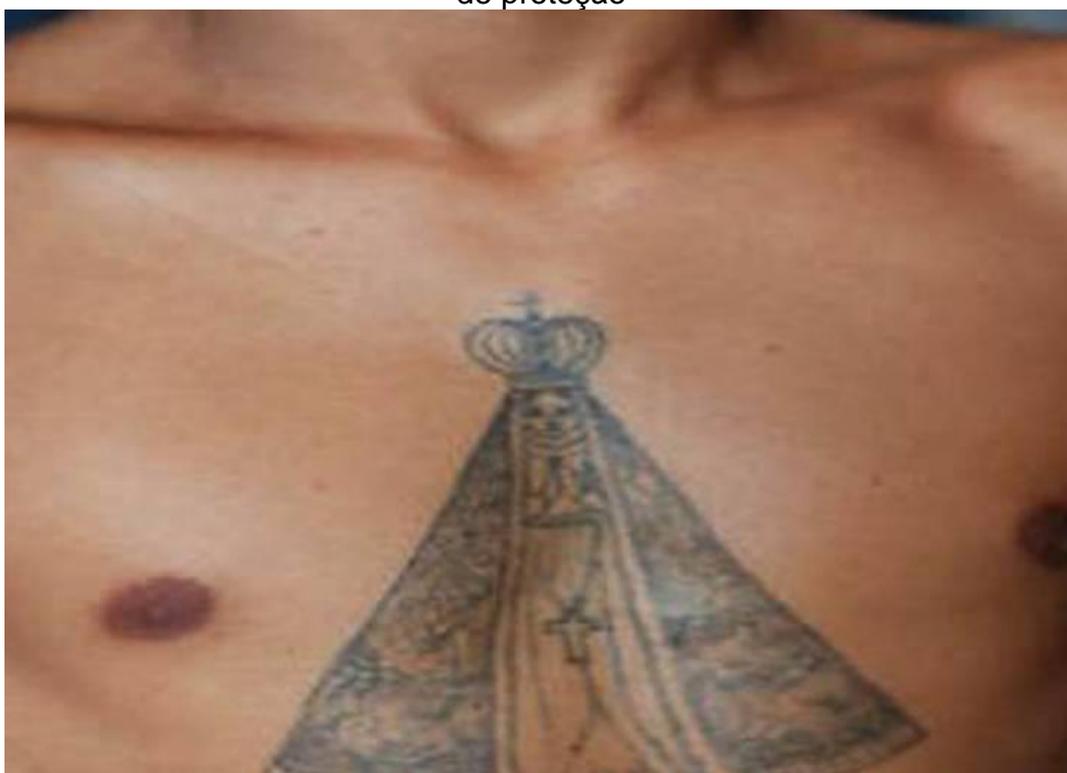
²¹ Se a imagem de Nossa Senhora Aparecida estiver tatuada em tamanho pequeno nas costas, indica latrocínio, nome técnico para roubo seguido de morte. Em algumas regiões, a imagem do Padre Cícero substitui a de Aparecida, mas os códigos são os mesmos.

Figura 3: A imagem, tatuada no braço ou na coxa também indica um homicida



Fonte: <https://www.mundodastatuagens.com.br/blog/2013/08/tatuagem-de-presidiario/>

Figura 4: A imagem da Nossa Senhora Aparecida, centralizada no peito, é desejo de proteção



Fonte: <https://www.mundodastatuagens.com.br/blog/2013/08/tatuagem-de-presidiario/>

A Prisão transforma o ser social em sujeito subjugado ao prazer e à dor, uma correlação com a situação concreta, abstrata, existencial. Freud explica “[...] o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer” (*apud* OLIVEIRA, 2011, p. 29).

A obra *A odiosa pena da prisão* (PERILO, 2016) retrata um exército de sobrantes, conceito do filósofo húngaro István Mészáros, a vestir com o manto do estigma social o coletivo aprisionado na exclusão. Desde o berço, para Marx e Engels “[...] o proletariado passa por diferentes etapas de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia, começa com sua própria existência” (1999, p. 192). Desta vez, sob a guarda do poder de fato.

Cerceado pela poderosa organização coercitiva, o sujeito estampa no corpo e na alma a miséria da razão apenada, amalgamada ao abstrato, trancafiada entre muros e grades. O que dá gênese à reclusão com o fim de *Vigiar e Punir*, segundo Michel Foucault (2014), que retrata a realidade paradigmática, legal e política retratada na Prisão, discutida neste capítulo da Tese. O conceito **Prisão** é trabalhado com norte nas Ciências Humanas e da **Religião**, investiga a expressão social da culpabilização do homem enquanto mercado midiático da penalização do trabalhador aliado do mercado de **Trabalho**.

A Prisão sugere reflexão, revela-se campo de tensão coletiva a depender do poder individual que, nem sempre, denota força de um grupo ou do coletivo. O cárcere abriga, conforme Coutinho: “Certa forma de ser social, ainda que embebida de alienação, contém contradições nas quais a experiência real vivida (a da socialização truncada pelo mercado) abre ou permite fissuras frente às formas de pensar o mundo” (2012, p. 190-191).

Único, à luz da penumbra e do grito silenciado da alma, o sistema panóptico traduz, na sua concretude e abstração: “O mundo que vejo e que me é familiar é interior ao Saber que prolonga minha capacidade de ser e de perceber” (JAMBET, 2006, p. 318).

2.7 A manchete da injustiça social

A política da penalização encarcera corpos (seres sociais) excluídos antes mesmo de sua prisão, relegados à margem econômico-política-cultural da coletividade, fato e manchete a contar da história de um Brasil único, paradigmático, desigual, injusto. Fato posto e discutido com especificidade no item 2.6, a **Prisão** sugere reflexão por revelar-se enquanto campo de tensão coletiva a depender do poder individual que, nem sempre, denota força do ser social apenas organizado em grupo ou coletivo.

Conforme apresentado na introdução deste Capítulo II, a prisão sugere campo de tensão coletiva aonde o poder individual submete-se à força de um grupo ou amontoado de gente, expresso nas mais variadas formas políticas das gentes que coabitam o sistema prisional.

Essa resultante histórica, em parte, retrata a luta de classes, o poder do dinheiro, a posse da terra, ou, o não-poder deste acesso, a depender da cor e casta social. A relembrar que, antes do Descobrimento do País:

Os índios guaranis possuíam uma utopia que os fazia migrar em direção ao Atlântico, imaginando existir no oceano uma cidade que realizaria todos os seus sonhos. Ocorrido o Descobrimento, viram chegar do oceano todos os seus males e então inverteram a ordem da migração. Talvez a própria descoberta da América resulte de um sonho utópico. As cidades ricas dos Incas encantavam os espanhóis como cidades utópicas. As reduções jesuítas estabelecidas no Paraguai desde 1588, funcionavam como verdadeiras cidades utópicas para os europeus. Elas duraram até 1788. No início de caráter religioso, messiânico, sempre existiram no Brasil cidades utópicas, como *Belo Monte* (1873) na Fazenda de Canudos, chefiada pelo missionário Antonio Conselheiro. No Rio Grande do Sul, surgiu em 1872 o movimento messiânico dos Mucker (santarrão, em alemão). No final do século passado, começo deste, esboçou-se em Juazeiro experiência análoga, com o Padre Cícero. Porém, mais características foram as utopias do tipo anarquista (socialismo libertário) com as experiências da Colônia Vapa, estabelecida por imigrantes letões em Assis (São Paulo), em 1930, e a da Colônia Cecília, de inspiração fouerrista, em Palmeiras, no Paraná, em 1890 (FREIRE; BRITO, 1984, p. 89).

A punição do corpo apenas alcança as raias da alta modernidade, cujos resultados “[...] das análises precedentes, leva a interpretar a *questão social* tal, como se manifesta hoje, a partir da condição salarial. A questão da exclusão que há alguns anos ocupa o primeiro plano é um de seus efeitos [...]” (CASTEL, 2001, p. 495).

São pós-modernos os tempos, determinam a arena na qual o criminoso e a vítima, pouco provavelmente, apesar da alta tecnologia, alguma vez se encontrarão no curso que resta em suas vidas, reforçado por Thompson, que informa:

Hoje nós estamos acostumados a pensar que os indivíduos que aparecem em nossos televisores pertencem a um mundo público aberto para todos. [...] E por isso, embora possamos ver e ouvir estas celebridades com certa frequência, é muito pouco provável que alguma vez as encontremos no curso de nossas vidas cotidianas (THOMPSON, 2008, p. 109).

Ao aprofundar a política da penalização que leva ao encarceramento de seres sociais contemporâneos/excluídos, o oncologista, cientista escritor Drauzio Varella avisa do recinto prisional (erguido a concreto, grades e gritos silenciados nas alas do abandono e desespero) e de como funciona a dinâmica das relações sociais intramuros do sistema prisional. Um lugar no qual:

Pagar a dívida assumida, nunca delatar o companheiro, respeitar a visita alheia, não cobiçar a mulher do próximo, exercer a solidariedade e o altruísmo recíproco, conferem dignidade ao homem preso. O desrespeito é punido com desprezo social, castigo físico ou pena de morte (VARELLA, 1999, p. 10).

Outro fator social, histórico, a reificar a condição do “salariedade” presidiário é que este “acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado” (GAMBETTA, *apud* CASTEL, 2001, p. 495). Isso, em tempos caracterizados pela violência, fomento do trabalhador violentado no desemprego e na fome - expressões da *questão social* caracterizadas na exclusão da grande maioria ou “exército industrial de reserva” (MARX, 1859) instalada no desemprego estrutural das economias capitalistas.

Se antes, por exemplo, “bastaria armar-se de paciência e se virar com alguns expedientes” passa a massa trabalhadora com relação a um “período incerto de transição para uma inevitável reestruturação das relações de produção: seria preciso mudar certos hábitos antes de encontrar uma configuração estável” (GAMBETTA, *apud* CASTEL, 2001, p. 497).

A historiografia do Ocidente revela declínio nas tramas sociais asseguradas em relações de produção e reprodução do capital, na força de trabalho remunerada. Nos anos 1990, este declínio “[...] tem a ver com o fato de que a sociedade de classes, mesmo morfológicamente imperfeita, deu lugar a uma sociedade de assalariados, em que os integrantes do setor de serviços passaram a ter uma crescente visibilidade” (FAUSTO, 2016, p. 11).

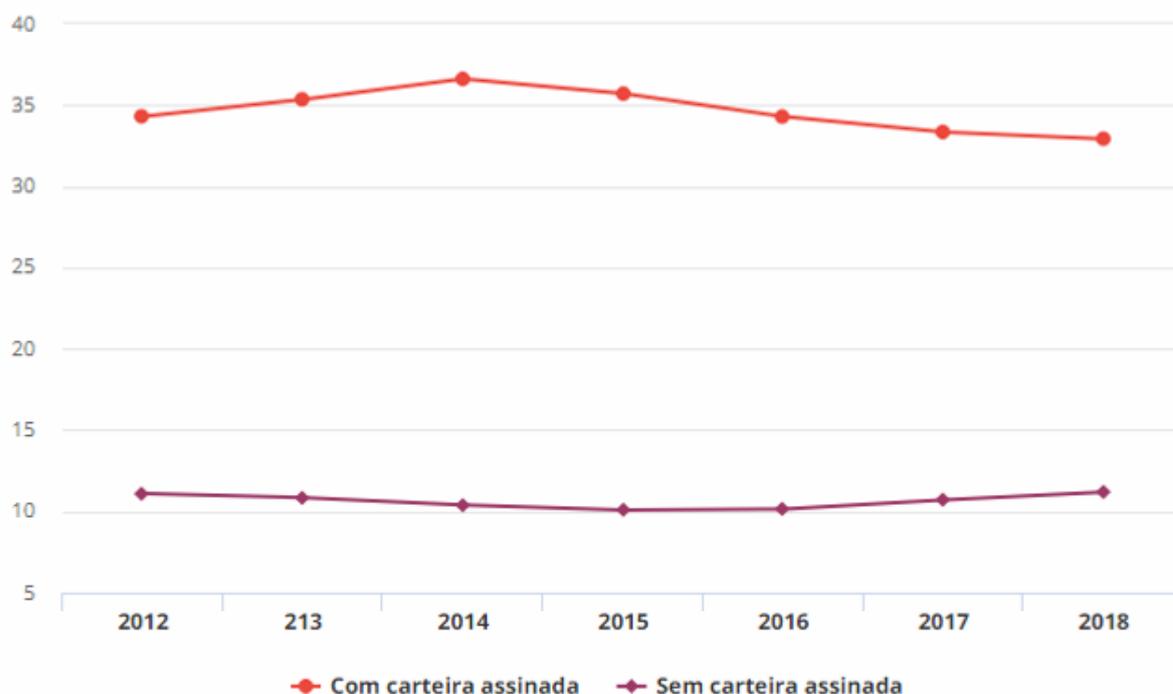
Articulado e conjuntural o sistema capitalista trama, numa Era Pós, por meio da tecnologia, digitalização e virtualização. O fomento do trabalho informal - labor sem registro e direitos legais assegurados - é política neoliberal claramente adotada,

submete direitos conquistados por parte da classe trabalhadora. Essa expressão social demonstra a concentração de capitais expostos de forma econômica, social e cultural usados como ferramenta de dominação entre as classes sociais.

Não é só o dinheiro que pode ser acumulado, monopolizado ou transmitido, mas também a cultura e a educação”, ou, nos termos do autor, “o capital cultural”, utilizado pelas classes altas “como forma de se distinguir dos demais assalariados” (BOURDIEU, 2019).

Referenciando à discussão da instituição Prisão, há que ir para-além da teoria e teóricos, repensar a liberdade analisada a senso comum, intervir na realidade caótica e real, exposta em números oficiais retratados na exclusão social. Para tanto, tomar como norte fatores e dados científicos que exponham a conjuntura enquanto pesquisadores comprometidos com os “restos” da sociedade capitalista, para a qual “[...] é preciso encontrar um remédio eficaz para a chaga do pauperismo ou preparar-se para a desordem do mundo” (CASTEL, 1998, p. 30).

Figura 5: Emprego com e sem Carteira de Trabalho assinada no setor privado (Números em milhões)



Fonte: IBGE (2019).

A partir de 2018, o Brasil abriga cerca de 11,2 milhões de cidadãos. Segundo dados informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 31 de janeiro de 2019, o número de pessoas trabalhando, sem Carteira de Trabalho assinada, foi o maior da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (PNAD). A amostra teve início, em 2012, resultando no número de trabalhadores com registro formal registrado como o menor coeficiente (dados referentes a trabalhadores do setor privado, excluindo a arena doméstica).

Refém da era líquida, o trabalhador - reificado na base da pirâmide social – busca a salvação no Trabalho ou na sua ausência:

Quando enfrentam o que seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. [...]. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estrutural, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa (HOBBSAWM, 1995, p. 26).

Conjuntural, a Era Pós impõe transformações econômicas, sociopolíticas e culturais a manipular corpos, direitos e cotidiano.

O vencedor ou poderoso é transformado em único sujeito da história, não só porque impediu que houvesse a história dos vencidos - ao serem derrotados os vencidos perderam o “direito” à história -, mas simplesmente porque sua ação histórica consiste em eliminar fisicamente os vencidos, ou, então, se precisa do trabalho deles, elimina sua memória, fazendo com que lembrem apenas dos feitos dos vencedores (CHAUÍ, 2001, p. 141).

Sabe-se que a *questão social* é um fenômeno capitalista a revelar expressões sociais, reificar e excluir os “mais fracos”. Esse fenômeno social se dá pelas raias da submissão ao limbo social, nas mazelas social e jurídica da instituição prisão enquanto determinação histórica, no ato de penalizar o trabalhador, desde muito antes dos tempos modernizados, instalado nas fileiras do exército industrial de reserva.

O que não é regulado, em função desse sujeito, é retratado como aquilo que “[...] não possui eira, nem beira, nem lei, nem verbo também” de um sujeito relegado e “expulso, negado e reduzido ao silêncio”, mais:

[...] isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas (FOUCAULT, 2010, p. 10).

Nessa vertente, as relações sociais, em tempo de capital fetiche, vêm à tona na exposição desta Tese como trabalho assalariado remunerado, revela ser esta uma condição e constrangimento inerente ao trabalho alienado, o qual remunera a “[...] atividade profissional na divisão social e técnica do trabalho social e não esgota na indicação do valor de uso dos serviços prestados, da qualidade do trabalho realizado” (IAMAMOTO, 2015, p. 214).

Essa, mais uma forma de fomento racional à exclusão social resultada e resultante da forma assalariada do exercício profissional formal e alienante, expropriador da dignidade quando:

‘É preciso voltar brutalmente a atenção para o presente tal como é se quer transformar’” (GRAMSCI, 1999), que remonta às políticas de integração que prevaleciam até os anos 1970, as políticas ditas de inserção: estarão elas à altura das rupturas que se aprofundaram? Trata-se de modernizar as políticas públicas ou de dissimular sua derrota? (CASTEL, 2001, p. 497).

Os tempos relacionais líquidos denotam, segundo Bauman (2019), uma era que convive sob a ótica da *Retrotopia*. Propaga-se o trabalho mecânico tecnológico num mundo modernizado, órfão da subsistência, aflito, movido a:

[...] desigualdades criadoras. Não obstante social, o liberalismo rawlsiano parece endossar a concepção de Hayek de que as desigualdades sociais, quando não excessivas ou intoleráveis, são úteis ao crescimento econômico, beneficiando a todos. Assim, combinando uma concepção naturalista das desigualdades criadoras com o darwinismo social²², os adeptos desse tema explicam que, por um lado, ‘as desigualdades poderiam permitir uma taxa de poupança maior, sendo as classes mais favorecidas aquelas que mais poupam, o que incentivaria a expansão dos investimentos e, portanto, um crescimento maior. Por outro lado, as desigualdades poderiam estimular os perdedores a trabalhar mais e melhor (HAWLS e HAYEK, 1997, p. 144-145, *apud* PEREIRA, 2011, p. 95).

O ser humano, acondicionado no *status* de sujeito sem face, alienado à sobrevivência alcançada a migalhas dos mínimos sociais destinadas à coletividade alojada na base da pirâmide social, enquanto política pública disponibilizada por

²² Postura ideológica baseada na teoria da seleção natural de Charles Darwin (1809-1882), a qual explica a natureza dos seres vivos, incluída da humana, como um processo contínuo que conduziria progressivamente a formas cada vez mais diferenciadas. Equiparando a diferença orgânica existente na natureza com o progresso da civilização, os defensores do *darwinismo social*, a partir da segunda metade do século XIX, viram nessa equiparação a possibilidade de converter o processo de seleção natural em princípio fundamental da sociedade humana, identificando como fato natural a pobreza, o domínio dos mais fortes sobre os mais fracos e a ausência de proteção social.

parte do Estado de Direito, é atropelado na exigência da competitividade e violência, medo e exclusão. Para tanto:

Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de ‘trabalhadores sem trabalho que Hannah Arendt (*Condition de l’homme moderne*, op. cit. p. 38) evoca, os quais, literalmente, ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de ‘inúteis para o mundo’ (CASTEL, 2001, p. 496).

É conhecida a tese de que a sociedade, ao buscar certa estabilidade, afunila a diversidade das lutas sociais num sistema elaborado para sua automanutenção:

Estes servem para manter as pessoas dentro de suas fronteiras ou para trazer de volta a elas os recalcitrantes. Max Weber sustenta que a força física, especificamente a ‘violência legitimada’, é a causa primária de toda repressão social, e na qual se baseiam outros sistemas de regulamento. O uso da violência, ou ameaça dela, traduz-se nos sistemas legais e políticos (GROOME, 1985, p. 173)

A respeito da discussão:

Nessa batalha retrospectiva, para que algumas ideias possam ‘vencer’, obviamente, outras precisam ser derrotadas. Nesse contexto, a ação política significa uma luta mais ou menos constante entre forças diferentes em relação à constituição legítima de uma arena intelectual (GIDDENS, 2011, p. 14).

A extensão coercitiva do Estado é estruturada na ideologia da institucionalização da força, da exclusão do Direito Penal adotado. O “obedecer” à autoridade judicial delimita os mais “humanizados”, estampa os criminosos da sociedade retratada no coletivo, retrata o cotidiano caracterizado pela injustiça social, violência e hipocrisia.

Nas sociedades onde prevalece a desigualdade social, seja em forma de estamentos tradicionais, tipo senhores da terra e servos, realeza, nobreza e povo, ou como classes sociais nas sociedades capitalistas, os grupos são muito comumente organizados pelas situações de classe e ou de estamento das pessoas. Todo mundo sabe que um pobre não frequenta o clube hípico de São Paulo (a não ser como jogador de futebol, que já implica dinheiro e mudança de classe social); nem um rico, a não ser por desafio ou para fazer pesquisas, vai a bailes funks nos subúrbios do Rio de Janeiro (GOMES, 2016, p. 81-82).

As cidades, instituições e cultura esboçam a crença efêmera, as representações simbólicas, creem na possibilidade de salvação e recuperação de

sujeitos frios esboçados no homem. Este último, a vergonha da sociedade “orgulhosa” por ser capaz, incentivadora do mérito, detentora do poder de julgar a consciência, inconsciência e história da civilização, manipular o mercado. “Apesar de mais discretos, porque lentos e silenciosos, os impactos das decisões econômicas podem ser mais destrutivos do que as bombas atômicas” (BUARQUE, 2012, p. 20).

O fenômeno da globalização revela a conjuntura de crise socioeconômico-existencial, a trama da humanidade efêmera, cujas lembranças do que foi aprendido relembram mais fracassos que acertos.

Muitas vezes somos participantes de situações em que determinados comportamentos são apropriados e outros inapropriados. A propriedade ou impropriedade do comportamento numa situação específica pode decorrer da tradição, de crenças, de valores, de normas sociais (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, p. 304).

Moderno, o homem é direcionado a pensar a partir dos números, algoritmos, superexposição da própria imagem, do conservadorismo com relação às conquistas das diversidades. A frustração (resultados não alcançados) denota sua existência pelas vias da imaginação obtida a partir da *selfie*, quando:

A solução está em elaborar um memorial que olhe para o futuro e o imagine em vez de lembrar do passado com foco na possibilidade de construir, não no elogio ao que construiu. Em vez de um currículo do que se fez, apresentar o que se está fazendo e projetar o que se pensa em fazer. Em vez de um currículo composto de funções ‘ex-’, um currículo de funções ‘pré-’ (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, p. 304).

Com relação às perspectivas conflituosas e pós-modernas, a novidade é que estas remontam à Era Bíblica, ao Império Greco-Romano. Na obra *A opção de Paulo pelos marginalizados de Corinto*, a escolha de Paulo, o “fraco”, propositor da sociedade alternativa estruturada nos conceitos da igualdade e do amor. A partir de preceitos direcionados a levantar a moral e a ética de seres sociais ou sujeitos “nem sábios” nem “fortes” ou “poderosos” com prestígio ou sobrenome de família.

Ouro, prata, pedras preciosas, trigo, terras, escravos, entre outras riquezas, fizeram de Roma um império muito mais rico, porém não havia distribuição justa, destes quinhões. Pelo contrário, o acúmulo patrimonialista nas mãos de poucos fez com que a desigualdade e, por conseguinte, a violência urbana tornasse Roma um grandioso palco de rebeliões e conflitos sociais (FERREIRA, ARAÚJO, 2016, p. 176).

Estas rebeliões foram tarefa de sujeitos de valores engendrados pelo sistema determinado a loucura, confusão e esquecimento dos “desprezados” (a partir dos desafios da fé cristã). Homens que lutaram por ocupar espaços distintos: “O patriarcado romano, portanto, é de dominação e ocupação geopolítica, de exploração de recursos naturais e humanos, de violência física, sexual e psicológica [...]” (REIMER, 2006, p. 74 *apud* FERREIRA, ARAÚJO, 2016, p. 176).

Fato, foto e manchete histórica os opressores do trabalhador (capitalistas) o usurparam na troca, venda e emprego de sua força de trabalho. A realidade define o cotidiano voltado à riqueza de alguns e escravização de milhares de muitos. A lógica mercadológica - na contramão da ética e solidariedade humana - denuncia o próprio homem como óleo do sistema a produzir riqueza, bondade e mesquinha, miséria, “repúblicas e principados”.

Porque um homem que queira professar o bem em toda a parte arruína-se entre tantos que não são bons. Portanto, é necessário a um príncipe, querendo manter-se, que aprenda a não ser bom, e usar esse aprendizado e não o usar segundo a necessidade (MAQUIAVEL, 2019, p. 68).

Essa a realidade da comercialização de mercadorias resultada na “*questão social*” tal, como se manifesta hoje, a partir do enfraquecimento da condição salarial”, aonde o autor prossegue na análise: “A questão da exclusão que há alguns anos ocupa o primeiro plano é um de seus efeitos, essencial sem nenhuma dúvida, mas que desloca para a margem da sociedade o que atinge primeiro no coração” (CASTEL, 2015, p. 495).

Com relação à humanidade alicerçada na pobreza absoluta, Coutinho explica o “velho” irracionalismo, que apresenta [...] tão somente respostas subjetivistas, carentes de verdade. O verdadeiro inimigo da nova ‘miséria da razão’, portanto, continua a ser aquela concepção do mundo que herda e desenvolve os conceitos básicos da tradição progressista, os do humanismo, do historicismo e da dialética” (2010, p. 73).

O mundo globalizado estabelece tempos relacionais líquidos, fato transformado em acontecimento histórico que mantém, manipula os expropriados em grande número na prisão. No próximo item, 2.8, a discussão adentra ao fato histórico da opressão do trabalhador enquanto coletivo manipulado a partir da sua humanidade subjugada ao salário mal pago, minimizado quando da troca por sua

força de trabalho. Essa que é uma contradição cotidiana responsável pela riqueza de alguns, em consequência, a escravização de milhares de milhões de muitos.

2.8 O coletivo manipulado

A perspectiva da realidade contemporânea estreita a questão do poder atrelado à herança de velhos problemas, crises resultadas dos mecanismos de reprodução da vida cultural quando a educação se torna incapaz de explicar a origem social.

Nessa vertente, as relações sociais, em tempo de capital fetiche, vêm à tona na exposição desta Tese como trabalho assalariado mal remunerado, revela ser condição, constrangimento inerente ao trabalho alienado, fato histórico apresentado no subcapítulo anterior 2,7. A opressão do trabalhador exige sua humanidade em troca da venda e emprego de sua força de trabalho, contradição cotidiana voltada para a riqueza de alguns e escravização de milhares de muitos. A estrutura societária é estreitada no poder dos indivíduos, sua força e ação.

Ao relacionar esta questão, a definição prática avisa da:

[...] dicotomia conceitual alicerçada nas tentativas da Sociologia de compreender o equilíbrio relativo entre a influência da sociedade no indivíduo (estrutura) e a liberdade do indivíduo para agir e influenciar a sociedade (ação). [...] há interações e relacionamentos estruturados no nível micro que envolvem o estudo de ações individuais e, reciprocamente, é possível afirmar que não só os indivíduos, mas também entidades coletivas como sindicatos, movimentos sociais e corporações 'agem' e, portanto, exercitam a ação criativa na formação da vida social. Assim sendo, a dicotomia estrutura-ação não se orienta nitidamente pela distinção macro-micro (GIDDENS, 2016, p. 13).

As relações sociais da Era Pós reificam práticas e representações da coletividade envolta na aparente igualdade de oportunidades, exposta na “vitrine cultural ocidental”. Esse fenômeno ocorre em função das diferenças e armadilhas ideológicas, impostas pela posse ou falta de acesso ao poder do capital:

Conforme o mundo vai assumindo um aspecto cada vez mais ameaçador, a vida torna-se uma interminável busca de saúde e bem-estar através de exercícios, dietas, drogas, regimes espirituais de vários tipos, autoajuda psíquica e psiquiatria. Para aqueles que perderam o interesse pelo mundo exterior, exceto na medida em que ele permanece uma fonte de gratificação

e frustração, o estado de sua própria sorte torna-se uma preocupação totalmente absorvente (LASCH, 1977 *apud* GIDDENS, 1991, p. 136).

Há um modismo no existir que afasta as pessoas de “tocar a vida”, o que determina uma existência desprovida de substância: “Parece que em todos os níveis que vivemos, cada vez mais, uma vida desprovida de substância. Cerveja é consumida sem álcool, carne sem gordura, café sem cafeína e, eventualmente, sexo virtual... sem nexos” (ZIZEK, 2019, s/p).

Ato político, discutir a instituição penal exige a reflexão para-além da teoria e dos teóricos, extrapola as raias da possível liberdade. A certeza da prisão infere no exército de sujeitos alijados do mercado de trabalho, a exclusão social aliena o ser humano, sua dignidade.

Para compreender como o ser humano se constitui na dinâmica das relações sociais como ser ativo, social e histórico, poderíamos seguir as observações de Marx sobre o trabalho como o elemento essencial constitutivo do ser humano. O agir humano se faz de forma social e histórica, produzindo não só o mundo dos bens materiais, mas também o próprio modo de ser do ser humano. A essência do ser humano é o trabalho, diria Marx; o trabalho realizado em condições históricas específicas e determinadas. Porém, ao analisarmos o trabalho, no contexto das relações sociais, verificamos que o trabalho que constitui o ser humano e que o constrói é o trabalho contextualizado dentro de sociedades determinadas. Isso significa que o trabalho deve ser entendido concretamente. Ao constatarmos que hoje temos o ser humano alienado, vale dizer que o trabalho constrói e aliena o ser humano ao mesmo tempo. Esse é o ser humano concreto que conhecemos. E, para compreendê-lo, necessitamos entendê-lo na sua concreticidade histórica, onde o trabalho tanto constrói como o aliena (LUCKESI, 1990, p. 110-111).

Essa realidade direciona pesquisadores comprometidos com os “restos” da sociedade capitalista imersa na Era Pós. E com referência ao trabalhador reificado na pobreza que habita a periferia da Região Metropolitana, essa é mais uma expressão social a qual se vê “[...] diante das transformações na operação do capitalismo, a partir de fins do século XX” (BRANDÃO, 2000, p. 11). A saber:

[...] as modificações econômicas que chegaram ao Brasil nos anos 1990 e alteraram os contornos da nossa já consolidada pobreza metropolitana e em que medida a ideia de uma ‘nova pobreza’ pode ser utilizada para pensar a nossa realidade social. A outra questão diz respeito ao binômio raça-pobreza [...] em que níveis os padrões de desigualdade social por raça operam também entre a pobreza e como a população negra se insere nos quadros das modificações socioeconômicas [...] (BRANDÃO, 2000, p. 11).

O estruturalista francês Michel Foucault (1926-1984) afirma ser o corpo a maior fonte da punição. A evolução histórica da legislação penal e seus meios coercitivos, segundo o filósofo, punitivos e de repressão, retrata o quadro caótico do castigo da delinquência por parte do poder público. Para o pensador:

Apresentamos exemplo de suplício e de utilização do tempo. Eles não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes. Mas definem bem, cada um deles, um certo estilo penal. Menos de um século medeia entre ambos (FOUCAULT, 2014, p. 13).

Este método de correção e disciplina no enfrentamento da criminalidade humana, expõe bastidores do sistema judiciário, tipos de coerção exacerbada (adotadas), revela diferentes formas de regular a opressão e o suplício do corpo, salvação da alma do indivíduo pelo viés da pena.

Dentre tantas modificações, atendo-me a uma: o desaparecimento dos suplícios. Hoje existe a tendência é desconsiderá-lo; talvez, em seu tempo, tal desaparecimento tenha sido visto com muita superficialidade ou exagerada ênfase como 'humanização', que autorizava não analisar (FOUCAULT, 2014, p. 13).

Sobre a **Instituição Prisão** como símbolo concreto do sistema de vigilância, criado por Bentham, figura arquitetural erguida a grades, muros, vigilância, punição e penalização do aprisionado, o pensador francês denuncia: “[...] o dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 2014, p. 194),

A liberdade afunilada na lei e prisão remete à discussão de Pierre Bourdieu, sobre o simbolismo. Apresentado em *O poder simbólico* (1989), toma como objetos de análise as sociedades tribais, os sistemas de ensino, processos de reprodução, critérios de classificação e lógicas de distinção. No campo da observação supera as divisões da sociedade tradicional e do saber estruturadas em conceitos da Antropologia, Sociologia e Economia.

A discussão tramita da periferia/margem para o centro da trama política, sobre o que venha ou possa ser a sociedade moderna. Para o sociólogo:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se

descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 15).

A respeito das formas de manipulação do coletivo:

Nessa batalha retrospectiva, para que algumas ideias possam ‘vencer’, obviamente, outras precisam ser derrotadas. Nesse contexto, a ação política significa uma luta mais ou menos constante entre forças diferentes em relação à constituição legítima de uma arena intelectual (GIDDENS, 2011, p. 14).

De acordo com a professora filósofa brasileira:

O vencedor ou poderoso é transformado em único sujeito da história, não só porque impediu que houvesse a história dos vencidos - ao serem derrotados os vencidos perderam o “direito” à história -, mas simplesmente porque sua ação histórica consiste em eliminar fisicamente os vencidos, ou, então, se precisa do trabalho deles, elimina sua memória, fazendo com que lembrem apenas dos feitos dos vencedores (CHAUÍ, 2001, p. 141).

Nessa vertente, as relações sociais em tempo de capital fetiche, vêm à tona da exposição como interação cuja trama se dá a **trabalho** assalariado remunerado. O **trabalho** “salarizado” (CASTEL, 2015) revela-se condição e constrangimento inerente ao **trabalho** alienado, que remunera a “atividade profissional na divisão social e técnica do **trabalho** social e não esgota na indicação do valor de uso dos serviços prestados, da qualidade do **trabalho** realizado” (IAMAMOTO, 2015, p. 214, *grifos do autor*).

Esta, uma das articulações capitalistas de fomento racional à exclusão social, resultada e resultante da forma assalariada adotada para remunerar o exercício profissional formal. Estabelecida no irracional moderno, ou, na condução da vida pela trilha da racionalidade capitalista-instrumental.

Em presença de um nível de vida cada vez mais elevado, a não conformidade ao sistema parece ser algo socialmente inútil (...). Na época contemporânea, os controles tecnológicos parecem ser a própria encarnação da razão, com vantagem para todos os grupos e interesses sociais, em tal medida que toda contradição parece irracional e toda ação contrária impossível (MARCUSE, 1967, p. 22-29).

A prisão encerra tempos relacionais líquidos, efêmeros. Sua discussão trespassa as raias do coletivo que mal convive sob a ótica da Retropia: “É praticamente inevitável que respiremos uma atmosfera de desassossego, confusão e ansiedade e a vida seja qualquer coisa menos agradável, reconfortante e gratificante” (BAUMAN, 2019, s/p).

Fora da cadeia a realidade propaga o trabalho mecânico-tecnológico em um mundo modernizado. Órfão da subsistência, o trabalhador alienado tem a garantia da sobrevivência alcançada a migalhas dos benefícios sociais determinados pelo Estado de Direito. As políticas públicas com foco no social se mostram atropeladas pela exigência da competitividade e violência, medo, exclusão e meritocracia.

A conjuntura retrata “[...] o reflexo de que começamos a buscar a utopia em um passado idealizado, uma vez que o futuro deixou de ser sinônimo de esperança e progresso para se tornar o lugar sobre o qual projetamos nossas apreensões” (BAUMAN, 2019, s/p). É conhecida a tese de que a sociedade, ao buscar certa estabilidade, afunila a diversidade das lutas sociais num sistema elaborado para sua automanutenção.

Estes servem para manter as pessoas dentro de suas fronteiras ou para trazer de volta a elas os recalcitrantes. Max Weber sustentava que a força física, especificamente a ‘violência legitimada’, é a causa primária de toda repressão social, e na qual se baseiam outros sistemas de regulamento. O uso da violência, ou ameaça dela, traduz-se nos sistemas legais e políticos (GROOME, 1985, p. 173).

As armadilhas ideológicas do poder e suas manifestações encurralam a consciência e a compreensão das novas realidades. Sobre o tema,

As melhores trapaças são as que parecem deixar ao outro uma opção: suas vítimas acham que estão no controle, mas na verdade são suas marionetes. Dê às pessoas opções que sempre resultem favoráveis a você. Force-as a escolher entre o menor de dois males, ambos atendem ao seu propósito. Coloque-as num dilema: não terão escapatória (GREENE, 2000, p. 14).

Ao discutir a conjuntura em tempos efêmeros, caracterizada por extremada violência e insegurança, cabe a análise:

Essa nova ‘ideologia da segurança’, contudo, embora estimulada pelo ser social do período, enfrenta obstáculos para seu completo triunfo. Deve, antes de mais nada, eliminar de sua esfera teórica – ou seja, afastar do domínio da racionalidade – todas as questões colocadas pela ética humanista, pela ontologia materialista e pelo historicismo concreto. Essa

tarefa, paradoxalmente, lhe é facilitada pelo seu aparente inimigo, o 'velho' irracionalismo, que apresenta para aquelas questões tão somente respostas subjetivistas, carentes de verdade (COUTINHO, 2010, p. 73).

Se a eliminação do contraditório do real continua a ser tarefa básica da nova ideologia burguesa: "O verdadeiro inimigo da nova 'miséria da razão', portanto, continua a ser aquela concepção do mundo que herda e desenvolve os conceitos básicos da tradição progressista, os do humanismo, do historicismo e da dialética" (COUTINHO, 2010, p. 73).

A discussão, estrutural, envolve os conceitos prisão, liberdade, relações sociais em tempos modernos líquidos no quais:

As estruturas sociais como o sistema de classes, a família ou a economia são construídas a partir de interações sociais que resistem e se alteram com o passar do tempo. Por exemplo, o sistema de classes mudou significativamente como consequência do aumento geral nos níveis de renda, formas concorrentes de identidade (como gênero e etnia) e a criação de novos tipos de ocupação e emprego. Entretanto, ainda existe um sistema de classes no qual as pessoas nascem e que exerce um efeito decisivo em suas oportunidades de vida. Da mesma maneira, a vida familiar hoje é muito mais diversificada do que era até mesmo cinquenta anos atrás, pois as sociedades se tornaram multiculturais, um número maior de mulheres casadas ingressa no mercado de trabalho e os índices de divórcio aumentam vertiginosamente, porém todas as famílias continuam executando funções importantes como a socialização, que proporciona o treino necessário para a vida em sociedade. Em um nível geral, portanto, as estruturas sociais criam ordem e organizam as diversas esferas dentro da sociedade (GIDDENS, 2016, p. 13-14).

Lembrando que, na sociedade, há quem não comungue com o conceito estrutura social, visto como ficção construtiva criadas por sociólogos em função de seus estudos. A história tem sido dominada pelos grandes sistemas de pensamento, que se consideram universais, na contramão de um mundo (des) humanizado aonde:

Parecer melhor do que os outros é sempre perigoso, mas o que é perigosíssimo é parecer não ter falhas ou fraquezas. A inveja cria inimigos silenciosos. É sinal de astúcia exibir ocasionalmente alguns defeitos, e admitir vícios inofensivos para desviar a inveja e parecer mais humano e acessível. Só os deuses e os mortos podem parecer perfeitos impunemente (GREENE, 2000, p. 16).

O que impera numa era de relações efêmeras, solitárias, violentas, movidas a tela de componentes eletrônicos de última geração, alienantes da condição ontológica do homem, é a realidade de relevância palpável:

Somos pegos em uma competição doentia, uma absurda rede de comparações com os outros. Não prestamos atenção suficiente ao que nos faz sentir bem porque somos obcecados por medir se temos mais ou menos prazer do que o resto (ZIZEK, 2019).

A rever o papel da Filosofia enquanto área de conhecimento, ferramenta reflexiva a revelar a trama das relações sociais da Era Pós, sabe-se que essa ciência não se dispõe a revelar as grandes verdades, mas questionar e abrir as “verdades absolutas”. “A filosofia não encontra soluções, mas levanta questões. Sua principal tarefa é corrigir as questões” sobre as “verdades reveladas”, as quais fazem mais mal do que bem. Para o pensador: “Nós não precisamos de profetas, mas líderes que nos encorajem a usar a liberdade” (ZIZEK, 2019).

Conjuntura que retrata a segregação, aplicação seletiva de pena e o exercício do poder estruturado na lógica capitalista do sistema prisional, no qual:

Aqui se reproduz com as tecnologias modernas de segurança a ideia do estabelecimento carcerário ‘panóptico de Bentham²³ da vigilância total com o mínimo de esforço, mediante controle constante da conduta do apenado, não permitindo que ele disponha de um só instante de privacidade [...] Esta impossibilidade representa uma invasão absoluta da privacidade do preso, que se contradiz com a ideia ressocializadora utilizada como discurso para justificar a privatização do cárcere (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2010, p. 125, *apud* SILVA, 2016, p. 101).

Quanto às formas e/ou sistemas de punição, a discussão da situação social dos indivíduos penalizados, a realidade do sujeito submetido à força do poder, a partir do seu *status* social do ‘não poder’, o poder disciplinar e sua forma discreta, silenciosa, suave, máquina eficiente e solitária, a arena sociopolítica da prisão, as ideologias e seus personagens, submetidos ao poder e à punição, a escrita de Tese então caminha ao subcapítulo 2.9.

2.9 As ideologias e os personagens

A cadeia é o modelo e retrato específico de exercício do poder sobre os restos da sociedade. De acordo com o exposto no subcapítulo 2.8, é conhecida a tese de que a sociedade, ao buscar certa estabilidade, afunila a diversidade das

²³ Pensador inglês que exerceu decisiva influência, tanto na reforma penal de seu país como nos redatores do Código Napoleão, foi quem os melhores argumentos proporcionou para o controle social institucionalizado das massas miseráveis (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2010).

lutas sociais num sistema elaborado para sua automanutenção. A prisão encerra tempos relacionais líquidos, efêmeros. Trespasa as raiais do coletivo que mal convive sob a atmosfera de desassossego, confusão e ansiedade, instalada na segregação, poder punitivo que atua sobre o corpo do indivíduo.

A segregação e aplicação seletiva da pena têm um vínculo estreito com a forma com que o poder é exercido em razão da estrutura social em que se está inserido, não apenas em razão do sistema de governo e muito menos em razão das características intrínsecas dos indivíduos que são penalizados (INCOTT Jr, 2017).

A disciplina produz quatro formas de individualidade: celular (repartição espacial); orgânica (codificação atividades); genética (acumulação do tempo); combinatória (composição de forças). A genealogia da pena como protótipo das formas de poder disciplinar difere do poder soberano. O poder soberano operava a partir da lógica do espetáculo (cerimônias de terror visando amearhar o medo e sua justificação, pena imposição). O poder disciplinar atua de forma discreta, silenciosa, suave, enquanto máquina eficiente e solitária, não aponta um 'cabeça'. Faz crer que atua de modo 'natural' ou 'impessoal' (INCOTT Jr, 2017).

Conforme as análises, sobre o sistema panóptico e relações de poder:

Desse modo creio ser possível demonstrar com facilidade que, no fundo, a burguesia não precisou da exclusão dos loucos ou da vigilância e proibição da masturbação infantil, e nem foi por isso que o sistema demonstrou interesse, mas *pela técnica e pelo procedimento de exclusão*. São os mecanismos de exclusão, os aparelhos de medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, é toda essa *micromecânica do poder que representou um interesse para burguesia* partir de determinado momento. [...] Em outras palavras, a burguesia não se importa com os loucos; mas os procedimentos de exclusão dos loucos puseram em evidência e produziram, a partir do séc. XIX, novamente devido a determinadas transformações, um lucro político e alguma eventual utilidade econômica que consolidaram o sistema e fizeram-no funcionar em conjunto (FOUCAULT, apud INCOTT Jr., 2017, p. 287).

A inferir nas relações da prisão com o sujeito, seus direitos, o filósofo francês Michel Foucault trabalha conceitos relacionados a esse mecanismo de punição. Com gênese no século XIX, a noção da vigilância passa a exercer o poder (punitivo) em substituição aos castigos físicos. Instiga o autor, ao afirmar:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso,

não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, 2016, p. 369).

Sobre o fato de que poder demanda disciplina:

Esse novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos de soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; esse poder não soberano, alheio à forma de soberania, é o poder disciplinar (FOUCAULT, 2016, p. 291).

A referenciar a demanda do poder, disciplina e corpos submetidos à hierarquia prisional, a Tese revela parte da teoria estruturalista do francês Michel Foucault:

A partir do momento que a capitalização pôs nas mãos das classes populares uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e instrumentos, foi absolutamente necessário proteger a riqueza. Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente nas mãos *não* daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger essa riqueza? Foi *absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral*, portando separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Donde o nascimento da literatura policial e da importância, nos jornais, das páginas policiais e das horríveis narrativas de crimes (FOUCAULT, 2016, p. 218).

Tomando a segregação para análise da aplicação seletiva de pena e forma de exercer o poder, com relação à estrutura social alicerçada na lógica capitalista, a forma e sistema de governo, os direitos dos indivíduos penalizados, o sistema *Panóptico*, arquétipo de poder estabelecido, a partir do século XIX revela:

O que há de diabólico nessa ideia é que não se tem nesse caso uma força que seria dada por inteiro a alguém e que este alguém exerceria isolada e totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que exerceria devido a seu nascimento; ele se torna uma maquinaria de que ninguém é titular (FOUCAULT, 2016, p.332).

A investigação com a aproximação, envolvimento e término da relação com o crime molda a pesquisa em diferentes linhas de empiria:

[...] embora guardem relações de semelhança e interdependência, possuem peculiaridades. Uma delas refere-se às investigações sobre os padrões de comportamento infracional ao longo do ciclo vital, dentre as quais se pode citar a pesquisa sobre carreiras criminais (KEMPF, 1989). A outra se focaliza mais na investigação dos fatores relacionados aos processos de envolvimento com o crime, entendido na sua totalidade e definido por CLARKE; CORNISH (1985) como envolvimento inicial, continuidade e desistência (*apud* SILVA, 2003)²⁴.

Essa conjuntura expõe a coletividade historicamente miserável, açodada no desespero, fome, facção. Sobre este fato social, o relato: “Quando eu nasci, veio um anjo safado, o chato do querubim. E decretou que eu estava predestinado a ser errado assim. Já de saída minha estrada entortou. Mas vou até o fim”, realidade descrita e escrita por Chico Buarque e Ney Matogrosso, autores brasileiros, em versos da música *Até o fim*. Com certeza, a prisão é uma história real (focada no indivíduo) cujo início permeou seu meio e decretou seu fim.

Há uma carga de originalidade na expressão falada, contada e escrita dos apenados, real, quem se encontrava ou habitou por detrás das grades prisionais, destinadas pelo sistema a trancafiar vidas fragmentadas, corpos violentados, exclusão.

A realidade do indivíduo em meio à coletividade determina, estimula seu modo de falar e agir, interpretar a condição de vida na qual se encontra imerso. Enquanto sujeito “promotor” de sua própria história, “consciente ou inconscientemente” sabe “que o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 2010, p. 104).

A disciplina produz quatro formas de individualidade: celular (repartição espacial); orgânica (codificação atividades); genética (acumulação do tempo); combinatória (composição de forças). A genealogia da pena como protótipo das formas de poder disciplinar difere do poder soberano.

Nesta Tese cabe discutir, inferir e pesquisar a obra *Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru* na qual o autor afirma: “Com a instauração da liberdade de orientação literária pelo Movimento de 1922, em São Paulo, o escritor acabou entregue à própria liberdade. Daí a possibilidade e a necessidade da experimentação” (RAMOS,

²⁴ Na Psicologia do desenvolvimento não há limites claros entre essas duas linhas. Elas poderiam ser globalmente definidas dentro de um paradigma que prega a compreensão dos fenômenos de vivência no crime a partir de uma ciência desenvolvimental (CAIRNS, CAIRNS, 1994) ou criminologia desenvolvimental (THOMBERRY, 1997; LEBLANC; LOEBER, 1998) (*idem*).

2002, p. 11). Se é Tese, a lógica determina a escrita, a experimentação, a liberdade de criação e a cientificidade enquanto pesquisa.

Neste sentido, focado no conceito da liberdade, a Tese apresenta exposição de falas, depoimentos, escritos, pensamentos, realidade e ficção as quais estruturam e cimentam a discussão sobre o prisioneiro.

Chego a este novo livro, e me vejo de certa forma gratificado por ter feito literatura de dentro para fora. Digamos, um prisioneiro falando de temas violentos, lado a lado com a realidade, numa linguagem forte, direta, objetivamente crua e despojada de toda retórica. Narrativas de impacto, texto escrito com um domínio quase despreparado da linguagem; onde o delito, em particular o assassinio, nada mais é do que a resultante, contra o semelhante, do excesso que o homem põe na realidade da luta pela vida” (RAMOS, 2002, p. 11).

Sobre a retórica que remete às relações de poder:

[...] não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais, mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações; as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor (FOUCAULT, 2010, p. 104).

Há uma carga de originalidade na expressão falada, contada e escrita dos apenados/real, de quem se encontrava, ou, habitou por detrás das grades prisionais, destinadas pelo sistema a trancafiar vidas fragmentadas em corpos e almas violentados pela realidade da exclusão.

A vivência prisional me deu a oportunidade de conhecer de perto o sofrimento e o conflito entre os homens. Conhecer de perto pessoas que vivenciam a cada instante os limites da violência, da vida e da morte. Eu me preocupo sempre em não seguir a rota comum, aproveitando o impacto das narrativas como ganchos para passar minhas mensagens. Aqui o universo se encaixa no corriqueiro, procurando sempre descobrir, surpreender, flagrar, compreender o dia a dia do marginal, com suas contradições e sofrimentos (RAMOS, 2002, p. 11).

O autor afirma nunca ter acreditado em alquimistas ou magos, até ser surpreendido, quando, em Paris, tratando de horóscopo, a “coisa” bateu de forma inacreditável, segundo ele próprio.

Quando chegamos ao consultório, me senti diante da Pitonisa de Endor, de quem fala o segundo livro de Samuel, na *Bíblia*. [...] - O senhor é um homem bom, trabalhador, dedicado, fiel e incapaz de qualquer malícia. É um excelente pai com muito amor para dar, leal aos amigos, sincero e estudioso [...] – O seu temperamento é forte, e seu caráter é capaz de desencadear súbitas tempestades – ela disse. [...] Depois ficou muda um tempão, esfregando uma flanela sobre a bola de cristal. [...] – O senhor vai ficar preso, vai sofrer muito... mas vai dar a volta por cima e sair engrandecido. Será feliz em dobro, como o Jó da parábola bíblica. [...] – O tarô confirma. O senhor será envolvido num caso rumoroso, sem saída. Vai acabar preso. Senti uma pontada no coração. Respirei fundo e disse: - Não acredito. Será possível? – As cartas falam. As cartas não mentem (Ramos, 2002, p. 31-32).

Nem sempre se verifica absoluta coerência entre os componentes cognitivo, afetivo e comportamental das atitudes, isso, segundo a Psicologia Social, com relação à sociedade na qual “um conservador é, na maioria das vezes, um liberal que foi assaltado” (WOLFE, *apud* RODRIGUES, ASSMAR; JABLONSKI, 2015, p. 165).

Tanto no saber popular como na academia, a discussão do crime é tese de difícil compreensão, esbarra na formação humana daquele que infere sobre o assunto, portanto: “Dá-me a palavra certa, na hora certa e do jeito certo. E, pra pessoa certa. Dá-me a cantiga certa, na hora certa e do jeito certo. E, pra pessoa certa” (PADRE ZEZINHO, *apud* FILHO, 2019, p. 11).

Ato empírico que perpassa a condição (des) humana do apenado, o assunto exige ponderação profissional científica, distanciada do senso comum que insiste em interpretar de maneira imediatista e midiática a questão. Como no caso relatado por Drauzio Varella, na sua obra *Estação Carandiru*:

Revistar é outro ritual de cadeia. Engana-se, no entanto, quem julga pura encenação tão mecânica revista: volta e meia alguém é flagrado com droga, vai preso e cumpre pena nas dependências do Centro de Observação criminal (COC). Uma vez, cinco presos do Pavilhão Cinco, armados de facas, tomaram funcionários como reféns na Lavanderia, para conseguir transferência de presídio. A porta da cadeia ficou cheia de polícia e repórteres com câmeras. Um funcionário aproveitou a confusão para entrar com um quilo e meio de cocaína. Foi pego na Revista. Seu Jesus, diretor de Vigilância, ex-lutador profissional de luta livre, hoje, pastor protestante, fez o que pôde para identificar o destinatário da encomenda: - É melhor contar. Olha a tua situação, meu: de manhã, você chega no trabalho com o chefe de família, respeitado; à tarde, sai daqui preso. Vai pegar cinco a seis anos lá no COC. Teus meninos agora são filhos de bandido. Tua esposa não é mais senhora de um servidor público, é mulher de malandro (VARELLA, 1999, p. 14-15).

A ideia abstrata da prisão em sua concretude revela, por exemplo:

[...] crianças e jovens pegos em práticas infracionais frequentemente enredados nessa crônica de uma psicopatia social anunciada. E, quando

pertencem às camadas mais excluídas da sociedade, torna-se particularmente difícil libertarem-se desse percurso (SILVA, 2003, p. 9).

A repensar as continuidades e descontinuidades no estudo sobre o crime, consequência do processo de desenvolvimento econômico, político e cultural, esbarra-se nas descontinuidades de sujeitos instalados na pobreza, base da pirâmide social. A exemplo:

Salvador, 43 anos, negro, nascido em família pobre, era o segundo de set filhos. Casado, tinha dois filhos e um enteado que também possuíam envolvimento com o crime. Morou na periferia de uma cidade média do interior do Estado de São Paulo. Após a separação dos pais, interrompeu os estudos na terceira série e começou a infracionar, aos 12 anos de idade. Durante três anos, esteve em instituições destinadas a adolescentes autores de atos infracionais. Na maioridade, num processo de escalada do crime, cometeu vários atos infracionais, como roubo de carro e tentativa de homicídio, sendo preso duas vezes. Durante 16 anos, permaneceu em instituições prisionais bastante conhecidas no Estado, seja pela qualidade de repressão ou por abrigarem infratores cujos nomes foram veiculados na mídia nacional. Participou de rebeliões. Numa delas, por determinação de uma organização de presos, quase matou um companheiro de cela e, em outra, houve a morte de agentes penitenciários, motivo pelo qual, no momento das entrevistas, respondia em liberdade condicional a processo relativo a essa rebelião. Dois anos após ter saído da prisão, em 2000, envolveu-se em uma briga, sendo ferido com um tiro no rosto. Seis meses após esse fato, Salvador, que era portador do HIV, morreu em função de uma meningite (SILVA, 2003, p. 23-24).

Na sua totalidade dialética irracional, ou, lógica, a realidade da prisão é um processo de enculturação, lembrando que:

[...] o sujeito primordial da cultura é a pessoa humana, considerada em todas as dimensões do seu ser. O homem cultiva-se – aqui reside a finalidade primeira da cultura – mas fá-lo graças às obras de cultura e graças a uma memória cultural. A cultura designa ainda o meio no qual, e graças ao qual, as pessoas podem crescer (FILHO, 2019, p. 11).

Auferir, contar e retratar sobre a prisão exige do pesquisador extrapolar a arena político-social, ir para-além das inquietações que referem ao tema. Há que abordar, do macro para o micro a cultura a ser trabalhada na direção contrária do discurso institucionalizado:

[...] emerge através de processos de interação social não como um produto final relativamente fixo, mas como alguém que é constituído através de várias práticas discursivas nas quais participa. Quem alguém é sempre uma questão aberta com uma resposta mutante dependendo das posições disponíveis (DAVIES; HARRÉ, 1990, p. 46, *apud* SILVA, 2003, p 63).

A linguagem, o sistema de signos e as práticas discursivas posicionam e determinam os sujeitos, as relações e práticas engendradas pelo sistema prisional.

O Direito executa diversas tarefas para a sociedade: integração ou controle social, resolução de conflitos, reintegração ou de orientação social, legitimação do poder social, e promoção social. Todas essas tarefas ligam-se à regulação de comportamentos e esses podem ser orientados de duas maneiras diversas: seja reprimindo os comportamentos socialmente indesejáveis e impedindo coercitivamente sua prática, seja promovendo comportamentos socialmente desejados favorecendo sua realização (ARNAUD; DULSE, 2000 *apud* LOURENÇO, 2016, p. 39).

Há que destacar que, se existe o acaso, o presente não determina o futuro. Reflexão que leva a Tese a discutir o tema da Prisão no próximo tomo 2.9.1, a seguir. Na velha e estática instituição panóptica, nada muda, a não ser a envergadura do sujeito submetido às raias daquela velha “inquisição moderna”.

2.9.1 Arena aonde nada muda

O ato de pesquisar, contar, retratar, falar e escrever sobre a **Prisão** exige ao pesquisador extrapolar as arenas política e social. Na sua totalidade dialética irracional, ou, lógica, a realidade da prisão é um processo de enculturação, posto e apresentado no tomo anterior 2.9.

Dentro e extramuros do complexo prisional a liberdade é restringida por meio do sistema panóptico que penaliza, vigia, castiga o corpo açoitado no desespero da restrição de sua liberdade. Segundo Foucault: “A inspeção funciona constantemente, o olhar está alerta em toda parte: ‘Um corpo de milícia considerável, comandado por bons oficiais e gente de bem’” (2014, p. 190).

As violações dos Direitos Humanos no sistema prisional brasileiro é uma realidade. No Estado de São Paulo, documentos revelados pelo site *Ponte*, revelam que a negação de direitos é recorrente. E, que mazelas denunciadas por meio de documentos atestam que “[...] a tortura de presos, celas lotadas, alimentação estragada, falta de atendimento médico, isolamento em masmorras, privação de banho de sol e censura de correspondências e livros já eram práticas recorrentes nos anos 1970”²⁵.

²⁵ (Disponível em: <<<https://ponte.org/o-sistema-prisional-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>>> Acesso em 25. 10.2019).

Em 15 de junho de 1972, detentos iniciaram greve de fome devido a transferência de presos políticos para a Penitenciária 1 de Presidente Venceslau. É o que revela carta da presa política Aurea Moretti, à época, estudante de Enfermagem na USP, em Ribeirão Preto. Detida em 1969, foi acusada de integrar as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Aurea ficou presa no Presídio Tiradentes, no mesmo pavilhão onde estava a ex-presidente Dilma Rousseff.

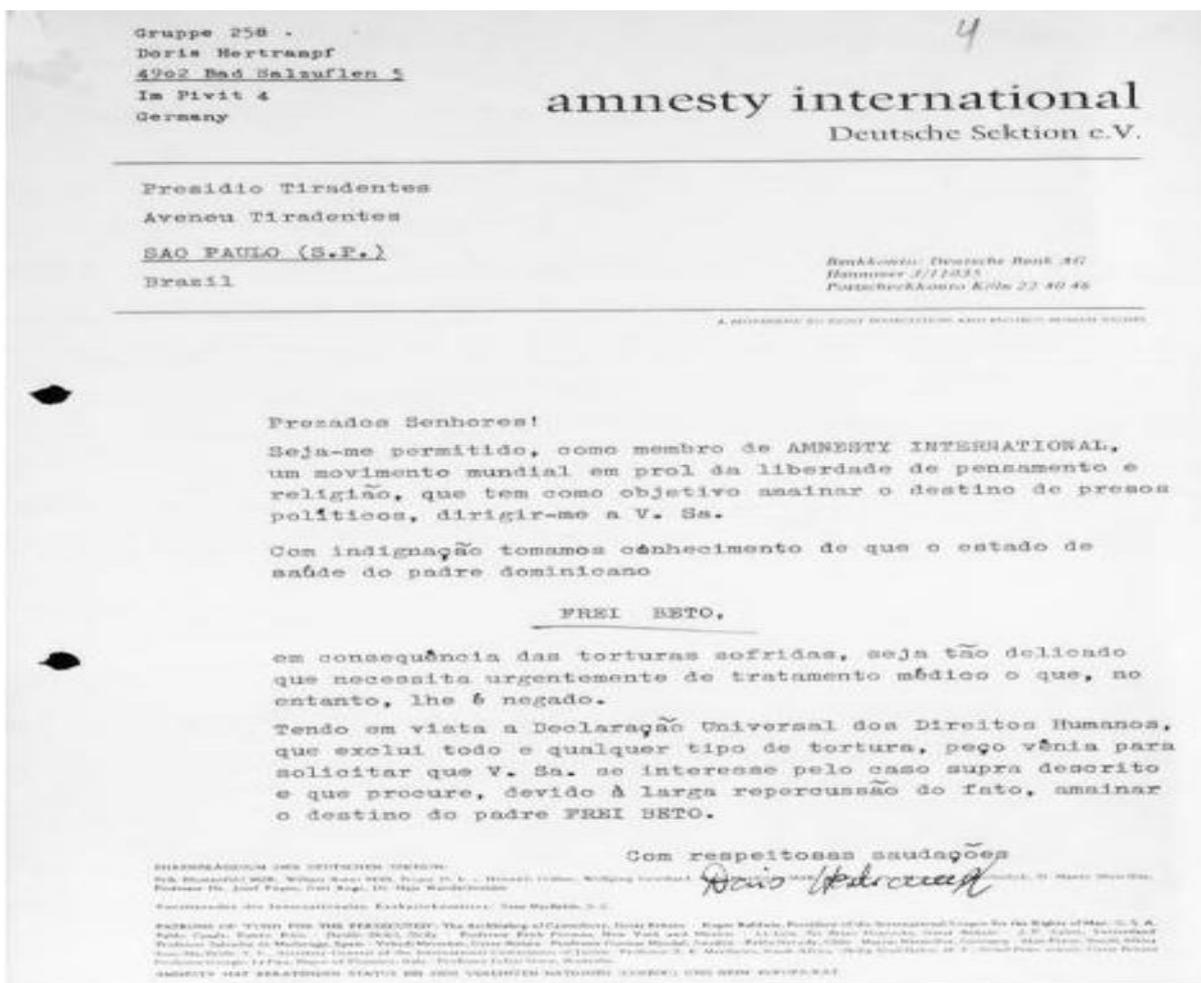
Ambas foram espancadas, torturadas com choques elétricos e, constantemente, sofriam ameaças de estupro. Na lista dos presos transferidos para a Penitenciária de Presidente Venceslau, constavam os nomes de Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto; Ives do Amaral Lesbaupin, Frei Ivo; Fernando de Brito, e o Frei Fernando, frades dominicanos.

E, assim como Aurea e Dilma, presas por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão de repressão durante o período de exceção política no Brasil, acusadas de integrarem a Ação Libertadora Nacional (ALN) - organização revolucionária de resistência à Ditadura Civil e Militar. Ali todos foram espancados e torturados com choques elétricos, pendurados em “pau de arara”, submetidos aos porões do regime em São Paulo.

Antes da remoção para a Penitenciária de Presidente Venceslau, presos políticos (dentre eles Frei Betto) tiveram correspondências e livros censurados e apreendidos pela direção do Presídio Tiradentes, revelado em documentos do DOPS e da Secretaria Estadual da Segurança Pública de São Paulo, que comprovam a violação, além da censura de livros destinados aos aprisionados políticos. Documentos esses que trazem informações sobre cartas enviadas, pela Anistia Internacional²⁶ ao Presídio Tiradentes, cartas essas escritas com indignação sobre torturas impostas a presos como Frei Betto, além da preocupação com o seu estado de saúde.

²⁶ Amnesty International (em português: Anistia ou Amnistia Internacional): organização não governamental com mais de sete milhões de membros e apoiantes em todo o mundo com objetivo declarado de realizar pesquisas, gerar ações para prevenir e acabar com graves abusos contra os direitos humanos, exigir justiça para aqueles cujos direitos foram violados, fundada em Londres, em 1961, após a publicação do artigo "The Forgotten Prisoners" no The Observer, em 28 de maio do mesmo ano, pelo advogado Peter Benenson. A organização chama a atenção para violações e abusos de direitos humanos e realiza campanhas para o cumprimento das leis e normas internacionais, comumente mobilizando a opinião pública para pressionar os governos a tomar iniciativas a prevenir ou coibir essas práticas. A organização recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1977 por sua campanha contra a tortura e o Prêmio das Nações Unidas no Campo dos Direitos Humanos em 1978. No domínio das organizações internacionais de direitos humanos, a Anistia Internacional tem a segunda história mais longa (depois da Federação Internacional de Direitos Humanos) e é a mais reconhecida, sendo que estabelece padrões para o movimento como um todo.

Figura 6: Anistia Internacional



Fonte: <https://ponte.org/o-sistema-prisional-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>

Entre as publicações apreendidas *Poemas do Cárcere*; *Conflito industrial e socialismo no Brasil*; *História do Socialismo e das lutas social*; e *O último trem de Berlim*. Nos dias atuais, conhecida como P-1, a Penitenciária de Presidente Venceslau alojou mais de 400 presos comuns, fato retratado em junho de 1972, dentre os presos, os frades dominicanos.

Os casos de espancamento e tortura dos presos não eram raros naquela unidade, ainda a privação do banho de sol, a solidão e isolamento humano em celas na masmorra do presídio. Aos 74 anos, Frei Betto relatou cenas de violações aos Direitos Humanos, presenciadas na Penitenciária de Presidente Venceslau: “Não dá para esquecer. Foi um período muito complicado. Os

presos eram colocados nus em celas-fortes. Os agentes jogavam água gelada neles. E ainda espancavam com chicotes feitos com fios de eletricidade”²⁷.

Dias após chegar ao presídio de Venceslau, Betto e os outros frades presenciaram maus-tratos aos presos comuns, relatados ao Ministério Público (MP). Frei Betto revelou ainda que, a direção do presídio tentou fazer jogo entre os presos comuns e presos políticos, sem êxito. Sobre a cicatriz das torturas sofridas, o frei trabalha as obras *Diário de Fernando* e *Cartas da Prisão*, início dos anos 1970. A vontade de inúmeros presos da Penitenciária de Presidente Venceslau era fugir, a qualquer custo, por causa dos maus-tratos.

²⁷ (Disponível em: <<<https://ponte.org/o-sistema-prisional-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>>> Acesso em out. 2019).

Figura 7: São Paulo, 21 de junho de Ditadura Civil e Militar 1972

 SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

RECOLHIMENTO DE PRESOS TITADENTES

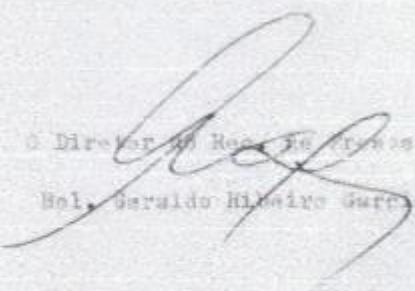
Of. 851/72
J/Anjos. São Paulo, 21 de junho de 1972

Senhor Delegado Titular.

Carta respaldada pelo Sr. Basso a favor da Amnesty em 13/6/72

Para as considerações que devam ser dadas, cumpre-se fazer encaminhar a V.S., as inclusões com as condenações que foram entregues neste Proadido, através do Correio, dirigidas aos presos subversivos, Carlos Alberto Libanio Christo "Prei Beto" e Leiria Machado Dantas. Trata-se da já conhecida Amnesty Internacional.

Reitero a V.S., os protestos de elevada estima e distinta consideração.


O Diretor do Reg. de Presos,
Gen. Geraldo Hilário Garcia.

Ao Ilmo. Sr.
Dr. Rosceu Tuma
DD, Delegado Titular do "53" do D.O.P.S.

502 30 3678

S. G. S. P. - M. 1972

Fonte: <<https://ponte.org/o-sistema-prisonal-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>>>

Em abril de 1973, durante uma sessão de cinema, três presos dominaram Maria Tereza Almeida Ferreira, mulher de Zwinglio Ferreira, diretor-geral da unidade,

usada como escudo humano para escapar. As autoridades atenderam às exigências e os detentos de posse da mulher (refém), seguiram até Mato Grosso do Sul aonde foram recapturados. A refém saiu ilesa.

Figura 8: Ficha de Identificação de Frei Ivo, acusado de pertencer à Aliança Libertadora Nacional (ALN)

5N845

LESBAUPIN IVES DÓ AMARAL (FREI IVO)

filho de Bernard Jean Anatole e Lesbaupin, Zaira do Amaral Lesbaupin, natural do Rio de Janeiro, nascido em 20.05.46

3 Em 31.03.70, foi indiciado em inquerito policial, elemento pertencente a ALN.
Pasta Inq. e Sind. nº 13 1P 18/69 - doc.6 fls.1

Teve a sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria da 2ª RM,
Pasta Inq. e Sind. nº 13 doc. 6 fls 1

✓ Em 04/11/1969 - Foi preso p/averig.(LSN)à disp.da O.Soc.
✓ Em 28/11/1969 - Foi posto em liberdade.

Fonte: <<https://ponte.org/o-sistema-prisional-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>>

Figura 9: São Paulo, 15 de junho de 1972: greve de fome

Ku, Alinea, Rosetti, declaro que me encontro em greve de fome desde as zero horas do dia 14 de junho de 1972, que esta greve tem caráter de protesto contra medidas de isolamento tomadas contra grande parcela dos presos políticos de São Paulo. Esclareço que esta parcela de presos políticos foi retirada da do Recolhimento de Presos Tiradentes, onde se encontravam todos os presos políticos de São Paulo, a exceção de dois, com condenação à pena de morte pela 2ª Auditoria da 2ª C.J.M. Esta retirada foi iniciada a 11 de maio de 1972 e os presos foram isolados na Penitenciária do Estado e na Casa de Detenção. Posteriormente os presos políticos, da Penitenciária do Estado foram removidos para a Casa de Detenção e assim, passaram a permanecer isolados, do conjunto dos presos políticos de São Paulo. No início de junho (não posso precisar a data) alguns presos foram removidos para um presídio da cidade de Presidente Nereu, e logo após teve início a greve de fome dos presos políticos da Casa de Detenção pela reunificação dos presos políticos de São Paulo. Como já declarei, em solidariedade à greve de fome iniciada e em protesto contra tais medidas de isolamento, aplicadas à esta parcela dos presos políticos, me declarei em greve de fome a partir da data acima citada, em comunicado enviado à 2ª Auditoria da 2ª C.J.M., órgão sob cuja responsabilidade me encontro desde Novembro de 1969 e pelo qual fui condenado a 6 anos de reclusão.

São Paulo, 15 de junho de 1972

Fonte: <<https://ponte.org/o-sistema-prisional-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>>

Figura 10: Ficha de Identificação de Carlos Alberto Libanio Cristo

CRISTO CARLOS ALBERTO LIBANIO 525478

filho de Antonio Carlos Vieira
Christo e de Maria Stella Liba
nio Christo, nasc. em 25/8/1944
em Belo Horizonte, religioso,
Res. R. Caiubi 126, côr branca
alt.1,70, olhos e cabelos cas-
tanhos.

Em 27/11/1969 - Foi preso pela O.Social p/averig.
Em 12/12/1969 - Foi removido p/o Pres.Tiradentes.

VIDE FICHA CARLOS ALBERTO LIBANIO CHRISTO

29/9/76 ion

Fonte: <<<https://ponte.org/o-sistema-prisional-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>>>

Sobre a rivalidade dos detentos, o medo de morrer, a sonegação do banho de sol, o pânico, a rebelião e a carnificina dos degolados, cabeças fincadas em varas de bambus, tragédias e repercussão mundial, enfim, as violações de direitos, a Tese apresenta o subcapítulo 2.9.2.

2.9.2 A violação de direitos em relatos

São passados 45 anos da prisão de frades dominicanos, com eles, Frei Betto, isso, na Penitenciária de Presidente Venceslau. A violação aos Direitos Humanos ainda remonta ao presídio. Este leva o nome de Zwinglio Ferreira, considerado pelo governo do Estado de São Paulo unidade de castigo que abriga detentos de facções rivais em pavilhões distintos. Isso posto, discutido e apresentado no subcapítulo 2.9.1.

Com a rivalidade, os detentos, com medo de morrer - há meses não saem das celas para o banho de sol. O pânico da P1 de Venceslau é a rebelião, cujo resultado aponta para uma. Como a de junho de 2005, quando cinco detentos foram degolados, tendo suas cabeças fincadas em varas de bambus, tragédia de repercussão mundial.

O município de Presidente Venceslau conta com duas penitenciárias, as conhecidas P1 e P2. Tal qual nos anos 1970, Presídio Tiradentes e Casa de Detenção, a violação a correspondências é recorrente, denunciada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), aonde as cartas e livros destinados aos detentos sofrem censura.

Na P2, as visitas são revistadas na entrada e saída, e trancadas nas celas com os presidiários, inclusive crianças e idosos. Na P2, de Venceslau, um preso denuncia não poder receber o livro *Crime e Castigo* do russo Fiódor Dostoiévski. Na mesma unidade, também foram censuradas as obras *Cobras e Lagartos* e *Casadas com o crime*, de Josmar Jozino, que narram histórias sobre o PCC. A direção da instituição alegou que os livros fomentam a apologia ao crime.

A Associação de Amigos e Familiares de Presos de São Paulo (Amparar) acompanhou as denúncias nas diversas unidades prisionais do Estado, denunciou a falta de mudanças no sistema prisional, nos últimos 45 anos. Isto porque os presos convivem em celas superlotadas nos Centros de Detenções Provisórias, sem médicos, dentistas, nem mesmo remédios.

Outra mazela do sistema é que os presos primários estão misturados aos reincidentes. Detentos provisórios dividem celas com condenados. Visitas são confinadas com presidiários. Há incontáveis denúncias de torturas e espancamentos contra os homens do Grupo de Intervenção Rápida (GIR), espécie de tropa de choque do sistema prisional paulista.

Este ponto da pesquisa leva à discussão do tomo 2.10, a seguir, a tratar da prisão política, da ditadura civil e militar, do resgate de documentos, das provações a que foram submetidos os presos políticos no Brasil.

Figura 11: São Paulo, 9 de junho de 1972

75

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

REGULAMENTO DE PRESOS TIRADENTES

02.791/72
J/AJOS.

São Paulo, 09 de junho de 1.972

*1. Anexo 1/1/1972
2. Anexo 2/1/1972
3. Anexo 3/1/1972
4. Anexo 4/1/1972
5. Anexo 5/1/1972
6. Anexo 6/1/1972
7. Anexo 7/1/1972
8. Anexo 8/1/1972
9. Anexo 9/1/1972
10. Anexo 10/1/1972*

Senhor Delegado Titular.

Para as devidas apreciações de V.S.,
faço encaminhar a V.S. o livro "O Brasil - Capitalismo Monopolista - História dos Conflitos e das Lutas Sociais - Itinerário de Marx à Cristo - Os Vieses da História entre Ocidente e Oriente - O Último Trem para Berlim - Economia da Crise - Social Cristianismo - Hip And Democracy e Tratado de Materialismo Histórico, que foram apreendidos por ocasião de uma hita reunião da non xadrecas de presos subversivos aqui recolhidos.

Nelivro a V.S., os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Vistos e aprovados para encaminhamento ao Pres. da Direção

O Diretor do Reg. de Presos,
Bel. Geraldo Ribeiro Garcia.

Ao Ilmo. Sr.
Sr. Romeu Tuma
DD. Delegado Titular do S.S.
D.O.P.S.

166	30	3698
-----	----	------

S. S. P. S. - No. 1

Fonte: <<https://ponte.org/o-sistema-prisional-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>>²⁸

²⁸ Em 2018, o site *Ponte* divulgou estudo da Defensoria Pública de São Paulo, aonde quase metade dos presos do Estado sofreram agressões do GIR. O levantamento realizado pelo Núcleo Especializado em Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo apontava que o GIR, destinado a controlar rebeliões, revistar celas por armas e drogas, atua em cerca de 65% das unidades prisionais paulistas, 45% dos presos relataram agressões físicas. Disponível em: <<https://ponte.org/o-sistema-prisional-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>> Acesso em 25 de out. 2019.

Figura 12: Carta Pedido de Socorro das reeducandas - Cadeia Feminina



As Reeducandas da cadeia Feminina^{xx}

Nós da cadeia Feminina Venhamos Pedir Socorro, Porque nós não estamos mais aquecido mas passar tantas humilhações Por Parte das Agentes Penitenciária. Essa semana 6 Agentes homens entraram no sistema em um bacú, Pediu que todas nós fossemos pra quadra de calcinha e sutia, chegando as Presas de burra, filha da Puta, de ridiculas de Presa fudidas, e Separou 9 Presas mulheres, Para comer as torturas com elas, com cabo de vassoura, espi de pimenta, a massagem que da Praxima vez eles ia vir ia avonha uma massagem, ia bater as 9 que possoraõ as tortura, que ia tirar ela, ia atira na cara dela, Pra fala que foi os Presas que adquiriraõ os casarios. aqui no sistema tá um verdadeiro inferno, e nossos familia estão cada vez sendo nos humilhados Por fover nos somos presa da Sustiza e já estamos pagando pelo nossos erros.

Queremos o juiz para ele ver a Verdadeira realidade do sistema prisional.



Fonte: <<https://ponte.org/o-sistema-prisional-dos-anos-70-o-de-2018-e-a-certeza-de-que-nada-mudou/>>²⁹

²⁹ Em março de 2018, noutro Estado brasileiro - Roraima - detentas da Cadeia Feminina de Boa Vista, denunciaram em carta maus-tratos sofridos na unidade. Mais uma prova de que as violações acontecem no sistema prisional como um todo, mesmo após quatro décadas, mudanças na realidade socioeducativa, sendo que, quase nada mudou.

2.10 A política e a militância

“Como é muito mais significativa a missa que tem, por cálice, um copo; por altar, um banco de tábua; por templo, uma cela apertada; por fiéis, os prisioneiros”
(Frei Betto, *Cartas da Prisão*, p. 90).

O foco desta discussão é **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** com relação às questões humanas. Neste ponto, a pesquisa refere ao tomo 2.9.2, traz à tona a militância de trabalhadores compromissados “de corpo e alma” com os preceitos da vida e morte, liberdade e libertação, trabalho, cerceamento e prisão, crença, fé, transe, êxtase e possessão.

Há exemplo de Frei Betto, em suas *Cartas da Prisão*, documentos escritos entre os anos de 1969 e 1973, quando esteve preso pela ditadura civil e militar. “Concerne ao período em que estive sob o regime especial reservado aos presos políticos [...] em que vivi em penitenciárias, submetido ao mesmo regime dos presos comuns” (BETTO, 2008, p. 11).

Brasileiro, ativista político, sujeito histórico, ícone da resistência e luta contra a ditadura civil e militar, Frei Betto reúne uma série de cartas escritas, trechos citados na Tese. Nas missivas explana parte dos quase quatro anos (1969-73) em que esteve preso. Nascido em Belo Horizonte (1944), Carlos Alberto Libanio Christo, o Frei Betto, estudou Jornalismo, Antropologia, Filosofia e Teologia.

Frade dominicano escritor, considerado uma das vozes mais ativas na luta pela justiça social na América Latina, com prêmios por sua atuação em prol dos Direitos Humanos e a favor dos movimentos populares na área cultural, foi assistente de direção de José Celso Martinez Corrêa no Teatro Oficina, na primeira montagem da peça de Oswald de Andrade, *O rei da vela*. Exerceu ainda a função de crítico do Teatro do jornal *Folha da Tarde* (1967/1968). Com mais de 50 livros publicados, dentre os prêmios que recebeu estão o *Jabuti*, em 1982, por seu livro de memórias *Batismo de Sangue* e o *Prêmio Juca Pato* por sua obra *Fidel e a Religião*.

No volume único das cartas escritas pelo então frade dominicano, entre 1969 e 1973, durante sua prisão política pela ditadura civil e militar, o resgate de importante documento sobre as provações a que foram submetidos os presos políticos no Brasil. Nessa obra o autor revela às novas gerações a visão realista de quem viveu a luta pela redemocratização do País. E conta, de dentro da prisão, sobre o dia a dia do cárcere e da luta pela sobrevivência enquanto militante e preso político instalado na cela 17, do Presídio Tiradentes, como na data de quarta-feira, 03 de março de 1971, no Presídio Tiradentes, cidade de São Paulo, Brasil.

Queridos pais e manos, no domingo celebrou em nossa cela padre Heitor Turrini, italiano, da congregação dos Servos de Maria. [...] A missa foi simples, como são simples as coisas de Deus e a vida no cárcere. Mas a intensidade aqui é muito maior que todas as celebrações de que participei aí fora. A presença de Cristo torna-se mais próxima. Recorda as catacumbas. Padre Heitor chorou, encontrou aqui algo semelhante ao que viu no oriente. Como é muito mais significativa a missa que tem, por cálice, um copo; por altar, um banco de tábua; por templo, uma cela apertada; por fiéis, prisioneiros? Fomos nós que, no decorrer dos séculos, complicamos as coisas. Fizemos do familiar, cerimonial; do coloquial, protocolo. Agora estamos naquela fase em que não sabemos se andamos de calção para acabar com o pudor alheio, ou se primeiro acabamos com o pudor alheio para, depois, andar de calção. Recebemos uma pilha de revistas italianas, francesas e alemãs (dessas últimas, só entendemos as fotos). Numa *Paris-Match* de outubro de 1969 encontrei cartas que João XXIII enviou à família. A reportagem saiu por ocasião do lançamento do livro *Jean XXIII, lettres a ma famille*; penso não ter sido ainda traduzido ao português. Traduzo a carta de Ângelo Roncalli – futuro papa: Meus queridos pais e manos (assim mesmo que ele inicia, qualquer semelhança é mera coincidência) (...). De toda consciência, não desejo votar nos fascistas, como cristão e como padre. Todos são livres de julgar segundo seu sentimento. Só no fim veremos quem tem razão; façam como queiram. Eis a minha opinião: votar na lista popular, se houver liberdade de voto. Se, ao contrário, corre-se o risco de ser incomodado, o melhor é ficar em casa e deixar o barco correr. Estejam certos de uma coisa: a salvação da Itália não pode vir de Mussolini, por mais hábil que ele seja. Os fins que ele persegue são, talvez, bons e direitos, mas seus meios são iníquos e contrários à lei do Evangelho. Com muito afeto, vosso don Ângelo (BETTO, 2008, p. 90-91).

Em 1985, o religioso brasileiro Frei Betto entrevistou Fidel Castro por 23 horas. As conversas renderam um livro que se tornaria referência *Fidel e a Religião*, editado em 32 países e 20 idiomas. A visão do líder cubano sobre temas como a relação Igreja-Estado, cristianismo e marxismo e o papel dos religiosos de esquerda na América Latina, revelada por partes.

Frei Betto: - Bem, comandante, eu gostaria de passar a outra pergunta. No movimento comunista, historicamente houve quem utilizasse uma frase de Marx, que se encontra em sua Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel, de que 'a religião é o ópio do povo'. Esta pequena frase foi convertida em dogma definitivo, absoluto, metafísico, acima de qualquer dialética. Em outubro de 1980, foi a primeira vez na história que um partido revolucionário no poder, a Frente Sandinista de Libertação nacional, divulgou um documento sobre a religião, no qual faz uma crítica àquela afirmação tomada como princípio absoluto, dizendo textualmente: 'Alguns autores afirmaram que a religião é um mecanismo de alienação dos homens e serve para justificar a exploração de uma classe sobre a outra. Tal afirmação tem, sem dúvida, um valor histórico, dado que em diferentes épocas a religião serviu de base teórica para dominação política. Basta recordar o papel desempenhado pelos missionários durante o processo de dominação e de colonização dos índios em nosso país. Entretanto, os sandinistas afirmam que nossa experiência demonstra que, quando os cristãos, apoiados em sua fé, são capazes de responder às necessidades do povo e da história, suas próprias convicções religiosas os levam à militância revolucionária. Nossa experiência demonstra que se pode ser cristão e, ao mesmo tempo, revolucionário consequente, e que não há contradição insolúvel entre as duas coisas'. **Frei Betto:** Comandante, o senhor acredita que a religião é o ópio do povo? **Fidel Castro:** -

Ontem, expliquei-lhe longamente as circunstâncias históricas que em surgiu o socialismo, o movimento socialista e as ideias do socialismo científico, o marxismo-leninismo, e como naquela sociedade de classes, de cruel e inumana exploração – onde, durante séculos, a Igreja e a religião foram utilizadas como instrumentos de dominação, de exploração e de opressão -, surgiram tendências a duras e justificadas críticas à Igreja e, inclusive, à própria religião. Coloque-se no lugar de um revolucionário que toma consciência daquela situação e deseja modifica-la. Imagine, por outro lado, as instituições civis, os proprietários de terras, os nobres, os burgueses, os ricos, os grandes comerciantes, a própria Igreja, todos praticamente coligados para impedir as transformações sociais. É, portanto, lógico que, sobretudo considerando o uso da religião como instrumento de dominação, que os revolucionários tivessem uma reação anticlerical e até mesmo antirreligiosa. Creio que isso explica as circunstâncias nas quais surgiu aquela frase. Porém, quando Marx criou a Internacional dos trabalhadores, havia entre eles muitos cristãos. Também na Comuna de Paris havia muitos cristãos entre os que lutaram e morreram. Não há uma só frase de Marx excluindo aqueles cristãos, dentro da linha ou da missão histórica de levar adiante a revolução social. Se vamos mais além e recordamos todas as discussões em torno do programa do Partido Bolchevista, fundado por Lênin, você não encontra uma só palavra que exclua os cristãos do partido. A principal exigência é a aceitação do programa do partido como condição para ser militante. De modo que aquela frase tem valor histórico e é absolutamente justa num determinado momento. Nesse momento, pode haver circunstâncias em que ele ainda seja expressão de uma realidade. Em qualquer país no qual a hierarquia católica ou a de outra Igreja esteja estreitamente associada ao imperialismo, ao neocolonialismo, à exploração dos povos e dos homens e à repressão, não devemos espantar de que alguém repita que a religião é o ópio do povo. Como também se compreende perfeitamente que os nicaraguenses, a partir de suas experiências e da tomada de posição dos religiosos nicaraguenses, tenham chegado àquela conclusão, a meu ver muito justa, de que, a partir de sua fé, os cristãos possam assumir uma posição revolucionária, sem haver contradição entre a condição de cristão e de revolucionário. Portanto, de nenhum modo aquela frase tem ou pode ter o caráter de dogma ou de verdade absoluta. É uma verdade ajustada a determinadas condições históricas concretas. Creio que é absolutamente dialético e marxista tirar esta conclusão. **Na minha opinião, a religião, sob a ótica política, não é em si mesma, ópio ou remédio milagroso.** Pode ser ópio ou maravilhoso remédio na medida em que sirva para defender os opressores e os exploradores ou os oprimidos e os explorados. Depende da forma que aborde os problemas políticos, sociais e materiais do ser humano que, independentemente de teologias ou de crenças religiosas, nasce e tem que viver neste mundo. De um ponto de vista estritamente político – e penso que conheço algo de política -, **considero que se pode ser marxista sem deixar de ser cristão e trabalhar unido ao comunista marxista para transformar o mundo.** O importante é que, em ambos os casos, sejam sinceros revolucionários dispostos a erradicar a exploração do homem pelo homem e a lutar pela justa distribuição da riqueza social, pela igualdade, pela fraternidade e pela dignidade de todos os seres humanos, isto é, sejam portadores da consciência política, econômica e social mais avançada, ainda que se parta, no caso dos cristãos, de uma concepção religiosa (BETTO, 1985, p. 251-253).

Na condição de pesquisador autor da Tese, reafirmo que sobre a escrita **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** são inúmeros os conceitos “espelhados em nós mesmos”. Segundo Franco Montoro, somos partícipes de uma Nação historicamente “esquecida” da ideia e conceito de Justiça, “que dá sentido e significação a todo direito” (MONTORO, 1974, p. 379, apud FILHO; CANTARINI, 2018, p. 38).

A cadeia revela-se arena na qual a liberdade é perdida, vigiada, condicionada ao desespero, à incerteza, à negação premente de qualquer futuro. O que exige desta investigação científica ponderar o conceito **Prisão** enquanto arena panóptica que alcançou os tempos pós-modernos. Realidade fracionada nos mais diversos tipos de cárceres os quais denunciam a realidade capitalista concreta, violenta, consumista, voltada ao mercado.

A Tese, **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**, questiona, ao final deste Capítulo II, por meio da pergunta estrutural do trabalho, com referencial na categoria Prisão - instrumento de penalização/alienação/prisão/libertação -, sobre as (im) possibilidades da categoria humana. O que salva o homem: a **Religião**, a **Prisão** ou o **Trabalho**? E reflete, a teoria abarcada, reforçando que seria impossível alcançar, por meio desta escrita, respostas prontas, precisas, acabadas.

A investigação aprofunda em direção à discussão do conceito **Trabalho**, tratada em seu Capítulo III. Esta que é categoria ontológica da condição humana, reforçada sua estreita relação com a **Religião** e a **Prisão**, toma por referencial teórico teorias adotadas na pesquisa as quais aproximam inúmeros conceitos atrelados à fé, crenças, realidades, experiências, prisão, alienação, libertação, salvação, condenação.

A proximidade/distanciamento com a significância das palavras, sua onipresença/ausência dá/nega sentido à oportunidade material-espiritual exposta no ato de viver/morrer/se salvar/ser condenado, conceitos e modos de sobrevivência expostos a miúdo, nesta Tese escrita fomentada no ato de ver/enxergar pelo prisma da razão/irrazão a verdade/falácia humana em sua (des) humanidade.

O tema **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**, por meio das categorias apresentadas, discutidas, questionadas no decorrer do trabalho, não termina enquanto investigação pronta, acabada. Ao contrário, exige o aprofundar da empiria em momentos pós-conclusão desta Tese. O que significa tintilar as chaves das portas/grades que podem levar à resposta científico-acadêmica na qual o caminho a trilhar tange à salvação ou condenação humana expostas na **Religião**, na **Prisão** ou no **Trabalho**.

Dividida entre a razão e a irrazão humana abstratas/concretas, da fé, do direito, da jurisdição, da luta pela sobrevivência, a Tese adentra ao Capítulo III. Mais uma vez, a retratar a **Religião**, a **Prisão** enquanto formas de subjugação e/ou libertação discutido, neste último tomo da escrita, enquanto a salvação ou condenação do humano, desta vez, com foco na condição/categoria **Trabalho**.

CAPÍTULO III

A CATEGORIA TRABALHO

“Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro
fazer um vaso para honra e outro, para desonra?”
(Romanos 9.21).

“O capitalismo explora os homens, mas deu a eles uma serva. O que
chamam de amor é trabalho não pago”
(Silvia Federici, feminista italiana).

A categoria Trabalho, mote deste Capítulo é parte estrutural da ontologia do homem, caracterizada na atividade concreta de modificar algo na natureza e por ela ser modificado, função voltada à existência a partir do mundo das ideias. A Tese adentra a condição mais natural de todas as ações humanas no decorrer da história, desde a subsistência, transformada em luta pela sobrevivência.

Realidade contemporânea, em tempos ainda indecifráveis, pós COVID-19, assim explanada:

Período incerto de transição para uma inevitável reestruturação das relações de produção: seria preciso mudar certos hábitos antes de encontrar uma configuração estável. Mutações completas de nossa relação com o trabalho e, de inventar uma maneira diferente de habitar esse mundo ou resignar-se com o apocalipse (CASTEL, 2015, p. 497).

O homem, em sua condição animal, difere dos seres irracionais pela faculdade de pensar, refletir, ser capaz de modificar algo na natureza. Isso, em função da coexistência com dois mundos em um só, o concreto e o abstrato, expostos nas mais variadas formas de representação do ato de ser, perceber, estar, manter, fazer durar e coexistir. Categoria ontológica da condição humana, o Trabalho, neste ponto da Tese, será discutido e reforçado em estreita relação com as categorias **Religião** (Capítulo I) e **Prisão** (Capítulo II) tomos já apresentados.

A pesquisa considera particularidades do estudo com norte no tema apresentado, toma como referencial a teoria fundamentada nos escritos de Berger (1985); Boff (1999); Durkheim (1996); Foucault (1972); Freire (1977); Marx (2002); Nietzsche (2011); Oro (1996); Varela (1999); Weber (2004). Estes que são autores a referenciar o trabalhador caracterizado na grande maioria populacional/massa

enquanto sujeito a lutar pela sobrevivência no mercado formal/informal de trabalho, disponibilizado, reinventado pelo sistema capitalista.

O resultado desta dinâmica retrata a conjuntura social globalizada a explorar, de forma efêmera, violenta e moderna a produção/reprodução das relações sociais com foco em produtos. A mercadoria classe trabalhadora representa o contingente sem fim de sujeitos na condição de sobranes, lazarentos, massa alojada na periferia do sistema capitalista ou base da pirâmide social.

Ao viabilizar recursos minerais às outras espécies, a si, ao próximo, o homem toma a razão como norte. Sobre as questões da razão, em meio à época moderna, esta é “[...] o resultado do fazer dos homens que, em busca de respostas ao seu tempo, constroem a história e se constroem no processo histórico” (GUERRA, 1995, p. 41).

Dentre as inúmeras formas científico-históricas adotadas para definir a categoria **Trabalho**, destaque para a *práxis* do conceito, que fomenta a liberdade ou submissão por meio da capacidade racional centrada na realização ou alienação ao trabalho, isso, devido à urgência da necessidade humana. Daí essa escrita de Tese dissertar sobre os conceitos “primitivo”, “religião”, “migração”, “conflito”, “exclusão”, “social”, “contemporaneidade”. O que exige amalgamar variadas correntes do pensamento sociológico, pois: “Já nas origens do pensamento social ocidental encontramos duas posições diferentes sobre a vida da humanidade. Uma compreende a vida social em termos harmônicos – Platão; Aristóteles. A outra, percebe a realidade social em termos conflitivos – Heráclito; Políbio” (FERREIRA, 2009, s/p.).

Ao analisar o Trabalho, a intensificação da luta pela sobrevivência, a discussão remonta, uma vez mais, à pergunta que não quer calar: O que salva o homem: a **Religião**, a **Prisão** ou o **Trabalho**? No sentido de compreender a si, urge aprofundar a reflexão com foco no papel do trabalhador durante o fazer e desfazer da história, quando e aonde, no decorrer das eras e das revoluções: “O salariado acampou, durante muito tempo, às margens da sociedade. Depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte” (CASTEL, 2015, p. 495).

Conta o transcorrer das épocas os seres humanos apropriaram da inteligência, ampliaram seu poder teleológico no sentido de aprimorar a tarefa diária

do transformar algo na natureza a fim de algum bem-estar, do permanecer vivo. A capacidade teleológica o mantém, faz pensar, transformar, alcançar resultados concretos. A consciência o exige coordenar as ideias, refletir seus atos, entender o significado e significância do Trabalho, sua razão.

De acordo com Karl Marx:

[...] o animal também produz. Faz um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas. Mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para as suas crias. O animal produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente. O animal produz unicamente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz, verdadeiramente, na liberdade de tal necessidade (MARX, 1844, /sp.).

A consciência não é abstrata (MARX, 2004), independe da transcendência espiritual, bebe da natureza sensível e mundana humana, promove a sobrevivência moldada a razão.

O pensamento difere o homem das outras espécies animais, seres “tidos por irracionais”. Desta maneira: “O conhecimento pela via da razão opõe-se ao conhecimento imediato; pressupõe a síntese de elementos contraditórios, numa relação de continuidades e rupturas, mas que mantêm um núcleo imanente, sua essência ou substância” (GUERRA, 1995, p. 43).

Através do Trabalho o homem desenvolve outra capacidade, a de criar e expandir Cultura, elaborar novas relações (dialéticas)³⁰ às suas necessidades de saber e fazer teorias, viabilizar a práxis. O Trabalho é condição/atividade essencialmente humana quando analisado a partir da faculdade mental de se pensar um objetivo tomando como ponto de partida a abstração da ideia³¹, elaborada por

³⁰ Relação em que, por meio das influências recíprocas, as contradições entre elementos opostos são superadas.

³¹ Marx, K. Die entfremdete Arbeit. In: Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844. Marx/Engels, Werke (MEGA), Bd. 40. Dietz Verlag, Berlin, 1990, p. 523-524.

meio da ideação³², resultando a partir do plano do pensamento em algo exposto na sua concretude³³.

Desse modo, o trabalho “ignora” cargo e/ou poder:

A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que trabalha, na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha, o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são figuras de homens que não existem para ela, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do administrador da miséria, fantasmas que se situam fora de seu domínio² (MARX, 1990, p. 523-524).

O ato de laborar remete à era capitalista cujo marco existencial refere à alienação das gentes, isso posto, na óptica da divisão social do trabalho.

A partir do momento em que começa a dividir-se o trabalho, cada um se move num círculo determinado e exclusivo de atividades, que lhe é imposto e do qual não se pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor, ou crítico, e não há remédio senão continuar a sê-lo, se não quiser ver-se privado dos meios de vida (MARX; ENGELS, 1958, p. 33).

A teoria afirma, por meio do Trabalho o homem modifica ao mundo e a si, expande, desenvolve energia, poder de criação, potencialidades. Ao trabalhar, mudar algo na natureza o homem molda-se e atende suas carências, uma “eterna necessidade natural da vida social” (MARX, 1859, s/p.).

Ainda sobre o trabalho:

[...] a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1985a, p. 50).

³² Ideia / Ideação: Para o Novo Dicionário Aurélio ideação significa formação da ideia; concepção; representação dos fatos, dados, fenômenos, existentes ou imaginados, base para a ação. Para a academia a ideação nos níveis do conceito, juízo e raciocínio. Conceitos: processos de análise, síntese, abstração, generalização; Juízo: relação entre dois ou mais conceitos, a negar ou afirmar algo, a exemplo: ‘o homem é um ser social e racional’. O raciocínio retrata relação ou combinação de juízos, que leva à conclusão, forma lógica, indução, dedução. (BAZARIAN, Jacob. O Problema da Verdade. (Conceituação do autor da Tese).

³³ **Abstrato**: que opera unicamente com ideias e suas associações e não diretamente com a realidade sensível [...] que é de difícil compreensão. **Concreto**: que é real, existente [...] diz-se do substantivo que nomeia tudo que é perceptível aos sentidos, seres e objetos do mundo sensível (DICIONÁRIO HOUAISS, 2008, p.6 ; p. 177)

Dinâmica histórica o trabalho perdeu, com as revoluções efetivadas pelo homem e suas novas ferramentas de labor, o poder de fomentar a libertação devido à mazela e realidade histórica retrata na dominação de uma classe sobre outra.

Afinal:

[...] não há ideologia inocente (...) porque a razão mesma não é nem pode ser algo que brota acima do desenvolvimento social, algo neutro ou imparcial, senão que reflete sempre o caráter racional (ou irracional) concreto de uma situação social, de uma tendência de desenvolvimento, dando-lhe clareza conceitual e, portanto, impulsionando-a e entorpecendo-a (LUKÁCS, 1968b, *apud* GUERRA, 1995, p. 43).

Distante de sua proposta ou função positiva, a partir do fenômeno da acumulação por parte da casta social caracterizada na elite burguesa, o capital articula as crises simultâneas que abalam o mundo do consumo a fluxo incessante. Há tempos reestrutura o sistema econômico: “O trabalho, como se verificou ao longo deste percurso, é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco” (CASTEL, 2015, p. 496).

A partir da produção e reprodução das relações sociais, somado às da produção de mercadorias, o homem distancia da recompensa pela liberdade, torna-se escravo do sistema de produção enquanto trabalhador explorado, logo, consumidor pauperizado. Fenômeno este esboçado enquanto processo dinâmico estruturante do projeto capitalista.

A novidade não é só a retração do crescimento nem mesmo o fim do quase pleno emprego, a menos que se veja aí a manifestação de uma transformação do papel de ‘grande integrador’ desempenhado pelo trabalho³⁴. [...] Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de ‘trabalhadores sem trabalho’ que Hannah Arendt³⁵ evoca, os quais, literalmente, ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de ‘inúteis para o mundo’ (CASTEL, 2015, p. 496).

Portanto:

As classes burguesas não querem (e não podem, sem destruir-se) abrir mão: das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder. As vantagens e privilégios estão na raiz

³⁴ Y. Barrel, “Le grand intégrateur”, *Connexions*, 56, 1990.

³⁵ Arendt, *Condition de l’homme moderne*, op. Cit., p. 38.

de tudo, pois se as classes burguesas realmente ‘abrissem’ a ordem econômica, social e política perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia (FERNANDES, 1974, p. 363-364).

Deste modo, reificado, transformado em sujeito alienado o trabalhador “livre” é açoitado por longas jornadas de trabalho. O salário resumido à miserabilidade espelha a realidade da era de modernização das relações sociais a distanciá-lo da possibilidade da equidade e justiça espelhadas na maior distribuição da riqueza social produzida. Assim:

A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que trabalha, na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha, o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são figuras de homens que não existem para ela, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do administrador da miséria, fantasmas que se situam fora de seu domínio (MARX, ENGELS, 1844, in Marx/Engels, Werke [MEGA], Bd. 40. Dietz Verlag, Berlin, 1990, p. 523-524).

O trabalho muito mais se aproxima do passado quando o conceito derivado do latim *Tripalium*, dava conta dos instrumentos de tortura, construído a partir e três pedaços de madeira. E, remete aos dias atuais, quando o esforço contínuo é mal remunerado, extasiante e adoecido, realidade discutida no tomo 3.1, a seguir.

3.1 O trabalho e a transformação humana

O trabalho denota à arte da tarefa e labuta que é transformar, mudar, adaptar, usufruir, usurpar, explorar, expropriar o homem por meio do próprio homem. É caminho estreitado pelas injustiças históricas da sociedade, em seu plural, delineadas, há exemplo, na diferenciação dos sexos, ou, na primeira divisão social do trabalho.

Realidade apresentada e discutida na introdução deste Capítulo, a partir da produção e reprodução das relações sociais, somado às da produção de mercadorias, o homem distancia da recompensa pela liberdade, torna-se escravo do sistema de produção enquanto trabalhador explorado, logo, consumidor pauperizado.

Sobre a advento histórico/conceito escravidão:

- Segundo o *Dicionário Houaiss*: condição de escravo, servidão, escravatura.

O que leva a inferir sobre o conceito escravo. No mesmo Dicionário: que(m) é privado da liberdade, pertence a um dono; que(m) está submisso a algo ou alguém; que é próprio de escravo, pessoa submissa a um poder ou a um senhor (2008, p. 303-304)

- Caracteriza relação de trabalho antiga na história da humanidade. O Código de Hamurábi (conjunto de leis) da civilização babilônica, discutia a relação escravos e senhores, também difundida entre egípcios, assírios, hebreus, gregos e romanos, a escravidão trata de fenômeno histórico, extenso, diverso.

- Os escravos capturados na Ásia Menor e Trácia ocupavam diferentes posições dentro da sociedade ateniense, utilizados como forças policiais, em atividades artesanais, nas habilidades técnicas, galgavam posição social de destaque. Inclusive podiam ter renda própria, comprar a própria liberdade. Aqueles que trabalhavam nos campos e minas viviam condições bem mais precárias que os escravos urbanos, domésticos.

- A escravidão ateniense não distinguia com relação a postos de trabalho, o escravo tinha importância social ao ceder tempo aos homens livres a fim de participarem da política, filosofia e arte, chegando a compor um terço da população no Período Clássico. Em Esparta, cidade-Estado, o escravo era propriedade do Estado, não uma propriedade privada.

- O Império Romano beneficiou-se da mão de obra escrava nas propriedades dos patrícios, desenvolvendo atividades em terras cultiváveis, podendo laborar em funções diversas, ainda obter a liberdade, sendo vedado o exercício de cargo público.

- No século I, o escravo e seu senhor enfrentam mudanças impostas pelo governo romano, como a obrigação da boa alimentação; mantê-lo bem vestido; proibição de castigos até a morte; julgamentos por assassinato; acesso, por parte do escravo, às terras, libertação sem prévia indenização.

- Medidas a favor de escravizados foram consequência de rebelião, liderada por Espártaco, em Roma, em 70 d. C.; invasões bárbaras, redução de postos militares causaram a perda da força escrava na sociedade romana.

- A ascensão da sociedade feudal, dá lugar às relações servis (<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/escravidao-na-antiguidade-classica.htm>; acesso em 22.setembro.2020).

Em tempos não tão distantes da moderna idade a organização produtiva estipulava o dever das tarefas mais árduas, tais como a caça, a guerra e proteção do grupo como tarefa destinada ao homem. O cotidiano tramado a trabalhos domésticos, os cuidados com a prole, reforçada a capacidade física e idade de cada membro do clã determinava a diferença social, reforçando, prevalecia a força física.

A distinção entre trabalho e obra assinala uma diferença fundamental entre a atividade que corresponderia ao processo do corpo humano, ou seja, tarefa ligada à necessidade vital da produção de bens de consumo. De acordo com Hannah Arendt - uma atividade caracterizada pela “natureza transitória das coisas produzidas em função da subsistência” - e uma outra atividade, a fabricação (de objetos de uso), uma atividade que “constitui o reino do durável”. Esta distinção não é usual, reconhece Arendt: embora não seja possível “ignorar as provas fenomenais em seu favor”, historicamente. E afirma, “quase nada existe para corroborá-la, tanto na tradição política pré-moderna, quanto no vasto corpo das teorias modernas do trabalho” (ARENDR, 1951, p. 72, apud MAGALHÃES, 2010, p. 10).

Essa realidade do coletivo humano à época, retrata a forma na qual se davam as relações diárias, de gênero, conseqüentemente, de poder.

A tarefa da sobrevivência implica ter o homem de produzir, ou seja, de conseguir um mínimo de alimentos e abrigo necessário à sobrevivência, e as ferramentas necessárias ainda que para o mais rudimentar sistema de produção. O método de produção determina, por sua vez, as relações sociais existentes em uma dada sociedade (FROMM, 1961, p. 89).

Neste ponto da escrita, precedida de dois primeiros capítulos a inferir nas categorias **Religião** e **Prisão** cabe a reflexão concernente à categoria **Trabalho** enquanto labor desenvolvido, tanto por seres racionais quanto aos chamados animais irracionais. A concepção formada interfere enquanto fonte científica de produção no uso das técnicas de pesquisa, conseqüentemente, no resultado da investigação. Esta deve estar distanciada do positivismo e ideologia, caminhar no limiar da dialética, respeitar as diferenças sem causar alterações nos objetivos do estudo aplicado.

É sabido que ciência e cientificidade, do ponto de vista antropológico, representam a preocupação do *homo sapiens* com o conhecimento da realidade. Para tanto, vale recordar que “[...] as tribos primitivas, através dos mitos, explicaram e continuam a explicar os fenômenos que cercam a vida e a morte, o lugar dos indivíduos na organização social, seus mecanismos de poder, controle e produção” (MINAYO, 2001, p. 9).

Segundo Hanna Arendt, a realidade e a confiabilidade do mundo humano repousam, fundamentalmente, no fato de que estamos rodeados de coisas mais permanentes do que a atividade pela qual foram produzidas, e potencialmente até mais permanentes que as próprias vidas de seus autores.

A vida humana, na medida em que constrói um mundo, está engajada num processo constante de reificação, e o grau de mundanidade das coisas produzidas que, todas juntas, formam o artifício humano, depende de sua maior ou menor permanência no próprio mundo” (ARENDR, 1951, p. 83, apud MAGALHÃES, 2010, p. 32).

As categorias **Religião**, **Prisão** e **Trabalho**, apresentadas nesta Tese, se entrelaçam em função da auto sustentação. Embora o resultado da obra, com o decorrer dos séculos, traga como retrato uma catástrofe bem maior que o bem-estar social amealhado, o paradigma revela-se consequência das políticas públicas insuficientes, já na sua gênese.

Em breve análise sobre a questão, vamos a Marx:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a construção das colmeias pelas abelhas atinge tal perfeição que envergonha muitos arquitetos. Mas o que distingue o pior dos arquitetos da melhor das abelhas é que ele projeta mentalmente a construção antes de realizá-la. No final do processo de trabalho obtém-se um resultado que, desde o início, já existia na mente do trabalhador. Pois o homem não transforma apenas o material em que trabalha. Ele realiza no material o projeto que trazia em sua consciência. Isso exige, além do esforço físico dos órgãos que trabalham, uma vontade orientada para um objetivo, vontade que se manifesta pela tenção e controle das operações durante o tempo de trabalho (MARX, 1867, s/p.)

Na análise de Hegel:

As ações dos homens derivam de suas necessidades, de suas paixões, de seus interesses, de seu caráter e de seus talentos, de modo que, nesse espetáculo de atividades, não são senão tais necessidades, paixões, interesses, que aparecem como instâncias e intervêm com o fator principal [...] Mas, na história universal, resulta das ações dos homens em geral uma coisa diversa daquela que eles projetam e atingem daquilo que eles as

bem e querem imediatamente (COUTINHO, 1972, p. 14, *apud* GUERRA, 1995, p. 51).

Assim considerado em estudos de Arendt:

Considerados como pertencendo ao mundo, os produtos da obra, e não os produtos do trabalho, “garantem a permanência e a durabilidade sem as quais um mundo não seria de modo algum possível”; e seria justamente dentro desse mundo de coisas duráveis que “encontramos os bens de consumo com os quais a vida assegura os meios de sua sobrevivência” (ARENDR, 1951, p. 82)

A sobrevivência é ato humano-político, a pluralidade torna possível a ação. Trabalho e obra (ou fabricação) são duas modalidades fundamentalmente diferentes da atividade humana não-política; nem o trabalho, nem a obra conseguem abrir um espaço para a pluralidade humana. A distinção entre trabalho e obra foi eliminada ou em grande parte ignorada na Era Moderna. Na Antiguidade, esta distinção caracterizava o trabalho não produtivo do escravo e a atividade produtiva do artesão.

Outro fator a destacar no desenrolar desta Tese é a história dos primitivos e nômades, suas relações com o “não lugar” sem lugar fixo, a necessidade constante de migrar, desta vez, em função da caça e coleta. As reservas naturais tornavam escassas devido a mudança de época e estação, daí as primeiras comunidades sedentárias iniciam a criação de animais e alguma expansão à agricultura.

A produção passa a ser objeto de consumo e troca, dentro da tribo, entre as vilas circunvizinhas. O fenômeno dura até o advento do capital, o que exige fundamentalmente a “[...] interpretação de como o modo capitalista de produção mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas, em âmbito nacional e mundial, ao mesmo tempo que desenvolve as suas contradições” (IANNI, 1979, p. 7). Essa a característica fundamental dos trabalhos de Marx.

Durante a Antiguidade, considerado atividade subalterna, o **Trabalho**, na sua concretude, delimitava espécie de tarefa inferior, afastada do ócio, função daqueles que, por vias do aprofundamento da contemplação, estudo e desenvolvimento das teorias valorizavam a força intelectual. O labor significava atividade afastada da sua concretização, sob alguma forma de resultado final que não a mercadoria destinada ao escambo, acumulação ou simples consumo.

Com relação à escravidão na Grécia Antiga, Aristóteles afirma:

A utilidade do escravo é semelhante à do animal. Ambos prestam serviços corporais para atender às necessidades da vida. A natureza faz o corpo do

escravo e do homem livre de forma diferente. O escravo tem corpo forte, adaptado naturalmente ao trabalho servil. Já o homem livre tem corpo ereto, inadequado ao trabalho braçal, porém apto para a vida do cidadão (384-322 a.C. in. Política, cap. II, 12546b).

A proposta ou realidade do trabalho “bem árduo” capaz de tornar cada indivíduo um homem melhor, distanciado do trabalho intelectual “valorizado”, não se altera na Idade Média. Especialmente, na Europa ocidental, endossada pelo ideal de outro filósofo, teólogo italiano Santo Tomás de Aquino (1221-1274). Exposto pelo Cristianismo medieval, o trabalho seria uma forma de sofrimento, provação, fortalecimento do espírito como mérito ao mundo almejado e merecido por poucos, o reino celestial (COTRIM, 2000).

Já no século XVI, a concepção católica da categoria Trabalho passa a ser contestada a partir do evento de ascensão da burguesia enquanto classe da sociedade resultante de duas revoluções³⁶. A primeira, advinda da máquina a vapor, mais tarde, no século XVIII, a conquista dos primeiros direitos estabelecidos na Revolução Francesa³⁷. Este período da contemporaneidade aprofunda o Protestantismo³⁸ enquanto proposta da bênção divina em função do Trabalho. E desta vez, valorizado na condição de ferramenta honesta e pulsante a valorizar/mudar/transformar algo na natureza, poder acumular certo lucro.

³⁶ Revolução da Máquina a Vapor: a partir da Revolução Industrial desenvolveu-se uma nova relação de trabalho: o trabalho assalariado, que é apresentado como uma forma de contrato entre indivíduos igualmente livres (COTRIM, 2000, p. 26)

³⁷ Revolução Francesa: acontecimento histórico – 1789 -, inaugura a Idade Contemporânea. Promove a linha divisória da História entre a Idade Moderna e Contemporânea, caracterizado pela radicalização política. A proposta era uma nova constituição para a França, escrita por burgueses, trabalhadores, membros do Terceiro Estado, aliado ao levante popular na cidade (Paris) e entre camponeses. A Revolução se iniciou. Em 1789, acontece a Queda da Bastilha, prisão símbolo do Antigo Regime. A Assembleia Nacional corta privilégios da nobreza, promove a isenção de impostos, quebra o monopólio das terras cultiváveis, institui a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. Em setembro de 1791 a nova constituição francesa, assegura a cidadania para todos, pressiona o monarca Luís XVI aceitar os critérios da igualdade de todos perante a lei, voto censitário, confiscação das terras eclesiásticas, fim do dízimo, constituição civil do clero por meio do regime da Monarquia Constitucional. Durou de 1791 a 1792 (conceituado pelo autor da Tese).

³⁸ Protestantismo: vertente do Cristianismo, data do início século XVI, com o padre católico alemão Martinho Lutero. Descontente com a Igreja e seu poder econômico, político, o pagamento de dízimo dos fiéis em expiação dos seus pecados e a ostentação do clero. Daí a necessidade de corrigir, “reformatar” a Igreja Católica segundo Lutero e seu Manifesto das 95 Teses afixadas na porta da igreja de Wittemberg – Alemanha, críticas, descartadas pelo papa Leão X que, em 1530, excomunga Martinho Lutero o que leva à separação da Igreja. Nasce a Igreja Protestante, a qual recebe esse nome pelos protestos às atitudes da Igreja Católica. Em 1624, ao fundar igrejas no Nordeste, a religião propaga no Brasil, aprofundada em 1824. A família Real aporta no Brasil, também as nações amigas, ingleses, alemães, respetivamente, as igrejas anglicana e luterana, abrindo espaço para outras igrejas (conceituado pelo autor da Tese).

A aproximação divina com a possibilidade do milagre, na forma do dinheiro, tornou-se ponto nevrálgico da discussão de Max Weber, sociólogo alemão, autor de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, obra a valorizar o trabalho como trilha de desenvolvimento do sistema capitalista em países afeitos ao protestantismo.

Em meio ao século XIX, o Trabalho passa a ser definido como estruturante da autoconstrução humana, em seu aspecto positivo, ou seja, quando e aonde o homem, exposto por Hegel (1770-1831) caracteriza-se um ser a formar, aperfeiçoar, libertar a partir do domínio da natureza, capacidade denominada Trabalho.

Numa contraposição a Hegel, Karl Marx, apesar de reconhecer a importância do Trabalho, fundamental no desenvolver humano, destaca seu papel na sociedade capitalista no aspecto negativo: “Na essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia, Ele mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas” (IANNI, 1979, p. 8).

O filósofo alemão questiona a suposta liberdade, proporcionada pelo salário percebido, em troca da força de trabalho dispensada. Isso, devido à obrigatoriedade dessa compra e venda cuja relação de exploração, capitalista, é retratada na complexa interação Capital e Trabalho. Neste ponto o paradigma seria a sobrevivência, uma interação dialética forjada nas relações de trabalho. “Isto implica, antes de tudo, o fato de que o próprio operário somente aparece como vendedor de mercadorias, ou seja, como trabalhador livre assalariado, de tal maneira que o trabalho aparece, em geral, como trabalho assalariado” (IANNI, 1979, p. 8).

Marx aprofundou o estudo sobre a degradação das dinâmicas às quais os trabalhadores submetiam, desde então, trespassados por uma relação de produção capitalista. Mazela socioeconômica histórica, essa realidade recai como uma série de efeitos devastadores para a humanidade. O coletivo submetido ao poder do dinheiro transforma-se em ferramenta de manipulação contra a própria força humana em relação ao poder do capitalista.

Assim:

Trabalhar até a morte está na ordem do dia, não apenas nas oficinas das modistas, mas em milhares de outros lugares; na verdade, em todo lugar em que o negócio prospera. [...] tomemos como exemplo o ferreiro. Se nos é dado acreditar nos poetas, não existe nenhum homem tão cheio de vida e alegre quanto o ferreiro. Ele levanta cedo e já produz suas faíscas antes do sol; ele come, bebe e dorme como nenhum outro homem. Considerado do ponto de vista puramente físico, ele se encontra, por trabalhar moderadamente, num das melhores posições humanas. Mas se o

seguirmos até a cidade, veremos a sobrecarga de trabalho que recai sobre esse homem forte e o lugar que ele ocupa na estatística de mortalidade em nosso país. Em Marylebone” (um dos maiores bairros de Londres), “os ferreiros morrem numa proporção anual de 31 por 1.000, ou 11 acima da média de mortalidade dos homens adultos na Inglaterra. A ocupação, uma arte, quase instintiva, da humanidade, irrepreensível em si mesma, converte-se, devido ao excesso de trabalho, em destruidora do homem. Ele pode dar tantas marteladas por dia, caminhar tantos passos, respirar tantas vezes, realizar tanto trabalho e viver em média, digamos, 50 anos. Mas ele é diariamente forçado a martelar tantas vezes mais, a caminhar tantos passos a mais, a respirar com mais frequência, e tudo isso faz com que seu dispêndio vital seja diariamente aumentado em 1/4. Ele cumpre a meta, e o resultado é que, por um período limitado, realiza 1/4 a mais de trabalho e morre aos 37 anos, em vez de aos 50” (STORCH, Cours d'écon. polit., cit., t. III, p. 223, in O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital).

Esta pesquisa de Tese remete a diferente reflexão sobre o Trabalho, dotado de significância e significado àquele que vende, troca, empresta sua força física-concreta advinda da inteligência/pensamento/idealização-abstrata ao capital. Cabe, neste ponto da escrita, a citação de *As veias abertas da América Latina* no tocante às condições paradigmáticas, de extremada injustiça social, as quais, por séculos, permeiam a proposta do capitalismo como sistema condicional e condicionante da vida humana, fortemente desumanizada em suas mais profundas raízes e valores.

Descreve o autor:

A velha se inclinou e mexeu a mão para abanar o fogo. Assim, com as costas torcidas e o pescoço esticado e todo enroscado de rugas, parecia uma antiga tartaruga negra. Porém, aquele pobre vestido rasgado não a protegia como uma carapaça, e afinal ela era tão lenta só por culpa dos anos. Às suas costas, também torcida, sua choça de madeira e lata, e mais além outras choças semelhantes do mesmo subúrbio de São Paulo: frente a ela, num caldeirão cor de carvão, fervia água para o café. Levantou uma latinha até seus lábios; antes de beber, sacudiu a cabeça e fechou os olhos. Disse: 'O Brasil é nosso'. No centro da mesma cidade e neste mesmo momento, pensou exatamente o mesmo, porém em outro idioma, o diretor executivo da Union Carbide, enquanto levantava uma taça de cristal para celebrar a conquista de outra fábrica brasileira de plásticos por parte de sua empresa. Um dos dois estava equivocado (GALEANO, 1978, p. 232-233).

A este processo de submissão da condição humana Marx nomina alienação³⁹, termo em latim *alienare* ou, “tornar algo alheio a alguém”, ainda, “algo pertencente a outro”. O conceito adota outras formas de interpretação, com e ao evoluir da contemporaneidade capitalista. Este fenômeno caracteriza a transferência

³⁹ Alienação em relação ao trabalho é a perda que os indivíduos sofrem de suas potencialidades quando não têm o controle sobre as condições nas quais trabalham e muito menos sobre o produto de seu trabalho (COTRIM, 2000, p. 27).

de propriedade, bem, valor entre pessoas, em tempos modernos, mesmo a alienação de bens material do devedor.

Quanto à epistemologia da palavra alienação, tomando por campo de análise a Psicologia, o conceito caracteriza estado patológico, quando o sujeito torna alheio a si, um estranho de si, fora de qualquer contato consigo incluindo o meio social no qual interage. Neste caso, bem ou mal, “[...] os sonhos são vivências alucinatórias, e estas, como assinalei anteriormente, também poderiam ser chamadas, em termos mais correntes, vivências de espanto ou pânico daquele que dorme” (GARMA, 1970, s/p.).

Ao observar os atos da pessoa humana, gerenciados por outros, transformados em força estranha, superior, na contramão daquele que produz, Karl Marx interpreta o termo alienação. Este, tomado como ponto de referência hegeliana, designa as potencialidades humanas colocadas nos objetos criados pela capacidade teleológica dos indivíduos. Ao direcionar a discussão Trabalho para o foco da mais-valia, cabe a reflexão: “A tendência é reduzir o preço de custo a seu mínimo, se converte na mais poderosa alavanca para a intensificação da força produtiva social do trabalho, que, sob esse regime, só aparece como intensificação constante da força produtiva do capital” (IANNI, 1979, p. 78).

O fenômeno da relação entre Capital e Trabalho caracteriza, exterioriza a criatividade do homem, sua capacidade de criar, construir, destruir o mundo através das mais diversificadas obras. A tarefa passa pela venda da força de trabalho, assim como a cultura, uma espécie de alienação humana, criação na qual o ser trabalhador se reconhece a partir da sua exploração incessante.

Sobre o conceito alienação, Marx define:

Primeiramente, o trabalho alienado se apresenta como algo externo ao trabalhador, algo que não faz parte de sua personalidade. Assim, o trabalhador não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo. Permanece no local de trabalho com uma sensação de sofrimento em vez de bem-estar, com um sentimento de bloqueio de suas energias físicas e mentais que provocam cansaço físico e depressão. Nessa situação, o trabalhador só se sente feliz em seus dias de folga enquanto no trabalho permanece aborrecido. Seu trabalho não é voluntário, mas imposto e forçado. O caráter alienado desse trabalho é facilmente atestado pelo fato de ser evitado como uma praga, desde que não haja a imposição de cumpri-lo. Afinal, o trabalho alienado é um trabalho de sacrifício, de mortificação. É um trabalho que não pertence ao trabalhador, mas sim à outra pessoa que dirige a produção (MARX, 1844, s/p.).

Com relação ao modo de exteriorização da criatividade humana, distanciado do que infere Hegel, Marx deduz sobre outro processo, o da objetivação ou capacidade humana de se exteriorizar nos objetos e coisas que cria através da faculdade do saber e fazer humano. Assim acontece em relação à alienação exposta a partir do capitalismo, o que transfere suas potencialidades ao produto criado sem se identificar com a obra acabada. O fenômeno constitui na causa da superpopulação relativa, um coletivo que “[...] vegeta no inferno da indigência, do pauperismo. [...] São, notadamente, os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho [...]” (IANNI, 1979, p. 128).

Neste processo articulado a obra não pertence ao criador, ao contrário, caracteriza sim um processo estranhado de produção àquele que produz em três planos: o econômico, o psicológico e o social.

Assim,

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior (IANNI, 1979, p. 128).

Há um processo de perda que o trabalhador vive em relação ao produto final alcançado, resultado concreto de seu trabalho, mazela exposta no *Discurso de Ferrand*, em 27 de abril de 1863, na *House of Commons*: “A indústria do algodão existe há 90 anos [...]. Em três gerações da raça inglesa, ela devorou nove gerações de trabalhadores algodoeiros” (*apud* MARX, 1867, p. 240)⁴⁰.

A transformação de parte na natureza pelas ideias e mãos dos homens, articulada à força do capital, no decorrer da contemporaneidade, remete ao que intenta a burguesia. Desta vez, a análise tem como tema o século XX.

As classes burguesas não querem (e não podem, sem destruir-se) abrir mão: das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases

⁴⁰ (Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/MARX,%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf> Acesso em 28.07.2020).

nacionais das estruturas de poder. As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente ‘abrissem’ a ordem econômica, social e política perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia (FERNANDES, 1974, p. 363-364).

É quando os controles, voltados ao interior do trabalho, com foco no lucro (do mundo burguês), tornam-se decisivos, muito mais que num passado recente. Exposto no item 3.2, o evento da globalização transforma a logística capitalista, fomenta a aceleração do progresso científico, muda, reorganiza o sistema de produção e reprodução das relações sociais com foco não no humano mas no lucro e sua conseqüente acumulação.

3.2 Os recursos naturais e o capital

A globalização promove a transformação da logística capitalista, leva ao fenômeno da aceleração do progresso científico, muda, reorganiza o sistema de produção e reprodução das relações sociais. “A sociedade atual aposta no crescimento do consumo como solução para os problemas sociais à custa do meio ambiente. Porventura há como reverter a marcha à autodestruição da espécie humana?” (REIMER, 2010, p. 9).

A dinâmica ou “loucura moderna” retratada acima na discussão da globalização do mundo, afasta-se da filosofia de J. P. Allen, que avisa sobre a relação do Homem com a Terra:

E de lá da lua não há distinção entre Terra e Humanidade, entre negros e brancos, entre ignaros e sábios. Formamos todos uma única entidade, a família humana. A Humanidade não está apenas sobre a Terra, ela é a própria Terra que, como dizíamos anteriormente, se comove, se volta sobre si mesma, ama, cuida e venera (BOFF, 2005, p. 68).

Assim, a Tese aprofunda sobre a categoria Trabalho, o capital e recursos naturais que fomentam a sociedade do consumo. Apresentado no tomo 3.1 o processo de transformação da natureza via pensamento e ação humana, articulado ao capital, na contemporaneidade, remete ao que intenta a burguesia, ou seja, a manutenção do lucro e do poder, quando “o trabalho do nosso corpo e a obra de nossas mãos [...] não difere o *animal laborans* do *homo faber*” (ARENDDT, 1951, p. 75).

Em consequência, a realidade territorial atada ao poder do lucro, dinâmica herdada da revolução da máquina a vapor, Inglaterra do século XVI.

O processo de substituição do mercantilismo, da regulamentação e intervenção estatal pelos princípios do espírito liberal culmina com a Revolução Francesa de acordo com os interesses da classe burguesa que refletia a nova ordem capitalista. Daí a Revolução Francesa de 1789, que pregou a igualdade para todos. Assume o liberalismo a liberdade econômica propícia para o sistema (PEREIRA, 1969, p. 34-35).

À época, a organização comunitária vivia, como a história do mundo define, uma Era de assimetrias sociais.

De um lado, os exploradores: o império, a elite de Tessalônica, privilegiada pelo sistema e os judeus comerciantes que exerciam forte influência na economia. De outro lado, os explorados: a grande massa dos trabalhadores (homens e mulheres) e escravos. As palavras e expressões são: 'negócios', 'trabalhar com as próprias mãos', 'não tenham necessidade de ninguém', 'vida tranquila', 'progredir', 'vida honrada', 'amor fraterno', 'irmãos' (FERREIRA, 1992, p. 86-88, *apud* ECCO; MACHADO; FERREIRA; SILVA, 2012, p. 15).

Sobre a realidade dinâmica do mundo capitalista, a Tese toma por recorte histórico a realidade territorial, já no século XX, pós-Segunda Grande Guerra Mundial. Quando havia baixa taxa de mortalidade, conseqüente aumento da expectativa de vida em meio à sociedade historicamente caracterizada pela injustiça social. A discussão remonta à época bíblica do apóstolo Paulo, que:

[...] viveu numa sociedade extremamente desigual, onde o modo de produção escravagista determinava a condução do Império Romano. Ele, no entanto, a partir da visão de que, após Cristo, não podia haver mais escravos, anunciou a liberdade e a igualdade (FERREIRA, 2012, p. 13).

Na contramão dos números e gráficos a urbanização acelerada reduz a taxa de natalidade em decorrência de novos valores e tramas sociais: “De modo geral, o período de 1965 a 1973, tornou, cada vez mais evidente, a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 2001, p. 135).

O fenômeno capitalista é esboçado através da pirâmide social, na sua totalidade, revela o sistema de castas no qual o desemprego estrutural caracteriza fragmentação do trabalho e da vida humana, esboçado na luta pela sobrevivência.

[...] problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção a em massa que

impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes (HARVEY, 2001, p. 135).

Há ainda um decréscimo demográfico, envelhece a população, há crise na previdência social, na situação fiscal estatal, a poupança dilui em meio à taxa de crescimento avalizada na financeirização da economia. Desta feita, a política neoliberal, caótica, ferramenta político-econômica de dominação elitista-capitalista-empoderada move a lógica transformativa e especulativa.

[...] o capital é um processo, e não é uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas (HARVEY, 2001, p. 307).

Com relação ao grau com que a elite manipula o poder:

[...] é relevante para a organização interna das sociedades e para o sistema internacional. [...] não é apenas uma questão teórica. Está diretamente relacionada à questão da equidade, do arbítrio, da violência e do bem-estar e à própria visão de como e com que objetivo funcionam os sistemas econômicos, políticos e sociais (GUIMARÃES, 2007, p. 65).

A casta social abastada esconde-se da pobreza ao propor o protecionismo, a xenofobia e a ameaça mútua de categorias estabelecidas na desigualdade social. Essa que é a consequência imediata da migração de grandes contingentes da periferia para os centros urbanos industriais, em decorrência do trabalho escasso causado nestes lugares pelo fomento à aceleração tecnológica, incentivo da proposta de digitalização da informação, transformação dos bens de capital, e reorganização de empresas transnacionais.

No plano internacional, a concentração de poder é decisiva para determinar a forma como se organizam as relações entre os Estados e, portanto, como se distribuem os benefícios dessas relações entre eles; em consequência, é decisiva para o bem-estar relativo de suas sociedades. Por essa razão, é importante determinar se os sistemas sociais tendem a concentrar ou desconcentrar poder (GUIMARÃES, 2007, p. 65).

O capital acumula nos países centrais em consequência da regulamentação dos mercados enquanto atividade econômica que deteriora o meio ambiente esgotado em seus recursos naturais. Aumentam as fusões, aquisições, a privatização de companhias nacionais, desregulamentação das atividades financeiras, e a globalização do mercado de capitais.

Por intermédio desses mecanismos, o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva. Sua trajetória de desenvolvimento não é previsível em nenhum sentido comum exatamente porque sempre se baseou na especulação – em novos produtos, novas tecnologias, novos espaços e localizações, novos processos de trabalho [trabalho familiar, sistemas fabris, círculos de qualidade, participação do trabalhador] (HARVEY, 2001, p. 307).

Os juros elevados revelam a política econômica do dinheiro especulativo. O foco é no capital transnacional de aplicação a curto prazo, que abre fronteira comercial entre mercados. Esta ação capitalista caracteriza a injustiça social resultante da economia financiada a juros altos impostos aos trabalhadores.

Predomina a regulamentação mercadológica responsável pela volatilidade da agenda econômica. Essas políticas conjunturais neoliberais, adotadas no centro, quando ‘impostas’ aos países da periferia, por meio de pressões ‘legais’, como as negociações da OMC, ou ilegítimas e ilegais, como as ameaças e ‘retaliações’ da legislação comercial dos Estados Unidos, têm efeitos ainda mais graves pela exigência adicional da manutenção a todo custo de políticas de abertura comercial e liberdade financeira, em um conjunto de circunstâncias que tende a acentuar disparidades internas e externas que definem a situação de desenvolvimento e instabilidade (GUIMARÃES, 2007, p. 85).

Esta interação da sociedade capitalista, desigual, reforça aspectos negativos da estrutura econômica global, influi de modo negativo nas possibilidades do desenvolvimento sustentável e estabilidade político-econômica das nações periféricas, afeta a inclusão da periferia a partir de maior distribuição da riqueza social e material produzida, apropriada por parte ínfima de multimilionários.

A contemporaneidade influi e retrata na conjuntura, recortada por campos históricos, aonde a atuação humana, envolta por relações paradigmáticas, remete à dialética coletiva e trabalho. A partir da produção, consumo e outras urgências, cada uma a seu tempo, o homem moderno, em relação a si e a seus semelhantes, descobre novas necessidades.

Uma relação de poder, não relação de sentido. A história não tem ‘sentido’, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação) não poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos (FOUCAULT, 1979, p. 5).

A produção capitalista resulta do processo de criação de bens, alcança a alienação, afeta milhões de pessoas fadadas a um só objetivo senão a produção

econômica em detrimento da objetivação humana. Numa observação crítica com relação a este fenômeno, Hegel “[...] reconhece que na vida cotidiana imperam as ‘determinações sensíveis da consciência vulgar’ isentas de reflexão e crítica. Os fatos são tomados como aparecem” (HEGEL, 1992, p. 48, apud GUERRA, 1995, p. 52).

Este processo se retroalimenta, a partir do século XIX, catapultado pela necessidade premente e rotineira. Dá vazão automatizada, subdividida, múltipla com relação a operações ininterruptas propostas pela trama empresarial. O objetivo, economizar no tempo trabalhado, maximizar a produtividade e o lucro a serem alcançados. Conforme Adam Smith (1723-1790):

Na fabricação de alfinetes, um operário puxava o arame, outro o endireitava, um terceiro cortava, um quarto afiava, um quinto o esmerilhava na outra extremidade para a colocação da cabeça, um sexto colocava a cabeça e um sétimo dava o polimento final (SMITH, *apud* COTRIM, 2000, p. 28).

A organização do Trabalho, mais tarde, é reorganizada sob o conceito taylorismo que aprimora, por vias da engenharia e economia de origem norte-americana, estruturada por Frederick Taylor (1856-1915). A ideia e a prática, implantadas ao processo de produção, fragmentam o saber e a atividade humana em transformar algum material da natureza no produto final.

De forma intensa, estrutural⁴¹ e modo funcionalista⁴² o processo de produção faz com que o trabalhador não se reconheça ativo, mas passivo com relação ao meio e modo de produção. Desgastado pela rotina de monotonia, apatia, frieza e intensidade o sujeito se vê aviltado em sua humanidade. O direito do trabalhador à participação na riqueza produzida, por meio da interação capital e trabalhador, é estruturado a partir dos valores do afeto, capacidade e intelectualidade.

O sistema capitalista aponta valores, há muito, reduzidos pelo modo de produção e reprodução de mercadorias. Isso, a partir de funções determinadas ao cumprimento de ordens “[...] num hospício onde os miseráveis pudessem encontrar a ‘vida, a roupa, uma profissão e o castigo” (FOUCAULT, 1972, p. 60).

⁴¹ “Ao conceber a realidade social como um conjunto de sistemas simbólicos, ou de formas de comunicação, e a linguística como a ciência básica capaz de esclarecer o modo de ser da realidade social, os estruturalistas transportaram o debate filosófico do plano da ontologia para o da epistemologia. Em vez de enfatizarem uma análise do objeto, se concentraram na descrição formal dos processos racionais” (RODRIGUES, 2012, p. 163).

⁴² “É uma teoria adaptada para diferentes campos de conhecimento, como a filosofia, a psicologia e a antropologia. Seu principal objetivo é explicar a sociedade, as ações coletivas e individuais, a partir de causalidades, ou seja, de funções. Desta forma a sociedade, ou o que se observa a partir desta teoria, é compreendida como um organismo, composto por órgãos relacionados e com funções específicas” (ARAUJO, 2015, s/p).

A qualidade e quantidade do material a ser alcançado imperam em detrimento do humano que resta ao ser social caracterizado enquanto sujeito da classe trabalhadora desumanizada.

Não se trata mais de prender os sem trabalho, mas de dar trabalho aos que foram presos, fazendo-os servir, com isso, a prosperidade de todos [...] A ociosidade, o modo de remediar a situação? O trabalho [...] A moral se deixa administrar como o comércio ou a economia [...] Sade e Nietzsche, pelo menos, são testemunhos disso. Toda uma metade do mundo ético deságua assim no domínio do desatino, atribuindo-lhe um imenso conteúdo concreto [...] servidões concretas (FOUCAULT, 1972, p. 67-106).

Sobre a “loucura instalada” em meio a máquinas e trabalhadores, mais-valia, venda da força de trabalho, lucro e salário, “enquanto sujeito de direito, o homem se liberta de suas responsabilidades na própria medida em que é um alienado: como ser social, a loucura o compromete nas vizinhanças da culpabilidade” (FOUCAULT, 1972, p. 130).

Com relação ao trabalhador transformado em mercadoria:

Como o homem moderno se sente ao mesmo tempo como o vendedor e a mercadoria a ser vendida no mercado, sua autoestima depende de condições que escapam a seu controle. Se ele tiver sucesso, será ‘valioso’; se não, imprestável. O grau de insegurança daí resultante dificilmente poderá ser exagerado (FROMM, 1961, p. 73).

De acordo com Fromm (1900-1980) o rumo mercantil aliena, retirando do indivíduo a capacidade de se identificar com aquilo que é, pensa saber, pode fazer numa sociedade. O trabalhador interage, passa a vender suas qualidades sem importar a realização humana e pessoal, fenômeno que compromete as relações sociais. Isso porque submete os valores alcançados pela sociedade ao ramo mercadológico das personalidades.

No que prossegue o psicanalista:

Tanto suas forças quanto o que elas criam se afastam, tornam-se algo diferente de si, algo para os outros julgarem e usarem; assim, sua sensação de identidade torna-se tão frágil quanto sua autoestima, sendo constituída do total de papéis que ele pode desempenhar. ‘Eu sou como você quer que eu seja’ (FROMM, 1961, p. 74).

Essa realidade delimita a era das relações sociais distanciadas entre seres humanos condicionados ao comprometimento distanciado do outro. De acordo com

Lun Sun, “[...] desde que haja homens despertos, não podes garantir que não exista esperança de destruir a casa de ferro” (LUN SUN, *apud* SCHILLING, 1984, p. 360).

A premissa reverbera ações cotidianas isoladas que fomentam o tecido social fragmentado no princípio da solidariedade coletiva. Fato social que revela quando e aonde o outro é determinado como objeto e mercadoria concorrencial, desta feita, discutido no tomo 3.3 a retratar classes sociais distintas em meio à mazela social aguçada pelo fenômeno/logística do não acesso, por parte do trabalhador, aos direitos estabelecidos pelo Estado.

3.3 As relações de consumo

Na Era da modernidade, a miserabilidade humana expõe o caos socioeconômico a delinear duas classes sociais distintas. A saber, a dos ricos em meio aos pobres num mundo aonde “[...] existem poucos homens – e são exceção – capazes de pensar e sentir além do presente momento” (CLAUSEWITZ, 1780-1831, p. 266).

A fome espalhada pelo mundo é realidade, mazela conjuntural. Há um aguçamento da precarização da vida. Distancia-se o sujeito do acesso aos direitos constitucionais explicitados na educação, moradia, saúde e lazer.

A naturalização da sociedade só pode ser funcional balizada pelas abstrações produzidas no processo de organização do trabalho na ordem burguesa, já que a produção é o dado ontologicamente primário desta sociedade [...] O que sustenta a permanência da racionalidade formal-abstrata na ordem burguesa é a sua persistência em negar a constituição ontológica da totalidade que é o real (FOUCAULT, 1972, p. 65-66).

Inúmeras são as necessidades humanas, algumas mais prementes que as outras. Com destaque o poder aquisitivo (permite/ou/não acesso às mercadorias) que determina também o consumo alienado ao salário. O fenômeno socioeconômico fomenta a legião de famintos instalados na base da pirâmide social, “denúncia dos valores individualistas cultuados pelas sociedades urbano-industriais, da massificação da indústria cultural e da racionalidade instrumental das correntes positivistas” (FOUCAULT, 1972, p. 69).

Há séculos, a Era Pós-Revolução Industrial aparta do poder de compra os trabalhadores, em especial as mulheres, citadas em ‘*O Capital*’ (MARX, 1867). Na

leitura da obra, destaque para a revolução no cultivo do solo que introduziu, com efeito, o sistema industrial no qual:

Mulheres casadas, que, divididas em bandos, trabalham junto com moças e rapazes, são postas à disposição do arrendatário por um homem, chamado de 'mestre do bando' [Gangmeister], que aluga o bando inteiro por certa quantia. Esses bandos costumam se deslocar muitas milhas para longe de suas aldeias, podendo ser encontrados pelas estradas rurais de manhã e ao anoitecer, as mulheres vestindo anáguas curtas e saias e botas correspondentes, e às vezes calças, muito fortes e saudáveis na aparência, mas arruinadas pela depravação habitual e indiferentes às consequências nefastas que sua predileção por esse modo de vida ativo e independente acarreta a seus rebentos, que definham em casa (HUNTER on the Excessive Mortality of Infants in some Rural Districts of England", 1867, p. 456).

Ao ato de consumir, utilizar, gastar, dar fim, buscar, alcançar objetivos determina o conceito consumo, capacidade ou impossibilidade de acesso aos bens produzidos, duráveis ou não, dá significância e significado ao conceito capitalismo. Este dispõe mercadorias no mercado, definidas pelo mercado. Através da moda e fetichismo os homens produzem e consomem, fenômeno da lógica capitalista. Por meio dessa lógica o homem produz, consome, muda, transforma a si e à natureza, suas forças vitais, seu redor. O capital constitui duas relações, quais sejam, a comercial e a social.

O capital não consiste apenas de meios de subsistência, de instrumentos de trabalho e de matéria-prima, não se forma somente de produtos materiais; compõe-se, igualmente, de valores de troca. Todos os produtos de que ele se constituiu são mercadorias. O capital não é, portanto, somente uma soma de produtos materiais, é, também, uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais (MARX, *apud* IANNI, 1979, p. 96).

O consumo dá sinônimo à produção. A produção fomenta o consumo. Esta dinâmica capitalista promove as relações de produção e reprodução. Essa realidade afeta a arena física, as instâncias intelectuais e emocionais.

E,

[...] embora o produto a ser dividido entre o trabalhador e o capitalista seja grande, o trabalhador se apropria de uma parte tão grande que ele logo se converte em capitalista [...]. Em contrapartida, são poucos os que, mesmo chegando a uma idade excepcionalmente avançada, podem acumular grandes riquezas (MARX, 1867, s/p.).

Fenômeno dialético o ‘consumo’ determina a produção material, não material, bens e serviços. Ao se produzir algo, alguém deve adquirir. Para que se efetive essa “lei de mercado” um dos instrumentos utilizados é o da propaganda. Na sociedade capitalista este é um princípio, meio e fim a determinar nos indivíduos suas necessidades nos campos espiritual, material, sociopolítico. Sobre o recorte da propaganda:

[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si. Se ‘o homem é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu’, como Geertz uma vez observou, então os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos (THOMPSON, 2008, p. 19-10).

A arena de ação capitalista, estruturada na produção, reprodução e consumo apresenta cinco grandes tendências. A saber, a:

[...] aceleração do progresso científico e tecnológico; reorganização do sistema produtivo; reorganização territorial; concentração de poder; reincorporação de áreas têm efeitos radicais sobre a situação global dos fatores de produção esboçados no trabalho, capital, recursos naturais, empresa, e sobre suas interrelações (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

Esta relação dinâmica caracteriza a “reprodução” do sistema capitalista aonde o mundo objetivo do consumo determina a construção do patrimônio social, promove a integração do sujeito à coletividade. O fenômeno é intrinsecamente ligado à exclusão da grande maioria do alcance de alguma distribuição da riqueza material e social alcançada, ou, participação política.

A autoridade que o capitalista assume, no processo direto da produção, como personificação do capital, a função social de que se reveste, como dirigente e governante de produção, difere essencialmente da autoridade daqueles que dirigiam a produção baseada em escravos, servos dentre outros (MARX, *apud* IANNI, 1979, p. 78).

Tanto as relações de produção e reprodução capitalistas como as necessidades individuais são subjugadas pela necessidade de expansão do capital, obtenção do lucro, mercantilização de tudo (coisas) e de todos (humanos).

Sendo assim:

Estes objetos são produzidos não somente para saciar uma necessidade humana (o início de tudo), muito mais: para diferenciar e significar um *status*, prestígio, um estilo de vida, uma ideologia, incorporando-se aí as suas funções psicológicas (o reino das escolhas do indivíduo) e culturais (o reino da sociedade). Neste estágio, as marcas, imagens e grifes valem mais que as próprias mercadorias. Transformam-se em novos signos, sendo este o novo fator de diferenciação, *status* e valorização que distingue todo o sistema de trocas econômicas. Em termos ideológicos, o discurso assume também outros rumos. Para Baudrillard esta nova sociedade consumista é também a sociedade do discurso da denúncia do próprio consumo (BAHIA, 2007, s/p.).

A exclusão da maioria do poder comprar traduz a lógica do consumo, baseada na impossibilidade de que todos possam consumir. Essa logística de interação social estabelece a diferença entre os indivíduos, grupos, castas e classes sociais, numa explicação marxiana “à primeira vista, a identidade de suas rendas e fontes de renda”.

Trata-se de três grandes grupos sociais, cujos componentes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de um salário, do lucro e da renda do solo, ou seja, da exploração de sua força de trabalho, de seu capital ou de sua propriedade territorial (MARX, *apud* IANNI, 1979, p. 100).

Há exemplo, a mercadoria de luxo automotiva, que só interessa enquanto fetiche capitalista, a partir do momento em que é tornada impossível de ser consumida. Por serem poucos os indivíduos com poder de acesso, este objeto torna-se determinante do *status quo*. Na obra *Para uma crítica da economia política do signo*: “[...] o prazer de mudar de vestuário, de objetos, de carro vem sancionar psicologicamente constrangimentos de diferenciação social e de prestígio” (BAUDRILLARD, 1972, p. 38).

Consumista, o comportamento humano retrata parte ínfima da população com poder de compra e conseqüente acesso aos padrões inacessíveis às massas. Esta mazela, de escala mundial, apresenta a casta social capaz de sentir-se “uma exceção” ao se dar posse do objeto capaz de satisfazer a si, mesmo com a perda da identidade.

A forma mercadoria é a mais geral e mais elementar da produção burguesa, razão por que surgiu nos primórdios, embora não assumisse a maneira dominante e característica de hoje em dia. Pela mesma razão, parece ainda

relativamente fácil penetrar em seus atributos fetichistas (MARX, *apud* IANNI, 1979, p. 170-171).

Moldado no vício e ânsia em adquirir, mais e mais, o homem vive a felicidade que, neste caso, depende do poder que o sujeito passa a ter sobre os objetos. Isso sem importar o prazer com a verdade sobre aquilo que realmente necessita, pois “[...] quanto mais intensa é a preocupação do indivíduo com o poder sobre as coisas, mais as coisas o dominarão, mais lhe faltarão os traços individuais genuínos” (HORKHEIMER, 2003, s/p).

Enquanto o fenômeno capitalista é acelerado pelo poder da propaganda e extrapola o trabalhador, em seus próprios instintos, incluindo mais materiais, a dinâmica consumista compra rótulos, etiquetas, grifes, escova os dentes, fuma, dirige, vive emoções, as mais variadas, movidas pelo sabor e cheiro de mercadorias banais supervalorizadas.

A propaganda acende o consumo sem norte como meio, um fim obsessivo, alimenta e é alimentada por novidades - necessidades incessantes. Ao mesmo tempo revela quadros sociais da desigualdade e injustiça social, quando o ter sobrepõe-se ao ser. Os templos modernos ou *shoppings centers* expõem vitrines plenas de necessidades (mercadorias) a serem consumidas em caráter de urgência.

O fenômeno, conhecido como neofilia, define o prazer obsessivo por coisas que afetam as relações do homem com o mundo exterior. “Para as pessoas contaminadas por essa doença cultural, um par de sapatos, uma roupa, um carro, perdem o encanto com pouco tempo de uso, exatamente como a pessoa amada, o amigo ou até mesmo a pátria” (KONRAD, 1974, p. 60 *apud* COTRIM, 2000, p. 34).

Afastar-se da armadilha consumista exige o poder da consciência individual. É um processo dinâmico, envolve a transformação dos valores, da coletividade enquanto sociedade humana. Esta realidade esboça a modernidade envolta no mundo da produção e reprodução das relações sociais. Sobre o fenômeno, a Tese refere à obra *Para a crítica da economia política*: “Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência” (MARX, 1859, s/p).

A sociedade capitalista transformou o trabalho naquilo oposto do que poderia significar para o homem. Agora, resultante e resultado do processo histórico que fragmentou a possibilidade de liberdade e realização em realidade de submissão, frustração e sofrimento, o trabalho nada mais significa enquanto meio de

sobrevivência, num mundo caracterizado pela violência e opostos aonde “quem não trabalha não come”.

Sobre esta relação paradigmática:

O progresso da riqueza social gera aquela classe útil da sociedade (...) que executa as tarefas mais enfadonhas, mais sórdidas e repugnantes, em suma, se sobrecarrega com tudo o que a vida oferece de desagradável e de servil, proporcionando assim às outras classes lazer, alegria espiritual e aquela dignidade convencional de caráter (MARX, *apud* IANNI, 1979, p. 131-132).

A reflexão apresentada endereça à **hipótese/pergunta da Tese**, arremete ao questionamento: - O que salva o homem: a **Religião**, a **Prisão** ou o **Trabalho**? Enquanto hipótese, a resposta ecoa no **Trabalho**, categoria fundante do ser humano, logo, a conseqüente **salvação**. Se o homem se autoconstrói, pelo trabalho, o que vem a ser realmente o **significado**, significância, **insignificância** do **Trabalho**?

A sociedade do consumo exige dedicação em tempo contínuo, cria a necessidade do indivíduo em trabalhar mais e mais. Ao adotar uma logística mais humanizada, daria sentido ao trabalho e possibilidade real de que todos os outros seres humanos pudessem trabalhar um pouco mais.

Assim:

[...] o trabalho socialmente útil, distribuído entre todos os que desejam trabalhar, deixa de ser a ocupação exclusiva ou principal de cada um: a ocupação principal pode ser uma atividade ou conjunto de atividades autodeterminadas levada a efeito não por dinheiro, mas em razão do interesse, do prazer ou da vantagem que nela se possa encontrar. A maneira de se gerir a abolição do trabalho e o controle social desse processo serão questões políticas fundamentais dos próximos decênios (GORZ, 1980, p. 12).

Sobre a submissão imposta ao Trabalho, cabem perguntas mais: **Será** somente este o sofrimento ao qual terá o trabalhador de se submeter? **Como** evitar a precarização do trabalho, a fatalidade socioeconômica do desemprego em massa, a redução do tempo de trabalho? **A resposta** passa pela possibilidade em disponibilizar maior tempo livre ao homem com foco na construção da sociedade

liberta. **Somada** à hipótese, a proposta de uma maior distribuição das riquezas socialmente construídas⁴³.

Neste recorte da Tese, o estudo apresenta reflexão outra de Marx. Isso, com relação ao desenvolvimento da burguesia, o modo de produção capitalista, a história coletiva do homem em relação a si em um mundo dialético paradigmático, desigual, injusto. Ou, a conjuntura que o molda, rodeia, submete enquanto ser alienado ao sistema posto, de viés político, econômico e social.

A modernização do mundo estabelece a revolução burguesa:

- A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes;
- Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido uma guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; guerra que terminou sempre ou pela transformação revolucionária da sociedade inteira ou na destruição das duas classes em luta;
- A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado;
- Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços prendiam o homem feudal a seus superiores naturais. Ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”;
- A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados⁴⁴.

As informações apresentadas dão conta da determinação histórica, exposta no *Manifesto do Partido Comunista*⁴⁵ (1848):

⁴³ Ilações, perguntas e probabilidades do autor da Tese.

⁴⁴ CÔTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**: História e Grandes Temas, 2000, p. 9.

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas de regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações [...] (MARX, ENGELS, *apud* FLORESTAN FERNANDES, p. 365-75).

Na necessidade constante de novos mercados a burguesia açoda o sistema global, estabelece-se (por necessidade) em todos os cantos a dominar, explorar, manipular com o fim de estabelecer enquanto classe social empoderada por meio e mérito do capital.

As conquistas tecnológicas levaram o mundo à Era Moderna, realidade cujos números conjunturais esboçados pela política estatal-capitalista revelam a pobreza extremada. São países afetados pela injustiça social cuja base da pirâmide social denota o “exército industrial de reserva” (Marx). Esta que é umas das mazelas socioeconômicas culturais que afligem a (des) humanidade globalizada. Na obra *Fausto*: “Que sou eu, se não posso alcançar, afinal, a coroa com louros da nossa humanidade, a que todos almejam com tanta ansiedade?” (GOETHE, 1808, s/p.).

Sob os auspícios da “existência” de um Deus, a mercantilização pela propaganda, a nível global, da liberdade galgada no poder de consumo. Isso, num mundo concreto calcado na espiritualidade amalgamada no acesso a mercadorias não duráveis, caracterizado no fluxo incessante de pessoas e mercadorias a fomentar a logística capitalista.

⁴⁵ O Manifesto Comunista (*Das Kommunistische Manifest*), originalmente denominado Manifesto do Partido Comunista (em alemão: *Manifest der Kommunistischen Partei*), publicado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1848, é historicamente um dos tratados políticos de maior influência mundial. Comissionado pela Liga dos Comunistas e escrito pelos teóricos fundadores do socialismo científico Karl Marx e Friedrich Engels, expressa o programa e propósitos da Liga. O Manifesto Comunista foi escrito no meio do grande processo de lutas urbanas das Revoluções de 1848, chamadas também de Primavera dos Povos, um processo revolucionário de quase um ano que atingiu os principais países Europeus e é uma análise da Revolução Industrial contemporânea a ela. Duas de suas maiores reivindicações foram reformas sociais: a conquista da diminuição da jornada diária de trabalho de doze para dez horas e o voto universal, embora apenas para os homens.

Incapacitada em socorrer as mazelas sociais por meio da equidade, justiça social e maior distribuição das riquezas social e material construídas, a administração pública aplica a lei criada e estabelecida com o rigor de estabelecer a ordem, o progresso. A proposta do Estado resulta da manipulação do capital financeiro, da corrupção instalada, no açoitamento da dignidade do trabalhador. As políticas públicas, órfãs do caráter humano, mudam o foco da cidadania para a proposta mercadológica da proteção do *status quo* resguardada no poder de fato, poder em ter, não o poder do ser.

Sob o aval do sistema capitalista (MARX), investido do poder da moda (BAUDRILLARD) estruturado na banalização e liquidez das relações sociais (BAUMAN), a retirada ou desmonte dos direitos públicos alcançados estabelece o dia a dia nos centros urbanos-industriais com maior contundência nas suas periferias.

Para alguns, a aplicação das leis deve ser rigorosa e universal, embora sujeita às regras do Estado de Direito. Para outros, a contenção da violência deve estar acima de preceitos formais, quando em foco está a segurança dos 'cidadãos de bem', isto é, aqueles que obedecem às leis pagam impostos e entendem que a segurança pública deve estar a serviço da proteção de sua integridade física e de seu patrimônio pessoal. Entre eles, não é raro encontrar aqueles que defendem a pena de morte ou que conferem legitimidade à ação abusiva dos agentes institucionais em seus confrontos com delinquentes, inclusive quando tais confrontos resultam em mortes (GÓES, 2009, p. 09).

Essa análise da realidade revela a bricolagem das desigualdades sociais.

Identifica um conjunto de processos que, progressivamente, afastam parte da população do usufruto dos bens produzidos socialmente – da moradia à saúde, da educação ao entretenimento. As teorias da exclusão baseiam-se menos nas críticas estruturais aos sistemas vigentes e mais na análise dos processos que, mal geridos, provocariam a exclusão social (COSTA, 2010, p. 134).

A pobreza crescente e incômoda denuncia populações inteiras à margem do desenvolvimento, órfãs dos benefícios sociais, das políticas públicas voltadas ao bem-estar social de sujeitos que, desde criança, exercem atividades sem qualificação. Coletivos impossibilitados do acesso material, satisfação das necessidades humanas, a mais urgente, sua alimentação, aliados da participação na distribuição da renda gerada. São os reificados do sistema capitalista, que

enfrentam a injustiça social, o estigma cultural que direciona a pobreza, em sua maioria, jovem e negra, cada vez mais, à arena da prisão.

Sobre a instituição panóptica:

Ora são vistas como celeiros da produção de novos bandidos. A superpopulação, as condições inadequadas de vida coletiva, a ausência de políticas consequentes de profissionalização e escolarização assim como de acompanhamento de egressos, recorrência de crimes e de circulação de mercadorias e objetos proibidos, desrespeito aos regulamentos e toda sorte de violências entre presos e entre estes e os agentes penitenciários – tudo isso contribui para transformar criminosos em delinquentes [...] (GÓES, 2009, p. 10).

A conjectura global fomenta a marginalização do proletariado sujeitado aos fenômenos resultante da convulsão social. As gerações vindouras terão como caminho a contramão da proposta da sociedade até neste momento posta. De acordo com o historiador Eric Hobsbawm “[...] aonde e na qual tudo é possível, justamente por estar o mundo numa Era Pós tudo”, quando as vítimas ficam reduzidas a quantidades abstratas⁴⁶.

Diante da exposição de dados relatos à “loucura social globalizada” pesquisada, refletida, posta e exposta na escrita desta Tese direciona o assunto à discussão da salvação/condenação do homem. O velho mundo revela-se um mundo velho, mesmo que dinâmico, atizado pela fé ou sua ausência, carente de respostas que definam a questão das possibilidades humanas: se por vias da **Religião**, no assombro da **Prisão**, por meio do acesso humano-constitucional representado no direito ao **Trabalho**. Isto posto e retratado no subcapítulo 3.4, a seguir.

3.4 O que salva o homem: a religião ou o trabalho?

Na obra ‘*A odiosa pena de prisão*’, Perilo (2016) afirma: “Uma das causas apontadas como fator de fracasso da execução penal é, justamente, a ociosidade” (p. 201). Ex-secretário da Justiça goiana, o autor retrata o sistema brasileiro, incompetente em cumprir o objetivo de ressocializar o recluso, o detento ou mesmo o condenado que cumpre a pena em regime aberto. Apresentada no tomo 3.3, a conjectura global fomenta a marginalização do proletariado. Dentre os fenômenos

⁴⁶ (Disponível em: <<<https://movimentorevista.com.br/2017/10/o-seculo-eric-hobsbawm-historia-marxismo/>>> Aesso em 2 de julho de 2020).

resultantes da convulsão social, gerações vindouras que terão como caminho a contramão da proposta da sociedade, até neste momento, capitalista, violenta, posta.

Diante do explicado, a Tese busca resposta nas falas de entrevistados, os quais, por questão de ética acadêmica, tiveram preservado o nome, mantidas as iniciais. O foco da pergunta concerne à “salvação do homem”, reforça sobre a estrutura da **Religião e Trabalho** no Brasil. Alijada do questionamento, mas cerne do tema da Tese, a **Prisão** aparece “desprovida de vontade política” no tocante à melhoria das condições de cumprimento da pena e ressocialização, “não passa de utopia” (PERILO, 2016, p. 201) por proceder à reinserção social do egresso enquanto sujeito “completamente despreparado” para o evento de seu regresso ao convívio social.

No que refere à salvação humana, ou seu contrário, cabe proceder à reflexão de que maneira ela se dá, dentro do sistema penitenciário. A pesquisa infere na ação dos movimentos religiosos que buscam, intramuros da arena prisional, à sua maneira, metodologia e práxis exercer, de acordo com seus preceitos ideológicos, a catequese dos apenados. Estes que caracterizam os sujeitos alienados às grades a clamar por liberdade, trabalho e salvação.

Segundo Perilo, ex-secretário de Justiça:

As pastorais da Igreja católica, o trabalho profícuo e incessante dos movimentos evangélicos, a doutrinação dos espiritualistas e de outros credos religiosos contribuem para esse importante papel de ressocialização do preso, de modo a reduzir a reincidência. Sem pieguice, é forçoso reconhecer os aspectos subjetivos de convencimento do ser humano para se redimir de seus erros e orientá-lo a não cair na teia do crime organizado e ou não se iludir na falsa concepção do crime como atalho a uma vida mais fácil. Dar ao egresso a certeza de que, recuperado, não sofrerá nenhum preconceito, nenhuma restrição, que se acha perdoado e redimido pelo cumprimento da pena, sem nenhum débito para com a sociedade, pode ser o caminho certo para se evitar a reincidência. O ser humano vive de esperança, que não lhe pode ser sonogada, se quisermos a sua transformação num indivíduo útil e que venha contribuir com sinergia para o progresso da sociedade (PERILO, 2016, p. 202-203).

Assim, a Tese traz depoimentos, explicações e opiniões colhidos nas falas de trabalhadores ativos, cada qual no seu ramo de atividade, fé, crença ou descrença amalgamada à sua realidade socioeconômica e constructo de vida. A pergunta remete à indagação cerne desta Tese **Da alienação à consciência: um estudo**

sobre a interface religião, prisão e trabalho cujas respostas podem levar ao seu esclarecimento ou negar a hipótese da escrita proposta.

O que salva o homem: a Religião, a Prisão ou o Trabalho?

Religião é parte da formação espiritual do homem. Isto é, o homem é também um ser que, além do material, social, ele é também "espírito". A concepção espiritual humana, é percebida pela fé no Ser Sagrado; o Criador... o Único! Ter fé cientificamente é um componente importante para a vida dos humanos, apesar de ser real a existência de pessoas que se auto declaram sem ter fé ou sem necessidade de ter fé. Viver a fé é uma opção, uma vez que somos seres livres e, conseqüentemente, capazes de escolher o que queremos fazer ou não. Nesse caso, a fé não é um alimento corporal e tampouco, material, a fé é alimento espiritual. Portanto, o homem não vive só de fé. Há outros componentes importantes que somados à fé, contribui para a autorrealização humana, nesse caso, o trabalho. Designamos ser o trabalho, uma atividade regular e que permite ao homem crescer, criar e dar sentido à vida enquanto existência na Terra. Só a fé, levaria o homem à morte por faltar o alimento corporal, teria a carência material, enfim, sucumbiria no seu corpo. Por outro lado, só o trabalho, levaria o homem a uma vida puramente temporal, mundana, alinhando-se à perversidade, à frieza, aos autoritarismos. Portanto tanto a fé quanto o trabalho, salvam o homem (**D. B. S., professor**; terça-feira, 17 de março de 2020, às 12h35, Goiânia-GO).

Acredito que o homem e a mulher não se salvam nem pela religião e nem pelo trabalho. Na verdade, precisam da salvação para quê ou de quem? Não se salvam pela religião pois esta é o instrumento de controle e de autoafirmação, de poder sobre o outro. Não se salvam pelo trabalho, ou seja, a forma de sua autoexpressão, autocriação, sua transformação contínua, quando entendido em sua ontologia. E, se salvar de quem ou para quê? De si mesmos? Do inferno? De Deus ou mesmo seu oposto, o diabo? Da terra? Destruída pela ganância e egoísmo humano? (**J. V. F., assistente social, professor**; quarta-feira, 18 de março de 2020, às 9h20, Brasília-DF).

O que salva o homem? Trabalho ou religião? Talvez, a maior dúvida, ou em certos casos, a maior certeza de um ser humano seja a existência de Deus. Deus que desde a existência humana foi apresentado e simbolizado por diversos sinais, potencializados pelo temor. O homem primitivo tinha medo e venerava sinais da natureza, como o trovão, a chuva, os vulcões. Na modernidade, o deus que apresentam vem em forma de troca, com grande número de pessoas obedientes, tementes, dominadas e subservientes, frequentando templos suntuosos ou diante das telas da TV, levando aos dirigentes dessas instituições religiosas parte do seu trabalho, que segundo se acredita, foi dádiva divina. E se o homem não agradecer e reconhecer isso, pode ser punido por esse deus, que ao fim de sua existência, não fará jus ao paraíso. Entendo que a prática da religião pode até ser algo até necessário à existência humana, ao preenchimento de necessidades intrínsecas à psique, mas o que sempre norteou e garantiu a existência humana foi sua capacidade de através da força dos braços e da inteligência produzir alimentos, gerar riqueza e garantir sua existência. Oswaldo Montenegro, em um poema-canção, afirma: "...quem inventou o pecado foi o homem". Portanto, penso que o trabalho é importante, assim como a religião. Quanto a "salvar", dependerá do ponto de vista de cada um (**P. R., escritor, agente cultural, radialista**; domingo, 17 de maio de 2020, às 8h54, Goiânia-GO).

O trabalho já que não sou de religião. Sou mais do pensamento livre. Do que o aprisionamento de ideias, dogmas e doutrinas Sou da corrente

natural. Não curvo a ninguém. Nem acredito que as pessoas têm medo de seguir seus próprios pensamentos. Acredito no indivíduo livre do capital gozando de liberdade. E aproveitando para ser útil A sociedade sem precisar de se escravo até mesmo do trabalho. Salvo as pessoas doentes! (**J. P., músico, punk**; segunda-feira, 4 de maio de 2020, às 7h, Alto Paraíso-GO).

Bem, me parece complicado dissociar matéria de espírito, já que ambos participam do Divino. Porém, ambos, trabalho do modo que conhecemos e religião do modo que cultismos, são criações do próprio homem, lamentavelmente, há muito pouco do Divino em tais ações. Cultivamos. Porém, devo escolher uma opção, ao que me parece. Uma alma antiga, que sabiamente vive em suas relações, inclusive em seu ofício, com harmonia, compartilhando experiências, contribuindo pelo crescimento da humanidade, se doando em compaixão, sem qualquer contato com alguma religião, dúvida exerce ações divinas, ao meu ver, esperadas inclusive, pela própria evolução cósmicas. Ao contrário, as religiões, com seus dogmas que aprisiona, condiciona o homem a viver escravo de falsos líderes, limitando o intelecto a ignorância, ao patético, subjuga o templo divino que há dentro de cada um de nós, assim utilizando maquiavelicamente o domínio e poder sobre o véu supostamente imaculado da pureza superior, para proliferar o ódio, racismo, preconceito, segregação (**L. M., espiritualista**; sábado, 9 de maio de 2020, às 6h30. Goiânia-GO).

Acredito nem o trabalho nem a religião são capazes de salvar o homem, pois são dois fatores que ao longo da vida acorrentam o homem a algum tipo de rocha. A rocha do trabalho pode ser representada por rotina, patrão, salário, consumo. Já a rocha da religião acorrenta o homem à fé, Bíblia, pastor, igreja, rituais e rotina. Quando um homem que vive uma destas rotinas, ou pior, as duas, terá tempo para exercer a sua liberdade e sua individualidade? É essa liberdade de poder criar que define o homem como um ser político e a capacidade não seguir padrões sociais que o definem como um indivíduo livre. O que salva o homem é capacidade de agir de forma consciente e livre, em benefício próprio e dos outros. Obrigado pela oportunidade de pensar um pouco sobre a condição humana (**G. C., radialista**; quarta-feira, 18 de março de 2020, às 11h04, Goiânia-GO).

O que salva o homem, o trabalho ou a religião? Eu diria que nem o trabalho, nem a religião. Se entendermos o trabalho atual, assalariado, ele é um trabalho alienado, trabalho controlado por outro e em proveito desse outro, é mortificação e negação da essência humana. A religião, por sua vez, é permeada por ilusões e não gera uma verdadeira realização humana, por mais que ajude a superar algumas dicotomias existenciais. Nesse sentido, eu diria que nenhum dos dois pode "salvar o homem". Porém, se entender por "trabalho" a práxis, ou seja, uma atividade consciente e intencional, teleológica, do ser humano sobre a natureza e a sociedade, realizado através da cooperação, realizando a sociabilidade (satisfazendo assim a necessidade psíquica de coletividade), é autorrealização do ser humano, logo, expressão de sua libertação, manifestação da essência humana. Porém, para chegar até ele, é preciso abolir o trabalho alienado e tudo que está vinculado a ele, tal como a exploração e a dominação (**N. V., professor - UFG, escritor, pesquisador**; quarta-feira, 18 de março de 2020, às 11h, Goiânia-GO).

O trabalho é que pode "salvar" o homem, na medida em que as relações humanas permitam que exista o trabalho para todos. Trabalho na medida certa, na quantidade e na qualidade. O trabalho, assim, poderia exercer elevar a espiritualidade do ser humano. A religião é um sistema que corrompe, degrada, aniquila, emburrece o homem. A religião anula as possibilidades do crescimento e da "salvação" do homem. O trabalho

humaniza o homem e a religião faz o contrário (**A. G. T., médico oncologista**; Goiânia-GO).

Capciosa a pergunta porque para mim é o trabalho da alma (ou da consciência), mistura entre o ser e o divino. Este fenômeno não passa nem trespassa a religião, mas sim a espiritualidade. O que salva o homem é a consciência (**R. T., jornalista**; Pirenópolis-GO).

Hoje, 13 de julho de 2020, completam-se exatos 42 anos do meu primeiro contrato de trabalho e essas pouco mais de quatro décadas foram plenas de labor. Uma verdadeira maldição. A maldição do trabalho. Sem prejuízo da perspectiva materialista de que o trabalho é necessário para produção e reprodução da vida, sua apropriação pelos sistemas econômicos, com destaque para o capitalismo, impõe ao ser humano uma pena perpétua. A grande ilusão que nos foi imposta é a crença de que o trabalho sem limites é um processo digno e fundamental para o alcance do bem-estar material e espiritual. O outro lado da moeda, a verdade da vida, é que o trabalho nos transforma, à grande maioria de nós, em instrumentos produtores e reprodutores do bem-estar material e espiritual de poucos (**M. A. C., historiador-UFG**; Goiânia-GO).

É um bom tema meu velho, mas agora tá em cima, porque teria que destrinchar questões eternamente candentes e de certo modo irrespondíveis à luz do conhecimento que temos. Estou numa praia quase deserta bebendo cachaça e fitando o mar à espera do fim do dia, pensando na minha funesta existência nesse planeta simpático. E pensar que poderei continuar por aqui futuramente como um pé de alface não me consola... E aí recebo essa sua indagação. E fiquei pensando na salvação do momento que é a da peste... Entre goles, penso que um trequinho insignificante de DNA (vírus) está por aí à espreita para nos levar e isso me parece muito irônico... Saber que a forma mais primitiva de vida (se é que é vida. Os cientistas não são unânimes quanto a isso ainda) está nos derrotando? Logo a gente, a mais sofisticada das espécies, hein? É isso, o Universo está sempre tirando um sarro de nós... e a gente correndo atrás da salvação. Esse papo de salvação aliás, é mais para o Edir Macedo. O cara é um craque! Em poucos anos ficou milionário vendendo salvação. Para início de conversa salvar do quê? Do próprio homem? Da extinção como espécie? Da morte como fim de tudo? ...ou você está falando de abstrações religiosas? A palavra salvação é um dos conceitos espirituais mais importantes no Cristianismo, junto com a divindade de Jesus Cristo e a definição do Reino de Deus. Após a queda do gênero humano, através da desobediência a Deus, é o Próprio Deus quem salva os homens e por aí vai o lero-lero. Obviamente que a ideia de Deus da Bíblia, assim como todos as demais, são apenas idealizações, uma projeção da mente humana a ajudar na caminhada, criar esperança dentre outros, mas são apenas mitos, que até funcionam como como um chute na bola e o correr atrás... para alguns. Na real *brother*, desde o Pleistoceno – se não me engano - quando descemos das árvores e até o presente, todo e qualquer avanço se deu através da Ciência. Se alguém ou alguma coisa pode nos ajudar a salvar-nos do “desaparecimento” ou de qualquer coisa é a Ciência. Fora isso há apenas trevas e/ou chutes para correr atrás. *Cheers!* (**R. R., filósofo, teólogo, cidadão do mundo, blogueiro**; São Sebastião-SP).

Para responder à pergunta é necessário um adendo. Os dois salvam o homem, visto que estão em áreas diferentes da completude humana. Um atributo é da área da espiritualidade, sem a qual, o homem se sentiria totalmente sozinho; o outro, o trabalho, é extremamente necessário para garantir a dignidade humana, de modo que são complementares, não se pode cair na falácia dos dois caminhos (**J.A., professora, escritora**; Itumbiara-GO).

Entendo que, dependendo da forma como vivemos o trabalho e a religião, podem contribuir para com a Salvação, porém, Jesus colocou algumas condições: Nascer da água e do Espírito (ser batizado) para entrar no Reino de Deus Jo 3,5. Aqui Jesus coloca duas situações ao mesmo tempo "crença e batismo" para ser salvo Mc 16,16. Perseverança até o fim, para ser salvo Mt 24,13. Cuidar dos necessitados Mt 25, 31-46 (sem interesse de ser Candidato a Cargos Políticos) rrsrs. Para que a Conversão aconteça, disse Jesus, em Linguagem Simbólica - Eis que estou à porta e bato (porta= o nosso coração, mente e consciência; bater= chamar); se alguém ouvir minha voz e abrir a porta = responder ao Chamado), eu entrarei na sua casa e tomaremos a refeição, eu com ele e ele comigo = Jesus entra na vida de quem abre o coração, a mente, a consciência e aceita o Chamado Ap 3,20. Então, segundo este texto de Ap Jesus coloca os passos da Conversão que levam à Salvação: Ouvir a voz do Senhor, depois abrir a porta. Sem essas duas condições Jesus não entra na vida de ninguém! (**E. J. S., professor, teólogo, doutor honoris causa; Irecê-BA**).

“O trabalho dignifica o homem”. Esta frase popular sintetiza o significado da vida da pessoa com seus afazeres diários, cumprimento dos deveres perante a sociedade. À palavra trabalho poderíamos conceituar como sinônimo de “produção”, que é um sentido à vida do homem e da mulher, que contribuirá na formação do seu caráter e dignidade. Porém, o que realmente salva o homem é a sua fé, a esperança e a confiança no Deus Pai criador do Céu e da Terra. A religião, infelizmente, muitas das vezes é utilizada por homens mal-intencionados que deturpam o seu verdadeiro sentido, a espiritualidade, onde vemos “lobos vestidos em pele de pastores” que manipulam pessoas, exploram a fraqueza dos fiéis, desvirtuam o real sentido da palavra que “é lâmpada que ilumina os meus passos e luz que clareia o meu caminho”. Salmo 119:105. (**F. S., cristão advogado; Goiânia-GO**).

O que salva o homem é o seu estado de espírito, significa que se esse ser pensante se reconhece no trabalho como sua salvação será pois tanto a religião como o trabalho aliado a outros fatores que formam os/e através dos homens. Cada homem identifica com a salvação de diferentes formas. Talvez não a religião, mas a Igreja prega a salvação do oriundo do Éden através das palavras proféticas deixadas pelo enigma chamado Jesus. Em minha opinião e visão crítica a tese é discutível, afinal o que salva o homem é o estar bem, sentir-se pleno com o que ele reflete, logo, influi em outros seres humanos, aqueles que assistem dia a dia a vida correr, seja o trabalhão, na religião, através da mente, por meio do corpo, espírito, pelo ventre da mãe, do pai, e braços dos irmãos. O que salva o homem é o poder positivo de sua mente. (**C. L. F., espiritualista, reikiana; Califórnia-USA**).

O que salva o homem? Acredito que nenhum dos dois. Pensamos: Religião é algo complexo. Carece dar significado à vida. O que ela me proporciona? Qual a importância do viver no meu dia a dia? O que busco para minha felicidade? Devemos nos conhecer, pensar em vencer os obstáculos, sentir nossas tristezas, alegrias e amadurecer com as experiências. O trabalho, há muito tempo, vem sendo discutido. Eu trabalho para minha realização ou status? Ele realmente “dignifica o homem”? Vejo que no mundo atual o trabalho a qualquer custo gera insatisfação, estamos mecanizados e na onda do capitalismo seguimos consumindo. Então, o que salva o homem é descobrir o seu ser interior, potencialidades e aprendizados ao longo da vida, que resultam na sua felicidade que não é diária, mas conquistada a pequenos momentos. Nessa pandemia começamos, não todos, a valorizar as pequenas coisas, tais como a comida, família, casa, os animais e por aí vai. É preciso “curar” nossos medos, traumas, inseguranças, complexos...aí

alcançaremos a salvação. A religião e o trabalho servem para padronizar o que a sociedade rótula como forma de felicidade. A meu ver isso é parálem. Não precisamos da religião para conectar a Deus. E não precisamos do trabalho para nos salvar. O trabalho é importante para prover as necessidades, obtermos alguma realização, mas jamais significará a salvação (**J. D., professora** curso de Serviço Social – FacUNICAMPS; Goiânia-GO).

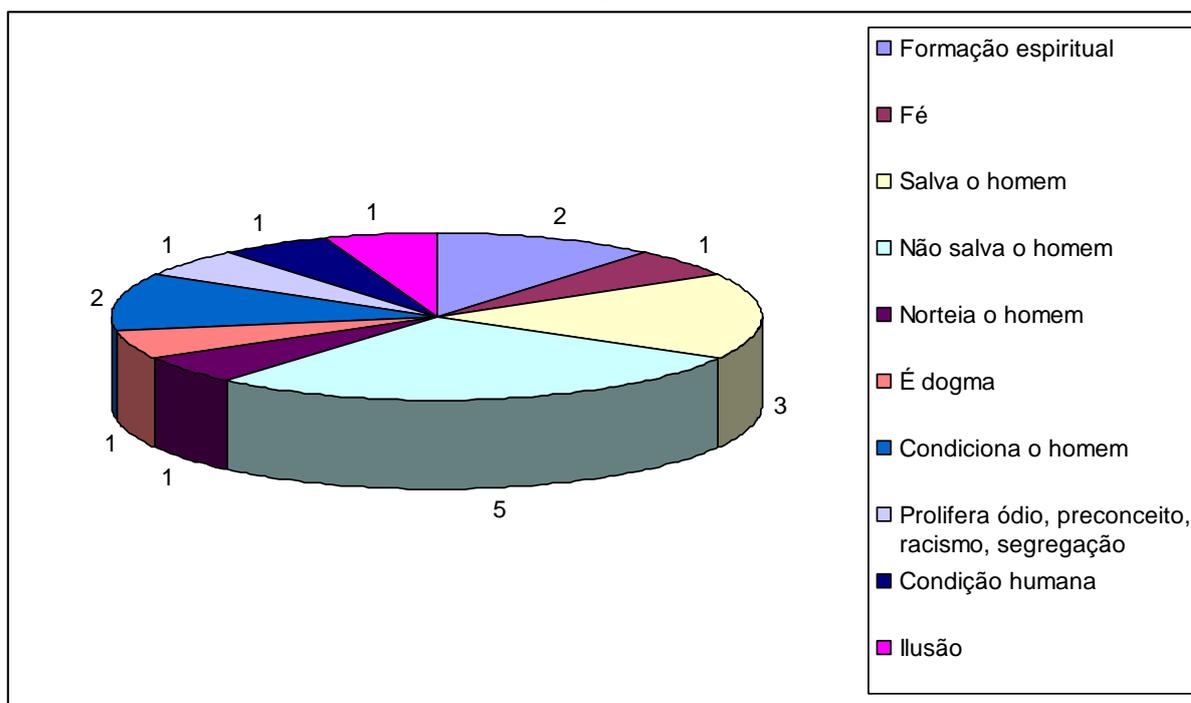
Penso eu que religião não salva o homem. Religião é uma demagogia que o homem criou para controlar as pessoas. Não sei também se só o trabalho salva o homem, não seria suas escolhas, objetivos de vida que o salvariam do mundo ou até de si mesmo? Mas se for para escolher entre um e o outro, fico com o trabalho, religião jamais (**L. A., mulher, mãe, estudante** universitária da FacUNICAMPS; Goiânia-GO)

O fadário humano é a perquirição. As indagações de cunho existencialista, sobre o papel do homem no mundo, seus caminhos e descaminhos e a pretensa salvação, são pontos cruciais que norteiam os passos e os descompassos da caminhada do ser humano sobre a terra. A salvação é uma quimera, quando se parte do pressuposto de salvar-se do quê. O ponto de partida para o sentido de salvação não tem um lugar específico. O temor de não ser salvo, está forjado no ideário religioso do temor de Deus, construído pelos homens, para cercear e limitar condutas, tidas por inadequadas no tecido social. Religião e trabalho são marcas identitárias da conjuntura social amalgamada sobre o mundo, na conquista do bem espiritual – anímico e distante – e o bem material – alijado na luta cotidiana dos teres e haveres. Ambos escravizam o homem, no cotidiano e na perspectiva do além, como se, no trabalho daqui, fosse comprada uma salvação num lugar e num tempo inexistente. Não existe salvação. Existe o agora, o dia, o momento e o instante. Apenas. (**B. A. A. J. F. C., membro do IHGG, escritor, historiador**; Goiânia-GO).

Não sou capaz de responder ao questionamento. "O que salva o homem: a religião ou o trabalho?" Discordo das duas opções. A princípio pensei em colocar que o que salva o homem são as oportunidades, depois, refletindo sobre oportunidades, dei uma viajada e fui "parar" nos portões de Auschwitz, onde estava escrito em alemão: "O trabalho liberta." Refleti que, foi acreditando em uma oportunidade que milhares de pessoas foram parar ali e morreram, se agarraram à esperança de trabalho como algo que mudaria sua situação. Nessa mesma Auschwitz, tem uma frase na cela de um judeu prisioneiro, onde estava escrito que "Se Deus existe ele terá que implorar pelo meu perdão". Diante da minha reflexão neste cenário, comecei achando que o trabalho que liberta o homem, mas ali, Deus era a esperança de uma liberdade no sentido real da palavra, porém, não era assim para todos. Concluí que oportunidade não liberta. Pensei depois que, o que liberta o homem é o conhecimento, mas não fui capaz de desenvolver esse argumento, levando em conta que o conhecimento nos faz escravos de buscá-lo mais e mais, enveredando por um caminho sem volta, me lembrei que ser escravo de algo que se deseja, embora seja bom, como é o caso do conhecimento, é completamente contra a liberdade. Refleti depois sobre muitas coisas e não consegui concluir nenhuma linha de pensamento. Muitas coisas libertam o homem, assim como o aprisionam, isso, vai depender de como é este homem, suas necessidades, seus desejos, sonhos... E não sou capaz de responder. (**D. C., recém-bacharel** em Serviço Social pela FacUNICAMPS; Goiânia-GO).

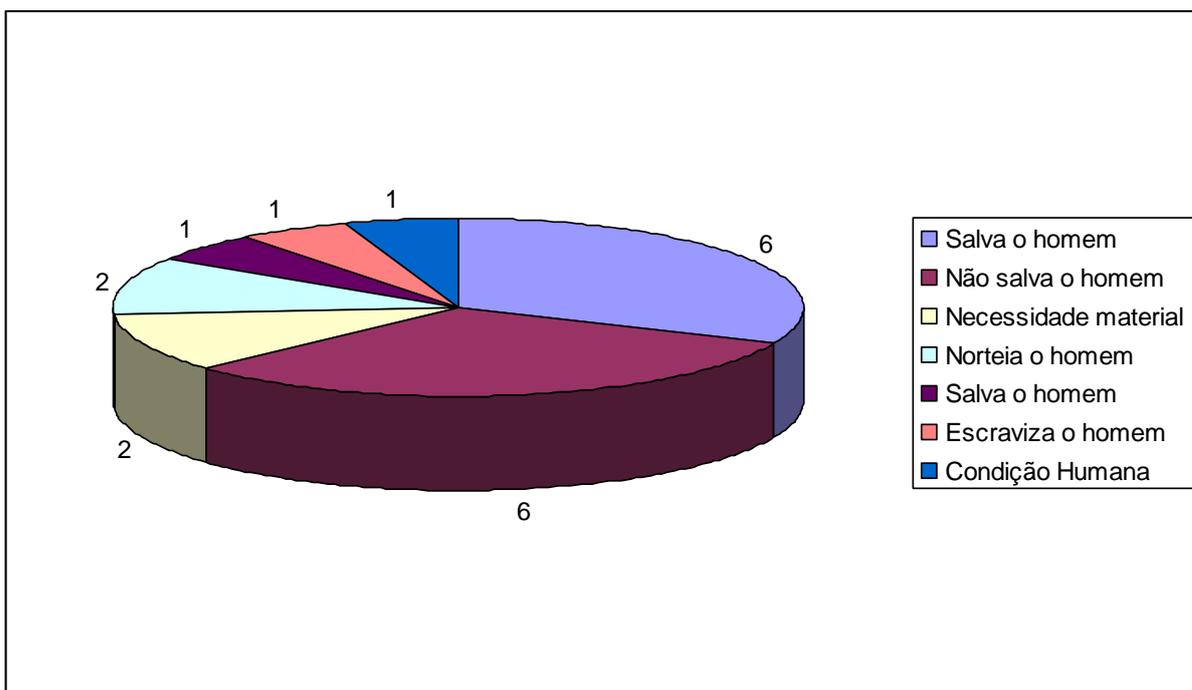
O fato histórico-social-político-cultural é expresso nos **19 depoimentos** apresentados por 12 homens e sete mulheres - profissionais articulados da sociedade civil oriundos das mais diversas correntes filosóficas, classes sociais, divididos entre o labor diário. São sujeitos na condição de homens professores (4); agentes culturais (4); médico (1); jornalista (1); historiador (1); advogado (1). E mulheres professoras (2); espiritualistas (2); estudantes (2); jornalista. A discussão sobre a alienação por parte da categoria **TRABALHO** aparece nas respostas (via redes sociais, devido ao evento mundial COVID-19) amalgamada à possibilidade do alívio/ilusão da dor humana por meio da força abstrata alcançada pela práxis calcada na **RELIGIÃO**.

Gráfico 1. O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (sobre a RELIGIÃO)



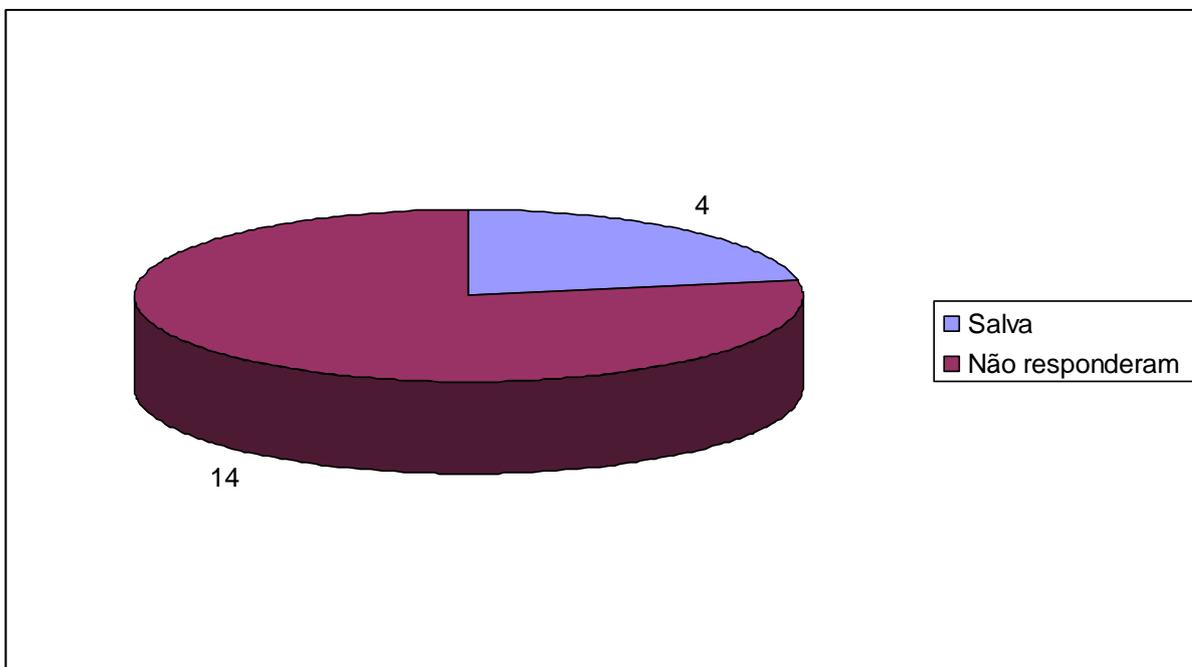
Fonte: Entrevista realizada pelo autor, 2020

Gráfico 2. O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (sobre o TRABALHO)

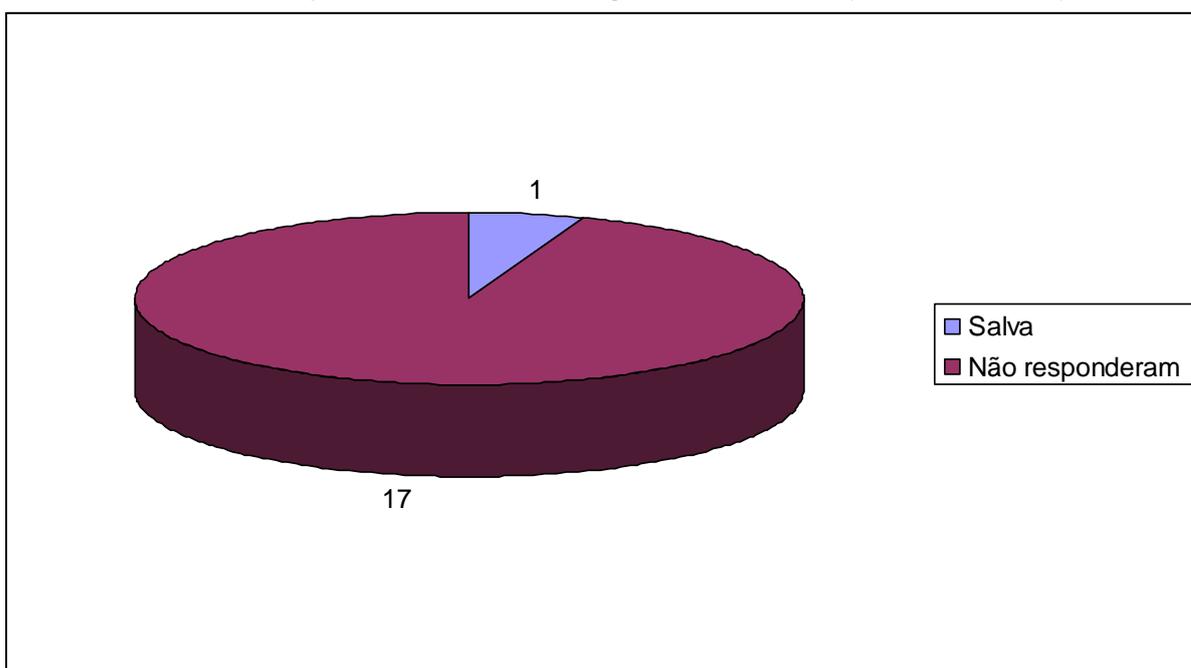


Fonte: Entrevista realizada pelo autor, 2020

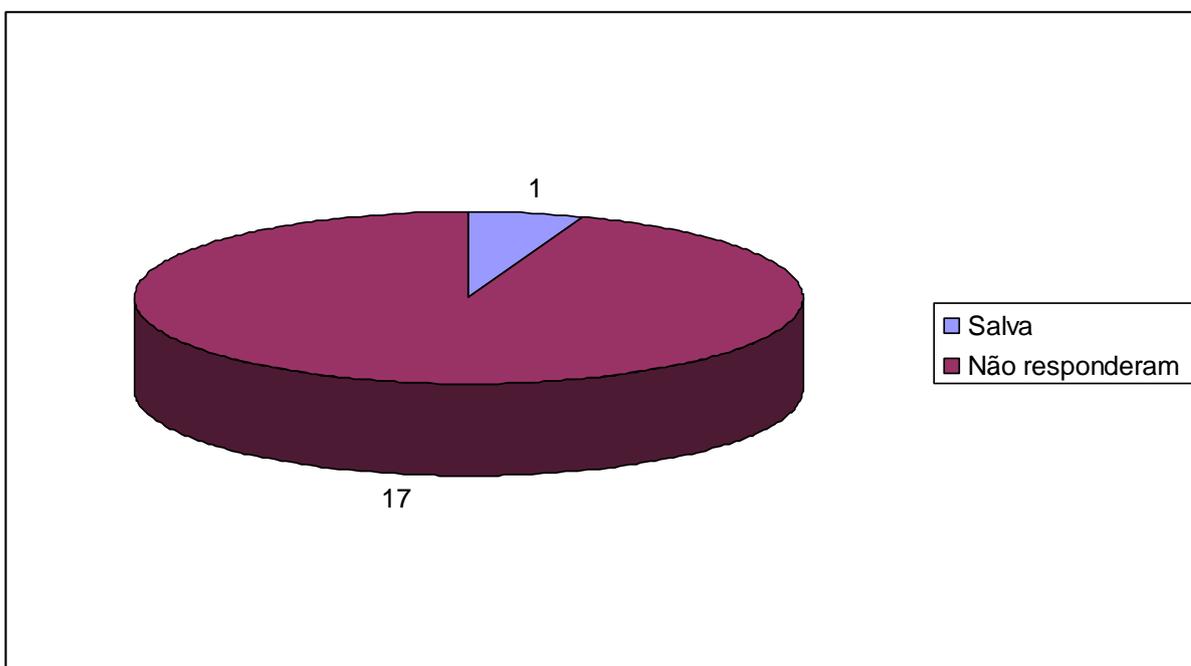
Gráfico 3. O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (sobre a CONSCIÊNCIA)



Fonte: Entrevista realizada pelo autor, 2020

Gráfico 4. O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (sobre a CIÊNCIA)

Fonte: Entrevista realizada pelo autor, 2020

Gráfico 5. O que salva o homem: a religião ou o trabalho? (sobre o ESPÍRITO)

Fonte: Entrevista realizada pelo autor, 2020

A discussão reforça a Tese em sua pergunta, provoca a afirmação do autor com relação ao Objeto da pesquisa, **o trabalhador**, livre ou apenado, o qual se **salva pelo labor**. Para seis dos entrevistados o **TRABALHO** salva o homem. Outros seis afirmam que o trabalho não salva, sendo fonte de necessidade material (2); norteia o homem (2). Nas falas ressaltam respostas com relação à categoria Trabalho a qual: salva o homem; o escraviza; é rotina (2); falácia; condição humana; alienação (4); exploração; humaniza; é pena perpétua; produtor e reproduzidor; simboliza bem-estar material e espiritual de poucos; é dignidade humana (2).

No reverso da reflexão, solto ou preso, **aliviado ou não, na crença**, o trabalhador desespera-se com a possibilidade concreta da **cadeia**. Segundo os citados a **RELIGIÃO** salva o homem (3); não o salva (6); significa formação espiritual (2); fé; levaria o homem à morte por falta de alimento corporal; - norteia o homem; é dogma; condiciona o homem (2); prolifera ódio, preconceito, racismo, segregação; é rotina; condição humana; Ilusão; emburrece; desumaniza; significa abstração; falácia. Entre os diversos tipos de interpretação individual do que até os dias de hoje foi, ainda é, possa ou venha a ser a Religião, conceitos e definições tais como o fato de ser esta uma condição humana; alienação (4); exploração; humanização; pena perpétua; produtor e reproduzidor do bem-estar material e espiritual de poucos; ainda, da dignidade humana (2).

O conceito Consciência conclui o conjunto de respostas (4) a caracterizar uma certeza de parte dos entrevistados; seguidas da Ciência (1); Espírito (1). Na forma de resposta mais corajosa-verdadeira-crítica encerra a enquete a afirmativa “não sei responder”. Esta que parte de mulher recém-bacharel em Serviço Social, a qual arremata: “A princípio pensei em colocar que o que salva o homem são as oportunidades, depois, refletindo sobre oportunidades, dei uma viajada e fui “parar” nos portões de Auschwitz, onde estava escrito em alemão: ‘O trabalho liberta’”. No que prossegue a estudante: “Nessa mesma Auschwitz, tem uma frase na cela de um judeu prisioneiro, onde estava escrito que ‘se Deus existe ele terá que implorar pelo meu perdão’” (descrito acima, na última das respostas).

O combustível que fomenta essa relação paradigmática é o capitalismo. Carece a ponderação de que as relações de produção e reprodução capitalistas, tanto da obra quanto de seu autor, desembocam na crise da práxis e existência humana assim considerado em estudos de Arendt:

Considerados como pertencendo ao mundo, os produtos da obra, e não os produtos do trabalho, “garantem a permanência e a durabilidade sem as quais um mundo não seria de modo algum possível”; e seria justamente dentro desse mundo de coisas duráveis que “encontramos os bens de consumo com os quais a vida assegura os meios de sua sobrevivência” (ARENDETT, 1951, p. 82)

O trabalhador convive em meio a um universo de possibilidades, impossibilidades, fatos e acontecimentos concretos-abstratos. A dúvida determina sua eterna busca por respostas. As descobertas promovidas à humanidade por meio da práxis ou mérito da ciência não deram conta, ainda, da resposta à pergunta da Tese. **Há salvação?** Existe um tempo e lugar diferente? O trabalho é ou não modo de **libertação**? A prisão significa **ressocialização** do sujeito? De onde viemos? Para onde dirige a **humanidade**?

Em meio a inúmeras ilações, a verdade do mundo - virtualizado - revela ser em caos. Nas últimas duas estações, acuado pela realidade do vírus COVID-19, o coletivo trabalhador, a nível planetário, foi forçado ao convívio familiar, a conhecer os seus na sua casa, a relacionar - para-além da realidade virtual – com suas verdades.

Para além da afirmação da hipótese, há que se considerar diversas formas ocupacionais retratadas enquanto ontologia humana. Estas podem dar significado e significância à vida, caracterizadas no sagrado e na fé, na crença e arte, nos esportes, na relação com o outro, no (a) esposo (a), companheira (o). São fontes dinâmicas cuja energia humano-espiritual, sua forma concreta e/ou abstrata, segundo Drauzio Varella, traduzem formas concretas e urgentes de “afastar a alma da cadeia”.

O capitalismo, modo de produção incessante, prossegue a alterar, transformar a possibilidade de vida e a proximidade da morte. A pesquisa ***Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho*** entende que o Estado direciona, penaliza corpos por meio das crenças, manipula leis que punem, vigiam o trabalhador apenado na prisão, regula as relações trabalhistas submetidas às leis do mercado.

As constituições mostram-se anêmicas, sistêmicas, funcionalistas, estruturais, incapazes de promover os direitos do homem em meio à anomia da realidade consumista, virtualizada, adoentada, carente de salvação, violenta e banal. A seguir, o subcapítulo 3.5 discute a relação **Trabalho, Exclusão e Prisão**, traz à tona a arena penitenciária, a “divisão sexual do trabalho”, os “papéis” dos gêneros

tramados pela sociedade na qual a mulher reclusa realiza alguma forma de ofício, inclusive o masculino.

3.5 A exclusão e a prisão

O trabalho representa a essência humana, atividade de labor, conquista, promove a subsistência dos cidadãos. Categoria de dever moral particular e social, fomenta a vida a partir dos recursos materiais, da interação entre sujeitos ou coletividade. Ao trazer à discussão, uma vez mais, a categoria Trabalho, a escrita aponta o lado interno da prisão, locus no qual o capitalismo incessante prossegue a alterar, transformar a possibilidade de vida e a proximidade da morte, exposto no item 3.4. O assunto expõe a Lei de Execução Penal (nº 7.210/1984), prevê o trabalho na condição de direito do apenado, em seu artigo 41, acesso tornado obrigação na forma do art. 31 desta mesma lei.

Sendo assim, enquanto direito, cabe ao Estado disponibilizar postos de trabalho suficientes e adequados às condições de cada um, levando em consideração a aptidão e capacidade laboral do preso. Determina ainda a Lei nº 7.210/84 que na atribuição do trabalho devem ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado, posto [artigo 32 da LEP] (SILVA, 2016, p.88).

Com relação às mulheres apenadas na arena da prisão a vigilância e disciplina dispõem maior rigor do que com relação ao público masculino. As atividades desempenhadas são conhecidas como “ocupações do colarinho-rosa”, limpeza, corte e costura, artesanato, tarefas cujo foco seria a “catequização” doméstica, disciplinada a ser feminina (ZANINELLI, 2015)⁴⁷.

As relações no cárcere feminino reproduzem a regra do medo, doutrina de prêmios e castigos, altera a conduta das pessoas, não pelo estímulo, mas a coerção, quando a disciplina é tida como um mecanismo que justifica o incremento do sofrimento (ZANINELLI, 2015). O público masculino conta com opções a mais no que refere aos trabalhos que podem ser desempenhados, isso com maior espaço.

Na arena penitenciária há uma “divisão sexual do trabalho” estabelecida nos “papéis” dos gêneros tramados pela sociedade na qual a mulher reclusa realiza

⁴⁷ (Disponível em: <<<https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/dissertacoes-defendidas-1/6854-giovana-zaninelli/file>>>

alguma forma de ofício masculino. “Com o advento da necessidade de proteção aos direitos humanos e da existência das correntes garantistas, críticas da criminologia e do direito de execução penal, a atividade somente passou a ter caráter de direito devido ao vínculo com a finalidade ressocializadora” (ESPINOZA, 2004, p. 43, *apud* ZANINELLI, 2015, s/p.). A faxina da penitenciária não é remunerada sendo que o trabalho prisional não é direito, mas instrumento de punição.

O trabalho realizado na prisão é disponibilizado aos internos com bom comportamento como oportunidade e segundo a Lei de Execuções Penais, artigo 126 §1º inciso II, cada três dias trabalhados descontam um dia de punição. Antes do período humanista de proporcionalidade entre as penas e os castigos, existia a pena de morte, sendo de entendimento posterior o fato de que seria útil manter o contingente carcerário ocupado como instrumento de dominação, ainda a ser utilizado como mão de obra barata. A segregação é fomentada a disciplina, castigo, ensino da religião, trabalho, este que é um fator histórico, quando o ato de punir era visto como um direito do Estado num passado recente, quando “[...] o esquizofrênico ‘foi aprisionado num fluxo de desejo que ameaça a ordem social’ (HARVEY, 2001, p. 316).

O Estado Democrático de Direito passa a punir de forma racional e civilizada. Visa a moral dos condenados por meio de “castigos sociais” e sua ressocialização em meio à sociedade. Isso por meio da exploração da força de trabalho com foco no lucro ou mais-valia, mas essa dinâmica desaparece com a implantação sistema fabril como “retorno ao culto superficial da máquina eficiente como mito capaz de encarnar todas as aspirações humanas” (HARVEY, 2001, p. 42-43).

Com o advento da sociedade industrial, a prisão deixa seu caráter de penitência consolidada por dispositivos disciplinares a segregar, reter e custodiar a partir da intimidação e correção “daqueles que fomentavam greves, os exploradores da prostituição e as prostitutas que eram presas por vadiagem (QUINTINO 2005, p. 56-7, *apud* ZANINELLI, 2015, s/p.)⁴⁸.

O trabalho dos (as) presos (as) é apropriado ao custo de mão de obra, muitas vezes, gratuita, sem direito trabalhista. Em meio à precarização trabalhista, o questionamento se é ou não uma forma de reinserção social. Trabalhar na prisão não significa a reinserção social, mas jogar com o poder da instituição. O privilégio

⁴⁸ (Disponível em: <<<https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/dissertacoes-defendidas-1/6854-giovana-zaninelli/file>>>

da “imagem de fachada criada pelo sistema considera que aquele que trabalha na prisão apresenta maior possibilidade de recuperação” (RAUTER, 2013, p. 104). A penitenciária como fábrica, campo de trabalho e reinserção social é equivocada.

Cabe destacar que quando a Lei de Execução Penal determina que na atribuição do trabalho no cárcere devem ser considerados, entre outros aspectos, as oportunidades oferecidas pelo mercado, e que o artesanato sem expressão econômica dever ser limitado, tem-se aí um viés notadamente capitalista neoliberal, quando preocupa em preparar o preso par atividades lucrativas, desestimulando as atividades artesanais que não possam trazer resultados econômicos (SILVA, 2016, p. 64).

A arena prisão não se trata de célula produtiva a resultar em utilidade econômica, mas atividade à margem do mercado de trabalho, sem direitos, garantias, remuneração adequada. Caracteriza atividade “economicamente atípica”, expressão socioeconômica legal-comportamental-cultural a esbarrar na questão dos direitos humanos.

Segue a Tese com a teoria:

Por outro lado, nos presídios privados, onde o trabalho do preso é entregue às empresas conveniadas que se estabelecem dentro da Unidade Prisional, a finalidade produtiva passa a ter grande importância, até para a permanência do preso naquele estabelecimento prisional e pelo valor econômico que representa. A despeito de proclamar que a pena tem como objetivo a harmônica integração do condenado à sociedade, constitui um paradoxo buscar algum objetivo harmônico impondo castigo [...] A imposição do trabalho ao preso condenado funciona, na realidade do sistema prisional brasileiro, nas prisões públicas, mais como um meio de disciplina e ocupação do tempo do apenado, e também como mão de obra ‘barata’ para realizar serviços internos de limpeza, conservação e cozinha, e menos pelo valor econômico da atividade (SILVA, 2016, p. 64-65).

Quanto aos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, a remissão de pena no sistema prisional, assim como a educação, são um tipo de benesse e não direito, quando prestada, não é realizada com o intuito e a qualidade que se espera (BRASIL, 2008, p. 69).

A arena prisão penaliza o sujeito retratado nos gráficos do alto índice de analfabetismo, maior entre o sexo masculino que o sexo feminino apenado. A pessoa humana sujeitada ao estabelecimento penal enfrenta a má alimentação, uso e abuso de substâncias lícitas/ilícitas, falta de higiene, educação, lazer, visita íntima, e atividades laborais. Essa mazela denuncia que “[...] as prisões nacionais são verdadeiros depósitos de seres humanos onde os próprios fatos, como a crueldade,

a tortura e o extermínio demonstram empiricamente a deslegitimação do sistema punitivo” (SILVA, 2016, p. 72).

Isso em meio à superlotação, sedentarismo, espaços inadequados, insalubres, combinados além da tortura e violência, doenças físicas, psíquicas, espirituais. Ainda a ausência do banho de sol, áreas e serviços destinados à assistência, educação, trabalho, recreação, prática esportiva em instalações as quais, na prática, nem sempre podem ser verificadas. A verdade prisional denuncia:

As penas são executadas em ambientes degradantes, superlotados, insalubres, com crueldade extrema, tortura e morte. Esta é a realidade operativa do sistema prisional do Brasil, no que fica clara a violação constitucional que veda penas cruéis e degradantes, e principalmente, a pena de morte em tempo de paz (SILVA, 2016, p. 72).

O cárcere, em Tese, deveria proporcionar oportunidades de estudo, profissionalização, qualificação no mercado de trabalho. Ao contrário, a fotografia das casas penais no Brasil, Nação historicamente acostumada à mazela das grades, denuncia que a violência, exclusão e estigma social “nunca saiu de cena, sobretudo, contra os corpos negros e pobres das periferias brasileiras” (ANDRADE, op. Cit. p. 309, *apud* SILVA, 2016, p. 72).

Acuado pela discriminação o (a) apenado (a) não alcança inserção na sociedade capitalista, reincide no mundo do crime, o que **leva a Tese a concluir** que “a penitenciária é, portanto, fábrica de proletários e não de mercadorias” (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 211-212, *apud* ZANINELLI, 2015).

Então, “[...] a ressocialização é um mito e a prisão é um fracasso, se considerarmos que fabrica o criminoso e a criminalidade, ou seja, apresenta uma eficácia invertida” (ANDRADE, 2012). No entanto, realiza funções não declaradas, o que eleva os índices da criminalidade a partir da criminalização da pobreza, o que faz da prisão um sucesso.

Na prisão “todo pavilhão tem um líder que comanda e obriga os demais internos a situações diversas e pagamentos de taxas: tem taxas para as comarcas, para ter uma visita, para ter assistência médica, odontológica [...]” (COELHO, 1987, s/p.).

Além disso,

[...] os internos são obrigados a comprar no mercado que existe dentro do pavilhão onde as mercadorias são mais caras. Eles têm que fazer dívidas para os familiares pagarem. O ambiente prisional brasileiro tornou-se espaço propício para o desenvolvimento de diversificadas atividades econômicas com produtos e serviços lícitos e ilícitos. Esse tipo de articulação ficou conhecido como 'economia delinquente' (COELHO, 2005, s/p.).

De acordo com Koselleck (2006):

A construção de modernas prisões distantes dos vícios da cidade, a instalação de colônias agrícolas e “prisões abertas” em áreas rurais e a proliferação de penitenciárias de “segurança máxima” são fenômenos distintos, que se desenvolvem em espaços de experiência heterogêneos, cada qual ligado a um particular horizonte de expectativas⁴⁹.

Em Itirapina, interior de São Paulo, existe enorme discrepância entre os processos de implantação e recepção de suas duas penitenciárias (SILVESTRE, 2012). A primeira, de 1978, começou a funcionar sem maiores turbulências; sua localização aspirava a facilitar a reabilitação dos presos via trabalho agrícola e progressiva integração à vida pacata da cidade. O espaço de experiência e o horizonte de expectativas que informavam seu processo de instalação eram mais próximos daqueles que conformaram o funcionamento das primeiras Casas de Correção, no século XIX, do que de sua unidade vizinha, 20 anos depois.

A limitação do espaço, cultura prisional, o controle social por parte das lideranças facilita o monopólio da oferta de bens e serviços por determinado grupo. Na ausência da concorrência, a probabilidade de êxito do empreendimento é alta.

De acordo com Lourenço e Almeida (2013):

Aí, digamos, o líder do pavilhão fica com o lucro do Trabalho que tem lá. E, além disso, têm as bolsas de piaçava, outros tipos de artesanato, outros tipos de Trabalho. A cadeia mudou muito, em parte até para melhor, porque em vez de as pessoas ficarem guerreando como era naquela época, como índio trocando faca... Isso uma menina me falou uma vez: “Vocês vivem vida de índio, uma coisa do tempo antigo coisa de uma pessoa pegar uma faca e outra pessoa pegar outra e ficar guerreando até morrer, isso é coisa do passado, de índio”. Então, em vez de as pessoas fazerem isso, as pessoas hoje procuram trabalhar, progredir⁵⁰.

⁴⁹ (apud GODOI, Rafael; ARAUJO, Fábio; MALLART, Fábio. Espacializando a Prisão: A conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2019, vol. 38, n. 3, p. 591-611. Epub, jan 27, 2020. ISSN 1980-5403. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300201900030003>).

⁵⁰ (Depoimento concedido a *Tempo Social* 25 (1): 37-59, junho de 2013, *Revista de Sociologia - USP*, v. 25, n. 1 – “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”, p. 37-59. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269605691_Quem_mantem_a_ordem_quem_cria_desordem_gangues_prisionais_na_Bahia)

Quanto às transformações punitivas na transição à modernidade, os métodos de punição começaram a sofrer mudança gradual e profunda em fins do século XVI.

A possibilidade de

[...] explorar o Trabalho de prisioneiros passou a receber crescentemente mais atenção. Escravidão nas galés, deportação e servidão penal através de trabalhos forçados foram introduzidos, os dois primeiros por um certo tempo; o terceiro como precursor hesitante de uma instituição que tem permanecido até o presente. [...] Estas mudanças não resultaram de considerações humanitárias, mas de um certo desenvolvimento econômico que revelava o valor potencial de uma massa de material humano completamente à disposição das autoridades (LOURENÇO e ALMEIDA, 2013, p. 39).

Em síntese, existe vínculo entre mudanças nas modalidades punitivas com as necessidades políticas, econômicas e produtivas da sociedade. Dentro da cadeia:

A vida é então repartida de acordo com um horário absolutamente estrito, sob uma vigilância ininterrupta: cada instante do dia é destinado a alguma coisa, prescreve-se um tipo de atividade e implica obrigações e proibições: Todos os prisioneiros se levantam cedo de madrugada, de maneira que depois de terem feito as camas, terem-se lavado e atendido a outras necessidades, começam o trabalho geralmente ao nascer dom sol. A partir desse momento, ninguém pode entrar nas salas ou outros lugares que não sejam as oficinas e locais designados para seus trabalhos [...]. No fim do dia, toca um sino que os avisa para deixar o trabalho [...]. Eles têm meia hora para arrumar as camas, e depois disso não lhes é mais permitido conversar alto e fazer o mínimo ruído (FOUCAULT, 2014, p. 123).

No caso específico da prisão - questão penitenciária, tal premissa permitiu que esses pioneiros pesquisadores conectassem essas práticas espelhadas na *Poor Law* inglesa, hoje, consideradas os “mais remotos e cambiantes arranjos de política social no contexto da relação entre o Estado e o pobre” (PEREIRA, 2009, p. 61).

Com relação à estrutura dos sistemas penais, o papel das *workhouses* sentenciam: “A história da política pública para mendigos e pobres somente pode ser compreendida se relacionamos a caridade com o direito penal” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 1999, p. 52).

Há um desvelamento da conexão funcional entre sistema panóptico, possibilidades de controle, gestão da força, mercado de Trabalho que constituiu num primeiro e mais característico enfoque da economia política da penalidade. “As perspectivas dessa abordagem ampliam a percepção de suas ambivalências funcionais do sistema de penalidades, vez que são identificados diferenciados objetivos atribuídos e desenvolvidos pela prisão” (FOUCAULT, 1991, s/p.).

Estes que são objetivos ideológicos ligados à repressão e redução da criminalidade o são, também, objetivos reais. A repressão seletiva da criminalidade e a organização da delinquência definem a tática política de submissão. As duas principais funcionalidades do sistema de penalidades estariam na “docilização dos corpos e na produção da delinquência”, expressão foucaultiana, permitido enquanto dinâmicas de poder e dominação social.

A repressão da criminalidade tem estratégia econômica nessa “docilização dos corpos”, domesticação do delinquente forçado a ser trabalhador. A produção da delinquência fomenta a moralização da classe trabalhadora a ocultar pelo viés da criminalidade a responsabilidade da classe dominante, isso por meio da contribuição da economia política, ortodoxia explicativa-analítica, vínculo ao mercado de Trabalho esboçado na exploração do trabalhador apenado na Prisão.

Este campo de análise com relação à manutenção da grade teórico-cognitiva instalada na penitenciária revela a ortodoxia insuficiente no enfrentamento das complexidades, das estruturas sociais a manejar as relações contemporâneas cimentadas no capitalismo, acuadas pelos sistemas de penalidades⁵¹.

Em meio à percepção das ambivalentes funcionalistas, numa estreita correlação com o sistema penal, a classe trabalhadora se instala na certeza de classe subjugada às incertezas impostas pela articulação do Estado.

[...] neutralizar e estocar fisicamente as frações excedentes da classe operária [...] impor a disciplina do Trabalho assalariado dessocializado entre as frações superiores do proletariado e os estratos em declínio e sem a segurança da classe média [...] [e simbolicamente] reafirmar a autoridade do Estado e a vontade reencontrada das elites políticas de enfatizar e impor a fronteira sagrada entre cidadãos de bem e as categorias desviantes, os pobres “merecedores” e os “não merecedores”, aqueles que merecem ser salvos e “inseridos” (mediante uma mistura de sanções e incentivos) no circuito do Trabalho assalariado instável e aqueles que, doravante, devem ser postos no índice e banidos, de forma duradoura (WACQUANT, 2007, p. 16-17)⁵².

A proposta neoliberal dos anos 1990 abre caminho às reformas políticas, transforma o sistema penal em “[...] espécie de território sagrado da nova ordem socioeconômica global” (WACQUANT, 2003, p. 7-8). Os processos sociais

⁵¹ CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 15-36, june, 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702013000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11.06.2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702013000100002>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702013000100002.

⁵² (idem).

determinam as desigualdades econômico-sociais. As gestões tratam de buscar mecanismos legais e maior rigidez, constroem o trabalho, criminalizam a cultura da dependência político-criminal, o que caracteriza a negação de direitos.

A mídia comercial manipula a opinião social, pauta o discurso político, endossa e faz com que a “hegemonia do discurso criminológico (ocorra) na esfera das comunicações” (WACQUANT, 2003, p. 7-8). Os discursos que pregam a penalização tornam parte “da paisagem urbana” e interação do coletivo no cotidiano “incluindo a base social a nível local, mídia comercial, os agentes políticos, expedientes burocráticos e universidades” (WACQUANT, 2015, p. 28).

A realidade brasileira retrata a correlação de forças político-jurídicas entre a Constituição e o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), confrontados por ideologias político-morais, religiosas e discursos midiáticos que pregam a penalização. A cultura da ordem populista tem no progresso e no medo a forma de discurso positivista que aprova a instituição penal, ignora a violação dos direitos humanos numa conjuntura que revela: “Uma estreita e positiva correlação entre a deterioração do mercado de trabalho e o aumento dos efetivos presos - ao passo que não existe vínculo algum comprovado entre índice de criminalidade e índice de encarceramento” (WACQUANT, 2001, p. 107).

De cunho ideológico-político encarcerador as políticas econômico-sociais, educacionais, profissionalizantes, não conseguem promover a prevenção da violência sem a penalização do espaço social urbano e do estigma do sujeito antes condenado. Essa mazela fere preceitos de leis promulgadas e estabelecidas no Programa Nacional de Direitos Humanos, do Governo Federal do Brasil, criado com base no art. 84, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, pelo Decreto nº 1.904 de 13 de maio de 1996 (PNDH3).

Informações do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) revelam:

Em 2016 existiam 726.712 pessoas privadas de liberdade no Brasil. Em relação ao número do *déficit* total, 358.663 mil vagas, o que representa aumento da ordem de 707%, em relação ao total registrado no início da década de 1990. Quanto à situação jurídica dos encarcerados, 40% das pessoas presas no Brasil, em junho de 2016, não haviam sido julgadas e condenadas⁵³.

⁵³ DEPEN, 2016, p. 8-13, apud LIMA, César B., A justiça restaurativa como processo educativo de resistência ao itinerário penalizado dirigido aos jovens da periferia urbana, política e Trabalho, 2018, Issue 48, p.183-196. Acesso em 10 de junho de 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/32415/20489>

O fenômeno da desigualdade se soma à injustiça social, alcança imensuráveis parcelas do coletivo global. Os deslocamentos em razão das forças econômicas e políticas mundializadas denunciam a rapidez do fluxo de capital, contrastam com a rigidez das fronteiras, a precarização do Trabalho, contribuem no alargamento da distância entre ricos e pobres, mazela conjuntural.

O Estado-Nação, as corporações sem fronteiras, a emergência das instâncias regionais supranacionais caracterizam a realidade na qual: “Ao mesmo tempo permanece a gestão responsável por aplicar o direito, exercer coerção, controlar fronteiras, na condição de *locus* por excelência da atividade democrática” (GOMES, 2019, s/p).

A marginalidade, fenômeno sociológico, elenca fatores históricos que determinam o comportamento e papel do sujeito, o drama de sobreviver à vida no centro urbano-industrial. As manchetes midiáticas retratam homens que atacam, roubam, matam e caracterizam a marginalidade mercadológica, resposta imediata às contradições da sociedade “organizada”. São os marginais ou criminosos apenados pelo Estado, impossibilitados da sua integração à sociedade, à ordem, outras instituições que não espelhem a prisão.

A violência institucional estende a situação subumana da população carcerária denominada pelo aparato policial “reeducanda”, como se fosse possível a reeducação de alguém nas circunstâncias em que se encontram os apenados.

Há 150 mil presos confinados num espaço total com capacidade para 60 mil. As condições sanitárias são horríveis e muitos presos estão doentes, sem tratamento; o Estado não garante a integridade física dos detentos, sendo comuns estupros e assassinatos; não são devidamente separados criminosos perigosos de autores de pequenos delitos; muitos estão presos irregularmente em celas de delegacias e aguardam julgamento por muito mais tempo do que prevê a lei” (*A Igreja e os presos. O Estado de S. Paulo*, 15/02/97).

Nas prisões as indignidades físicas, mentais, humilhação do rebaixamento social, degradação deterioram a moral irreversível. Os “reeducandos” são sujeitados à violência policial-prisional a anular as possibilidades de reintegração à sociedade, o que os torna ainda mais violentos enquanto indivíduos subjugados ao aparato policial, esquecidos na cadeia.

No ano de 1997, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) abordou o tema *Os Encarcerados*. À época, cerca de 15% a 20% dos encarcerados, no Brasil, foram vítimas de flagrantes forjados pelo aparato policial. Em meio à violência dos excluídos e repressão institucional, evidencia-se o paradigma retratado nas contradições do sistema político-econômico capitalista com foco no lucro, não no trabalhador. As relações sociais contemporâneas resultam da sociedade violenta-urbano-industrial “[...] e do processo de filtragem, discriminação, seleção da população mais qualificada” (GULLO, 1998, p. 105-119)⁵⁴.

O ato de viver (político) numa determinada região e/ou meio, submetido a condições socioeconômicas marcadas por injustiças sociais exacerbadas resulta na violência. As condições do sistema, em relação à socialização e consumo passam pelo funil do capitalismo concorrencial “selvagem”, consumista, orientado por símbolos fetichistas de valores contraditórios, o que define o comportamento moral vigente (GULLO, 1998, p. 105-119).

O trabalho do preso é, indiscutivelmente, um dos grandes desafios do Terceiro Milênio. Não é mais possível a passiva aceitação da injustificável ociosidade em que vive a maioria dos presos que estão recolhidos nas Penitenciárias brasileiras, com maior gravidade daqueles que estão encarcerados nas Cadeias Públicas, onde o ócio é ainda maior. Como é de notório conhecimento, as Cadeias Públicas não dispõem de acomodações compatíveis nem de condições adequadas para abrigar e muito menos “proporcionar a harmônica integração social do condenado e do internado”, objetivo da execução penal, que vem expressamente preconizado no artigo 1º, da Lei de Execuções Penais. Com efeito, se ao homem livre de que qualquer apenação, o trabalho, de onde retira o seu sustento, por mais humilde que seja, o dignifica e ainda representa um dever moral e social, porque imputar ao preso a nociva ociosidade, reconhecida por todos como uma das causas geradoras de indisciplinas, fugas, reincidência, desestruturação familiar, motins e rebeliões nos Estabelecimentos Prisionais? Ademais, se o encarcerado não trabalha, a responsabilidade de sua manutenção recai exclusivamente no Estado, exigindo cada vez mais recursos financeiros para essa finalidade. Criar nos Estabelecimentos Prisionais fontes de trabalho para ocupar o tempo do condenado e do internado, proporcionando-lhes sua reintegração social com dignidade e, sem dúvida, um dos maiores desafios do Estado, dos órgãos envolvidos com a execução penal, das autoridades e do cidadão, que também é responsável para que a pena em execução não seja desprovida do cárcere educativo e ressocializador que a lei lhe atribui (VAZ, 2002, p. 29).

No que prossegue a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STF):

⁵⁴ GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 10(1): 105-119, maio de 1998.

Se ao homem livre o trabalho, por mais humilde, o dignifica, representa dever moral, social. Não há que imputar ao preso a ociosidade, geradora de indisciplinas, fugas, reincidência, desestruturação familiar, motins, rebeliões nas instituições prisionais. Mais, se o encarcerado não trabalha, a responsabilidade de sua manutenção recai exclusivamente sobre o Estado, exige recursos financeiros para tal. Há que se criar nas prisões o trabalho, ocupar o tempo do condenado, viabilizar a reintegração social, a dignidade. Este que é um desafio do Estado, órgãos envolvidos, execução penal, autoridades, cidadãos. A pena em execução não deve ser desprovida do cárcere educativo e ressocializador que a lei lhe atribui (VAZ, 2002, s/p.).

Em relação ao quadro social que revela o que “resta de humano” em meio à população vulnerável, instalada na prisão, o item 3.6 da Tese traz à tona a interface alienação, pobreza e urbanização, discutido a seguir.

3.6 A interface alienação, pobreza, urbanização

Com foco no mercado, a dinâmica da cidade ou centro urbano-industrial provoca a gentrificação. Este fenômeno de transformação urbana instiga a elitização do espaço, altera a composição social da região ou bairro. A partir da migração do campo para a cidade os trabalhadores, mal instalados nas cidades, são afastados da possibilidade de inclusão social - responsabilidade estatal – dentro do sistema capitalista, já no século XXI.

Apresentado no tomo 3.5, o assunto das prisões perpassa as indignidades físicas, mentais, humilhação do rebaixamento social, degradação da moral, irreversível. Os “reeducandos” são sujeitados à violência policial-prisional, fenômeno que anula as possibilidades de reintegração à sociedade, torna ainda mais violentos os indivíduos subjugados ao aparato policial, esquecidos na cadeia. De acordo com Costa, “uma grande parte da população à margem do desenvolvimento e que não usufrui dos benefícios sociais” (2010, p. 134).

A discussão envolve as áreas de História, Arquitetura e Urbanismo a compor o Plano Diretor, especulação imobiliária, interesses da gestão, neste caso, com foco no centro urbano-industrial. Fator social excludente, a pobreza urbana, absoluta e crescente, impulsiona manchetes sensacionalistas, dá fôlego à violência sistematizada, promove a história das periferias distanciadas da escola, ameaçadas pela proximidade da prisão. As cidades criam bolsões da miserabilidade humana, consequência da migração rural, concentração da propriedade privada caracterizada no latifúndio financiado pelo capital transnacional. A especulação da gleba/solo, direito estabelecido nas Constituições legadas aos direitos humanos, retrata o setor

agrário como principal agente a expulsar da terra trabalhadores - cerca de 35% da população metropolitana. Em sua grande maioria, migrantes.

Este coletivo fomenta o fluxo da miserabilidade humana nas cidades, consequência concreta da proposta capitalista com relação ao trato do campo. As máquinas instalam a realidade da mão de obra sazonal assalariada por tarefa. O descaso das autoridades incita à alienação dos direitos, distanciamento dos sujeitos sem face, os sobrantes (Mészáros) ou lazarentos (Marx) da participação na riqueza social alcançada. Afastados de quaisquer possibilidades em participar da equidade da riqueza capitalista produzida - inalcançável, tornam-se potenciais sujeitos açodados pela exclusão metropolitana que fomenta a população carcerária, coletivo este impossibilitado da inclusão no mercado enquanto mão de obra industrial.

O quadro político social, agravado pela economia alavancada a ações intermitentes, temporárias, emergenciais define a mazela socioeconômica (já trabalhada pela Tese) dos trabalhadores enfileirados nas colunas dos miseráveis de mãos estendidas aos mínimos sociais. Reificado, o coletivo passa a depender, cada vez mais, da expansão da produção, subjugado à proposta do desmonte de direitos, ao alívio temporário esboçado em ações pontuais a delegar serviços eleitoreiros tais como serviços e frentes entregues pelos poderes públicos federais, estaduais, municipalizados à população pagadora de impostos, na sua grande maioria acrítica.

Bem ou mal o Estado administra as expressões sociais capitalistas, a ansiedade coletiva toma como alvo do conflito não o poder, mas os signos do poder com relação ao qual os promotores do jogo, neoliberal, temem não a perda do poder, mas que este venha a desaparecer.

Sem apresentar poder de fogo no enfrentamento da pobreza pelo viés das políticas públicas (estabelecidas por lei) o Estado adota a promoção das políticas públicas de policiamento ostensivo, vigilância, violências. A resolução das expressões sociais da *questão social* denuncia renúncia permanente da gestão quanto à responsabilidade perante a mazela da pobreza em espiral ascendente. A conjuntura demanda política pública emergencial, o ir e vir da dignidade, a violência espalhada, a culpabilização das massas, a reificação social das massas acomodadas pela manipulação do capital na periferia das cidades, base da pirâmide social.

Sobre este fator social:

O processo de encarceramento de grupos sociais determinados ganha novo incremento, ora sendo pautados pelos processos de pauperização crescentes, ora demandados por movimentos sociais (como o do *Law and Order*). Os progressos sociais deram vida a esse processo, intensificando-se neste século, em uma constante relação de 'acontecer' a que muitos chamam Pós-Modernidade (SHECAIRA, 2010, p. 14).

A realidade socioeconômica do mundo determina, a cada dia e hora, a economia de mercado. O trabalhador submete ao desmonte de direitos sociais alcançados. Ações afirmativas, movimentos sociais, mobilização de sindicatos dão conta do enfrentamento da realidade econômico-política protagonizado por duas classes sociais distanciadas no poder do capital, uma, a do trabalhador, outra, representada pelo poder do capital.

A esse processo que reflete o momento vivido por todos os povos de diferentes Nações, convencionou-se denominar de Globalização. Diante deste quadro, globalização significa 'os processos, em cujo andamento os Estados nacionais veem a sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores internacionais (BECK, 1999, p. 30 apud SHECARIA, 2010, p. 15).

A situação, temporária, se estende de gestão a gestão, estabelece políticas e projetos pontuais de desenvolvimento social, previdência, financiamento estatal. O que é insuficiente no combate às necessidades humanas fomentadas na extremada desigualdade e injustiça social enquanto consequência do processo de produção capitalista industrial que culmina na cumulação injusta, de um lado só.

A obra *Crítica da razão indolente*, revela:

A subordinação do ' pilar da emancipação ' ao ' pilar da regulação ' explica-se porque 'em vez de um desenvolvimento harmônico dos três princípios da regulação – Estado, mercado e comunidade -, assistimos geralmente ao desenvolvimento excessivo do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e do princípio da comunidade (SANTOS, 2017, p. 55-56).

A promessa da sociedade livre, alicerçada na possibilidade da riqueza distribuída, passa pela equidade e justiça, esbarra na "conversão da ciência em força produtiva que conduziu à espoliação do chamado Terceiro Mundo, a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul" (SANTOS, 2017, p. 55-56).

Sobre os direitos explicitados, e, com relação ao Brasil, a CF/1988, em seu Capítulo II – Dos Direitos Sociais estabelece:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição [EC no 26/2000; EC no 64/2010 e EC no 90/2015] (BRASIL, 1988, p. 11).

Essa relação dialético-paradigmática, mercadológica, apropriada da pobreza humana enquanto a mídia alardeia a mazela socioeconômica. Passivo, o mundo globalizado absorve a informação, internacional e costumeira.

A banalizar a dignidade do ser social instalado nos grandes centros urbanos, à deriva e revelia dos planejamentos oficiais. A desconfiança em relação às camadas pauperizadas cria o sentimento de insegurança generalizada, o mercado acomoda as carências sociocomportamentais (COSTA, 2010, p. 135).

Resultantes concretas da instabilidade socioeconômica essas expressões da *questão social* dão vazão à mídia que alavanca a proposta do estigma social. Sensacionalistas, as manchetes alimentam o preconceito reforçado na direção das camadas mais pobres da população ativa, desta vez, culpabilizadas pelo “seu destino” enquanto classe social que habita a periferia do sistema capitalista, exposta nos “analfabetos funcionais, trabalhadores braçais e negros, ratificando a desconfiança contra essa população” (COSTA, 2010, p. 135).

O perfil “criminoso” do sujeito pobre excluído o torna responsável pela prática policial, a forma de punição, investigação de denúncias ligadas à questão da criminalidade nas cidades. A elite consome itens de segurança disponibilizados pelo mercado em meio a crimes praticados contra a pobreza que deixam de ser denunciados. As estatísticas da miserabilidade urbano-industrial passam a ser manipuladas no fluxo da “suspeita sistemática”.

Para o cientista social Paulo Sérgio Pinheiro, ex-secretário de Direitos Humanos e membro da Comissão Nacional da Verdade, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) este revela ser um tempo de recentes estatísticas as quais demonstram que o desenvolvimento econômico tem aumentado a pobreza e a desigualdade social. Essa realidade é interpretada por Leonardo Boff como fato social do qual “a libertação nasce da lasqueira da vida”, ou seja, do afastar a injustiça social.

Em se tratando da “lasqueira que a vida proporciona” a desproteção das classes subalternas torna a profecia uma realidade cumprida por razões tais porque

“forma-se um círculo vicioso em que o indivíduo, para ter trabalho, precisa ter domicílio, registro, Carteira Profissional e uma situação civil legal” (COSTA, 2010, p. 135). Em meio a outras exigências as quais passam a fomentar, em grande parte e por ausência da documentação, as fileiras de marginalizados sob a constante vigilância policial.

Nascida nos bolsões de miséria da periferia das cidades deterioradas pela mazela capitalista da riqueza acumulada por 1% da população, a pobreza vive a desigualdade social, processo dinâmico incansável a retratar a produção forjada no capital e lucro. A massa alienada estrutura as massas consumistas. A globalização da economia no mundo capitalista gera o fenômeno do *dumping* social⁵⁵. Essa é mais uma artimanha à redução de custos da mão de obra que emprega a força de trabalho infantil, temporária, informal.

O foco do capital é no preço final do produto, não na força de trabalho, desta vez, submetida à robotização industrial. O aprofundamento da tecnologia gera centenas de milhares de pessoas, as massas trabalhadoras, sujeitadas às exigências de mercado no que refere à qualificação. O objetivo é formar fileiras do exército industrial de reserva reavaliado enquanto estrutura da ferramenta (neo) liberal do desemprego estrutural.

A tecnologia de vanguarda alimenta os números da população marginalizada que não cabe nos quadros funcionais da indústria instalada. Outra realidade, a diminuição do tempo dedicado ao trabalho na linha de produção. As novas relações de trabalho determinam conceitos inéditos da investida capitalista no mundo do trabalho, agora terceirizado, autônomo, caracterizado no desemprego, subemprego, vaga temporária. Em meio a um leque de opções estruturais funcionalistas de dinâmica incessante, a opção do capital não se dá por sistemas políticos que visem a redistribuição de renda.

Assim, o *dumping* social fecha a discussão sobre os principais problemas da competição mundial a aviltar o trabalho, conceder insumos à competição de mercado. Essa que é a articulação da insanidade na Era Pós, incapaz de suportar a

⁵⁵ Sistemática adotada a nível da competição internacional caracterizada na busca de preços competitivos no mercado à custa do aviltamento do trabalho esboçado na exploração de crianças e adolescentes ou mesmo seus pais por meio de regimes despóticos de trabalho (COSTA, 2010, p. 137).

super exploração de crianças, adolescentes e seus pais por parte de regimes despóticos, além do modo de produção capitalista, em pleno século XXI. Esses interesses “[...] findam por propiciar, além da injusta competição internacional, uma crise no próprio sistema produtivo que aumenta a quantidade de produtos e diminui, perversamente, a capacidade de consumo de um número cada vez mais crescente de pessoas” (DE MAISI, 1999, p. 41).

A teoria investigada e as informações expostas na escrita da Tese apontam dados bibliográficos relatos à questão da pobreza no Brasil, mundo afora, numa relação intrínseca e aproximada com a *Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho*, tema da pesquisa. A análise entende ser a realidade exposta, até este ponto da investigação, determinação histórico-política. Mazela que trespassa as nuances da fé, da crença, da penalização dos corpos, do alcance da liberdade por meio do labor ou, seu contrário, retratado no estigma e miserabilidade humana. Os valores sugerem a aproximação do homem com o concreto e o abstrato; os opostos da riqueza e pobreza; o poder da fé e a certeza cética.

Neste ponto da Tese, dados são disponibilizados para melhor compreensão do assunto apresentado:

- O País apresenta dados que o distanciam de ser um lugar pobre, mas as desigualdades sociais persistem cimentadas a discriminação com relação às diferenças. Enriquecido, o Brasil não conseguiu eliminar a pobreza em certos setores sociais aonde a injustiça social permanece enquanto desafio nacional, aguçado na incapacidade da Nação em distribuir renda e estruturar as “diferenças regionais, étnicas e de gênero que promovem a concentração da riqueza em um ou outro grupo, contribuindo para a permanência da pobreza entre os demais”;

- Na maioria dos domicílios das regiões metropolitanas do País, a população extremamente pobre diminuiu. Contudo, nos domicílios chefiados por mulheres, a população extremamente pobre aumentou. Há uma chefia feminina de cerca de 1,6 milhões de mulheres em relação aos 4,7 milhões de homens, isto, em 1993. No ano de 2008 estes números alcançam a casa de 1,8 milhão para mulheres e 1,7 milhão para chefia não feminina;

- Neste grupo, inúmeras famílias são lideradas por jovens sozinhas e com filhos pequenos. Sem creches e outros serviços, elas não têm mobilidade para estudar e trabalhar;

- Em 1995, um em cada cinco brasileiros vivia debaixo da linha de extrema pobreza nacional. Essa média caiu pela metade, em 2008, mas a desigualdade entre as regiões continua alta. Dentre as principais regiões, a Sul, cuja média alcança, em 1995, 13,6%; e em 2008, cai para 5,5%, nas taxas apresentadas;

- Na Região Sudeste estes números alcançam 11,7%, em 1995; no ano de 2008, caem a 6,9%;

- Já a Região Norte apresenta para tais questões uma média de 22,8%, em 1995; 17,6%, para o ano de 2008;

- O Estado com menor taxa de pobreza extrema, em 2008, também foi o que mais reduziu a taxa, desde 1993, de 10,7% para 2,8% da população, queda de 73%;

- A miséria só caiu 9%, no Amazonas. Em toda a Região Norte, a redução foi de apenas 20%;

- A Região Nordeste apresentou média de 41,8%, no ano de 1995. E de 24,9%, para o ano de 2008, quando o Estado de Alagoas passou a ter a maior incidência de pobreza extrema;

- Na Região Centro-Oeste os números avisam de 17,5%, em 1995; cerca de 11,6%, para 2008. A região teve o segundo pior avanço regional, apenas 30% de queda da taxa, algo medíocre para a região que teve o maior aumento do PIB *per capita* do período;

- Segundo o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade a miséria atingia 53% dos maranhenses, em 1993. A redução da taxa ficou abaixo da média nacional, mas foi a maior entre outros Estados nordestinos;

- Em 1990, a porcentagem de negros vivendo abaixo da linha de extrema pobreza internacional era 125% maior que na população branca. Em 2008, foi de 136% maior;

- O Pnad/IBGE afirma que a população brasileira vive com menos de US\$ 1,25/dia/*per capita*, segundo raça/cor; em % alcança números de 16,5% de brancos, em 1990; contra 37,1% de negros instalados nesta categoria. No ano de 2008, cerca de 2,8% brancos distanciam dos 6,6% negros;

- A Abolição da escravidão foi assinada há mais de um século. Contudo, os negros continuam sendo discriminados e tratados com inferioridade. Na **linha de extrema pobreza nacional**, sobrevivem aqueles definidos como extremamente

pobres, ou, quem tem renda familiar *per capita* máxima de até ¼ salário mínimo/mês (assim definido pelo IBGE). Por outro lado, na **linha de extrema pobreza internacional**, (de acordo com o Banco Mundial), o extremamente pobre, ou, quem tem renda de até 1,25 dólar/dia (COSTA, 2010, p. 137-139).

As informações, disponibilizadas por órgãos de vigilância e Controle Social que ameaham as políticas públicas estruturadas na política social dos mínimos sociais, revelam Indicadores Sociais que denunciam a realidade brasileira enquanto determinação histórica esboçada no estereótipo do “menor infrator”, posto e retratado no tomo 3.7, a seguir. E revela o contexto das violações de direitos destes jovens, aliciados pelo tráfico por conta de seu construto de vida.

3.7 A correlação direitos, adolescentes e polícia

Com foco na realidade brasileira, este subcapítulo traz à discussão a questão do trabalho de adolescentes, neste caso, com o fim de ajudar nas despesas de casa. A grande maioria começa a trabalhar antes mesmo dos 14 anos, não necessariamente em atividades ilícitas, mas os números alertam para a mazela socioeconômica, quando alcança as raias do tráfico, ou, mercado de trabalho alijado do mercado formal, incapaz de reter a categoria do adolescente e jovem na escola e na formação de mão de obra capacitada.

Discutido no item 3.6, o *dumping* social retrata problemas da competição mundial que precariza o trabalho, um dos insumos adotados na competição de mercado, insanidade da Era Pós, a favorecer a exploração de crianças, adolescentes, seus pais por regimes despóticos do modo de produção capitalista, isso, no século XXI.

Em reportagem publicada pelo site *Carta Capital*, em 30 de julho de 2020, exposto em matéria da *Agência Brasil*, de 25 do mesmo mês, a notícia dá conta da internação deste público no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), vinculado à Secretaria de Estado de Educação, do Estado do Rio de Janeiro. O órgão busca promover a educação social, favorecer a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários, profissionais competentes, possibilitar a

construção de projetos de vida, a convivência familiar e comunitária, de acordo com informações do site oficial⁵⁶.

A pesquisa publicada, aqui referida, teve como tema *Ganhar a vida, perder a liberdade: trabalho, tráfico e sistema socioeducativo*, endossada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC). A pesquisa teve acesso a cerca de 100 adolescentes internos que cumpriam medidas ligadas ao tráfico de drogas nas unidades Dom Bosco, João Luiz Alves e Centro de Socioeducação-Cense Professor Antonio Carlos Gomes da Costa (PACGC), esta última, feminina.

A realidade esboçada desfaz o histórico estereótipo do “menor infrator”, revela o contexto das violações de direitos. Estes jovens acabam sendo aliciados pelo tráfico por conta de seu construto de vida. A atividade, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) caracteriza umas das piores formas de trabalho, neste caso infantil.

Segundo a coordenadora da pesquisa, Paula Napolião, dos 100 entrevistados, 46 contribuía com o sustento da casa. “É uma parte dos que não contribuía disse que os familiares não aceitavam dinheiro do tráfico. Oitenta e cinco haviam trabalhado em atividades legais, porém precárias e intermitentes; 41 começaram a trabalhar com menos de 14 anos de idade e 11 com menos de 12 anos”⁵⁷.

As entrevistas foram realizadas em 2019/2, sendo os resultados agora divulgados. Sobre a notícia desta mazela conjuntural:

Eles cumprem jornada de trabalho de 12 horas por dia, com remuneração de R\$ 3 a R\$ 10 por hora. Isso desmistifica essa noção de que o tráfico é sinônimo de ganho fácil de dinheiro. Esses jovens já haviam entrado no mercado informal de trabalho, em bicos como lava-jatos, ajudante de pedreiro, vendedor ambulante. Eram sempre atividades mal remuneradas, intermitentes e que não davam nenhuma perspectiva de futuro para esses jovens, que acabaram caindo no varejo de drogas (NAPOLIÃO, 2019).

Contam dois terços dos entrevistados que tentaram deixar o tráfico. Porém, 56 adolescentes voltaram à atividade. O motivo alegado: falta de emprego, não cesso ao dinheiro, necessidade familiar. Dos entrevistados, 48 declararam serem

⁵⁶ (Disponível em: <<<http://www.degase.rj.gov.br/instituicao/quem-somos>>> Acesso em 25.07.2020).

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/maioria-dos-jovens-presos-no-brasil-comecou-a-trabalhar-antes-dos-14-anos-diz-pesquisa/>> acesso em 23.07.2020).

pardos; 34 pretos. O quadro retrata outra identificação do grupo, a de ser 30% acima da representação dos negros na população fluminense.

A maioria do grupo entrevistado não praticou violência, 25 dos detidos portava arma de fogo; 39 deles foram presos em posse de substâncias (drogas). Sem concluir Ensino Fundamental, o número alcança 86. Cursando escola no Degase, 75. Destes, 73 em atraso com relação à idade escolar, em cerca de dois anos. Entre uma centena de jovens entrevistados, 59 revelaram ter membro da família preso, sendo que 39 conviveram com assassinatos de membros da família.

Sobre a questão:

Isso ilustra a criminalização da pobreza, desses espaços da favela, e a ausência de políticas públicas nesses espaços periféricos. A única política pública que chega lá é na ponta do fuzil, num projeto de segurança que foca em enxugar gelo com essas operações policiais, que apreendem certa quantidade de droga e no final das contas nada muda, o tráfico não acaba e vidas são perdidas (NAPOLIÃO, 2019).

A coordenadora da pesquisa revela que o sistema socioeducativo brasileiro espelha o sistema penitenciário, nega os preceitos da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mesmo após 30 anos de promulgação.

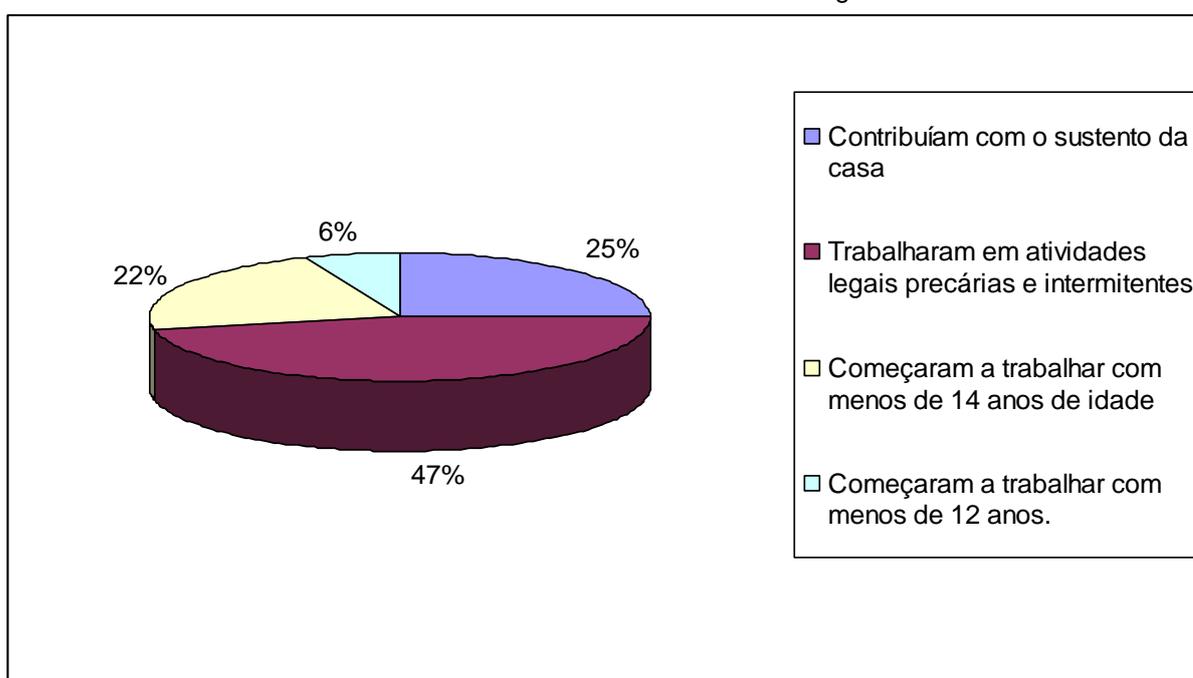
A grande maioria dos jovens tem vontade. Eles querem fazer cursos, porque eles são colocados numa condição de ócio extremo, então, às vezes, eles ficam o dia inteiro sem fazer nada lá dentro. Imagina, num alojamento que já está funcionando com superlotação, condições de higiene precária, então eles querem qualquer coisa que dê a possibilidade de sair daquele espaço para frequentar um curso ou mesmo a escola. Ao invés de quebrar esse ciclo de violência no qual esse jovem está inserido muito antes de entrar no Degase, o sistema socioeducativo dá continuidade, porque não oferece outras perspectivas para esse jovem. A gente vê uma série de violações de direito quando esse jovem não tem acesso a itens básicos de higiene, por exemplo, quando esse jovem é morador da Região dos Lagos e é jogado para a capital porque não tem nenhuma unidade de internação na Região dos Lagos, ficando longe da família (NAPOLIÃO, 2019).

No ano de 2018 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) apurou denúncias de tortura e desvio da finalidade institucional na Instituição Degase. A prática de atividades socioeducativas retratava unidades cujos “jovens, enfileirados e de cabeça baixa, traziam as mãos postas para trás”, segundo

Napolião, sendo que entre 100 adolescentes, 29 relataram à entrevista sofrer agressões; 18 afirmaram ter sido dentro da unidade de internação.

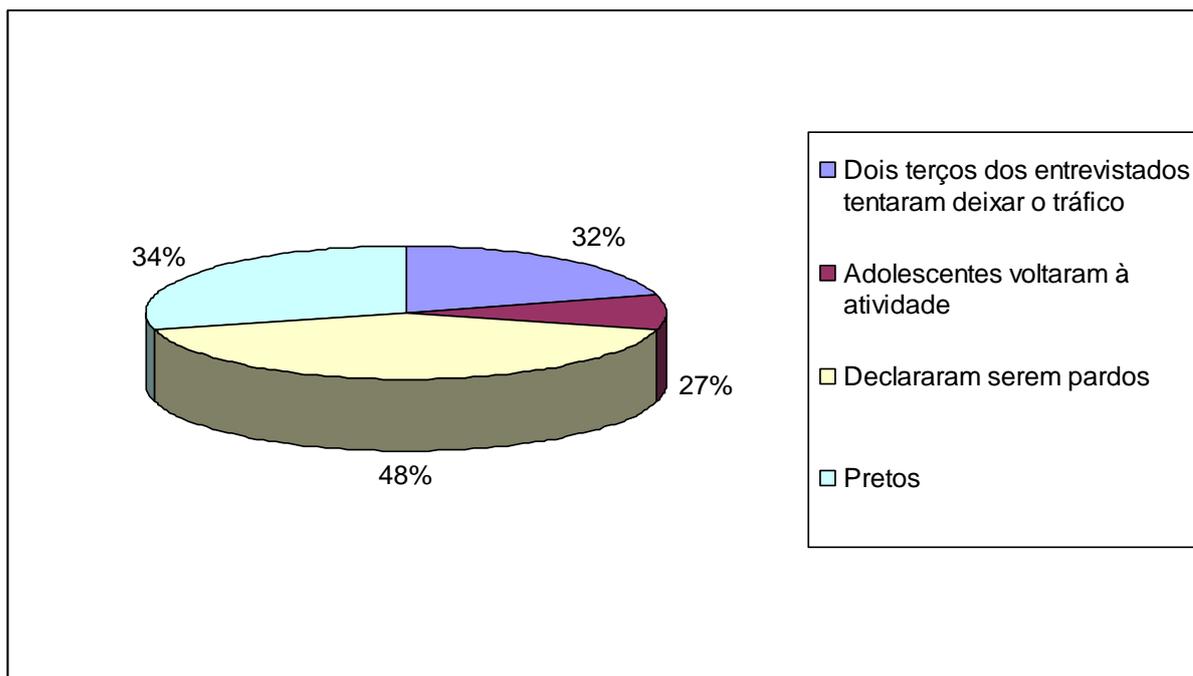
A pesquisa trouxe ainda a questão da abordagem policial quando direitos dos adolescentes são violados. Em meio a uma centena de respostas à pesquisa, 70 denunciam o roubo de pertences e agressões policiais na apreensão sendo 35 feridos por tiros; 22 apontaram extorsão; 22 foram apreendidos pela primeira vez sendo que a demora a serem apresentados ao juiz foi em média de 23 dias.

Gráfico 6. Adolescentes e o tráfico de drogas

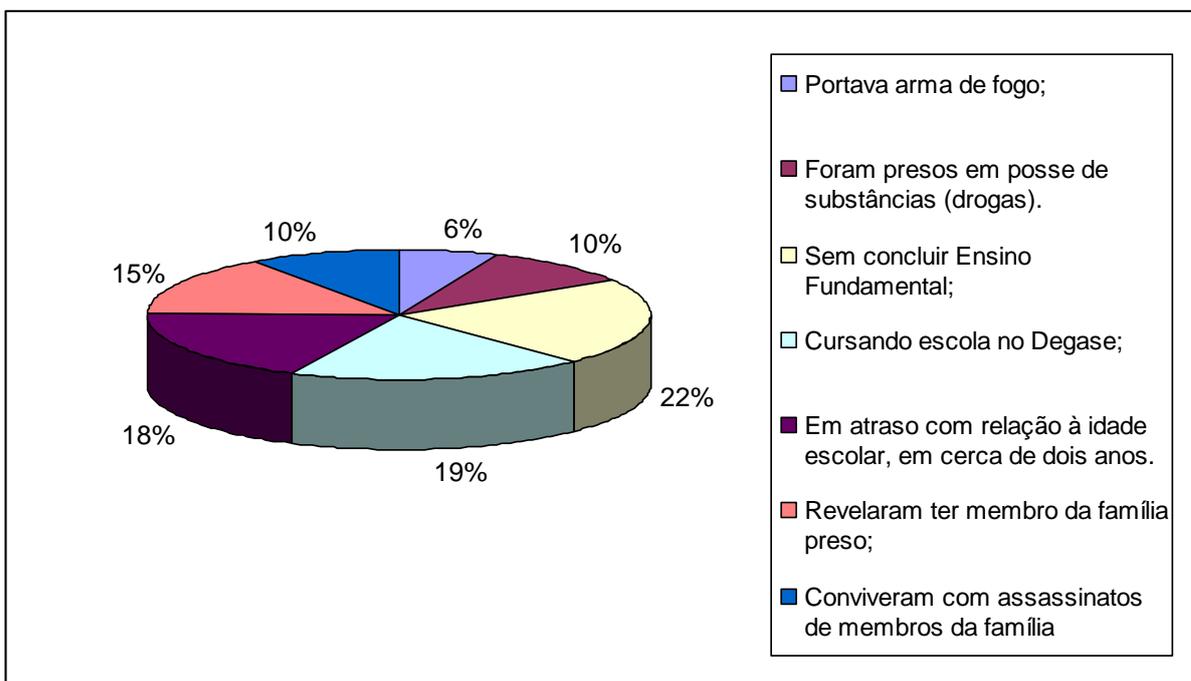


Fonte: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC)

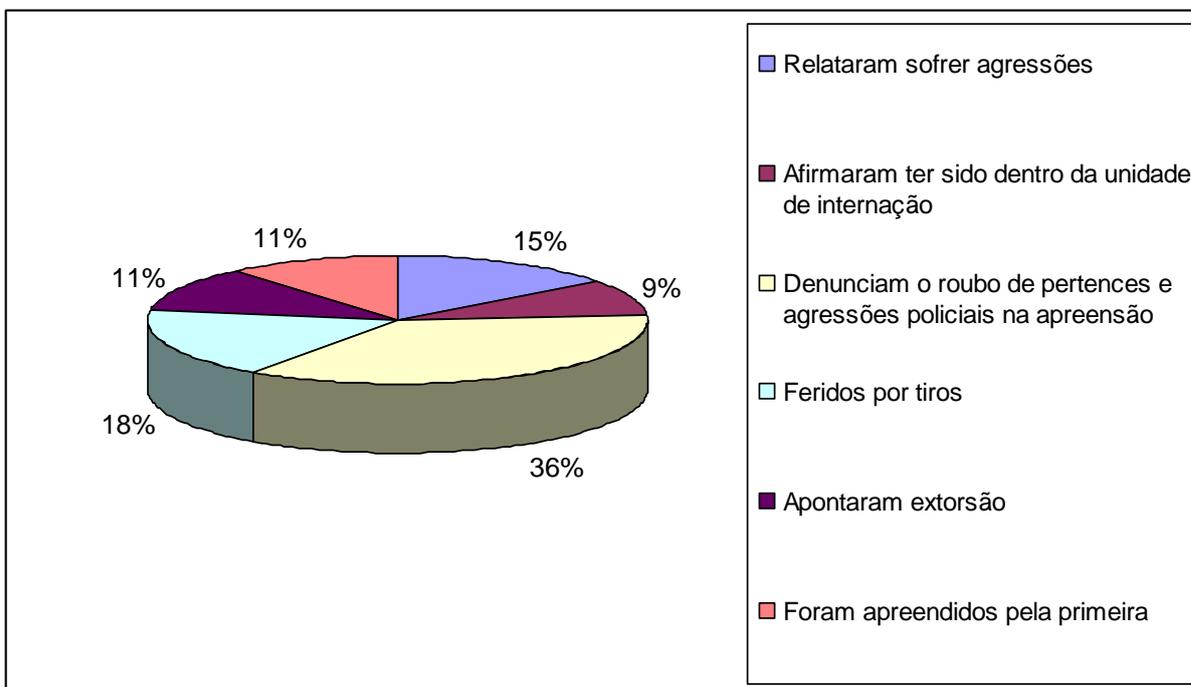
Gráfico 7. Jornada de Trabalho dos Adolescentes



Fonte: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC)

Gráfico 8. Histórico/Constructo de vida dos Adolescentes

Fonte: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC)

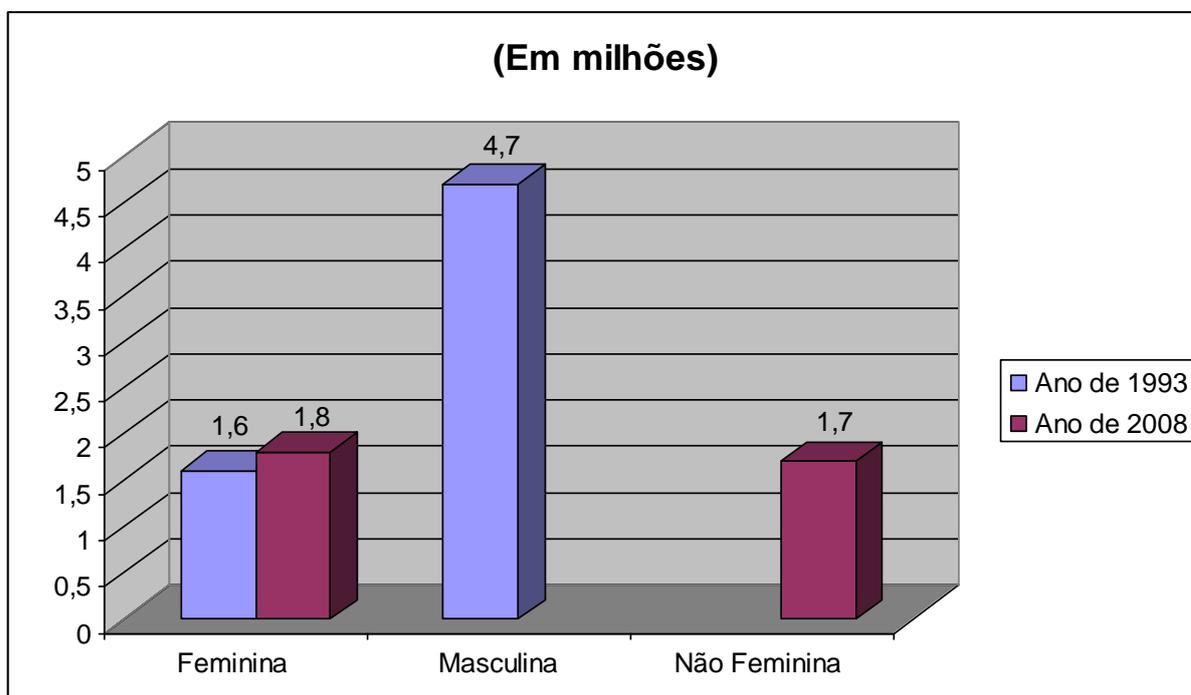
Gráfico 9. Cotidiano dos Adolescentes

Fonte: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC)

Sobre a instituição Degase, a supervisão afirma levar os adolescentes à escola diariamente. Aqueles que recusam a escola têm atendimento multidisciplinar, no sentido de despertar com referência à importância da escolarização. Os cursos profissionalizantes são estruturados no Programa Jovem Aprendiz, em parcerias com voluntariado nas oficinas de leitura, horta orgânica e sustentabilidade, oficina de cartas e fortalecimento de vínculos, ressignificação de valores sociofamiliares. Além da participação espontânea nas atividades esportivas diárias.

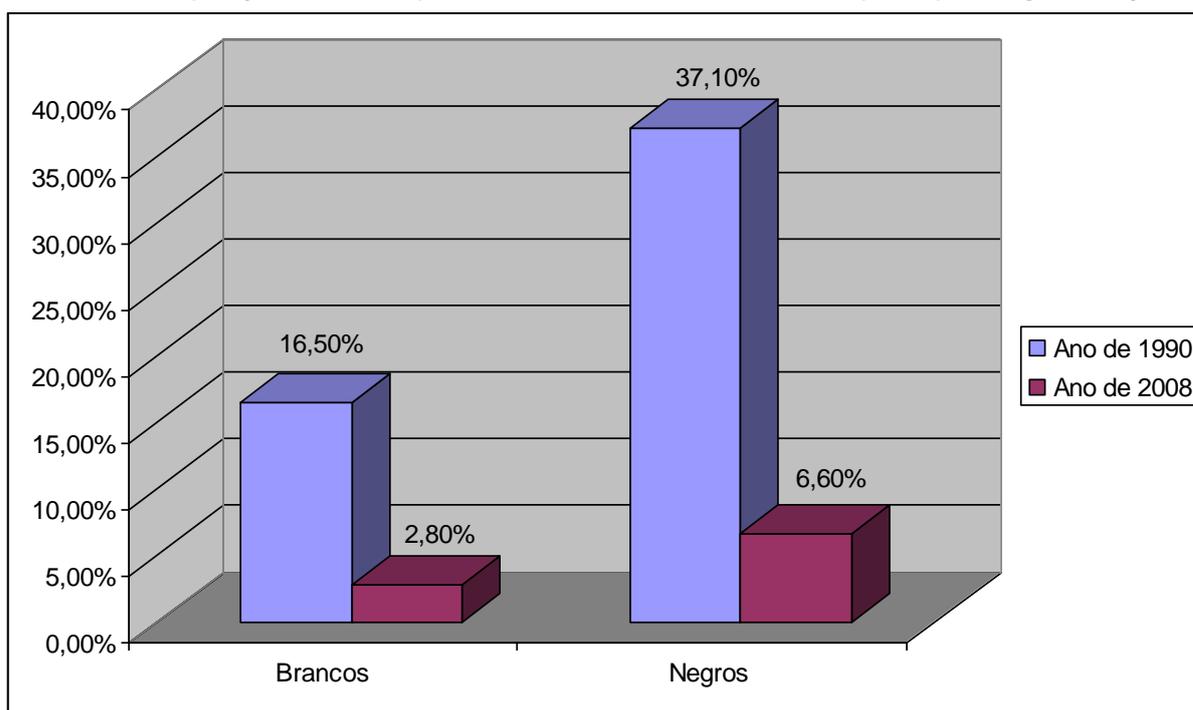
Com relação às denúncias de agressões, o departamento esclarece que não utiliza spray de pimenta, mas espargidores de extratos vegetais. Esta tarefa cabe a profissionais capacitados com a finalidade de garantir a integridade física dos atendidos, garante não acontecer a punição arbitrária, sendo as sanções disciplinares aplicadas conforme Regimento Interno⁵⁸.

Gráfico 10. Chefia do lar

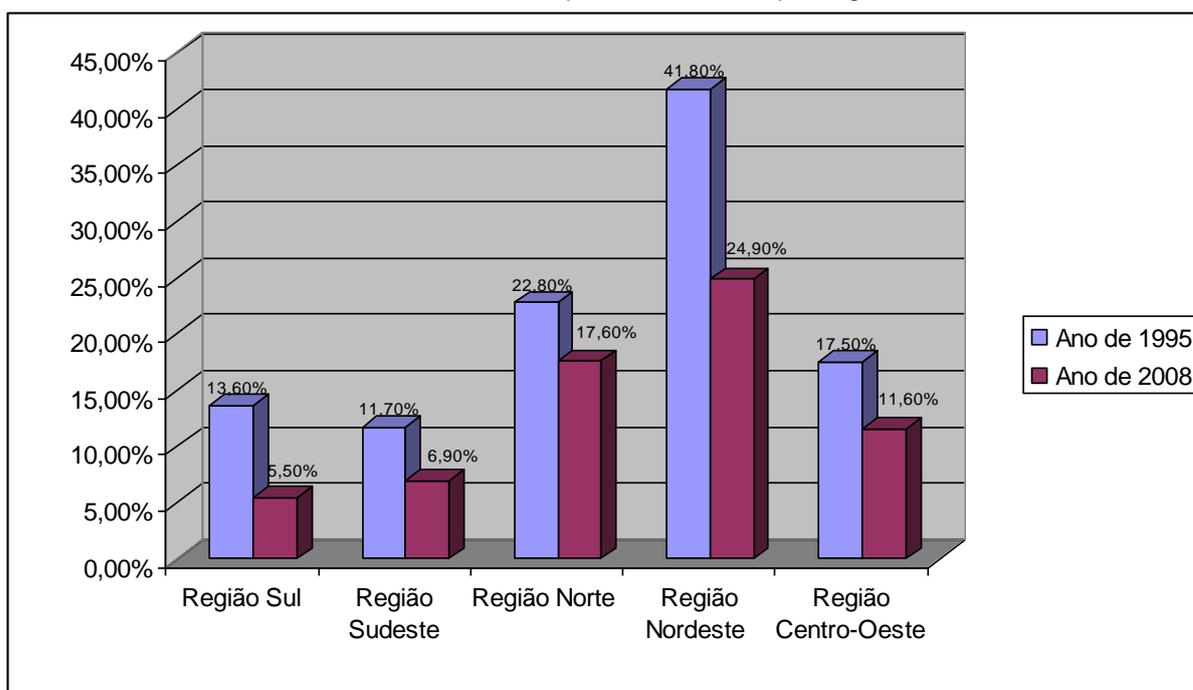


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) / Banco Mundial / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (in COSTA, 2010, p. 137-139)

⁵⁸ (Disponível em: <<<https://uenp.edu.br/pos-direito-teses-dissertacoes-defendidas/dissertacoes-defendidas-1/6854-giovana-zaninelli/file>>> Acesso em 23.07.2020).

Gráfico 11. População brasileira que vive com menos de US\$ 1,25/dia/per capita, segundo raça/cor

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) / Banco Mundial / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (in COSTA, 2010, p. 137-139)

Gráfico 12. Taxa da pobreza nacional por região

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) / Banco Mundial / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (in COSTA, 2010, p. 137-139)

O sistema capitalista alcança o século XXI, cujo fluxo global remete à necessidade premente de reinvenção da sociedade. A proposta e imperativo da sociedade, apesar do status quo sociopolítico, cultural-ambiental, é de caminhar para-além do capital como controle do metabolismo social. Isso posto e analisado no próximo tomo, 3.8, aonde as dificuldades quase proibitivas, a intensão social de libertação (MÉSZARÓS, 1995, p. 492) são predicamento do qual a sociedade como um todo compartilha” (MÉSZÁROS, 1995, 492).

3.8 O metabolismo social

O sistema capitalista alcança o século XXI em fluxo global e necessidade premente de reinvenção da sociedade. Exposto no item anterior, 3.7, o *dumping* social retrata problemas da competição mundial que torna precário o trabalho, um dos insumos adotados na competição de mercado, insanidade da Era Pós. Na pauta a produção e reprodução das relações sociais. O centro da discussão é a “vida nova, autêntica e dotada de sentido” (ANTUNES, 2009, p. 177). A atividade autodeterminada passaria a reger princípios da construção do novo sistema de interação coletivo. “O sentido, a satisfação das necessidades humanas e sociais; o exercício do trabalho pelo viés da autoatividade, livre, realizada no tempo disponível” (ANTUNES, 2009, p. 177).

De acordo com o autor “[...] o sistema do capital, desprovido de uma orientação humano-societal significativa, configurou-se como um sistema de controle onde o valor de uso foi totalmente subordinado ao seu valor de troca, às necessidades reprodutivas do próprio capital” (ANTUNES, 2009, p. 177).

As funções da reprodução individual e coletiva, alteradas, tornam um conjunto de funções reprodutivas, ou, “mediações de segunda ordem” (MÉSZÁROS, 1995, p. 117, *apud* ANTUNES, 2007, p. 178) num mundo fetichista capitalista o objetivo é o do lucro com a conseqüente acumulação de capital. A lógica do sistema ou metabolismo social, capitalista, subordinou a possibilidade do valor de uso ao valor de troca, em meio à divisão das funções produtivas. Agora, divididas entre os que produzem e os que controlam. “O capital operou a separação entre trabalhadores e meios de produção, entre o caracol e a sua concha” (MARX, 1971, p. 411, *apud* ANTUNES, 2007, p. 178).

Neste ponto a Tese apresenta conceitos alavancados na expressão “metabolismo social”, ou, metabolismo socioeconômico, caracterizado no fluxo de material e energia resultado da interação natureza e sociedade.

As teorias de Karl Marx e Friedrich Engels reverberaram nos diversos campos da ciência, dando margem a variadas interpretações de seus pensamentos, muitas delas apressadas em taxá-los de economicistas ou deterministas antinatureza. No pensamento ecológico e ambiental, estas interpretações ainda possuem muitos seguidores. [...] há uma interpretação diferente do pensamento marxista ancorado sobretudo em Guillermo Foladori e John Bellamy Foster, que não antepõem o legado de Marx e Engels à luta pela defesa da natureza. Pelo contrário, esses autores entendem que Marx e Engels revelaram ao mundo os constituintes internos do metabolismo social do capital, o modo de produção mais avassalador para com a natureza já existente, e, assim, são perfeitamente compatíveis como mediação teórica para a superação deste sistema social que vem colocando a sobrevivência humana em risco quanto mais reproduz seus antagonismos (SILVA, 2018).⁵⁹

O homem se encarrega da apropriação de parte da natureza, seja na sua condição material, enquanto energia, entre diferentes sociedades. A reforçar que a sociedade estrutura em um modo de vida ou cultura.

Estes podem ser *transformados e circular* para ser *consumidos* e finalmente *excretados* de novo à própria natureza. A cada um destes processos tem um impacto ambiental diferente dependendo da maneira no que se executa, a quantidade de materiais e energia implicados no processo, a área onde se produz, o tempo disponível ou a capacidade de regeneração da natureza (Manuel; Toledo; Víctor M, 2014).⁶⁰

O mundo moderno, instalado na Era do Antropoceno, período mais recente do história, ressent-se das revoluções industriais, em especial, aquela marcada pelo advento de 1850. A luta pela sobrevivência determina o comportamento do homem em um mundo concorrencial a modificar, a todo instante, a referência biológica e física do planeta Terra. Suas ações determinam a grandeza da riqueza e a enormidade das mazelas sociais resultado e resultantes da ação do humana no tocante ao uso, apropriação, expropriação e mercantilização dos recursos naturais.

O metabolismo social colocou a humanidade diante de uma encruzilhada, em que escolher qualquer um dos dois caminhos exigirá uma verdadeira mudança na forma de relacionamento do Ser Humano com o meio ambiente. Em um dos caminhos, haverá o desenvolvimento econômico insustentável, marcado pela por uma relação utilitarista da natureza. No

⁵⁹ Luiz Felipe Barros Silva: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39435>

⁶⁰ Manuel; Toledo; Víctor M. (2014). *The Social Metabolism: A Socio-Ecological Theory of Historical Change*. [S.l.]: Springer. ISBN 978-3-319-06357-7

outro sentido, um desenvolvimento que pretende ser sustentável, porém, sem adesão econômica, cultural e social. Uma transição para a economia verde requer a “desmaterialização” por meio da intervenção do Estado na geração de políticas públicas que sejam capazes, inicialmente, de limitar o acesso aos recursos naturais, de regular o mercado, de estabelecer cotas de utilização dos recursos naturais e de taxar os geradores de emissões de poluentes. O horizonte para a solução do paradoxo envolvendo crescimento econômico *versus* sustentabilidade requer da humanidade, em especial dos detentores do Poder Econômico e Político: (a) a revisão dos marcos do crescimento econômico, alternado do sistema neoclássico para a economia ecológica; (b) a compreensão de que os recursos naturais são finitos; (c) a aplicação do conceito de “desmaterialização da economia; (d) a mudança da cultura administrativa do Estado; (e) a implantação do crescimento econômico zero e, (f) a mensuração do meio ambiente como fonte de vida e não como fonte de lucros (CARMO, 2019).⁶¹

Deste modo deduz-se que o sistema produtivo, baseado na lei do capital, instaurou-se enquanto modelo voltado à autovalorização, ao longe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade. Na contramão dessa realidade, a lógica da coletividade voltada ao atendimento das necessidades humanas, coletivizadas. Sobre a proposta “o imperativo de ir além do capital como controle do metabolismo social, com suas dificuldades quase proibitivas, é um predicamento que a sociedade como um todo compartilha” (MÉSZÁROS, 1995, 492).

Para tanto:

[...] o modo de produção capitalista, em seu conjunto, ao submeter a natureza aos imperativos abstratos da reprodução do capital, engendra a crise ecológica. Dentro do universo do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas converte-se em desenvolvimento das forças destrutivas da natureza e dos homens. De fonte de enriquecimento converte-se em fonte de empobrecimento, em que a única riqueza reconhecida não é o valor de uso, mas essa abstração que é o valor. E, nesse mesmo universo, a potência crescente dessa mesma sociedade [...] (BIHR, 1991, p. 133, *apud* ANTUNES, 2007, p. 179).

Converter a atividade do trabalho em ação livre, transformar a sociedade num coletivo dotado de algum sentido, recusar a dicotomia **tempo de trabalho x tempo de trabalho excedente x reprodução do capital** pode ser a proposta. Para tanto carece:

Uma sociedade a qual somente será dotada de sentido e efetivamente emancipada quando as suas funções vitais, controladoras de seu sistema de metabolismo social forem efetivamente exercidas de modo autônomo

⁶¹ Wagner Carmo: Site Empório do Direito, 21.07.2019; <https://emporiododireito.com.br/leitura/o-metabolismo-social>; acesso em 24.09.2020.

pelos produtores associados, e não por um corpo exterior e controlador dessas funções vitais (MÉSZÁROS, 1995, p. 494).

Esta lógica societal supõe a articulação subjetiva (disponibilidade) e aquela autônoma (determinação) entre o tempo e a necessidade humana, reprodutiva, material e simbólica.

O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado também o tempo de produção *destrutivo* e *supérfluo* (esferas estas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do *sentido estruturante do trabalho vivo*, contra o *sentido (des) estruturante do trabalho abstrato* para o capital. Isso porque, sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que *estrutura* o capital *desestrutura* o ser social. O *trabalho assalariado* que dá sentido ao capital gera uma *subjetividade inautêntica* no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao *reestruturar* o ser social, terá *desestruturado* o capital. E esse mesmo *trabalho autodeterminado* que tornou *sem sentido* o capital gerará as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, dando um novo *sentido ao trabalho* (ANTUNES, 2007, p. 180).

A compreensão dessas mutações, em curso, exige olhar para-além das aparências, compreender que o sentido dado ao ato do labor - trabalho, pela via do capital, segue na contramão da dignidade. Isso pode ou deve ser conferido pela lente da humanidade, tomando para tanto outras alternativas e leituras do real num mundo instalado na Era Pós a amearhar novos conceitos despercebidos em suas determinações centrais. Em pergunta/resposta:

Como avaliar o pós-modernismo em geral? Como avaliação preliminar, eu diria que, em sua preocupação com a diferença, as dificuldades de comunicação, a complexidade e nuances de interesses, culturas, lugares, ele exerce uma influência positiva (HARVEY, 2001, p. 109).

Como estratégia de luta, interpretar a hegemonia empresarial a disseminar conceitos tais como colaborador, empresa-cidadã, intervenção social do empresariado. Essas que são manobras do capital as quais reinventam a categoria trabalho a partir da proposta do desmonte de direitos e cobrança às classes sociais sobre a responsabilidade social. Como se todas as castas fossem uma só, num sistema.

[...] que se recente claramente do colapso dos valores burgueses sólidos e da erosão da ética do trabalho na classe trabalhadora, vendo as tendências contemporâneas menos como uma virada para um futuro pós-moderno vibrante do que como uma exaustão do modernismo que por certo anuncia uma próxima crise social e política (HARVEY, 2001, p. 109).

O trabalhador envelhece vendendo sua força de trabalho, ao máximo, sem interrupção. Em troca, a sobrevivência propiciada a mínimos sociais expostos na sanha capitalista que manipula a dignidade, tempo e vida destes que são os eternos submetidos ao tempo de trabalho, afanados no seu tempo de ócio. Esta realidade, enquanto herança social, advinda do advento da máquina a vapor, transfigura o proletário. “No estranhamento do objeto do trabalho só se resume o estranhamento, a alienação na atividade mesma do trabalho” (MARX, 1844, p. 1522-153, *apud* ANTUNES, 2008, p. 145).

A pesquisa adentra ao campo do *Valor*, trocado/alcançado quando da submissão da força de trabalho do Sujeito ao poder de força do Capital numa trama estabelecida a relações de troca e venda que sugerem a libertação/alienação da condição social expressa na parcela de participação/exclusão da riqueza social/material produzida. Este fator econômico-social significa a “[...] separação ou dissociação dos seres humanos de algum aspecto essencial de sua natureza ou da sociedade, muitas das vezes, resultando em sentimento de impotência e desamparo” (GUIDDENS; SUTTON, 2016, p. 73).

A proposição do trabalho se dá à luz do silêncio e crença dos que têm fé; do desespero e pago da pena por parte dos marginalizados aprisionados; por meio da análise marxista que refere ao suor do trabalhador alijado da socialização das riquezas produzidas, preso ao seu ínfimo poder de decisão e consumo. A proposta é analisar pelas lentes das humanidades a exclusão histórica das vítimas legítimas de “[...] ilegítimos e inconstitucionais efeitos negativos da imputação, ou seja, antecipação de medida punitiva que importe o reconhecimento da culpabilidade, antes da sentença final” (BESTER, 2010, p. 102).

Esse o retrato social a caracterizar a era na qual tudo e todos foram transformados em mercadoria, numa refração da *questão social*. Desta vez, retratada no envelhecimento pauperizado, órfão da proteção social estatal garantida na CF/1988. A conjuntura torna ponto de discussão enquanto política pública contemporânea no Brasil instalado na proposta neoliberal de um mundo que move à direita e fomenta o retrocesso.

A falência econômica, político-cultural, tendência mundial da dinâmica capitalista, é permeada pela proteção social vestida em desmonte de direitos, Brasil e mundo afora, aonde “[...] as empresas subcontratam ou recorrem a práticas

flexíveis de admissão para compensar os custos potenciais de desemprego provocado por futuras mudanças no mercado” (HARVEY, 2001, p. 262).

Esta realidade, advinda do evento-advento da máquina a vapor, transfigura o proletário, “no estranhamento do objeto do trabalho só se resume o estranhamento, a alienação na atividade mesma do trabalho” (MARX, 1844, p. 1522-153, *apud* ANTUNES, 2008, p. 145). O processo de estranhamento do trabalho abrange o ato da produção, tem como efeito a atividade produtiva, também estranhada, quando o trabalho não é voluntário e sim compulsório/forçado. O trabalhador “sente-se em casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente em casa” (ANTUNES, 2008, p. 146).

Se existe alguma possibilidade de subverter a ordem capitalista, promover a superação do capital, a coletividade expressa na classe-que-vive-do-trabalho é ponto vital nesta metamorfose, exposto até este ponto da escrita enquanto paradigma da vida existencial abstrata, material, concreta, simbolizada na solidão humana, na expropriação do homem trabalhador pelo homem explorador, processo este articulado a paradigmas que assopram o fôlego do capitalismo. Deve ser efetivada a partir da sociabilidade do capital, da promoção do “ser social ontologicamente capaz de escrever nova página da história” (ANTUNES, 2008, p. 160). Apresentado no tomo a seguir, 3.9, existem concepções preconceituosas que consideram o trabalho mandato e dimensão humana, atividade indigna de seres humanos livres e superiores. Mais, que se distancie do fato de ser “tão ridículo sentir nostalgia daquela plenitude primitiva como crer que é preciso deter-se neste vazio completo” (MARX, 1857-1858, p. 89-90).

3.9 O trabalho contado na Bíblia

A capacidade criativa e transformadora do ato de trabalhar, demonstrada pelo ser humano o assemelha, enquanto *homo faber*, a Deus. O processo dinâmico de dominação da natureza cria a cultura, deve buscar interação com as atitudes e posturas propositivas.

[...] em práxis libertadora em seus lugares de vida, trabalho e descanso. [...] um fórum significativo no debate de questões ecológico-ambientais e de construção de relações. Essas ciências (da Religião e Teologia) colocam contribuições relevantes para a mudança de mentalidades e de comportamentos em nível cultural e sociopolítico e que abrangem também

expressões de espiritualidade, ética, liturgia, estudos bíblicos-teológicos e organização eclesial (REIMER, 2010, p. 13).

Existem concepções preconceituosas que consideram o trabalho mandato e dimensão humana, atividade indigna de seres humanos livres e superiores. Discutido no item 3.8, se existe alguma possibilidade de subverter a ordem capitalista, promover a superação do capital, a coletividade expressa na classe-que-vive-do-trabalho é ponto vital nesta metamorfose.

Há uma passagem bíblica a qual apresenta relato sobre o Jardim do Éden, texto exposto: “O relato também aponta para as diferenças entre o lugar anterior e o lugar para onde os seres humanos são forçados a ir (Gn. 3.23): o próprio lugar é maldito, a atividade de cuidar dele não será mais prazerosa; a terra resiste a dar o fruto necessário à sobrevivência” (*Bíblia de Estudo Conselheira*, 2019, p. 10).

De acordo com a teoria bíblica estudada para exposição deste subcapítulo, exposto em Gênesis (2.15), o primeiro trabalho dado ao homem foi o de cuidar do jardim e fazer plantações. Vale lembrar que no texto bíblico Adão tem práxis determinada por Deus ligado à tarefa da nomeação dos animais (*Bíblia de Estudo Conselheira*, 2019). Esta atividade (humana) segue com as gerações, inclusive a contemporânea, ou seja, o ato de estudar, conhecer, nomear as coisas trespassa o tempo e a ciência, sua diversidade científica, filosófica, teológica (*Bíblia de Estudo Conselheira*, 2019, p. 11).

À capacidade e necessidade humana de trabalhar, a partir do interagir com a natureza, dá-se o nome de trabalho, neste caso, voltado a obter sustento, erguer abrigo, isso, respeitando-se a natureza, também a cultura.

Ao longo de toda a Bíblia encontramos um sentido dignificante, enobrecedor e mesmo litúrgico na capacidade e na necessidade humana de trabalhar [...] O trabalho se torna um modo de glorificar a Deus, valorizado nos textos de sabedoria, honrado pelos profetas, reafirmado por Jesus (“O meu Pai trabalha até agora, e eu também trabalho”; Jo 5.17) e pelos apóstolos. Paulo escreveu: “quem não quer trabalhar, que não coma”, desestimulando a ociosidade e instando o cristão a ser cidadão útil, não dependente nem explorador dos outros (Ef 4.28; 2 Ts 3.10-12)⁶².

⁶² Bíblia de Estudo Conselheiro. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil. 2019, p. 10-11.

Sobre tal assunto: “A Bíblia nos explica que o castigo pela desobediência do ser humano não foi o trabalho em si, mas a dureza e a dificuldade maior para com ele conseguir o sustento”⁶³. Com relação à questão Jardim do Éden, ainda relacionada ao Trabalho, em relato bíblico “sua importância está naquilo a que remete: a vida e o conhecimento” (*Bíblia de Estudo Conselheiro, 2019, p. 10*).

Sobre as diferenças entre o lugar anterior e o lugar para onde os humanos são forçados a ir (Gn 3.23), já citado na Tese, ao contrapor a ênfase positiva nas Escrituras, o conceito negativo sobre a categoria **Trabalho**, à época, obrigação de pagãos, escravos, castigo dos deuses, além de instrumento para tortura, *tripalium*.

De um lado, os exploradores: o império romano, a elite de Tessalônica, privilegiada pelo sistema e os judeus comerciantes que exerciam forte influência na economia. De um lado, os explorados: a grande massa dos trabalhadores (homens e mulheres) e escravos. As palavras e expressões são: ‘negócios’, ‘trabalhar com as próprias mãos’, ‘não tenham necessidade de ninguém’, ‘vida tranquila’, ‘progredir’, ‘vida honrada’, ‘amor fraterno’, ‘irmãos’ (FERREIRA, 1992, p. 86-88).

Outro relato significativo com relação à discussão proposta, o fato de que: “Também há uma barreira intransponível entre os dois lugares; o humano já não é guardador do jardim – este será guardado por querubins e uma espada flamejante” (*Bíblia de Estudo Conselheira, 2019, p. 10*).

Sobre o assunto em pauta a discussão apoia na obra *Caminhos de Reconciliação*:

Olhando para o que ficou para trás, podemos perceber que a ruptura que surgiu em decorrência da desobediência do ser humano trouxe estranheza, não só entre ele e Deus, mas também consigo mesmo, com os outros seres humanos e com a natureza; além disso, inseriu uma enorme fissura na própria estrutura do Universo como o conhecemos. O Jardim do Éden não é um lugar na terra entre outros lugares. Ele é a quinta essência do que poderíamos chamar de ‘um lugar’. Ele é a terra como ela é no começo. E transcende espaço e tempo como os conhecemos e nos reporta a uma condição originária, uma condição essencial, encontrada dentro do espaço e do tempo, mas que rodeia e abraça o próprio espaço-tempo – e, assim, representa sua dimensão mais profunda (*Bíblia de Estudo Conselheiro, 2019, p. 10*).

⁶³ Idem.

Com relação à categoria Trabalho, a exploração e desesperança humana revela-se consequência histórica retratada na Parábola do Servo Trabalhador, em Lucas: “E, disseram os Apóstolos ao senhor: Aumenta-nos a fé” (Cap. XVII, v. 7) na Bíblia. O ato de transformar a natureza muda de subsistência a ferramenta de penalização ao homem, exige reflexão. Cabe apresentar a Epístola aos Tessalonicenses, aonde, no Capítulo 4, os cristãos colocaram para Paulo:

Não precisamos escrever-vos respeito do amor fraterno, pois vós aprendestes do próprio Deus a se amarem uns aos outros. 10. E é isso que vós estais fazendo com todos os irmãos da Macedônia. Mas aconselhamos irmãos, que vós progredais cada vez mais. 11. Que seja para voz uma questão de honra viver em paz, ocupar-se dos próprios negócios, a trabalhar com as próprias mãos, conforme recomendamos. 12. Assim andem honradamente aos olhos dos de fora e não tenham necessidade de ninguém (FERREIRA, 2012, p. 14).

O caminhar da humanidade na contramão do significado da transformação e formação coletiva, consequência da maneira como o homem passa a transformar algo na natureza, remete à questão da concretude material e à abstração da fé. Fato já explanado na Tese enquanto questão de materialização das coisas a partir do mundo das ideias. “A transformação não se processa apenas em nível pessoal, se bem que dela também não prescinde. A mudança deve ser pessoal, interrelacional e global” (REIMER, 2010, p. 54).

E, prossegue a autora:

O clamor da comunidade judaico-cristã, que transparece no hino de Paulo em Romanos 8, 18-25, trabalha a interdependência do sofrimento, do clamor e do trabalho por libertação em todos os níveis e elo da criação. A descrição do quadro é magistralmente real e plástica: trata-se dos gemidos de quem se encontra em trabalho de parto. Portanto, são gritos de contração, de força, de dor, mas que transpiram esperança, anúncio do novo dentro das estruturas do velho. Aliás, são também gritos que devem ser expressos e não retidos (REIMER, 2010, p. 54).

A descrição expõe o entendimento do apóstolo Paulo ao constatar que a criação humana recebe à época e lugar mencionados, está subjugada aos mecanismos de opressão político-econômica, segundo a autora, “exploração realizada no corpo da gente e no corpo da terra” (REIMER, 2010, p. 55). A professora doutora da PUC-Goiás, focada na pesquisa em Ciências da Religião aprofunda:

Conforme Romanos 8, são três os sujeitos que se encontram neste processo de trabalho de parto: a) a própria criação geme e quer ser libertada do cativeiro da corrupção, porque ela se encontra cativa e ocupada, não consegue respirar e viver em paz e liberdade por causa da ganância, da exploração e da violência; b) “nós”, que temos as primícias do Espírito, também gememos, porque quem nos fortalece para clamarmos e fazer surgir a novidade da libertação de nossos corpos é próprio Espírito Santo. Portanto, a criação e ‘nós’ gememos engajadamente por libertação; c) Quem, por fim, também geme em dores de parto é o próprio Espírito que nos assiste em nossa fraqueza, sendo que o corpo todo, em todas as duas relações ecológicas e sociais, está em trabalho de parto. Esta é uma imagem escatológica. Paulo usou a realidade do trabalho de parto como linguagem simbólica para expressar que, dentro do caos, o ‘novo’ já está começando a acontecer, já pode ser sentido. É preciso fazer força e não desistir para que ele aconteça em plenitude! (REIMER, 2010, p. 55).

Ao discutir a categoria Trabalho, na *Bíblia*, a Tese infere na questão do poder simbólico. Este que, aliado às nuances do “mistério e ministério”, dilui ou reforça, desde os tempos de Paulo e demais apóstolos, a realidade coletiva. Sobre o caos diário ou dia a dia estabelecido, caracteriza o espaço social, dá gênese às classes sociais em meio às quais “[...] o representante faz o grupo que o faz a ele: o porta-voz dotado de pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem” (BOURDIEU, 2011, p. 157-158).

Assim como a religião, a política estabelece o lugar, a importância da simbologia e sua ação sobre a coletividade. Este fenômeno social pode causar e produzir as “coisas” sociais e o grupo ou coletivo crente, descrente enquanto expressão social caracterizada no sujeito social submetido ao poder do inexplicável e da liderança.

O mistério do ministério é um desses casos de magia social em que uma coisa ou uma pessoa se torna coisa diferente daquilo que ela é, um homem (ministro, bispo, delegado, deputado, secretário-geral) que pode identificar-se e ser identificado com um conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores ou com uma entidade social, a Nação, o Estado, a Igreja, o Partido. O mistério do ministério chega ao cúmulo quando o grupo só pode existir pela delegação de um porta-voz que o fará existir falando por ele, quer dizer, a favor dele e no lugar dele. O círculo fica então fechado: o grupo é feito por aquele que fala em nome dele, aparecendo assim como o princípio do poder que ele exerce sobre aqueles que são o verdadeiro princípio dele. Esta relação circular é a raiz da ilusão carismática que faz com que, no limite, o porta-voz possa aparecer e apresentar-se como *causa sui* (BOURDIEU, 2011, p. 158).

Poder simbólico, neste ponto da Tese a religião estrutura-se enquanto força abstrata, suporta relações de força que arregimenta “em forma irreconhecível de relações de sentido [deslocação] (BOURDIEU, 2011, p. 14). Assim, as ideologias, por oposição ao mito criado e apropriado pelo coletivo passam a fomentar assuntos

que tendem a representar poucos, camuflados na intenção fabricada enquanto interesses universais, ou, de grupo.

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. [...] A função propriamente ideológica do campo de produção ideológica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo da luta das classes. A homologia entre os dois campos faz com que as lutas por aquilo que está especificamente em jogo no campo autónomo produzam automaticamente formas eufemizadas das lutas económicas e políticas entre as classes: é na correspondência de estrutura e estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 2011, p. 13-14).

O livro *O Evangelho Segundo o Espiritismo* retrata a fé humana, reforça que o homem possui e adota enquanto luz ou energia divina, no sentido de aplicá-la as necessidades terrenas, nesse caso, a incluir as aspirações (abstrações) celestiais e futuras. A obra apresenta a reflexão: “O Magnetismo é uma das maiores provas de poder da fé posta em ação. É pela fé que ele cura e produz esses fenômenos singulares, qualificados outrora de milagres” (KARDEC, 2004, p. 364).

Com relação ao Trabalho, a obra apresenta *Os trabalhadores da última hora*, quando afirma que “os últimos serão os primeiros”. E infere sobre o reino dos céus, o compara a um pai de família que deixa o lar de madrugada “a fim de assalariar trabalhadores para a sua vinha”. Como convenção de pago “um denário a cada um por dia” (KARDEC, 2004, p. 367-368).

Ao sair novamente à rua, notar homens sentados na praça, ociosos - sem fazer coisa alguma – anunciou:

Ide também vós outros para a minha vinha e vos pagarei o que for razoável”. E assim sucessivamente, até que ao cair do dia chamou os trabalhadores para finalmente efetuar o pago. Recebendo-o queixaram-se ao pai de família – dizendo: Esses últimos trabalharam apenas uma hora e lhes dás tanto quanto a nós que suportamos o peso do dia e do calor. Mas, respondendo, disse o dono da vinha a um deles: meu amigo, não te causo dano algum; não convencionaste comigo receber um denário pelo seu dia? Toma o que te pertence e vai-te; apraz-me a mim dar este último tanto quanto a ti. – Não me é então lícito fazer o que quero? Tens mau olho, porque sou bom? (KARDEC, 2004, p. 368).

A passagem apresentada significa, segundo a obra escrita por Alan Kardec (1804-1869) máximas morais do Cristo em concordância com o espiritismo e suas aplicações às diversas circunstâncias. “Assim, os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos, porque muitos são os chamados e poucos os escolhidos” (S. Mateus, 20:1 a 16, in KARDEC, 2004, p. 368).

Ainda, sobre a questão do trabalho remunerado, com foco sobre o labor na terra, nos anos 92-93, o imperador Domiciano confiscou o latifúndio de um homem grego, no valor de 100 milhões de sestércios^{64,65}.

O imperador também distribuía a terra conquistada, ocupada ou confiscada a seus veteranos de guerra que, com suas famílias, recebiam pequenas propriedades nas províncias e colônias conquistadas. Os antigos proprietários, o povo dominado, passavam a trabalhar na sua antiga terra como pessoas escravas, arrendatárias ou diaristas, ou tinham que migrar para outros lugares, geralmente periferias de cidades maiores. O trabalho dessa gente revertia em lucro e novos investimentos em terra e riquezas para os novos donos da terra. Com isso, o abismo socioeconômico e as hostilidades étnico-culturais eram aprofundadas cada vez mais (REIMER, 2010, p. 45-46).

A articulação de mercado com relação à terra é histórica, pertence ao constructo do homem, conta sobre os próprios homens, fez com que Jesus “[...] radicalizasse sua opção: as moedas com as inscrições de César são de César e foram feitas para pagar tributo. É por isso que elas devem ser devolvidas a ele. Junto com isso deve ser devolvido a Deus o que é de Deus” (REIMER, 2010, p. 48).

Segundo a teoria a questão da terra envolve a fala, gestão, poder dos reis, Cristo e Deus. Desde a época de Jesus e seus evangelhos autores intentam indagar, compreender o teor da exploração que se dá à terra, isso, por parte do homem. Na obra *História Natural*, publicada entre os anos 77 d.C. e 79 d. C., no capítulo 33, ao relatar sobre recursos minerais dos metais o autor, Plínio, o Velho dissecou a problemática da terra como corpo vivo explorado e devastado por homens em relação e concorrência com outros homens. “Por causa da ganância e na busca por ouro e prata, os homens reviraram o útero, as entranhas da terra” (PLÍNIO, 77-79 a. C., p. 49).

⁶⁴ 4 sestércios correspondiam a 1 denário, que era o necessário para que uma família de três a quatro pessoas pudesse sobreviver durante um dia. Na época, o tamanho dos latifúndios situava-se, no mínimo, entre 150 a 300 iugera (entre 40 a 75 hectares). As pequenas propriedades tinham aproximadamente 10 iugera (2,5 hectares), o suficiente para uma pequena família produzir e sobreviver (REIMER, 2010, p. 46).

O biólogo naturalista romano Plínio denuncia a prática da “matança” da terra, crime o qual recai sobre a humanidade na forma de imposição e assassinio dos recursos naturais e duas espécies, a humana e a natureza.

[...] nós penetramos nas suas [da terra] entranhas e procuramos nas profundezas por tesouros, como se ali, onde ela [a terra] é pisada, eles não fossem abundantes e frutíferos o suficiente [...] Quem iniciou o pior crime contra a humanidade foi aquele que, por primeiro, colocou um anel de ouro no dedo [...] O próximo crime é introduzido por quem cunhou o primeiro denário [moeda romana] de ouro [...] e deste dinheiro brota a fonte da avareza, quando se planejou a prática da usura (PLÍNIO, 33,2.8.42.48, apud REIMER, 2010, p. 49).

Naquela época histórica o latifúndio aparece como exploração calcada na retirada do ouro, financiamento da terra em larga escala, grandes comerciantes e redes comerciais, frotas mercantes aonde “[...] a ‘casa do imperador’ fazia parte e era umas das primeiras instâncias que fundiam a extração, com trabalho escravo, e a mercantilização da matéria-prima e dos produtos manufaturados igualmente por trabalho escravo” (REIMER, 2020, p. 49-50).

Em Coríntios, primeira e segunda Epístolas, a resignação humana é retratada com relação ao sofrimento dos coríntios e apóstolos, exposto na carta em referência à salvação e morte, possibilidade, condenação, desprezo, compaixão à época histórica.

9. Parece-me que Deus designou o último lugar para nós, os apóstolos, como condenados à morte, pois viemos a ser espetáculo para o mundo, para os anjos e para os homens. 10. Nós somos loucos por amor de Cristo; vós, sábios em Cristo; nós, fracos; vós, fortes; vós, ilustres; nós, desprezados. 11. Até o presente passamos fome, sede e nudez; somos esbofeteados, andamos sem morada certa, 12. E nos cansamos trabalhando com nossas mãos; quando somos injuriados, bendizemos e, perseguidos, suportamos; 13. Difamados, consolamos; até agora somos considerados como lixo do mundo, como escória de todos (BOFF, 1999, p. 32).

A categoria **Trabalho** aparece como alívio imediato aos pauperizados. Tomando a época acima citada por referencial teórico, adentra a Tese em outra reflexão: “20. Pois o reino de Deus não consiste em palavras, mas em ações. 21. O que preferis? Que eu vá até vós com a vara, ou com amor e com espírito de mansidão?” (BOFF, 1999, p. 33).

As cartas citadas revelam para-além da categoria Trabalho, ou seja, tratam do tempo em que Paulo, apóstolo de caráter contundente, conviveu em meio aos problemas da cidade, no seio da comunidade, por volta do ano 50-51, local aonde fundou coletivo constituído por judeus e pagãos.

Corinto, situada num istmo, possuía dois portos, a Oeste abrindo para o Adriático e a Leste para o Egeu. Por causa desta posição geográfica situada entre o Ocidente e Oriente, era um dos maiores centros de comércio e comunicação do Império Romano. Gente de todas as partes constituía o grosso da população com mais de meio milhão de habitantes. Paulo chegou e procurou a rua dos que tinham a mesma profissão que ele, fabricantes de tendas. Nunca quis viver, como era costume da época entre pregadores e filósofos ambulantes, do trabalho de ensino ou de evangelização. Preferiu trabalhar sempre com suas mãos para não ser oneroso a ninguém. Encontrou Áquila e Priscila, um casal de judeu-cristãos expulsos de Roma também construtores de tendas. Morou e trabalhou com eles por um ano e meio (BOFF, 1999, p. 7-8).

Numa alusão ao trabalho que a vida proporciona durante o viver, conviver e sobreviver, Paulo define em palavras uma história de lutas, intermináveis, costumeiras, parte das lutas as quais se confundem entre a história do mundo cristão e sua própria história.

21. Neste ponto sinto vergonha de dizer, parece que fomos fracos. Quanto às pretensões que qualquer outro possa ter – falo como louco -, também es as tenho. 22. São hebreus? Também sou. São israelitas? Também sou. 23. São da descendência de Abraão? Também sou. São ministros de Cristo? Falando como louco, eu sou mais ainda. Muito mais pelos trabalhos, muito mais pelas prisões, pelos açoites sem conta. Muitas vezes vi a morte de perto. 24. Cinco vezes recebi dos judeus os quarenta açoites menos um. 25. Três vezes fui flagelado com varas. Uma vez, apedrejado. Três vezes naufraguei, uma noite e um dia passei no alto-mar. 26. Viagens sem conta, exposto a perigos nos rios, perigos de assaltantes perigos da parte de concidadãos, perigos da parte dos pagãos, perigos na cidade, perigos nos lugares desabitados, perigos no mar, perigos entre falsos irmãos! 27. Trabalhos e fadigas, muitas noites sem dormir, com fome e sede, frequente jejuns, frio e nudez! 28. Além de outras coisas, o que pesa sobre mim diariamente, a preocupação por todas as igrejas! (BOFF, 1999, p. 113).

Com relação ao que se pode ler, ver e compreender neste Capítulo III – Trabalho, a exploração e expropriação humana, aliada ao saque dos recursos minerais por parte do próprio homem, data de época posterior à história do homem coletor, muito antes, porém, da moderna idade na qual o evento da máquina a vapor determina a agudização da exploração do homem pelo homem, do capital em desfavor do homem trabalhador.

A revolução das máquinas e dos inúmeros modos criados para a transformação, exploração e expropriação da natureza ultrapassam a condição histórica – trespassada pela condição evolutiva humana. O trabalho, que antes libertava, alimentava e promovia a cultura e organização sociopolítica dos homens, passa à condição de ferramenta do poder inumano em expropriar o homem pelo

próprio homem. Em consequência, a devastação da natureza e a escravização do trabalhador. Assunto cuja certeza de continuação visualiza uma próxima pesquisa.

DA ALIENAÇÃO À CONSCIÊNCIA

“Vivemos o fim do futuro”.
(Zygmunt Bauman).

"A vida decepciona-o para você parar de viver com ilusões e ver a realidade. A vida destrói todo o supérfluo até que reste somente o importante. A vida não te deixa em paz, para que deixe de culpar-se e aceite tudo como É".
(Bert Hellinger).

“Seria preciso mudar certos hábitos antes de encontrar uma configuração estável. Mutações completas de nossa relação com o trabalho e, de inventar uma maneira diferente de habitar esse mundo ou resignar-se com o apocalipse”.
(CASTEL).

Esta pesquisa voltada a Tese tem como foco o doutoramento em Ciências da Religião pela PUC-Goiás e apresenta como tema **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**. Conjuntural e midiático, globalizado, o assunto remonta à relação paradigmática estabelecida entre o capital e o ser humano trabalhador, sujeito afetado. Acadêmico, o projeto tomou como objeto de pesquisa/campo as questões da fé – abstrato; da penalização do corpo do indivíduo - concreto - sua exclusão, alienação, prisão, libertação; sua consciência – política – com relação à luta pela sobrevivência em um mundo globalizado, pós revolução industrial, pós imperialismo, pós século XX, pós-modernizado, pós-tudo (HOBBSAWM, 1995, s/p.), caracterizado pelo exército industrial de reserva ou a classe do precariat (BAUMAN, 2020 s/p.).

A realidade posta é retratada nas infindáveis fileiras de trabalhadores alienados à vulnerabilidade social, submetidos à logística de exploração que manipula a dignidade a partir da expropriação capitalista da força de trabalho, sistema responsável pela penalização dos corpos de trabalhadores trancafiados na prisão. O retrato social estampa a conjuntura e determinação histórica, define a transformação da coletividade pelas raias da crença e desespero, na prisão e fora dela, por meio do trabalho e/ou o desemprego estrutural.

A máxima de que trabalhar dignifica o homem não promove os cidadãos encarcerados, desde sempre, encarados como uma mercadoria a mais entre as grades da prisão (COSTA, 2015, p. 7). A realidade ou condição humana determina

outras verdades, inclusive de que “[...] das mudanças ou sai a glorificação do social, ou o cadáver das estruturas da nação” (BARBOSA, s/d.)

Tomando-se por referencial de discussão a reflexão sociológica e a citação de Ruy Barbosa, na apresentação da Tese, reafirmo que o cadáver estrutural revela outros cadáveres da Nação absorta pela Era Pós-moderna. De acordo com Chauí, ao tomar as palavras de Marx e Baudelaire, pode-se afirmar que “[...] não por acaso, ambos ressurgem nas vestes da religião e, portanto, a necessidade aparece como destino ou fatalidade e o eterno se apresenta como teofania, isto é, revelação do Deus no tempo” (2006, p. 128).

Esta Tese de doutoramento em Ciências da Religião, recortada na linha de pesquisa Cultura e Sistemas Simbólicos, busca respostas com relação à fé, à categoria trabalho, sobre os bastidores do poder que a tudo e a todos manipula. A história conta sobre a relação paradigmática **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho** enquanto sistema dialético-funcional-estruturalista-capitalista de poder, responsável pelas políticas públicas de “enfrentamento” às mazelas sociais expostas na crença mercadológica, na violência que encaminha o trabalhador à prisão, na precarização do trabalho que leva à consequência coletiva esboçada na desigualdade social, pilar da acumulação e cumulação capitalista que resulta na riqueza de uns e a pobreza extremada de milhões de muitos.

A sociedade pós-moderna fala por meio dos fenômenos, concretos/abstratos da Religião, na Prisão, por meio do Trabalho, na razão e na loucura. Nascidos e transformados a partir do poder do pensamento, os homens enfrentam a realidade histórica da expropriação salarial, econômico-cultural, exclusão social, penalização de seus corpos e dignidades. O mundo atual revela a sociedade no limiar tecnológico, pós-moderno, retrata estar na contramão do entendimento da Sociologia, com relação à história situada no “entre lugar”, a qual remonta ao passado e presente, infere em alguma possibilidade de futuro.

Mesmo sob os auspícios da pós-modernidade a coletividade não dispõe, ainda, de cultura humanizada suficientemente capaz de fomentar e viabilizar o amanhã mais arrefecido, nem tanto radical, em assimetria com o mundo das ideias (abstrato) transformadas e transformadoras de homens e coisas (concreto). O mundo material tem seus valores metamorfoseados pelas circunstâncias capitalistas

de paz e guerra, riqueza e pobreza, direitos, sua negação, revela-se processo dialético estabelecido nos últimos dois séculos e meio.

Desde a Roma Antiga as instituições determinam domínios específicos, aspirações da elite que contrapõem as relações sociais do mundo do trabalhador. A ciência, tecnologia e compreensão das ideias trespasam as interações pós-modernas estruturadas na política de dominação da categoria elite sobre a classe trabalhadora. Dentre as urgências da Era Pós despontam a cultura alternativa, as mudanças cognitivas com relação às benesses e consequências tecnológicas, socioeconômicas, culturais enquanto realidade estruturada na proposta da modernidade.

O momento mundial resulta do sistema de poder estabelecido nas categorias econômicas, políticas e culturais em “relação de ‘hegemonia’, necessariamente uma relação pedagógica”, não limitando essa pedagogia “às relações especificamente ‘escolásticas’” (1978a, p. 46, *apud* ABREU, 2016, p. 23). Realidade cujo quadro conjuntural retrata a injustiça social, trama e determinação do capital focado no dinheiro em detrimento da humanidade estabelecida no poder de consumo, apresentada em castas que retratam, pelas lentes da Sociologia, a pirâmide social.

Fato histórico da humanidade o comportamento do homem, assombrado pela hegemonia de alguns em detrimento da miserabilidade de milhões, desemboca no infringir da lei estabelecida pelo Estado. A criminalização do trabalhador afetado pela desigualdade social tem trilhado o caminho da violência estabelecido no desespero. O clamar pela salvação do sujeito apenas passa pela crença/abstrata, enfrenta o castigo corporal/concreto, nesta Tese discutido.

Fato social posto, investigado, analisado, na condição de autor desta escrita **reforço a hipótese da Tese** de que a **salvação do trabalhador** apenas **não se dá pela crença**, no desemprego estrutural, pelas vias do desespero e restrição da liberdade, ao ser vigiado e/ou punido pela crença, na **prisão** ou alienado ao **labor remunerado**. Mesmo assim, muito **provavelmente, se dará por meio da categoria Trabalho, amalgamado** às questões da fé, do **salário**, da **liberdade** humana, desta feita, tomando como referencial a realidade concreta, a **socialização das riquezas**, os princípios da **ética**, a **justiça social**.

Com foco referencial teórico em Foucault e Marx, em meio a autores das humanidades que discutem a dinâmica da produção e reprodução das relações sociais, a pesquisa situou a discussão dentro e extramuros do complexo de

vigilância permanente. O sistema panóptico restringe a liberdade do trabalhador penalizado ao regime de prisão/fechado, sujeitado à falácia da ressocialização. Há um clamor real da população carcerária pela sobrevivência espiritual e material, alimentado na consciência do ato de resistir à força da alienação capitalista. Por meio da racionalidade humana a significância do imaginário retira o homem da realidade, o alivia da dor pela fé.

Esta mazela retrata o fato social/manchete que remete à realidade/desespero caracterizado na fome do trabalhador alijado do mercado de trabalho. Mundializada a coletividade mal convive em tempos de Covid-19, escassez, concorrência e desemprego. É grande o contingente instalado na prisão arena na qual: “A inspeção funciona constantemente, o olhar está alerta em toda parte: ‘Um corpo de milícia considerável, comandado por bons oficiais e gente de bem’” (FOUCAULT, 2014, p. 190).

Ao adentrar aos campos da fé, intramuros da instituição prisão, do mundo do trabalho a Tese infere nas questões da crença, razão, irrazão, desrazão. A discussão da privação e/ou liberdade humana adentra ao cárcere. Instâncias que representam a luta pela sobrevivência em estrita correlação com a **Religião**, a **Prisão** e o **Trabalho** enquanto categorias as quais comprovam, ou não, a hipótese de que, dentre as três, expostas em diferentes capítulos, a que carrega maior proximidade em relação à **salvação do trabalhador é o Trabalho**.

Por outro lado, ao pesquisar as organizações que geram ocupação nas prisões e a condição ocupacional do apenado a realidade revela empresas capitalistas que exploram a mão de obra barata, sem contratação, benefícios e direitos estabelecidos como o que remete à aposentadoria. A meta é uma realidade estampada em etapas, prazos, recursos mínimos, espaço funcional precário, má qualidade de higiene mental, material, *bullying* provocado por aqueles que não aderem ao trabalho.

O suicídio existencial, questão de fé/ceticismo/saúde/corpo/mente, tem gênese na alienação pelo trabalho, desemboca na prisão. Os sujeitos desta pesquisa, detidos ou temporariamente libertos do presídio, retratam um número significativo da parcela humana submetida à desigualdade social, estabelecida por vias do capitalismo e suas consequências esboçadas nas expressões sociais.

Diante do exposto cumpre responder à pergunta-problema desta investigação científica, com ênfase na hipótese inicial: **O que salva o homem: a religião ou o**

trabalho? Será que a religião ainda é, como Marx e Engels consideravam no século XIX, um reduto da reação, do obscurantismo e do conservadorismo? Será que é, ainda hoje, uma espécie de narcótico que intoxica as massas e as impede de pensar, agir claramente em seus próprios interesses? Em grande medida, a resposta é “sim” (LOWY, 2000, s/p.).

O intuito final do trabalho passa pela possibilidade de libertação da prisão, adentra à condição social, bebe da discussão sobre o mundo da fé e crença; perpassa o poder de consumo do apenado; tramita pela categoria trabalho capaz de possibilitar/ou não ao sujeito a emancipação da sua condição social expressa na exclusão/alienação exposta a indicadores sociais que denunciam a desigualdade e injustiça social, consequência do controle social.

Inferindo no direito político do ato de sobreviver, transformado em fato social, caracteriza a “[...] separação ou dissociação dos seres humanos de algum aspecto essencial de sua natureza ou da sociedade, muitas das vezes, resultando em sentimento de impotência e desamparo” (GIDDENS; SUTTON, 2016, p. 73).

Sobre a exposição de Tese, é trama cuja investigação bibliográfica trabalhou autores que aprofundam à razão/irrazão humana esboçadas na fé e crença; que dão voz ao silêncio da prisão retratada nos marginalizados; confrontam a condição social dos aliados da sociedade ativa, estabelecida na injustiça social, cuja expressão social retrata os apenados na prisão, legítimas vítimas de “[...] ilegítimos e inconstitucionais efeitos negativos da imputação, ou seja, antecipação de medida punitiva que importe o reconhecimento da culpabilidade, antes da sentença final” (BESTER, 2010, p. 102).

Concorrencial a realidade capitalista, conjuntural, esboçada na Tese, reforça a indagação/pergunta/reflexão inicial da investigação sobre a possibilidade de libertação/condição social do trabalhador, dentro ou fora da prisão: - **O que salva o homem: a religião ou o trabalho?** A pesquisa estrutura a hipótese de que o homem, ao “regressar aos primórdios”, direcionar sua mente e alma, corpo e mãos (Santo Tomás de Aquino) para a lida na terra, transformada racionalmente enquanto natureza, encontrará a “salvação”, a qualquer dia, instância e lugar. Utopia.

Urge o reinventar do ser humano naquilo que o é para-além do corpo físico político, psíquico emocional, espiritual a buscar pela salvação, indagar a realidade. O homem há que se ver frente a frente com o seu significado em um mundo imensurável, apartado do modo de vida socioeconômico político-cultural ao qual foi

alienado. O trabalhador convive em meio ao universo de possibilidades/impossibilidades, fatos/acontecimentos concretos/abstratos.

A dúvida determina eterna busca por respostas. As descobertas promovidas à humanidade, por meio da práxis ou mérito da ciência, não deram conta, ainda, da resposta à pergunta da Tese. **Há salvação?** Existe um tempo e lugar diferente? O trabalho é ou não modo de **libertação**? A prisão significa **ressocialização** do sujeito? De onde viemos? Para onde dirige a humanidade?

O mundo das ideias deve alcançar ou caminhar no mesmo mote/velocidade da práxis, o que não significa, de modo algum, manter a proposta da 'Era Pós-moderna', alicerçada no fluxo consumista, na concorrência desigual, a injustiça social a fomentar a massa pauperizada por meio da exclusão social, fome, iniquidade e violência. A salvação do homem é hipótese montada a utopia se este perambula cego na contramão da possibilidade de um novo modo de vida e percepção do mundo, liberto, contrário ao modo de produção e reprodução das relações sociais de reprodução capitalista.

Um dos paradigmas da vida, existencial/concreta, o trabalho transforma a natureza e o homem, dá fôlego, em tempos pós, ao sistema capitalista ao tempo em que coage o ser acuado na luta pela sobrevivência. “O caminho à alienação com foco na venda da força de trabalho sobre alguma parte da natureza – com lucro para alguém” (GARCIA, 2015, s/p.). O que remete à antítese: “Foi com o trabalho que todas as riquezas do mundo foram originariamente compradas” (SMITH, 1983, s/p).

A Tese entende que o trabalhador alijado/sobrante do mercado formal/legal engrossa as fileiras do exército industrial de reserva, o que faz crescer a injustiça social, consequência imediata do sistema capitalista a qual recai sobremaneira na produção e reprodução das relações sociais. Na condição de ser humano absorto, cujas necessidades mais básicas são estampadas nas formas físicas, intelectuais, econômicas, políticas e culturais o trabalhador tem na fé/crença do invisível/ou religião o alívio imediato à concretude da existência.

Esta realidade expõe a manchete do dia, através da prisão ou na periferia urbano-industrial corpos, dignidades direcionadas à exclusão social, trancafiados por entre os portões e celas da prisão. Sujeitos os quais esquecem-se de que “a vida é o que está com você e a seu lado. Você mistifica a ambientação da vida, mas ela é a própria vida. A relação com a sua casa, família, espaço de trabalho, isto sim, é seu espaço/ambientação de vida”, afirma o guru Jaggi Vasudev.

Desde a Antiguidade, realidade exposta nas escritas bíblicas, as “[...] instituições existentes são injustas e irracionais, a razão se transformou em estupidez e flagelo” (IAMAMOTO, 1989, p. 217). Esta Tese, por meio das ciências sociais humanas, concentrada nas Ciências da Religião, tem foco na área/linha de pesquisa Cultura e Sistemas Simbólicos, trata da discussão exposta com norte no tema de empiria assim forjado: **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**. Seu objeto engendra as questões da crença, da pena, do labor.

Aprofundar o questionamento, o porquê aprisionar, alienar e/ou libertar os apenados da condição social de miséria da razão exige a crítica político-econômica-cultural a referenciar o fato social trabalhador x fé, liberdade x aprisionamento, direito x trabalho, convivência x penitenciária.

Mais, a Tese intenta reforçar a hipótese de que a salvação humana se dá através do alcance e inclusão à categoria/realidade/labuta do Trabalho, a qual promove e escreve a história por meio da práxis. Por outro lado, a dialética materialista/social anuncia que a categoria Trabalho revela-se, mais acentuadamente na pós-Revolução Industrial, trincheira de alienação do homem a partir da expropriação da sua força de trabalho.

O modo de viver moderno urge do homem repensar a máquina. Incansavelmente discutido, pesquisado, repito, em guerra e paz, o interagir por meio da exploração, tecnologia, virtualização das relações sociais é realidade posta em meio a ilações. A verdade do mundo virtualizado revela o caos. Nas últimas duas estações, acuado pela realidade do vírus COVID-19, o coletivo trabalhador, a nível planetário, foi forçado ao convívio familiar, ou seja, a pior das sagas que é nada mais que conhecer os seus sua própria casa, relacionar para-além da realidade virtual com suas verdades.

Conclui-se que, “[...] o fim dos monopólios religiosos é um processo social-estrutural e social-psicológico. A religião não legitima mais o ‘mundo’” (BERGER, 1985, p. 163). A secularização e o pluralismo são fenômenos mundiais, estendem à teologia de mercado. O estudo da Religião revela a relação do ser humano com o abstrato/sagrado, relação paradigmática a lidar com o profano. Conforme afirmado na Introdução desta Tese, utiliza mecanismos políticos de interação coletiva funcionalmente complexos, tramita pelos fenômenos sociais da salvação/alienação do trabalhador.

Importante reforçar que, objeto desta pesquisa/tese, o homem, acuado pela discriminação, apenado (a), não alcança inserção na sociedade capitalista, reincide no mundo do crime. **O trabalhador**, livre ou apenado, **se salva pelo labor**, livre ou apenado, **alivia na crença, desespera** com a possibilidade concreta da **cadeia**. Esta manchete e fato social leva a Tese a concluir que “[...] a penitenciária é, portanto, fábrica de proletários e não de mercadorias” (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 211-212, *apud* ZANINELLI, 2015, s/p.). A estrutura do modelo penitenciário adotado no Brasil mostra-se “desprovida de vontade política” no tocante à melhoria das condições de cumprimento da pena e ressocialização, “não passa de utopia” (PERILO, 2016, p. 201) por proceder à reinserção social do egresso enquanto sujeito “completamente despreparado” para o evento de seu regresso ao convívio social.

Desde a Antiguidade, a alcançar a efêmera Era da pós-modernidade, uma espécie de laboratório técnico-científico determina o ser humano ao qual a ciência e a tecnologia devem respostas no sentido de encontrar possibilidades humanizadas, posto e apresentado como tema desta Tese: **Da alienação à consciência: um estudo sobre a interface religião, prisão e trabalho**. Afinal, deste Universo de 100 bilhões de galáxias Deus é suposto a ser o criador e gerente. “O homem vive num planeta muito pequeno, então, suponha que Ele não saiba que o homem existe, possivelmente Ele não saiba mesmo, e afirmar isso não é sacrilégio”. Já imaginou se Ele não tiver um plano para você?” (JAGGI VASUDEV, 2020).

E o pulso, ainda pulsa!

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina M. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ASEVEDO, Josué Soares. **Mensagens para os nossos dias**. Rio de Janeiro: Clube de autores, 2012.

BAUMAN, Zigmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira. Brasília-DF: Conselho nacional de Política

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BESTER, Maria G. (org). **Sistema Penal Contemporâneo: a crítica e o debate – Estudos em homenagem a Criminal e Penitenciária**, Universidade Estadual de Goiás-UEG, 2010.

BETTO, Frei. **Cartas da Prisão**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

_____. **Recuerdos de Cuba: à luz dos 52 anos de Revolução**. Estudos avançados 25 (72), 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n72/a17v25n72.pdf>; acesso em 20 de out. 2019.

BÍBLIA DE ESTUDO CONSELHEIRA. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2019.

BÍBLIA SAGRADA. 141. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2001.

_____. São Paulo: Ed. Claretiana, 2001.

BICUDO, Hélio Pereira. **Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem**. São Paulo: Moderna, 1994.

BOAS, Franz Uri. **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOFF, Leonardo. **Coríntios**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Virtudes para um outro mundo possível. Hospitalidade: direito e dever de todos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Sérgio Miceli (org.) São Paulo: Perspectiva, p. 27-78, 1974.

- _____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRANDÃO, André A. **Miséria da Periferia: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro**. Niteroi-RJ: Pallas ed. PENESB, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2019.
- BRAZ, Marcelo (org). **Carlos Nelson e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BRITO, Fausto R. A.; FREIRE, Roberto C. **Utopia e paixão: a política do cotidiano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- CAMPBELL, Donald T. **Ethnocentrism: theories of conflict, ethnic attitudes, and group behavior**. New York -N.Y.: Wiley, 1972.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Estilos de espiritualidade como critério para tipologias e interpretações do campo religioso na contemporaneidade**. Porto Alegre, ano 18, nº 24, p. 18-32, jan-jul, 2016.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.
- CERQUEIRA, Carlos M. N.; DORNELLES, João R. W. (org). **A Polícia e os Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político**. En publicacion: Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania. Atilio A. Boron, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 15-36, june, 2013
- CHILD, Gordon. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CIPRIANI, Roberto. **Manual de sociologia da religião**. São Paulo: Paulus, 2007.
- CORBI, Mariano. **Religión sin religión**. Madrid: PPC, p. 137-143, 1996.
- COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciencia da sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- COSTA; COSTA; SILVA; (org.). **Justiça e Santidade: entre o Ideal Humano e o Divino**. IX Congresso Internacional em Ciências da Religião PUC Goiás. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ECCO, Clóvis e ARAÚJO, Cristiano S. A religião e o sagrado nas dobras de poder. **Revista Contemplanção**, vol. 10, p. 1-15. 2015.

ECCO, Clóvis; QUADROS, Eduardo G. de; SILVA, Rosemary F. N.; SILVA, Valmor da (Org). **Justiças: IX Congresso Internacional em Ciências da Religião** – PUC-Goiás. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

ECCO, MACHADO, FERREIRA SILVA, (org.). **Transformação Social, Economia e Literatura Sagrada**. VI Congresso Internacional em Ciências da Religião; XIII Semana de Estudos da Religião. Goiânia: Oikos Editora, 2012.

ECO, Umberto. Definiciones. In: **La intolerancia. Fórum Internacional Sobre La Intolerância**. Academia Universal de las Culturas. Buenos Aires: Granica, 2006.

ERICKSON, Victoria Lee. **Onde o silêncio fala: feminismo, teoria social e religião**. São Paulo: Paulinas, 1996.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

FERREIRA, Araujo, (org.). **A opção de Paulo pelos marginalizados de Corinto**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

FERREIRA, Joel. A.; SILVA, Valmor da. **Paulo Missionário**. Belo Horizonte: Ed. O lutador, 2009.

FILHO, José Reinaldo F. Martins. **O que é inculturação: Cultura e Liturgia em Diálogo**. Goiânia: Kelps Editora, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1972.

_____. **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FROMM, Erich. **Psicanálise da sociedade contemporânea**. 2ª ed. Trad. L. A. Bahia; Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos de essenciais da Sociologia**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

_____. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

GÓES, Eda Maria. **A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas:1982-1986**. São Paulo: Ibicrim, 2009.

GODOI, Rafael; ARAUJO, Fábio; MALLART, Fábio. Espacializando a Prisão: A conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Novos estud.** CEBRAP [online]. 2019, vol. 38, n. 3, p. 591-611. Epub, jan 27, 2020. ISSN 1980-5403. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300201900030003>. acesso em 10 de ago. 2020.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GRAMSCI, Antonio (orgs.). **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

GREENE, Robert. **As 48 Leis do Poder**. Rio de Janeiro: Rocco Editora, 2000.

GROOME, Thomas H. **Educação Religiosa cristã: compartilhando nosso caso e visão**. Ed. Paulinas, 1985.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. **Violência urbana: um problema social**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 105-119, maio de 1998.

HARVEY, David. 1989. **Condição Pós-Moderna**. 10 ed. São Paulo: 1992.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. **História do cristianismo na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Paulus, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octavio; FERNANDES, Florestan (orgs). **Karl Marx: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1979.

JAMBET, Christian. **A lógica dos orientais: Henry Corbin e a ciência das formas**. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia e Religião**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

JÚNIOR, Dilson de Oliveira Daldoce. **Entre perspectivas do sagrado: o novo mapa das crenças mágico-religiosas no Brasil à luz da discussão antropológica**. In PERETTI, Clélia (org) Congresso de Teologia da PUCPR, 10, 2011, Curitiba: Champagne, 2011.

KARDEC, Allan. **O Evangelho segundo o espiritismo**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2004.

LEITE, Fabiano Aparecido Costa. **Quando o sagrado fala: O autor no discurso religioso**. Reflexus, ano VIII, nº 12, 2014/2.

LEMOS, Carolina T.; SOUSA, Ivoni F. de; MARTINS, José R. F. (org). **Juventude e Religiosidade: o caso dos jovens universitários**. São Paulo: Fonte Editorial, 2018.

LIMA, Yleana S. Santos. **Culto, Devoção e Santidade Cristã: Um Estudo Bibliográfico Sobre o Processo Santoral na religiosidade Cristã**. Bragança, Pará: Nova Revista Amazônica | v. 1 n. 2 | Jul./Dez. 2013 / 131-154.

LIMA, César B. **A justiça restaurativa como processo educativo de resistência ao itinerário penalizado dirigido aos jovens da periferia urbana, política e Trabalho**, 2018, Issue 48, p.183-196. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/32415/20489>. Acesso em 10 de jun. 2020

LODI, Rafael. G. C. **O gerenciamento de crises e a polícia civil**. São Paulo: Ed. Espaço Acadêmico, 2016.

LOPES, Antônio César Martins. **Dependência química e sociedade**. Monografia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Goiânia, 2016.

LOURENÇO, Cláudia Luiz. **Crime: livre-arbítrio ou determinismo**. Goiânia: Ilumina, 2016.

LOURENÇO e ALMEIDA. Depoimento concedido a Tempo Social 25 (1): 37-59, junho de 2013, **Revista de Sociologia**. USP, v. 25, n. 1 – “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”, p. 37-59. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269605691_Quem_mantem_a_ordem_quem_cria_desordem_gangues_p_risionais_na_Bahia. Acesso em 5 de mai. 2020.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes-Clacso, p. 11-55; 203-229, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Vozes, 1990.

MACHADO, O. G. **A Santidade Ontem e Hoje**. São Paulo: Ed. MM, 1995.

MAJADAS, Wania de S. **Silêncio em Prosa e Verso: minério na fratura das palavras**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**; trad. Hingo Weber. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARCUSE, Herbert. **L'uomo a uma dimensione**. Turim: Einaudi, 1967.

MARTINO, Luís Mauro de Sá; SOUZA, Beatriz Muniz (Orgs). Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. In: MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Folha de S.Paulo, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Alberto da S.; LEMOS, Carolina T.; QUADROS, Eduardo Gusmão de (Org.). **A Religião entre o espetáculo e a intimidade**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Genealogia da Moral**. Tradução: Antonio Carlos Braga. V. 20. Col. Grandes Obras do Pensamento Universal. São Paulo/SP. Editora Escala, 2011.

_____. **Humano, demasiado humano**. 3. ed. São Paulo: Escala, s/d.

_____. **O Anticristo**. Trad.: Antonio Carlos Braga. 2. ed., v. 52. Col. Grandes.

OLIVEIRA, Irene D. **Religião e as teias do multiculturalismo**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

ONU. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Palestina: a construção do muro**. Brasil: Ed. ONU, 2006.

ORO, Ari Pedro. **O neopentecostalismo macumbeiro**. Revista USP, São Paulo, nº 68. Dez/fev. 2005-2006.

_____. **O outro é o demônio: uma análise sociológica do fundamentalismo**. São Paulo: Paulus, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PERILO, Jales. **A odiosa pena da prisão**. Goiânia: Ed. Kelps, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O Desencantamento do mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo, 2003.

QUADROS, Eduardo G. **Os hereges holandeses**. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). História das religiões no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

RAMOS, Hosmany. **Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru**. 3ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

REIMER, Ivoni R. **Terra e água na espiritualidade do movimento de Jesus: contribuições para um mundo globalizado**. Goiânia: Oikos Editora, 2010.

REVISTA Arautos do Evangelho **Inculturação e evangelização das culturas**. fev/2002, n. 2, p. 5-7. Disponível em: <<http://www.acnsf.org.br/article/16221/Inculturacao-e-evangelizacao-das-culturas.html>> Acesso em 13 de dez. 2017.

REVISTA BRASIL+. **Os pilares da sustentabilidade**. 5ª. ed. ano 3. Brasília: Movimento Brasil Competitivo, 2018.

Revista Brasileira de História das Religiões. **Análise histórica, religiosa e educacional sobre o catecismo do Santo Concílio de Trento**. COSTA, Célio J.; MARTINS, Flat J. S. Martins. ANPUH, Ano II, n. 6, fev. 2010.

REVISTA Serviço Social e Sociedade. **Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo**. TRINDADE, Hiago. n. 129, maio-agosto, p. 225-244, 2017.

RIBEIRO, Wesley S.; ECCO, Clóvis. **Intolerância religiosa**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Ma. L.; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 32. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. **Os paradoxos do imaginário. Ensaio de Filosofia**. Editora Unisinos - RS. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Boaventura: a política em tempos de cólera**. 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/boaventura-a-politica-em-tempos-de-colera/?fbclid=IwAR0j0ZYx4L21i1xCd-5uDn4BzO1mMMc09C6e3ZRSIX7ohdv2bdOkJqOAFxs>. Acesso em 24 de jun. 2020.

SEGALEN, Martine. **Ritos y rituales contemporâneos**. Traducción: Alicia Martordl Linares Madrid: Alianza editorial, 2005

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e Destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

SIGNATES, Luiz. **As curas espirituais como problema da ciência das religiões**. VIII Congresso Internacional em Ciências da Religião PUC-Goiás, 28/04/2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4. ed. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Emerson. J. S da. **O Sagrado entre e além das Religiões: Um breve ensaio antropológico**. Conferência no IV Congresso da ANPTECRE: O Futuro das Religiões no Brasil, 2013.

SILVEIRA, José de Deus Luongo da. **Pluralismo e inclusividade: o processo de dominação ético-religioso da América Latina**. Disponível em: <https://joseluongo2011.wordpress.com/category/o-proceso-de-dominacao-etico-religioso-da-america-latina/>. Acesso em 30 de abr. 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SWINDOLL, Charles R. **Paulo: um homem de coragem e graça**. São Paulo: Mundo cristão, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

VASCONCELOS, Paloma. **O terror e o islamismo**. São Paulo: Discovery Publicações, s/d.

VAUCHEZ, André. **Santidade**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

VAZ, Laurita Hilário. **Trabalho Penitenciário**. 2002. Disponível em <https://www.editorajc.com.br/trabalho-penitenciario/>. Acesso em 5 abr de 2020.

VIANA, Nildo. **A Pesquisa em Representações Cotidianas**. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

ZIZEK, Slavoj. **As 9 frases mais interessantes de Slavoj Žižek**. 2017. Disponível em <https://amenteemaravilhosa.com.br/9-frases-de-slavoj-zizek/>. Acesso em 15 de out. 2019.